

Plano de Urbanização de Ferreira do Zêzere

Setembro 2013 | Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere

Avaliação Ambiental Estratégica Relatório Ambiental

Lugar do Plano, Gestão do Território e Cultura
Rua de S. Sebastião 191, 1º Dto. 3810-187 Aveiro | tel. / fax. 234426985
www.lugardoplano.pt | lugardoplano@lugardoplano.pt



Lista de Acrónimos

AAE - Avaliação Ambiental Estratégica
AIA - Avaliação de Impacte Ambiental
ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil
APA - Agência Portuguesa do Ambiente
CCDRLVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
DGGE - Direção-Geral de Energia e Geologia
DGOTDU - Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
EN Estrada Nacional
ENCNB - Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
ENDS - Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais
FA - Fatores Ambientais
FCD - Fatores Críticos para a Decisão
FER - Fontes de Energia Renováveis
GEE - Gases com Efeito de Estufa
INE - Instituto Nacional de Estatística
PBH-Rio Tejo - Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Tejo
PDM - Plano Diretor Municipal
PEASAR II - Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II
PENT - Plano Estratégico Nacional do Turismo
PERSU II - Plano Estratégico para os recursos sólidos urbanos II
PMDCI-Ferreira do Zêzere - Plano Municipal de Defesa da Floresta e Combate a Incêndios de Ferreira do Zêzere
PNA - Plano Nacional da Água
PNAAS - Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde
PNAC - Programa Nacional para as Alterações Climáticas
PNAEE - Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PNUEA Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água
PROFDL - Planos Regional de Ordenamento Florestal Dão-Lafões
PROT -OVT- Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo
PTD-MTPI - Programa Territorial de Desenvolvimento Dão-Lafões da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul
PUFZ - Plano de Urbanização de Ferreira do Zêzere
QE - Questões Estratégicas
QRE - Quadro de Referência Estratégico
QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional
RAN - Reserva Agrícola Nacional
REN - Reserva Ecológica Nacional
RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território
RSU - Resíduos Sólidos Urbanos
SGA - Sistema de Gestão Ambiental
SNIRH - Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos
SWOT - Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats
UOPG - Unidade Operativa de Planeamento e Gestão

ÍNDICE

1. Introdução	10
2. Metodologia da Avaliação Ambiental.....	12
2.1. Estrutura do Relatório Ambiental	19
3. Objeto de Avaliação e Enquadramento da Proposta do PUFZ	20
3.1. Objeto de Avaliação.....	20
3.1.1. Antecedentes do Plano.....	20
3.2. Breve caracterização da área do PUFZ	21
3.3. Objetivos Estratégicos e Ações Programáticas.....	25
3.4. Proposta do Plano	28
4. Definição dos Fatores Críticos Para a Decisão.....	37
4.1. Quadro de Referência Estratégico.....	37
4.2. Convergência entre o Quadro de Referência Estratégico e os Objetivos estratégicos.....	39
4.3. Identificação dos Fatores Críticos para a Decisão	39
5. Situação Existente e Tendências de Evolução Sem o Plano	42
5.1. Biodiversidade e Conservação da Natureza.....	42
5.1.1 Descrição do FCD e seus objetivos	42
5.1.2. Situação existente e análise tendencial.....	43
5.1.2.1 Análise SWOT.....	53
5.1.2.2 Tendências de evolução sem Plano	53
5.2. Ordenamento e Qualificação do Território	54
5.2.1 Descrição do FCD e seus objetivos	54
5.2.2. Situação existente e análise tendencial.....	55
5.2.2.1 Análise SWOT.....	81
5.2.2.2 Tendências de evolução sem Plano	82
5.3. Desenvolvimento Económico e Social.....	83
5.3.1. Descrição do FCD e seus objetivos.....	83
5.3.2. Situação existente e análise tendencial.....	84
5.3.2.1 Análise SWOT.....	101
5.3.2.2 Tendências de evolução sem Plano	102
5.4. Património e Paisagem.....	103
5.4.1. Descrição do FCD e seus objetivos.....	103

5.4.2. Situação existente e análise tendencial	103
5.4.2.1 Análise SWOT	120
5.4.2.2 Tendências de evolução sem Plano	120
5.5. Qualidade Ambiental	121
5.5.1. Descrição do FCD e seus objetivos	121
5.5.2. Situação existente e análise tendencial	122
5.5.2.1 Análise SWOT	155
5.5.2.2 Tendências de evolução sem Plano	156
5.6. Alterações Climáticas e Riscos Naturais	157
5.6.1. Descrição do FCD e seus objetivos	157
5.6.2. Situação existente e análise tendencial	157
5.6.2.1 Análise SWOT	169
5.6.2.2 Tendências de evolução sem Plano	169
6. Avaliação Ambiental	171
7. Diretrizes de Seguimento	191
8. Programa de Gestão e Monitorização Ambiental	199
8.1 Definição de Indicadores de Monitorização	200
8.2 Quadro de Governança para a ação	207
9. Participação Pública	209
10. Considerações Finais	210
11. Referências Bibliográficas	211
12. Anexos	214

Índice de Quadros

Quadro 1 – Etapas de desenvolvimento do PUFZ.....	20
Quadro 2 – Relação entre as ações programáticas e os respetivos objetivos estratégicos do PUFZ.	26
Quadro 3 – Quantificação da Estrutura Ecológica	34
Quadro 4 – Quantificação do zonamento do PUFZ	35
Quadro 5 – Quadro de Referência Estratégica para AAE do PUFZ.	37
Quadro 6 - Relação entre os FA e os FCD definidos.....	40
Quadro 7 - Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Biodiversidade e Conservação da Natureza	42
Quadro 8 – Habitats naturais e seminaturais constantes do anexo B-I do Dec. Lei n.º 49/2005 de 24 de fevereiro presentes no sítio Sicó/Alvaiázere	44
Quadro 9 – Espécies de Flora e Fauna constantes no Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24 de fevereiro presentes no sítio Sicó/Alvaiázere	45
Quadro 10 – Espécies de Aves do Livro Vermelho referenciadas para o concelho de Ferreira do Zêzere	46
Quadro 11 - Análise SWOT no âmbito do FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza	53
Quadro 12 – Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Ordenamento e Qualificação do Território.....	54
Quadro 13 – Evolução da População Residente (N.º) e da Densidade Populacional (N.º/Km ²), em Ferreira do Zêzere.....	55
Quadro 14 – Evolução da População Residente (N.º) e da Densidade Populacional (N.º/Km ²), em Ferreira do Zêzere.....	55
Quadro 15 – Evolução do número e densidade de alojamentos, 2001 - 2011, por Freguesia.	56
Quadro 16 – Ocupação e uso do solo na área do PUFZ em 1990 e 2006	59
Quadro 17 – Usos do Edificado	63
Quadro 18 – Equipamentos públicos de utilização coletiva por freguesia e por tipologia no concelho de Ferreira do Zêzere.	64
Quadro 19 – Equipamentos desportivos existentes nas freguesias de Ferreira do Zêzere e Águas Belas.	67
Quadro 20 – Área Desportiva Útil recomendada e existente, de acordo com tipologia no conjunto das freguesias de Ferreira do Zêzere e Águas Belas.....	68
Quadro 21 – Edifícios por estado de conservação (2011).....	71
Quadro 22 – Variação do número de licenças concedidas pela câmara municipal 2001-2011.....	72
Quadro 23 – Projetos de obras de 2004 a 2008.....	72
Quadro 24 - Reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas.....	73

Quadro 25 – Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante	77
Quadro 26 – Principal meio de transporte utilizado no trajeto para o local de trabalho da população que reside no concelho de Ferreira do Zêzere e que exerce a sua profissão ou estuda noutros concelhos (2011).	78
Quadro 27 – Rede de percursos das empresas operadoras de transportes	79
Quadro 28 - Análise SWOT no âmbito do FCD – Ordenamento e Qualificação do Território.....	81
Quadro 29 – Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Desenvolvimento Económico e Social	83
Quadro 30 – População residente segundo o nível de instrução atingido, no município de Ferreira do Zêzere, em 2001 e 2011.....	84
Quadro 31 – Estrutura da população residente por nível de instrução atingido, em 2011.....	85
Quadro 32 – População residente economicamente ativa e empregada no Concelho, segundo o grupo de profissões, 1991 e 2011.....	87
Quadro 33 – População residente economicamente ativa e empregada no Concelho e na Freguesia de ferreira do Zêzere, segundo o grupo de profissões, 2011	88
Quadro 34 – Evolução da taxa de desemprego.....	89
Quadro 35 – População Empregada por Setor de Atividade.	90
Quadro 36 – População residente empregada ou estudante segundo local de trabalho ou estudo(2001-2011).....	91
Quadro 37 – Entradas e Saídas diárias no Concelho de Ferreira do Zêzere, por motivo de trabalho, por principais origens e destinos, em 2001 e 2011	92
Quadro 38 – Indicadores do tecido empresarial concelhio.	93
Quadro 39 - Empresas do concelho da Ferreira do Zêzere e na Região do Médio Tejo, segundo a classificação das atividades económicas.....	94
Quadro 40 – Atividades económicas na área do PUFZ.....	95
Quadro 41 - Volume de vendas nas empresas do concelho da Ferreira do Zêzere e na Região do Médio Tejo, segundo a classificação das atividades económicas, em milhares de euros.....	96
Quadro 42 – Índice de Poder de Compra.	97
Quadro 43 – Empreendimentos turísticosclassificados existentes no Concelho de Ferreira do Zêzere.....	98
Quadro 44 – Taxa de Ocupação hoteleira.	99
Quadro 45 – Dormidas e hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros, 2007	100
Quadro 46 - Análise SWOT no âmbito do FCD Desenvolvimento Económico e Social.....	101
Quadro 47 – Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Património e Paisagem.	103
Quadro 48 – Património classificado em Ferreira do Zêzere.....	104

Quadro 49 – Imóveis de interesse municipal inventariados na área do PUFZ	106
Quadro 50 – Património arqueológico inventariado na área do PUFZ.....	110
Quadro 51 – Roteiros Turísticos disponíveis em Ferreira do Zêzere.....	111
Quadro 52 - Análise SWOT no âmbito do o FCD: Património e Paisagem.	120
Quadro 53 – Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Qualidade Ambiental... 121	
Quadro 54 - Quantidade em toneladas de resíduos urbanos recolhidos e tipo de destino.....	124
Quadro 55 - Evolução da recolha seletiva no período compreendido entre 2006 e 2011.....	124
Quadro 56 – Número de equipamentos instalados na área do PUFZ.	126
Quadro 57 – Tipo de Solos em Ferreira do Zêzere.....	127
Quadro 58 - Estações de amostragem da rede de qualidade da água superficial na bacia hidrográfica do Mondego.....	130
Quadro 59 - Cinco classes de Classificação da qualidade da água, de acordo com o INAG	130
Quadro 60 - Evolução da qualidade da água na estação de Rio Fundeiro de 2000 a 2011.....	131
Quadro 61 - Evolução da qualidade da água na estação de Zaboeira de 2004 a 2011.	132
Quadro 62 – Principais características dos sistemas aquíferos presentes na área de estudo.	134
Quadro 63 - Evolução da qualidade da água subterrânea medidas nas estações de monitorização, entre 2009 e 2011	135
Quadro 64 - Consumo de água por habitante no período compreendido entre 2002 e 2009.	138
Quadro 65 – ETARS localizadas no concelho de Ferreira do Zêzere - 2013	141
Quadro 66 - Quantidade de águas residuais drenadas e tratadas no concelho de Ferreira do Zêzere entre 2006 e 2009.....	142
Quadro 67 – Eficiência de tratamento nas ETAR do concelho. - 2012.....	142
Quadro 68 - Índice de qualidade do ar e concelhos de saúde.....	148
Quadro 69 - Principais fontes e efeitos na saúde humana e no ambiente dos poluentes atmosféricos abrangidos pelo DL n.º 102/2010.....	151
Quadro 70 – Valores médios anuais dos parâmetros de qualidade do ar, registados na estação da Chamusca, em 2010 e 2011.....	152
Quadro 71 - Número de excedências para os parâmetros de qualidade do ar, na estação da Chamusca, nos anos de 2010 e 2011.	152
Quadro 72 - Emissões de Poluentes para o Concelho de Ferreira do Zêzere e Portugal em 2005-2009.154	
Quadro 73 - Análise SWOT no âmbito do FCD – Qualidade Ambiental	155
Quadro 74 – Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Alterações Climáticas e Riscos Naturais.....	157
Quadro 75 - Evolução do consumo de energia elétrica por habitante (KWh/hab), entre 2006 e 2010.	158

Quadro 76 - Consumo de energia elétrica total e por tipo de consumos (KWh) entre 2001 e 2010	158
Quadro 77 - Emissões totais de GEE em t/km2.....	161
Quadro 78 – Proporção de utilização do automóvel nas deslocações em Ferreira do Zêzere e respetivas unidades territoriais.....	162
Quadro 79 – Número de ocorrências entre 2001-2010.....	165
Quadro 80 – Área ardida (ha) entre 2001-2010.....	165
Quadro 81 - Análise SWOT no âmbito do FCD: Alterações Climáticas e Riscos Naturais.....	169
Quadro 82 - Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica	189
Quadro 83 – Quadro de Governança para a Ação.	207

Índice de Figuras

Figura 1 – Fases da Avaliação Ambiental Estratégica (adaptado de RFCD do QREN, 2006).	13
Figura 2 – Representação esquemática em Diagrama de Venn da definição dos FCD (adaptado de Partidário, 2007).	15
Figura 3 – Área de intervenção do PUFZ	24
Figura 4 – Estrutura Ecológica da área do PUFZ.	34
Figura 5 – Planta de Zonamento do PUFZ.	36
Figura 6 – Área Classificada sitio Sicó/Alvaiázere na envolvente do PUFZ	44
Figura 7 – Reserva Ecológica Nacional da área do Plano de Urbanização de Ferreira do Zêzere.	50
Figura 8 – Reserva Agrícola Nacional da área do Plano de Urbanização de Ferreira do Zêzere.....	51
Figura 9 – Linhas de água presentes na área do Plano de Urbanização de Ferreira do Zêzere.....	52
Figura 10 – Cartografia de ocupação do solo na área do PUFZ (CLC 1990-2006).	58
Figura 11 – Planta dos espaços exteriores, rural e incultos.....	60
Figura 12 – Planta de ordenamento da área do PUFZ.	62
Figura 13 – Rede de abastecimento e distribuição de água da área do PUFZ.....	69
Figura 14 – Rede de drenagem de águas residuais da área do PUFZ.....	70
Figura 15 – Fotos de espaços verdes na área do PUFZ.	74
Figura 16 – Localização dos espaços verdes na área do PUFZ.....	74
Figura 17 – Tempo gasto em média numa ida para o local de trabalho/estudo (INE: Censos 2011).	76
Figura 18 – Repartição modal nos movimentos pendulares 2001.	77
Figura 19 – Percursos de transportes públicos no interior do Concelho.....	79
Figura 20 – Projeto tipo das Escolas Conde Ferreira, uma sala.....	107
Figura 21 – Grupos e Unidades de Paisagem de Portugal Continental.....	114

Figura 22 – Espaço de Enquadramento à Escola C+S.....	116
Figura 23 – Espaços Exteriores do Pavilhão Gimnodesportivo	116
Figura 24 – Foto de espaço verde e da Praça Dias Ferreira	117
Figura 25 – Árvores com sinais evidentes de podas desadequadas	117
Figura 26 – Sistema Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (Resitejo).....	123
Figura 27 – Resíduos recolhidos por habitante, em 2011 (INE).	123
Figura 28 – Resíduos recolhidos de forma seletiva pela Resitejo por fileira.....	125
Figura 29 – Tipos de solo em Ferreira do Zêzere.....	128
Figura 30 - Extrato da Carta de Uso dos Solos (Atlas APA).....	129
Figura 31 – Evolução da classificação da qualidade das águas na Estação de Qualidade de Rio Fundeiro, entre 2000 e 2011.....	132
Figura 32 – Evolução da classificação da qualidade das águas na Estação de Qualidade de Zaboeira, entre 2004 e 2011.....	133
Figura 33 – Vulnerabilidade dos sistemas aquíferos do OVT à contaminação.....	136
Figura 34 – Qualidade da Água para consumo humano no concelho de Ferreira do Zêzere entre 2002 e 2011.....	139
Figura 35 – Mapa de Ruído da área do PUFZ – indicador sonoro Lden.....	145
Figura 36 – Mapa de Ruído da área do PUFZ – indicador sonoro Ln.....	145
Figura 37 – Mapa de Conflitos da área do PUFZ.....	147
Figura 38 – Índices de qualidade do ar registado na zona do Vale do Tejo e Oeste, nos anos de 2010 e 2011.....	150
Figura 38 – Índices de qualidade do ar registado na zona do Vale do Tejo e Oeste, nos anos de 2010 e 2011.....	151
Figura 39 – Total de certificados emitidos por classe energética.....	159
Figura 40 – Emissões sectoriais de GEE em 2009 por setor de atividade (Fonte APA,2011).....	161
Figura 41 – Mapa de Perigosidade de Incêndio.....	163
Figura 42 – Mapa de Risco de Incêndio.	164
Figura 43 – Enquadramento na Carta da Intensidade Sísmica – Zonas de intensidade máxima (escala internacional) 1901-1972.	167
Figura 44 – Enquadramento na Carta de Sismicidade Histórica e atual – isossistas de intensidades máximas (1755-1996).....	167
Figura 45 – Diagrama de Seguimento.	199

1. Introdução

O presente documento constitui o Relatório Ambiental desenvolvido no âmbito da elaboração da Proposta de Plano de Urbanização de Ferreira do Zêzere (PUFZ), que permitirá identificar, descrever e avaliar os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes do plano em questão.

O Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 58/2011 de 4 de maio, transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, sendo aplicável a todos os planos ou programas abrangidos pelo artigo 3º, nomeadamente:

- a) Os planos e programas para os setores da agricultura, floresta, pescas, energia, indústria, transportes, gestão de resíduos, gestão das águas, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos e que constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos mencionados nos anexos I e II do Decreto-Lei nº 69/2000, de 3 de maio, na sua atual redação;
- b) Os planos e programas que, atendendo aos seus eventuais efeitos num sítio da lista nacional de sítios, num sítio de interesse comunitário, numa zona especial de conservação ou numa zona de proteção especial, devam ser sujeitos a uma avaliação de incidências ambientais nos termos do Artigo 10º do Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de abril, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 49/2005, de 24 de fevereiro.
- c) Os planos e programas que, não sendo abrangidos pelas alíneas anteriores, constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos e que sejam qualificados como suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente.

Os Instrumentos de Gestão Territorial estão sujeitos ao regime de Avaliação Ambiental Estratégica, definido pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 58/2011 de 4 de maio, de acordo com o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na sua redação atual.

O procedimento de AAE, de acordo com o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 58/2011 de 4 de maio, consiste na *"...identificação, descrição e avaliação dos eventuais impactes significativos no ambiente resultantes de um plano ou programa, realizada durante um procedimento de preparação e elaboração de um plano ou programa e antes do mesmo ser aprovado ou submetido ao procedimento legislativo, concretizada na elaboração de um relatório ambiental e na realização de consultas, e a ponderação dos resultados obtidos na ponderação da decisão final sobre o plano ou programa e a divulgação pública de informação respeitante à decisão final"*.

Em termos genéricos, a AAE pretende garantir um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de planos, com vista a promover um desenvolvimento sustentável.

Constitui um processo de avaliação de impactes ambientais ao nível estratégico de Políticas, Programas ou Planos tendo em vista, segundo o Guia da Agência Portuguesa do Ambiente (APA 2007), a concretização de três objetivos estratégicos:

1. Assegurar a integração de considerações ambientais, sociais e económicas nos processos de planeamento, de programação e de elaboração de políticas;
2. Detetar oportunidades e riscos, avaliar e comparar opções alternativas de desenvolvimento enquanto estas ainda se encontram em discussão;
3. Contribuir para o estabelecimento de contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas de desenvolvimento.

Assim, esta AAE contribuirá para:

Assegurar uma visão estratégica e uma perspetiva alargada em relação às questões ambientais, num quadro de sustentabilidade;

Auxiliar na identificação e justificação das opções ganhadoras (win-win) face aos objetivos de ambiente e desenvolvimento;

Contribuir para uma decisão mais sustentável nos níveis ambiental, social e económico;

Detetar problemas e oportunidades estratégicas nas opções em análise e facilitar a consideração de impactes cumulativos;

Produzir contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas de desenvolvimento;

Sugerir programas de seguimento, através de gestão e monitorização estratégica.

O relatório ambiental deve incluir as informações que razoavelmente possam ser necessárias, tendo em conta os conhecimentos e métodos de avaliação disponíveis, o conteúdo e o nível de pormenor do plano ou do programa e a sua posição no processo de tomada de decisões.

A realização de uma avaliação ambiental ao nível do planeamento e da programação garante que os potenciais efeitos ambientais são tomados em consideração durante a elaboração de um plano ou programa e antes da sua aprovação, contribuindo para a adoção de soluções inovadoras mais eficazes e sustentáveis e de medidas de controlo que evitem ou reduzam efeitos negativos significativos no ambiente decorrentes da execução do plano ou programa.

O presente Relatório Ambiental (RA) está organizado da seguinte forma: introdução (capítulo 1), metodologia de avaliação ambiental (capítulo 2), objeto de avaliação e enquadramento da proposta do PUFZ (capítulo 3), definição dos fatores críticos de decisão (capítulo 4), situação existente e tendências de evolução sem o plano (capítulo 5), avaliação ambiental (capítulo 6), Diretrizes de seguimento (capítulo 7), programa de gestão e monitorização ambiental (capítulo 8), participação pública (capítulo 9) e considerações finais (capítulo 10).

2. Metodologia da Avaliação Ambiental

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) define-se como um *“instrumento de avaliação de impactes de natureza estratégica cujo objetivo é facilitar a integração ambiental e a avaliação de oportunidades e riscos de estratégias de ação no quadro de desenvolvimento sustentável”*. (Partidário, 2007)

A metodologia desenvolvida teve por base não só as indicações presentes no Decreto-lei 232/2007 de 15 de junho, como as linhas de orientação presentes no “Guia de melhores práticas para para Avaliação Ambiental Estratégica” (APA, 2012), e no “Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território” (DGOTDU,2008).

Tal como é sugerido no “Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica”, esta metodologia assenta sobre três componentes: componente técnica, componente de processo e a componente de comunicação.

No que diz respeito à **componente técnica**, esta “destina-se a assegurar a focagem técnica da AAE e determinar o seu alcance, a realizar a discussão de opções estratégicas, a avaliar as oportunidades e os riscos e a enunciar diretrizes que constituem recomendações da AAE e são objeto de verificação no seguimento da AAE.” (Partidário, 2007)

Relativamente à **componente de processo**, esta “destina-se a assegurar a articulação entre o processo de AAE e o processo de planeamento ou programação”. (Partidário, 2007)

Por último, com a **componente de comunicação**, pretende-se “assegurar que a AAE é acessível a todos os tipos de público interessado.” (Partidário, 2007)

Em coerência com a abordagem metodológica, a componente técnica da AAE integra as seguintes fases:

- ↘ Fase 1 – Definição do Âmbito e Alcance da AAE;

A Câmara Municipal, por liberação de 14.02.2013, decidiu aprovar a realização da AAE para o PUFZ, usando para o efeito, os fatores críticos de decisão elaborados no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal de Ferreira do Zêzere.

- ↘ Fase 2 – Elaboração do Relatório Ambiental;

- ↘ Fase 3 – Elaboração do Relatório Ambiental com os resultados das consultas e Declaração Ambiental;

Corresponde ao presente relatório ambiental, o qual incorpora os pareceres emanados da Conferência de serviços de 13 de Agosto de 2013 por parte das entidades com responsabilidades ambientais específicas. Os pareceres e a respetiva ponderação são apresentados no anexo III.

- ↘ Fase 4 – Seguimento;

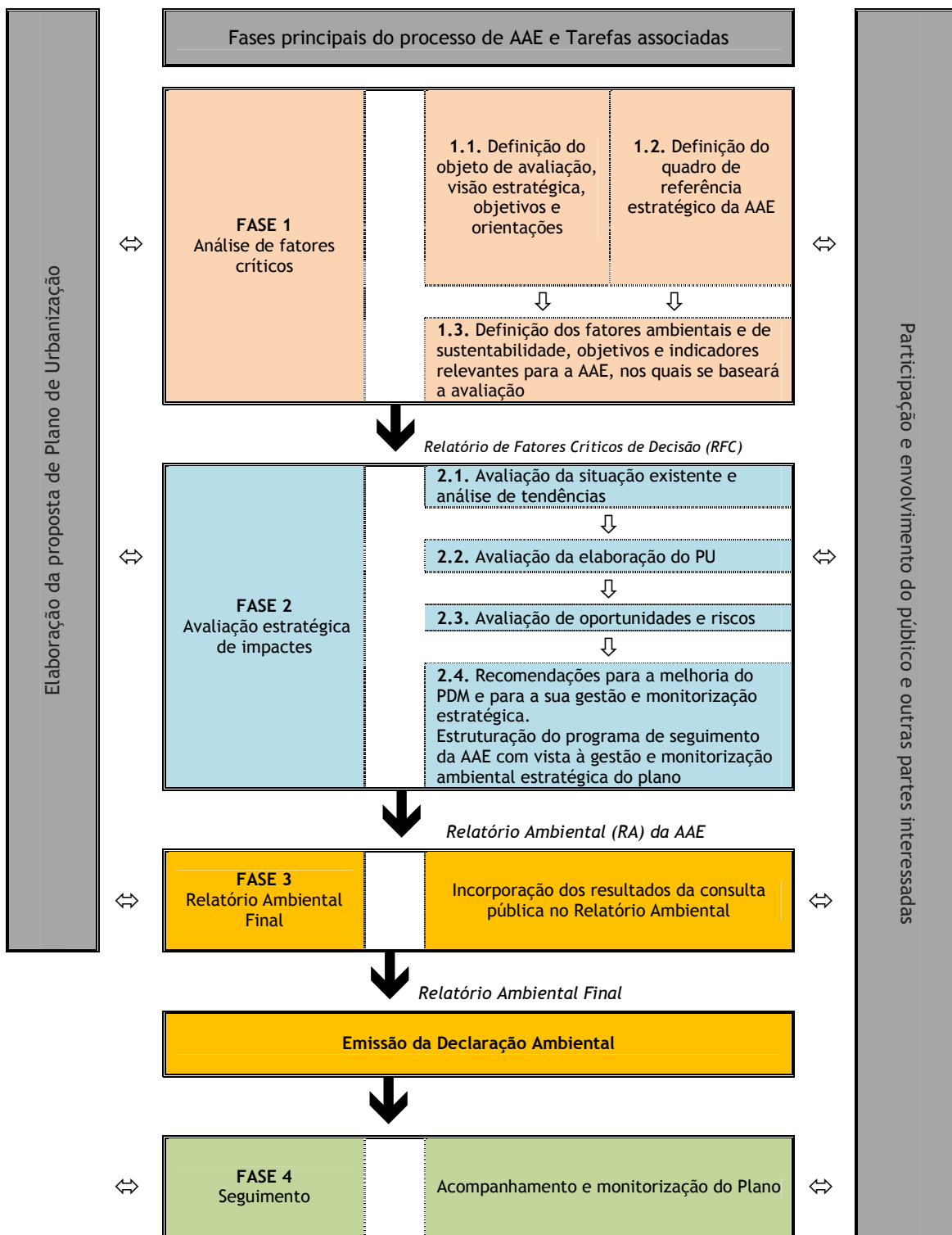


Figura 1 - Fases da Avaliação Ambiental Estratégica (adaptado de RFCD do QREN, 2006).

Fase 1 – Definição do Âmbito e Alcance da AAE

Em termos metodológicos a fase de delimitação do âmbito e do alcance, deve coincidir com a atividade inicial de caracterização e diagnóstico do processo de planeamento, prevendo as seguintes iniciativas:

- Identificação de condicionalismos à ocupação, utilização e transformação do solo e justificação dos principais objetivos estratégicos do instrumento de gestão territorial;
- Construção do quadro de referência relativo a outros planos e programas com os quais os PMOT se devam compatibilizar;
- Reconhecimento dos problemas, ameaças e oportunidades em função do enquadramento territorial existente e dos objetivos estratégicos do Plano;
- Definição dos objetivos de desenvolvimento tendo em consideração a avaliação de impactes de todas as intervenções que se pretendem concretizar na área do Plano;
- Fixação das prioridades e das estratégias territoriais;
- Definição de uma estratégia em função das opções de desenvolvimento consideradas adequadas;
- Seleção dos fatores ambientais relevantes, com base nos elementos de diagnóstico que suportam a elaboração do plano, na legislação e informação de base aplicável e em indicadores de referência;
- Identificação e caracterização das questões ou domínios que devam ser avaliados, em matéria de sustentabilidade ambiental, recorrendo a indicadores.

No processo de AAE, o momento de definição do âmbito implica:

- a determinação do âmbito da avaliação ambiental a realizar, através do processo de análise que permite identificar os Fatores Críticos de Decisão e respetivos critérios de análise;
- a determinação do alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no Relatório Ambiental, através do estabelecimento de indicadores que permitam caracterizar a situação de referência e realizar um diagnóstico relativo a potenciais riscos ou oportunidades decorrentes dos efeitos esperados impostos pelos objetivos estratégicos da proposta de plano.

Os Fatores Críticos de Decisão constituem os temas mais importantes a serem abordados no âmbito da AAE e identificam os aspetos que deverão ser considerados na tomada de decisão. O objetivo da definição dos FCD é assegurar a focagem da AAE, estabelecendo o alcance da avaliação de forma a perceber o enquadramento em que esta se realiza.

O estabelecimento dos FCD pressupõe a análise integrada dos seguintes elementos:

- **Quadro de Referência Estratégico (QRE)**, contexto macro-político nacional em matéria de ambiente e sustentabilidade;
- **Questões Estratégicas** Fundamentais, traduzem os objetivos estratégicos do Plano e o seu potencial com implicações ambientais;
- **Fatores Ambientais (FA)**, pertinentes para a avaliação.

A determinação dos FCD resulta, numa primeira fase, da interação entre os objetivos do Quadro de Referência Estratégico preconizado e as questões Estratégicas definidos na propostas do Plano de Urbanização de Ferreira do Zêzere.

A análise de interação entre os objetivos dos instrumentos do Quadro de Referência Estratégico e as questões Estratégicas (Anexo III) determina o grau de convergência dos objetivos estratégicos do PU com os objetivos de ambiente e sustentabilidade preconizados nos instrumentos do QRE:

- Relação forte (evidencia que os objetivos do QRE se encontram contemplados nos objetivos estratégicos da proposta do PUFZ);
- Relação média (evidencia que os objetivos do QRE se encontram apenas parcialmente contemplados nos objetivos estratégicos da proposta do PUFZ);
- Relação fraca a nula (evidencia a existência de objetivos do QRE que não se encontram devidamente contemplados nos objetivos estratégicos da proposta do PUFZ).

Da análise das relações existentes entre as três componentes referidas, resultam os **Fatores Críticos para a Decisão**, que reúnem os aspetos de ambiente e sustentabilidade relevantes que servirão de base para a tomada de decisão (Figura 2).



Figura 2 - Representação esquemática em Diagrama de Venn da definição dos FCD (adaptado de Partidário, 2007).

Definidos os FCD, identificam-se os critérios de avaliação, os objetivos de sustentabilidade e os indicadores associados a cada fator, que irão contribuir para avaliar a viabilidade e sustentabilidade da estratégia preconizada na proposta de plano, facilitando a avaliação e contribuindo para uma tomada de decisão mais consciente e adequada.

Os critérios de avaliação refletem as questões pertinentes associadas a cada FCD e sustentam a estrutura que permite uma abordagem temática com maior enfoque em cada um dos domínios.

Para cada critério de avaliação são indicados os objetivos de sustentabilidade que deverão convergir para os objetivos que são preconizados nos instrumentos que constituem o Quadro de Referência Estratégico para o PUFZ. São ainda fixados indicadores que permitem suportar a análise prevista no Relatório Ambiental.

O município de Ferreira do Zêzere deliberou isentar o plano do procedimento de Avaliação Ambiental, cuja fundamentação foi entregue com o PU, contudo a Comissão de Coordenação e desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) não aceitou esta decisão, bem como a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC).

O município de Ferreira do Zêzere aprovou a realização da Avaliação Ambiental Estratégica, usando para o efeito os fatores críticos de decisão, já desenvolvidos e aprovados no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal.

A equipa da Avaliação Ambiental Estratégica concorda com a utilização dos FCD definidos no âmbito da revisão do PDM, com a devida focalização à escala em avaliação e ao ajustamento de critérios e indicadores mais apropriados ao objeto de avaliação.

Fase 2 – Elaboração do Relatório Ambiental

A Fase 2 da AAE, em curso, consiste na elaboração do relatório ambiental que deve responder aos elementos solicitados pelo n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, designadamente:

- Uma descrição do conteúdo, dos principais objetivos do plano ou programa e a sua relação com outros planos e programas pertinentes;
- Os aspetos pertinentes do estado atual do ambiente e da sua provável evolução se não for aplicado o plano ou o programa;
- Os problemas ambientais existentes e relevantes para o plano e as características ambientais das zonas suscetíveis de serem afetadas;
- Os objetivos de proteção ambiental e de sustentabilidade, estabelecidos a nível nacional e regional, pertinentes para o plano e a forma como estes objetivos e todas as outras considerações ambientais foram tomadas em consideração durante a sua preparação;
- Os eventuais efeitos significativos no ambiente, incluindo questões como a população, a flora, o solo, a água, os fatores climáticos, o património cultural, incluindo o património arquitetónico, arqueológico e a paisagem, bem como a inter-relação entre os fatores supracitados;
- As medidas com vista a prevenir, reduzir e, tanto quanto possível, eliminar efeitos significativos adversos no ambiente resultantes da aplicação do plano;
- Um resumo não técnico das informações fornecidas ao abrigo das alíneas anteriores.

O presente relatório concentra um conjunto de atividades que materializam a avaliação ambiental estratégica da proposta de PUFZ, através da integração dos elementos seguintes:

- Análise da avaliação da situação atual e das tendências de evolução na ausência do plano por Fator Crítico para a Decisão;
- Avaliação das intervenções estratégicas preconizadas no plano em termos de oportunidades e riscos para a sustentabilidade territorial;
- Proposta de diretrizes de planeamento, monitorização, gestão e avaliação.
- Estabelecimento de um Quadro de governança para a ação;

- ↳ Estabelecimento de orientações para a implementação de um programa de seguimento, para acompanhamento do processo.

Na análise da situação existente e das principais tendências, associada a cada um dos FCD, recorre-se a uma análise do tipo SWOT, pretendendo-se efetuar um diagnóstico geral das características ambientais, patrimoniais e de ordenamento do território existentes no concelho, identificando, para isso, um conjunto de elementos positivos e negativos que ocasionam um conjunto de oportunidades e ameaças.

A avaliação estratégica dos principais riscos e oportunidades é desenvolvida com o intuito de perceber de que forma a proposta do Plano de Urbanização de Ferreira do Zêzere (PUFZ) poderá ter impactes significativos no ambiente ao nível de cada um dos FCD definidos.

Para tal, cruzaram-se as questões estratégicas do PU com os critérios identificados para cada FCD, permitindo assim assinalar as oportunidades e riscos decorrentes da implementação do plano.

Salienta-se que risco não significa consequência negativa, mas que o prosseguir uma dada estratégia pode originar riscos que necessitam ser evitados ou acautelados. Significa que uma determinada estratégia pode ser excelente do ponto de vista de um critério, mas apresentar apenas riscos, ou riscos e oportunidades, num segundo critério de avaliação. Assim, a estratégia em causa poderá continuar a constituir a melhor opção, se a avaliação global se apresentar como uma oportunidade e os riscos corresponderem a situações resolúveis ou passíveis de gestão adequada.

Com base nos indicadores definidos, e nos efeitos previsíveis que a implementação da proposta do PP pode ter sobre estes, são identificadas diretrizes de seguimento (medidas de minimização e/ou prevenção dos efeitos e de monitorização) que constituem orientações ou recomendações que podem contribuir para o acompanhamento dos efeitos da proposta do PUFZ no que respeita aos FCD definidos, e que melhor integram os princípios e objetivos de sustentabilidade.

O estabelecimento de um quadro de governança para a proposta do PUFZ permite identificar as entidades e os agentes que se considera terem um papel primordial na operacionalização, monitorização e gestão das ações previstas no futuro PU, garantindo o cumprimento dos objetivos relativamente aos FCD definidos, bem como à concretização das diretrizes propostas.

Para o estabelecimento do programa de gestão e monitorização ambiental, identificam-se indicadores de sustentabilidade e as medidas de monitorização. A execução deste plano é crucial para acompanhar o ciclo de planeamento e programação, servindo para monitorizar as diferentes fases da proposta do Plano de Urbanização de Ferreira do Zêzere (PUFZ).

Solicitar novamente pareceres às Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE) sobre o relatório ambiental.

Fase 3 – Elaboração do Relatório Ambiental com os resultados das consultas e Declaração Ambiental

Após a receção dos pareceres resultante das consultas efetuadas às ERAE relativamente ao relatório ambiental inicia-se a 3ª Fase deste processo.

Depois de analisados, os pareceres emitidos serão incorporados no Relatório Ambiental final e será elaborado o Resumo Não Técnico de acordo com a alínea i) do n.º 1 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.

O relatório ambiental final e o respetivo resumo não técnico acompanham a proposta de plano para discussão pública, por período não inferior a 30 dias.

A Declaração é emitida pela Câmara Municipal em momento anterior à aprovação do plano e acompanha a proposta de plano a submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

A Declaração Ambiental que deverá conter:

- Uma síntese relativa às considerações ambientais que se encontram integradas no plano;
- As observações apresentadas pelas entidades consultadas na discussão pública e o resultado da respetiva ponderação;
- As razões que fundamentaram a aprovação do Plano à luz de outras alternativas razoáveis abordadas aquando da respetiva elaboração;
- As medidas de controlo previstas.

A declaração Ambiental deve ser enviada pela entidade responsável pela sua elaboração à APA. Para além disso, a Declaração Ambiental deve ser disponibilizada ao público para a consulta através da página da internet do município.

Fase 4 – Seguimento

Esta fase tem como objetivo dar sequência a um programa de seguimento que deverá acompanhar o ciclo de planeamento durante o prazo de vigência do Plano e concretizar a sua aplicação.

Este programa de seguimento é de importância fulcral para trabalhar as múltiplas dimensões de incerteza que caracterizam qualquer processo de decisão estratégico, e para poder continuar a assegurar o contributo da AAE na integração das questões de ambiente e sustentabilidade no processo de decisão.

Desta fase deverá resultar um Programa de Ação para a gestão ambiental e de sustentabilidade da estratégia, que inclui indicadores operacionais, medidas de gestão ambiental e de sustentabilidade destinadas a prevenir, reduzir e eliminar os efeitos negativos no ambiente que venham a ser identificados na avaliação ambiental (alínea f) do art.º 6.º do Decreto-Lei 232/2007), e um quadro institucional articulado com o da governância da implementação do Plano.

Os resultados do controlo devem ser divulgados pela Câmara Municipal através de meios eletrónicos, atualizados com uma periodicidade mínima anual, e remetidos anualmente à Agência Portuguesa do Ambiente (artigo 11º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho).

Relativamente à **componente de comunicação**, esta inclui desde a “consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja suscetível de interessar os efeitos ambientais resultantes da sua aplicação” (Decreto-Lei 232/2007, de 15 de junho), até à consulta pública do Relatório Ambiental.

2.1. Estrutura do Relatório Ambiental

O Relatório Ambiental foi elaborado de acordo com o artigo 6.º do decreto-lei n.º232/2007 de 15 de junho de 2007, reunindo os seguintes elementos:

1. Uma descrição do conteúdo, dos principais objetivos do plano ou programa e a sua relação com outros planos e programas pertinentes;
2. As características ambientais, das zonas suscetíveis de serem significativamente afetadas, os aspetos pertinentes do estado atual do ambiente e da sua provável evolução se não forem aplicados o plano ou o programa;
3. Os problemas ambientais existentes que sejam relevantes para o plano ou programa, incluindo, em particular, os relacionados com todas as zonas de especial importância ambiental, designadamente as abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na redação conferida pelo decreto-lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro.
4. Os objetivos de proteção ambiental, estabelecidos a nível internacional, comunitário ou nacional, pertinentes para o plano ou programa e a forma como estes objetivos e todas as outras considerações ambientais foram tomados em consideração durante a sua preparação;
5. Os eventuais efeitos significativos no ambiente, decorrentes da aplicação do plano ou do programa, incluindo os efeitos secundários, cumulativos, sinérgicos, de curto, médio e longo prazos, permanentes e temporários, positivos e negativos, considerando questões como a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna, a flora, o solo, a água, a atmosfera, os fatores climáticos, os bens materiais, o património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, a paisagem e a inter-relação entre os fatores supracitados;
6. As medidas destinadas a prevenir, reduzir e, tanto quanto possível, eliminar quaisquer efeitos adversos, significativos no ambiente, resultantes da aplicação do plano ou programa;
7. Um resumo das razões que justificam as alternativas escolhidas e uma descrição do modo como se procedeu à avaliação, incluindo todas as dificuldades encontradas na recolha das informações necessárias;
8. Uma descrição das medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11.º do mesmo decreto-lei;

Foi ainda elaborado um resumo não técnico das informações fornecidas ao abrigo das alíneas anteriores.

3. Objeto de Avaliação e Enquadramento da Proposta do PUFZ

3.1. Objeto de Avaliação

Constitui objeto de avaliação do presente relatório é o Plano de Urbanização de Ferreira do Zêzere adiante designado abreviadamente de Plano ou PUFZ.

3.1.1. Antecedentes do Plano

Atendendo a que o processo de elaboração do PUFZ remonta a 2004, no que concerne aos documentos de caracterização, e que o plano foi já objeto de Conferência de Serviços em Janeiro de 2013, da qual resultou a necessidade de alterar aos limites da área de intervenção e da proposta de perímetro urbano, importa sistematizar, ainda que de forma sucinta, algumas etapas que se consideram essenciais para melhor entendimento das opções tomadas.

Quadro 1 - Etapas de desenvolvimento do PUFZ

Datas	Etapas
Janeiro de 2003	Deliberação de elaboração do Plano de Urbanização
Julho de 2004	Data de conclusão dos Estudos de Caracterização do PUFZ
Abril de 2005	Data de conclusão da primeira proposta de Zonamento
Julho de 2006	Data de conclusão da segunda versão da proposta de Zonamento
Fevereiro de 2008	A CMFZ solicita à CCDR LVT “a emissão de parecer sobre a qualificação, a definição do âmbito e alcance em matéria de avaliação ambiental estratégica (AAE), do plano em causa.” (através do ofício n.º 798 de 13 de fevereiro de 2008). A CCDRLVT responde em Maio de 2008 que “Sobre este assunto temos a informar que nos termos do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro, é competência estrita da Câmara Municipal ponderar justificadamente e decidir sobre a qualificação do Plano e no seguimento desse procedimento, promover a eventual realização da mesma.”
Julho de 2008	Data de conclusão dos Estudos de Caracterização revistos, na sequência das apreciações da CCDR-LVT (uma oficial e outra informal, de janeiro de 2005 e de janeiro de 2008, respetivamente, e ainda de uma reunião de trabalho realizada no dia 13 de novembro de 2007, nas instalações da Câmara Municipal). A revisão de julho de 2008 correspondeu à introdução de correções apenas em algumas matérias, designadamente, do capítulo relativo às Condições económicas e sociais, a que se acrescentou uma análise genérica do parque habitacional (capítulo 2), e à atualização da análise da Dinâmica construtiva (subcapítulo 4.4.6), uma vez que foram entretanto disponibilizados os dados necessários. A partir desta altura os estudos de caracterização consideraram-se fechados e datados. Data de conclusão dos restantes elementos do Plano com exceção do Relatório Ambiental. Nesta altura o PU incluía na sua área de intervenção a Variante Norte e a Zona Industrial existente uma vez que a CMFZ tinha como objetivo prolongar o perímetro urbano até essa variante norte.
Outubro de 2008	A CMFZ, face à ponderação de alteração da variante norte e ao objetivo de tratar a zona industrial no contexto do perímetro do PDM, aprova novos termos de referência com alteração da área de intervenção do PU, desencadeando os procedimentos necessários de acordo com o RJGT.
2009	Por força dos novos diplomas publicados e da entrada em vigor do PROTOVT tornou-se necessário rever algumas opções e conceitos, e ainda, introduzir novos conteúdos. A CMFZ, decide: <ul style="list-style-type: none"> Manter os Estudos de Caracterização e efetuar uma Adenda aos mesmos com as novas matérias a abordar; Rever a proposta de plano em função dos novos critérios e da nova área de intervenção conforme os Termos de Referência aprovados; Face à nova área, isentar o plano a procedimento de Avaliação Ambiental e solicitar um parecer de fundamentação a um técnico credenciado para o efeito.

Datas	Etapas
Outubro de 2012	Data de conclusão da Adenda aos Estudos de Caracterização e dos restantes elementos de proposta revistos. Os estudos de caracterização foram mantidos com a data inicial de 2004/2008.
Novembro de 2012	Concluído o parecer que fundamenta a decisão da CMFZ de isentar o PUFZ a procedimento de avaliação ambiental. Em 22 de novembro a CMFZ aprova a proposta de plano e delibera isentar o PUFZ a procedimento de avaliação ambiental.
Dezembro de 2012	A CMFZ remete a totalidade dos exemplares do plano para efeitos de agendamento e convocatória de realização da Conferência de Serviços prevista no n.º 3 do Artigo 5º-C do RJIGT.
Janeiro de 2013	Realiza-se a 17 de janeiro a referida Conferência de Serviços.
Fevereiro de 2013	<p>Entre 20 e 28 de fevereiro efetuaram-se os contactos e reuniões necessários com as entidades que emitiram parecer desfavorável ou favorável condicionado ao PUFZ, tendo sido concluída essa concertação com o acordo entre a CMFZ e as entidades envolvidas sobre as alterações a introduzir ao plano (com exceção da CCDR-LVT, cujo procedimento foi diferente).</p> <p>Assim, na sequência do parecer desfavorável ao PUFZ emitido pela CCDR-LVT, a CMFZ efetuou as seguintes diligências:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A CMFZ, via ofício n.º 1058 de 10.02.2013, comunicou à CCDR-LVT a decisão de realizar a Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Urbanização da Vila e a realização de reuniões de concertação com as entidades que emitiram parecer desfavorável ou favorável condicionado; • A CMFZ enviou também à CCDR LVT, também nessa data, os novos limites do perímetro urbano proposto e da área de intervenção bem como respetiva fundamentação, solicitando a sua validação; • A coberto do ofício n.º 1123 de 19.02.2013, a CMFZ solicitou à CCDR-LVT a realização de reunião de concertação, enviando complemento à fundamentação dos novos limites do perímetro urbano proposto e da área de intervenção; • A CMFZ, a coberto do ofício n.º 1236 de 25.02.2013, enviou à CCDR-LVT a matriz/tabela das alterações propostas à versão da Proposta de Plano sujeita a Conferência de Serviços, de modo a ser apreciada por esta entidade; • A pedido da CMFZ, realizou-se a 28 de fevereiro, uma reunião para esclarecer e concertar as alterações necessárias para a resolução das questões de carácter técnico e legal constantes do parecer da CCDR-LVT.
De março a junho de 2013	<p>Período em que decorreu:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Obtenção de alguns elementos necessários por parte das entidades; • Realização dos procedimentos legais necessários para efetuar as alterações nos elementos do plano: <ul style="list-style-type: none"> Deliberação para definir novos limites para o perímetro urbano e para a área de intervenção do Plano de Urbanização e respetivos Termos de Referência nas reuniões de câmara de 26 de abril e 9 de maio respetivamente; Publicitação no D.R. - Aviso n.º 6019/2013 e a elaboração de aviso, publicitado nos locais usuais, juntas de freguesias e jornais locais e página da internet da CMFZ; <p>O período para a formulação de sugestões e apresentação de informações decorreu por 15 dias, terminando a 29 de maio;</p> <p>Foram rececionadas 3 participações devidamente analisadas e cujas conclusões se resumem no quadro do anexo III, intitulado "Análise das Sugestões".</p> <p>Em reunião de câmara realizada de 14.06.2013, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a nova área de intervenção e o novo perímetro urbano Plano de Urbanização de Ferreira do Zêzere de acordo com a proposta de decisão na análise das sugestões apresentadas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alteração e atualização dos elementos de proposta; • Elaboração da avaliação ambiental estratégica.

3.2. Breve caracterização da área do PUFZ

O Concelho localiza-se na região de Lisboa e Vale do Tejo (no Médio-Tejo), é atravessado pelo rio Zêzere no seu limite Nascente e a poucos quilómetros a sudoeste do Concelho encontram-se as Serras d'Aire e Candeeiros, pertencendo em termos turísticos à Região de Turismo do Centro. O concelho de Ferreira do Zêzere abrange uma área total de 184,9 Km², correspondente a um território administrativamente dividido em 9 freguesias: Águas Belas, Areias, Beco, Chãos, Dornes, Ferreira do Zêzere, Igreja Nova do Sobral, Paio Mendes e Pias.

O Concelho de Ferreira do Zêzere é limitado a Norte por Figueiró dos Vinhos, a nordeste pela Sertã, a leste por Vila de Rei, a sul por Tomar, a oeste por Vila Nova de Ourém e a noroeste por Alvaiázere.

A acessibilidade ao concelho é garantida a nível nacional pelas A1, A23 e IC3 e a nível regional, pelas EN 238 e EM 348, vias que não correspondem a itinerários principais ou complementares, mas que enquanto não existirem outras de melhor traçado, continuarão a exercer essa função.

Segundo os dados dos censos de 2011, o concelho tem uma população de 8619 habitantes, em 2001 contava 9422 habitantes. De referir a devolução populacional e o progressivo envelhecimento sentido no Concelho de Ferreira do Zêzere.

Morfologicamente, esta região tem uma estrutura geológica variada, composta por terrenos provenientes da desagregação de xistos, quartzitos e grés, existindo na periferia da Vila de Ferreira do Zêzere, terrenos de várzea bastante férteis dada a sua proximidade do Rio Zêzere.

No entanto, embora o subsolo seja considerado morfologicamente pobre, justificando a existência do manto agrícola e florestal da região, é também rico em água (excetuando a zona de Chãos).

Este manto florestal é ainda responsável pela inexistência de grandes amplitudes térmicas nesta região, considerando-se que, de um modo geral, o clima é temperado húmido.

Do ponto de vista topográfico, a área de intervenção localiza-se numa “crista” de altitude média igual a 350 metros. Sendo uma região relativamente plana, o relevo não terá tido influência no desenvolvimento urbano da Vila de Ferreira do Zêzere, conseguindo expandir-se em todas as direções.

Desde o início da elaboração do plano verificam-se traços de mudança na Vila de Ferreira do Zêzere que importa mencionar e ter em consideração na apreensão das propostas.

- A vila continua a apresentar aumento populacional e a constituir o centro polarizador do município;
- Evolução positiva e boas condições de habitabilidade, num contexto em que as situações de carência habitacional não são significativas;
- Assiste-se a uma maior dinâmica ao nível das obras de conservação do edificado - o parque edificado mais antigo tem vindo a ser recuperado ou renovado quando não revela interesse arquitetónico de destaque;
- Continua a existir um número relativamente elevado de estabelecimentos desocupados destinados a comércio/ serviços privados;
- Tem-se assistido à qualificação da rede viária e do espaço público em geral, ao nível funcional, de segurança e de ambiência quer para a circulação automóvel quer para o peão. Inclui-se nesta temática a dotação de estacionamento. As intervenções têm-se verificado ao nível das principais vias de circulação e atravessamento, bem como nos novos loteamentos;
- A expansão da rede de equipamentos coletivos, designadamente, os relacionados com a vertente, desportiva, cultura e lazer, bem como ao nível do ensino e assistência social, permitiu colmatar algumas necessidades, fazendo de Ferreira do Zêzere uma vila com uma interessante dotação para fixar a população mais jovem e posicionar-se favoravelmente para acolher novos habitantes;
- A envolvente natural da Vila e a proximidade da Albufeira de Castelo de Bode, conferem-lhe bastantes potencialidades turísticas;

- A constante melhoria das acessibilidades e a proximidade crescente de grandes centros urbanos como Tomar, Leiria e Coimbra, em complemento com os pontos anteriores permite-lhe constituir um apetecível local de fixação (abertura recente da A13).

No entanto, persistem algumas debilidades, que o PU pretende atenuar ou ultrapassar com as suas propostas:

- Verifica-se que embora, existam algumas modalidades de alojamento (que não se integram na definição oficial de hotelaria da Direção Geral de Turismo), ainda não se encontra em funcionamento nenhum estabelecimento hoteleiro;
- Verifica-se ainda a existência de algumas vias a necessitar de melhoramentos no perfil, dotação de passeios, estacionamento e arborização (evidenciam-se a entrada norte na Vila e diversos arruamentos, quer a sul quer a norte do centro da Vila);
- Carência de espaços verdes de uso público do tipo Parque Urbano, com dimensão e tipologia adequadas à estadia e ao lazer da população;
- Tecido empresarial ainda vulnerável decorrente do elevado peso relativo das microempresas.

A área de intervenção do PUFZ é de 158,8 hectares, integrando no seu limite território de 2 freguesias, uma pequena área de Águas Belas e a restante e maior de Ferreira do Zêzere.

A área do PUFZ apresenta as seguintes características:

- Abrange maioritariamente o perímetro urbano da vila de Ferreira do Zêzere definido no PDM em vigor, excluindo um conjunto de pequenas áreas residuais, a sul (num total de 2,4 ha), que a Câmara Municipal pretende reclassificar como Solo Rural em sede de revisão do PDM;
- Abrange um conjunto de áreas do solo rural (num total de 19,0 ha) que a Câmara Municipal pretende reclassificar para urbanas, em sede de elaboração do PU;
- Abrange uma pequena área de solo rural a nascente, considerada complementar (com 2,41 ha). Esta área do solo rural foi incluída no âmbito do PU uma vez que se destina a um usos específico de equipamento cuja concretização não é viável face à regulamentação constante no PDM em vigor, mas que Também não justifica a reclassificação para solo urbano, atendendo à compatibilidade com o estatuto de solo rural, conferida pelo atual RJGT.

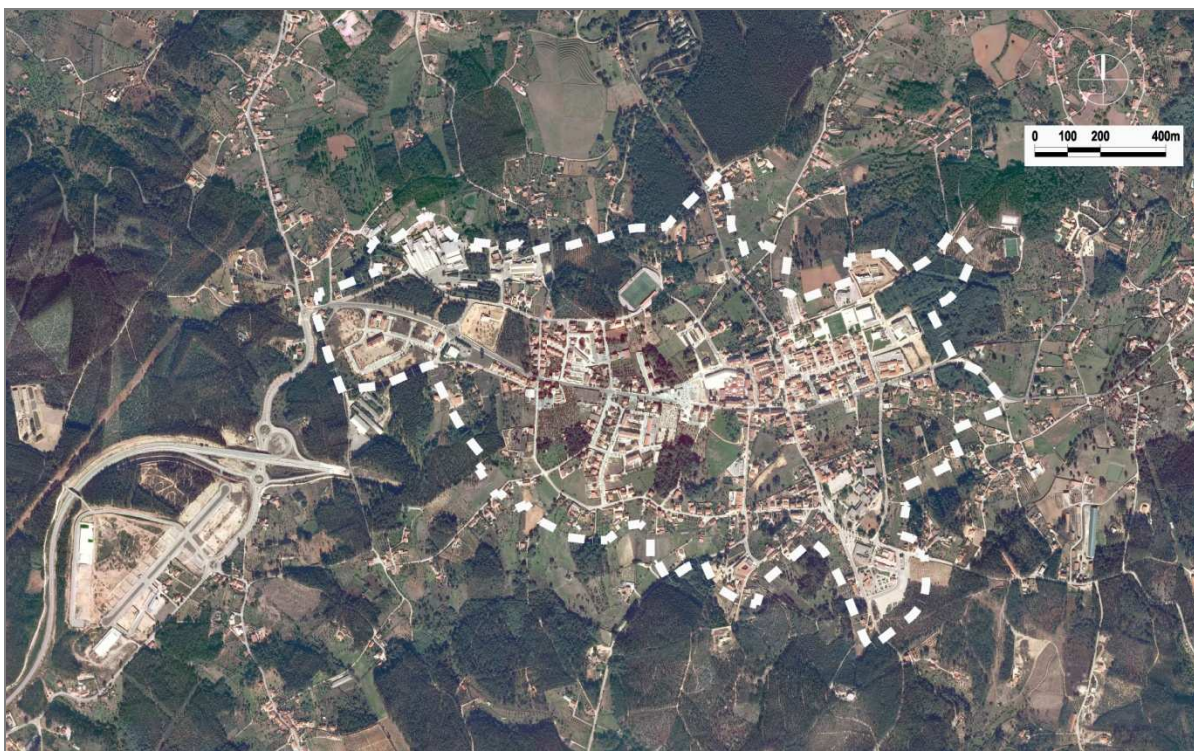


Figura 3 - Área de intervenção do PUFZ

Fonte: Plural, 2013

3.3. Objetivos Estratégicos e Ações Programáticas

O PUFZ prevê prosseguir um conjunto de ações que permitam apoiar uma política de desenvolvimento económico e social, e definir os princípios e regras de uso e transformação do solo, viabilizando quatro grandes objetivos fundamentais de desenvolvimento (estratégicos) que se pretendem implementar:

- I. Incentivar a recuperação do parque edificado ao nível, não só arquitetónico, mas também da utilização, contribuindo para a qualificação urbana da sede de concelho, e conferindo-lhe condições mais favoráveis para a sua integração em roteiros turísticos;
- II. Programar o espaço urbano e o seu crescimento através de uma estrutura coerente, devidamente dimensionado e adequado ao suporte físico e às necessidades de desenvolvimento;
- III. Definir uma estrutura ecológica visando a criação de espaços mais naturalizados ou de descompressão urbana, configurando uma malha/rede verde na área do plano;
- IV. Posicionar Ferreira do Zêzere nos circuitos turísticos e gastronómicos da região do Centro e do Vale do Tejo.

A viabilização destes quatro objetivos principais é importante para criar um aglomerado apetecível e adequadamente infraestruturado e, paralelamente, é da maior importância para o desenvolvimento turístico e melhoria da qualidade de vida urbana da população local, a estruturação da rede viária.

Os objetivos estão apoiados em ações programáticas que correspondem a um conjunto de opções essenciais para apoiar uma política de desenvolvimento económico e social e definir os princípios e regras para o uso e transformação do solo. Essas ações programáticas são apresentadas no quadro seguinte.

Quadro 2 - Relação entre as ações programáticas e os respetivos objetivos estratégicos do PUFZ.

Ações programáticas	Objetivo
A - Racionalizar e programar o crescimento urbano e requalificar a estrutura funcional:	
<p>1. Ajustar o perímetro urbano da Vila, estabelecido pelo PDM, adequando-o a uma escala de maior detalhe:</p> <ul style="list-style-type: none"> Consolidar o espaço urbano com base na rede viária hierarquizada, conferindo-lhe maior coesão. <p>2. Avaliar os indicadores urbanísticos definidos pelo PDM, adequando-os convenientemente às necessidades e características da propriedade, preconizando um crescimento equilibrado e uma ligação perfeita entre as diversas áreas urbanizadas ou a urbanizar:</p> <ul style="list-style-type: none"> Criar novas áreas urbanizáveis cuja ocupação seja regulada por indicadores urbanísticos que traduzam no terreno a densidade adequada face ao zonamento a estabelecer; Introduzir parâmetros específicos para as áreas onde coexistem edifícios com cêrceas diferentes de forma a permitir a uniformização das mesmas. <p>3. Promover a consolidação da atual área urbana com operações de preenchimento e recuperação do parque edificado existente de forma a rentabilizar as infraestruturas já construídas;</p> <p>4. Promover a reabilitação e reocupação do parque edificado existente, com especial preocupação para com a zona central da área de intervenção do Plano, evitando operações sem critério, quer em termos de volumetrias, quer em termos de linguagem, estabelecendo-se medidas para as futuras intervenções;</p> <p>5. Criação de áreas nas zonas urbanizáveis, que promovam e assegurem a implantação de outras funções urbanas para além da habitacional, como seja áreas para utilização coletiva;</p> <p>6. Estabelecer as prioridades/faseamento das diversas expansões previstas e ações a desenvolver, de forma a coordenar também as atuações públicas e privadas.</p>	<p>I II IV</p>
B - Definir uma estrutura verde adequada às necessidades da população e que contribua para uma integração harmoniosa nos espaços naturais envolventes:	
<p>1. Requalificar o Parque de Merendas:</p> <p>Permitir a implantação de equipamentos de apoio a esta função ou a outras de carácter recreativo e/ou de lazer.</p> <p>2. Valorizar os espaços exteriores públicos existentes:</p> <p>Contemplar os espaços de dimensão e importância à escala do Plano na Planta de Zonamento e definir regulamentação adequada.</p> <p>3. Definir novos espaços verdes, salvaguardando os recursos naturais:</p> <p>Criar espaços verdes de proximidade que constituam áreas de descompressão urbana, devidamente equipados, para permitir a fruição, estadia e recreio da população;</p> <p>Criar espaços verdes de proteção às linhas de água, para salvaguardar as faixas de servidão administrativa e de restrição de utilidade pública;</p> <p>Criar um Parque Urbano devidamente equipado e infraestruturado para servir a população concelhia.</p> <p>4. Definir corredores verdes de ligação entre os vários espaços verdes, constituindo uma estrutura verde consistente:</p> <p>Propor alinhamentos arbóreos e espaços verdes que constituam elementos de ligação entre os vários espaços públicos, incluindo equipamentos, e que, em simultâneo, contribuam para a qualificação do espaço;</p> <p>Criar corredores de ligação em zonas urbanizadas, privadas, incluídos em estrutura ecológica, para os quais se estabelecem em regulamento algumas orientações a considerar no âmbito de operações urbanísticas futuras, no sentido de permeabilizar esses corredores e consolidar essa estrutura ecológica.</p> <p>5. Definir espaços verdes de enquadramento a algumas infraestruturas rodoviárias:</p> <p>Criar zonas em torno de nós e troços viários do sistema primário, que lhes permitam conferir, para além de uma maior qualificação do espaço, também uma maior segurança, inviabilizando acessos diretos a essas vias.</p>	<p>I II III IV</p>
C - Prever zonas destinadas a novas unidades de equipamento de acordo com a importância e o papel da Vila a nível concelhio e sub-regional:	
<p>1. Definir zonas estrategicamente localizadas e suficientemente abrangentes para permitir a fixação de equipamentos de qualidade perfeitamente integrados na envolvente:</p> <ul style="list-style-type: none"> Criar espaços suficientes para viabilizar as intenções existentes e prever as necessidades futuras; Localizar convenientemente estes espaços para evitar estrangulamentos e, simultaneamente, assumirem um papel estruturante nas novas zonas a urbanizar. 	<p>II</p>

Ações programáticas	Objetivo
D - Incentivar a implementação do sector turístico:	
<p>1. Localizar zonas suficientemente abrangentes para permitir a fixação de unidades turísticas de qualidade e perfeitamente integradas na envolvente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incentivar o aproveitamento de imóveis existentes com valor patrimonial, recorrendo a apoios financeiros; • Definir os indicadores urbanísticos e características de ocupação que contribuam para a qualificação dos empreendimentos. <p>2. Promover e incentivar o desenvolvimento de atividades de apoio ao turismo, entre os quais se destacam a gastronomia, o artesanato local e as empresas de animação turística;</p> <p>3. Promover a "venda do produto local" junto de investidores e operadores turísticos, como sejam, as condições naturais, a proximidade ao rio Zêzere e à Albufeira de Castelo de Bode, e o património construído;</p> <p>4. Promover o Concelho como ponto estratégico e central de acesso a outros locais de interesse no território envolvente;</p> <p>5. Criar uma "linha" de informação, apoio e incentivo à formação nas áreas relacionadas com o turismo e à captação de novos investimentos em território municipal;</p> <p>6. Criar um espaço de acolhimento de grande visibilidade, inovador e apelativo para o turista e para transformar o passante em turista (como se fosse um pórtico de entrada para o concelho e para a região envolvente, onde o visitante encontre tudo o que precisa saber: onde comer, onde dormir e o que fazer). Espaço complementado com atividade de cafetaria, venda e acolhimento de empresas de animação turística, assegurando as necessidades resultantes das ações elencadas nos pontos anteriores 2 a 5.</p>	II IV
E - Preservar, recuperar e proteger o património cultural existente:	
<p>1. Identificar os imóveis e conjuntos com interesse e sinalizá-los convenientemente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definir regulamentação própria para esses imóveis e sua envolvente; • Viabilizar no Regulamento a realização das obras necessárias ao seu bom estado de conservação; • Prever o adequado tratamento dos espaços envolventes. <p>2. Identificar e divulgar os valores etnográficos.</p>	I II IV
F - Reformular e hierarquizar a rede viária, como opção de qualificação e funcionalidade urbana:	
<p>1. Qualificar a rede viária existente com a melhoria dos perfis e pavimentos de algumas vias, estabelecendo novos troços de ligação, construindo uma malha viária legível:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Hierarquizar a rede viária mediante uma classificação; • Inventariar e propor intervenções de beneficiação e reestruturação de alguns troços; • Definir novos troços e os seus perfis; • Definir novas bolsas para estacionamento, estrategicamente localizadas, para além da promoção de criação de faixas de apoio às novas vias a construir e, sempre que possível, junto às existentes. <p>2. Consagrar o traçado da Circular para permitir aliviar e criar alternativas de circulação às vias existentes.</p>	II
G - Melhorar os níveis de cobertura por parte das principais infraestruturas urbanas necessárias para o seu adequado funcionamento:	
<p>1. Infraestruturar corretamente as novas áreas a urbanizar.</p> <p>2. Melhorar as redes públicas existentes.</p>	I II
H - Definir Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG):	
<p>1. Delimitar as áreas a sujeitar à elaboração de Planos de Pormenor ou a outras ações programadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenhar novas áreas e estruturar outras, detalhando e concretizando as disposições relativas à estrutura urbana e ao uso do solo definidos no Plano de Urbanização. <p>2. Definir objetivos e prioridades de intervenção para as áreas.</p> <p>3. Definir formas de implementação das áreas a abranger por UOPG.</p>	II

3.4. Proposta do Plano

A proposta do PUFZ integra, para ocupação e transformação do solo, baseada essencialmente na distinção básica dos solos (solo rural e solo urbano).

Solo Rural

Como referido o solo rural é entendido como o solo *'que se destina ao aproveitamento agrícola, pecuário e florestal ou de recursos geológicos, a espaços naturais de proteção ou de lazer ou a outros tipos de ocupação humana que não lhe confirmam o estatuto de solo urbano.'* (n.º 2 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de maio).

Na estrutura de zonamento da área do PUFZ, o solo rural contempla a seguinte categoria de espaço:

- Espaço destinado a equipamento compatível com o solo rural.

Espaço destinado a equipamento compatível com o solo rural.

Tratando-se de uma área destinada ao novo cemitério e respetivos acessos, considerou-se como mais adequado manter o estatuto de Solo Rural mas alterando a atual categoria do PDM em vigor, de Espaço Florestal para Espaço destinado a equipamento compatível com o solo rural, fazendo-se acompanhar de um regime de uso próprio (ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 19.º da Portaria n.º 11/2009 de 29 de maio).

Solo Urbano

O solo urbano é entendido como “aquele para o qual é reconhecida vocação para o processo de urbanização e de edificação, nele se compreendendo os terrenos urbanizados ou cuja urbanização seja programada, constituindo o seu todo o perímetro urbano”. (Artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado pelo n.º 316/2007, de 19 de setembro).

Na estrutura de zonamento do plano, o solo urbano contempla as seguintes categorias e subcategorias de espaços:

Solo Urbanizado

- Espaços Centrais.
- Espaços residenciais existentes:
 - Espaços consolidados
 - Espaços a consolidar:
 - Espaços a consolidar de tipo I;
 - Espaços a consolidar de tipo II.
- Espaços de uso especial existentes:

- Espaços de equipamentos
- Espaços de Turismo
- Espaços de atividades económicas existentes.
- Espaços verdes existentes:
 - Espaços verdes de enquadramento
 - Espaços verdes equipados
 - Alinhamentos arbóreos existente

Solo Urbanizável

- Espaços residenciais propostos:
 - Espaços de média densidade
 - Espaços de baixa densidade
- Espaços de uso especial propostos:
 - Espaços para equipamentos
- Espaços verdes propostos:
 - Espaços verdes de proteção
 - Espaços verdes de enquadramento
 - Espaços verdes equipados
 - Alinhamentos arbóreos existente

Espaço canal em solo urbano

SOLO URBANIZADO

ESPAÇOS CENTRAIS.

Estes espaços correspondem a áreas consolidadas do ponto de vista urbanístico, e desempenham funções de centralidade no aglomerado de Ferreira do Zêzere, concentrando o uso terciário e o uso habitacional.

São, na sua maioria, as áreas de ocupação mais antiga no aglomerado, e por isso apresentam algum edificado em mau estado de conservação, embora cada vez em menor número, na medida em que se em vindo a assistir a diversas intervenções de conservação e renovação do parque edificado.

ESPAÇOS RESIDENCIAIS EXISTENTES

Nestas áreas domina a função residencial, podendo acolher outros usos desde que compatíveis com a utilização dominante: comércio, serviços, turismo, estabelecimentos de restauração ou similares, equipamentos e espaços verdes de utilização coletiva, armazéns e indústria.

Espaços consolidados

São áreas onde a atividade de construção se limita, na generalidade, a operações de renovação, quer ao nível do edificado, quer de conjuntos urbanos, ou a obras de conservação, alteração, ampliação e reabilitação. Têm a ver, não só com alguns espaços de ocupação antiga, para os quais se pretende a valorização e preservação, mas essencialmente com áreas de ocupação mais recente, nas quais a atividade de construção consiste em operações de conservação.

As tipologias habitacionais são a unifamiliar e a coletiva, permitindo-se as três tipologias de construção, isolada, geminada ou em banda.

Espaços a consolidar

Estes espaços abrangem as situações onde já existem operações de loteamento aprovadas, ou onde se verifica uma concentração de edificações, deixando diversos espaços intersticiais livres. Constituem áreas de consolidação habitacional e económica. Esta subcategoria domina o zonamento definido, fazendo a transição dos Espaços consolidados ou dos Espaços Centrais para os Espaços residenciais propostos, ou até para o solo rural.

As tipologias de construção permitidas são a isolada, geminada e em banda, que permitem a implantação de comércio e serviços no piso térreo, e serviços também no primeiro piso.

Espaços a consolidar de tipo I

Nos Espaços a consolidar de tipo I, o número máximo de pisos corresponde a 2 para habitação unifamiliar e 3+1 recuado, para habitação coletiva.

Espaços a consolidar de tipo II

Nos Espaços a consolidar de tipo II, apenas se permite a tipologia habitacional unifamiliar, com o número máximo de pisos correspondente a 2.

ESPAÇOS DE USO ESPECIAL EXISTENTES

Os espaços de uso especial correspondem as áreas afetas a equipamentos e a turismo.

Espaços de equipamentos

Na Planta de Zonamento foram assinaladas as áreas ou edifícios de equipamentos existentes, com expressão à escala do Plano. Estes equipamentos estão essencialmente ligados ao ensino, formação, desporto, saúde, segurança e proteção civil, cultura e religião.

Espaços de Turismo

A localização geográfica e as suas características físicas/naturais, conferem ao Concelho de Ferreira do Zêzere um conjunto de potencialidades no sector turístico. Esta subcategoria de espaço destina-se à instalação de empreendimentos turísticos.

ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS EXISTENTES

Os espaços de atividades económicas correspondem a um conjunto de instalações industriais existentes e funções complementares dotadas de infraestruturas, cuja manutenção é considerada estratégica para o município do ponto de vista económico e social.

ESPAÇOS VERDES EXISTENTES

Os espaços verdes são áreas com funções de equilíbrio ecológico e de acolhimento de atividades ao ar livre de recreio e lazer, coincidindo no todo ou em parte com a estrutura ecológica.

Espaços verdes de enquadramento e Alinhamentos arbóreos existente

São áreas que promovem o enquadramento de infraestruturas viárias e estacionamento, e edifícios.

São predominantemente espaços contidos, assumindo, no entanto, importância relevante ao nível da definição da estrutura verde secundária e enquanto elementos de qualificação urbana e ambiental.

São ainda integrados nos espaços verdes de enquadramento os alinhamentos arbóreos existentes em passeio público. Estas estruturas têm grande interesse do ponto de vista ambiental, pois constituem eixos de penetração na malha urbana, fundamentais para o estabelecimento do *continuum naturale*.

Espaços verdes equipados

Constituem espaços públicos fundamentais na consolidação da estratégia de implementação de uma estrutura verde coerente e que responda de forma cabal às várias necessidades em termos de lazer e recreio dos vários estratos etários da população, devendo ser consideradas como elementos de definição da estrutura verde secundária do aglomerado, à semelhança dos espaços verdes de enquadramento e dos espaços pavimentados de enquadramento.

Estes espaços verdes podem assumir a forma de praças, largos, jardins, parques, podendo integrar ou não, estacionamento de apoio, correspondendo aos locais preferenciais para a instalação de mobiliário e equipamento urbano que permitam a permanência da população.

SOLO URBANIZÁVEL

ESPAÇOS RESIDENCIAIS PROPOSTOS

São áreas pouco urbanizadas que constituem as áreas preferenciais para a expansão habitacional, sem excluir os restantes usos compatíveis, incluindo o uso industrial e o uso turístico. Estes espaços poderão assumir diferentes expressões consoante a sua localização, características e envolvente. Pretende-se desta forma, criar espaços de transição para o solo rural, diminuindo a densidade da ocupação.

Espaços de média densidade

São áreas de expansão que, pelas suas características, envolvência e/ou proximidade, têm apetência e potencialidades para uma ocupação de tipologia habitacional unifamiliar e coletiva, em edifícios isolados, geminados ou em banda, com um máximo de 2 e 3 pisos + 1 recuado, respetivamente para cada tipologia habitacional. Para além da habitação, são permitidos usos como comércio, serviços, equipamentos e estabelecimentos de restauração e bebidas.

Espaços de baixa densidade

Os espaços de baixa densidade localizam-se nas áreas mais periféricas do aglomerado em estreita ligação com a ocupação dominante nos espaços a consolidar ou consolidados contíguos. Assim, na AI do Plano, e dado o seu carácter dominante de área a preencher, nestes espaços, devem ser adotadas características de ocupação que se harmonizem com os espaços a consolidar, em ligação com os espaços verdes e os espaços de e para equipamentos.

ESPAÇOS DE USO ESPECIAL PROPOSTOS

Os espaços de uso especial propostos são as áreas destinadas a equipamentos e a infraestruturas estruturantes ou outros usos, nomeadamente, lazer e recreio.

Espaços para equipamentos

Estes espaços destinam-se à implantação de equipamentos de prestação de serviços de saúde, educação, ação social, segurança e proteção civil, serviços de carácter económico e ainda à prática pela coletividade de atividades culturais, de desporto e de recreio e lazer.

ESPAÇOS VERDES PROPOSTOS

Os espaços verdes são áreas com funções de equilíbrio ecológico e de acolhimento de atividades ao ar livre de recreio, lazer, desporto e cultura, agrícolas ou florestais, coincidindo no todo ou em parte com a estrutura ecológica.

Espaços verdes de proteção

Estas áreas correspondem a situações “non-aedificandi” e constituem áreas de elevada importância ambiental, devendo ser consideradas como elementos essenciais na definição da estrutura verde primária do aglomerado.

Esta categoria corresponde principalmente a linhas de água, assim como a solos sujeitos à ação da erosão. No caso das linhas de água será ainda preconizada a manutenção, valorização e recuperação das respetivas galerias ripícolas.

Espaços verdes de enquadramento e Alinhamentos arbóreos existente

São áreas que promovem o enquadramento de infraestruturas, edifícios e áreas de estacionamento, à semelhança das existentes.

Estes espaços propostos, ao contrário dos existentes, são espaços de maior dimensão, totalizando área significativa, e que assumem, igualmente, importância relevante ao nível da definição da estrutura verde secundária e enquanto elementos de qualificação urbana e ambiental.

São ainda integrados nestes espaços os alinhamentos arbóreos propostos em passeio público, ou nos próprios espaços. Estas estruturas têm grande interesse do ponto de vista ambiental, pois constituem eixos de penetração na malha urbana, fundamentais para o estabelecimento do *continuum naturale*.

Espaços verdes equipados

Estes espaços, tal como os Espaços verdes equipados (existentes), constituem espaços públicos fundamentais na consolidação da estratégia de implementação de uma estrutura verde coerente e que responda de forma cabal às várias necessidades em termos de lazer e recreio dos vários estratos etários da população, devendo ser consideradas como elementos de definição da estrutura verde secundária do aglomerado, à semelhança dos restantes espaços verdes para além dos espaços verdes de proteção (estrutura verde primária).

ESPAÇO CANAL EM SOLO URBANO

Os espaços canais, na AI do PUFZ correspondem às áreas ocupadas pela rede viária desenhada na planta de implantação, incluindo passeios e estacionamento que se desenvolvem ao longo da mesma.

UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

Na área do Plano foram definidas 3 unidades operativas de planeamento e gestão (UOPG). Estas unidades demarcam espaços de intervenção com uma planeada ou pressuposta coerência, que requerem uma abordagem integrada e de conjunto, com programas diferenciados para tratamento a um nível de planeamento mais detalhado, com vista à sua execução.

As UOPG definidas são:

UOPG 1 - Zona urbanizável Norte (8,3ha);

UOPG 2 - Zona urbanizável Sudoeste (9,3ha)

UOPG 3 - Zona urbanizável Sudeste (15,0ha)

ESTRUTURA ECOLÓGICA

Considera-se, a estrutura ecológica, dividida em estrutura verde principal, quando apresenta funções de proteção, e estrutura verde secundária quando se distribui numa escala de espaços ajardinados, de maior ou menor dimensão, equipados ou não, praças, etc., que transmite ao cidadão a presença mais próxima e constante de elementos vegetais no aglomerado urbano. A ligação entre estes dois níveis de estrutura verde é, por vezes, assegurada através de alinhamentos arbóreos, que poderão ter a forma de ruas arborizadas, e ainda, por outros espaços que são designados “de ligação”.

Estes espaços de ligação correspondem a algumas situações de corredores, que não são qualificados como espaços verdes, e sobrepõem espaços residenciais existentes ou propostos, e espaços de equipamentos existentes e propostos, bem como todos os espaços canais abrangidos. Não sendo, uma opção prática delimitá-los como novos espaços verdes em virtude do grau de consolidação, no caso do solo urbanizado, ou por se pretender apenas salvaguardar a permeabilidade do solo, foram então considerados como Estrutura Ecológica permitindo estabelecer, em sede de regulamento, um conjunto normativo que tente um melhor enquadramento e salvaguarda da referida “rede verde”.

No caso dos corredores associados a subcategorias de espaço preconiza-se, em sede de regulamento, a substituição de muros e vedações, e a adequação do coberto vegetal e das espécies arbóreas, no sentido de viabilizar o desejado “*continnum naturale*”, e para as restantes (espaços canais) há apenas que cumprir as disposições regulamentares.

A Estrutura ecológica proposta resulta assim num total de cerca de 44,8 ha da área do PUFZ, ou seja, cerca de 28,6 % da Solo Urbano.

Quadro 3 - Quantificação da Estrutura Ecológica

		Hectares	
Estrutura Ecológica	Principal	3,4	
	Secundária (inclui alinhamentos arbóreos)	17,9	
	Espaços de ligação	Corredores em espaços residenciais ou propostos e espaços associados a equipamentos	3,9
		Espaços canais	19,6
	TOTAL		44,8

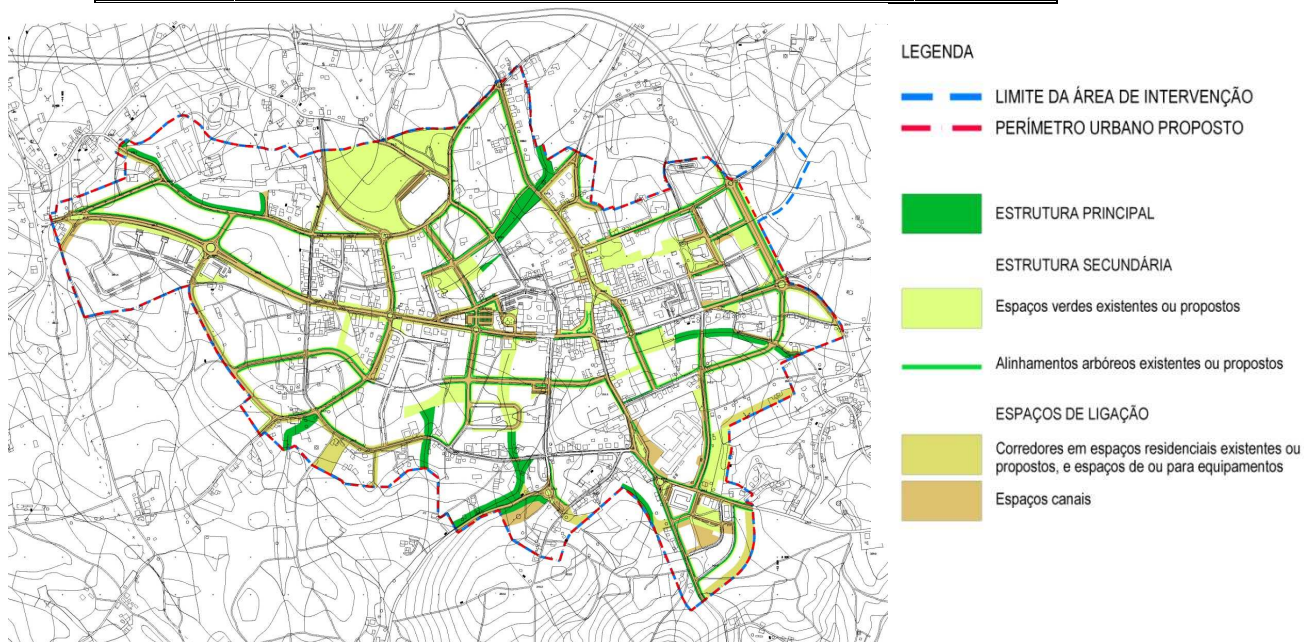
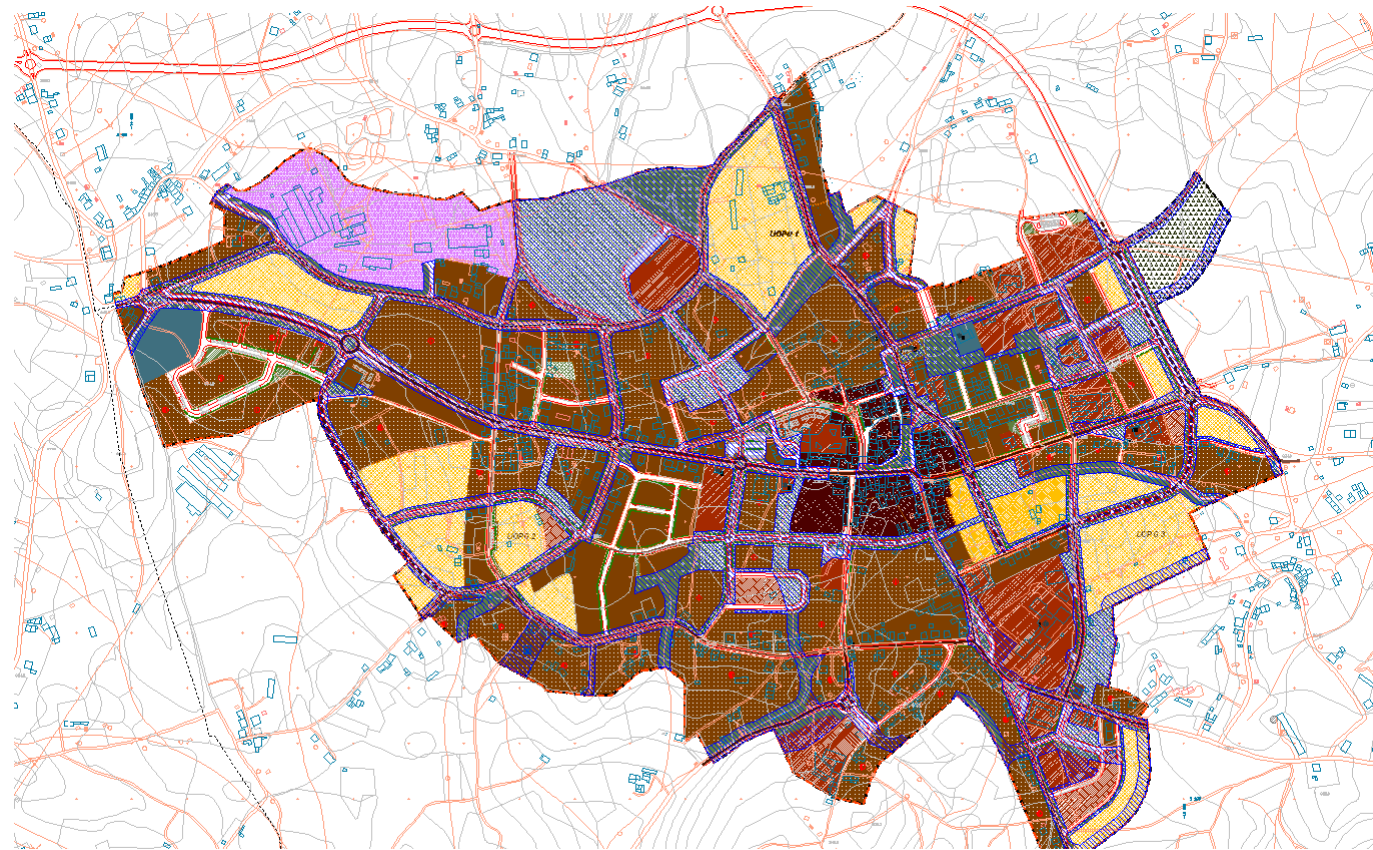


Figura 4 - Estrutura Ecológica da área do PUFZ.

Fonte: Plural, Maio 2013

Quadro 4 - Quantificação do zonamento do PUFZ

Classificação	Categoria Operativa	Categoria funcional	Subcategoria funcional	Áreas (m ²)		
Solo rural		Espaço destinado a equipamento compatível com solo rural e espaço canal contíguo		24129,29		
Solo urbano	Solo urbanizado	Espaços centrais		48083,89	917620,63	
		Espaços residenciais existentes	Espaços consolidados	178969,47		
			Espaços a consolidar:			
			Espaços de tipo I	255217,39		
			Espaços de tipo II	169744,68		
		Espaços de uso especial existentes	Espaços de equipamentos	135469,09		
	Espaços de turismo		14655,99			
	Espaços de atividades económicas		69222,02			
	Espaços verdes existentes	Espaços verdes de enquadramento	18303,26			
		Espaços verdes equipados	27954,84			
		Alinhamentos arbóreos existentes	-			
	Solo urbanizável	Espaços residenciais propostos	Espaços de média densidade	17419,02	384559,34	
			Espaços de baixa densidade	179365,35		
Espaços de uso especial propostos		Espaços para equipamentos	14474,40			
Espaços verdes propostos		Espaços verdes de proteção	34365,34			
	Espaços verdes para enquadramento	62657,57				
	Espaços verdes de recreio e lazer	76277,66				
	Alinhamentos arbóreos propostos	-				
Espaços canal em solo urbano				261821,00		
				Total	1588130,26	



LEGENDA

+ - - + LIMITE DE FREGUESIA (CAOP 2012)

— | — LIMITE DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

— — — PERÍMETRO URBANO PROPOSTO

SOLO RURAL

△ △ △ ESPAÇO DESTINADO A EQUIPAMENTO COMPATÍVEL COM O SOLO RURAL

SOLO URBANO

SOLO URBANIZADO

■ Espacos centrais

■ Espacos residenciais existentes:

■ Espacos consolidados

■ Espacos a consolidar:

⓪ De Tipo I

⓪ De Tipo II

Espacos de uso especial existentes:

■ Espacos de equipamentos

■ Espacos de turismo

■ Espacos de actividades económicas

Espacos verdes existentes:

■ Espacos verdes de enquadramento

■ Espacos verdes equipados

— — — Alinhamentos arbóreos existentes

SOLO URBANIZÁVEL

Espacos residenciais propostos:

■ Espacos de média densidade

■ Espacos de baixa densidade

Espacos de uso especial propostos:

■ Espacos para equipamentos

Espacos verdes propostos:

■ Espacos verdes de protecção

■ Espacos verdes para enquadramento

■ Espacos verdes de recreio e lazer

— — — Alinhamentos arbóreos propostos

Figura 5 - Planta de Zonamento do PUFZ.

4. Definição dos Fatores Críticos Para a Decisão

Segundo o “Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica” os Fatores Críticos para a Decisão “constituem os temas fundamentais para a decisão sobre ao quais a AAE se deve debruçar, uma vez que identificam os aspetos que devem ser considerados pela decisão na conceção da sua estratégia e das ações que a implementam, para melhor satisfazer objetivos ambientais e um futuro mais sustentável”.

Ainda segundo a referida publicação, os FCD resultam da integração do **Quadro de Referência Estratégico, dos objetivos Estratégicos** definidos na proposta do PUFZ e dos **Fatores Ambientais** e como já explicitado no capítulo relativo à metodologia, estes **Fatores Críticos para a Decisão (FCD)** constituem-se como os temas-chave a considerar no âmbito da avaliação, conferindo-lhe a focagem e seletividade necessária para se constituir como um processo de natureza estratégica.

4.1. Quadro de Referência Estratégico

O Quadro de Referência Estratégico (QRE) estabelece as orientações da política ambiental e de sustentabilidade, definidas a nível nacional, europeu e internacional, relevantes para a avaliação. Os instrumentos de referência identificados definem o Quadro de Referência Estratégico, para o plano em análise, e permitem identificar os objetivos de sustentabilidade que devem ser considerados no desenvolvimento das opções do plano. Os instrumentos identificados e analisados como precursores de orientações estratégicas para a proposta do PUZV estão listados no Quadro 5.

Quadro 5 - Quadro de Referência Estratégica para AAE do PUFZ.

Instrumento	Acrónimo
Instrumento de Enquadramento Estratégico Nacional	
Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007 - 2013	QREN
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	PNPOT
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável	ENDS
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade	ENCNB
Plano Nacional de Alterações Climáticas	PNAC
Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética	PNAEE
Plano Nacional da Água	PNA
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde	PNAAS
Plano Estratégico Nacional do Turismo	PENT
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água	PNUEA
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II	PEAASAR II
Plano Estratégico para os recursos sólidos urbanos II	PERSU II

Plano Rodoviário Nacional	PRN - 2000
Instrumento de Enquadramento Estratégico Regional	
Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Tejo	PBH - Rio Tejo
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo	PROFR
Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo	PROT-OVT
Instrumento de Enquadramento Estratégico Local	
Plano Municipal de Defesa da Floresta e Combate a Incêndios de Ferreira do Zêzere	PMDFCI - Ferreira do Zêzere
Programa Territorial de Desenvolvimento do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul	PTD-MTPI
Plano Diretor Municipal de Ferreira do Zêzere	PDM

O QRE considerado na presente avaliação foi definido em função do âmbito do Plano e das suas QE, podendo-se, a partir dos mesmos, compreender o cenário de desenvolvimento apontado para a região onde se insere o Plano. No Anexo III apresentam-se os objetivos dos diversos planos e programas do QRE, que resultaram da identificação das relações de convergência com as questões estratégicas subjacentes à elaboração do Plano.

4.2. Convergência entre o Quadro de Referência Estratégico e os Objetivos estratégicos

Em termos metodológicos, pretende-se neste ponto verificar a afinidade dos objetivos Estratégicos definidas para o PUFZ, e os objetivos estratégicos estabelecidos para os Planos e Programas que constituem o Quadro de Referência Estratégico, cuja pormenorização dos objetivos estratégicos encontra-se no Anexo II.

A análise de afinidade entre os objetivos dos instrumentos do **Quadro de Referência Estratégico** (estabelecidos no Anexo II) e os **objetivos estratégicos** (definidos no ponto 3.3), expressa-se nas tabelas de dupla entrada apresentadas no Anexo III.

O objetivo é verificar o cumprimento de orientações relevantes e a coerência no cumprimento das mesmas, detetando e evitando, sempre que se justifique, eventuais conflitos.

Conforme exposto detalhadamente no capítulo relativo à metodologia, esta análise permite evidenciar as questões de sustentabilidade ambiental que se prefiguram como determinantes para integrarem os FCD que devem ser avaliados, por forma a contribuir para o processo de tomada de decisão e promover o alcance do(s) objetivo(s) de sustentabilidade ambiental pretendidos na execução do PUFZ.

Neste contexto, e tendo em consideração o avançado estado de evolução da proposta do PUFZ, a identificação de relações fracas a médias determinará a introdução de medidas que promovam o alcance do(s) objetivo(s) de sustentabilidade ambiental pretendidos, numa fase posterior de seguimento.

4.3. Identificação dos Fatores Críticos para a Decisão

Os **Fatores Ambientais** (FA) definem o âmbito ambiental relevante dado o alcance e a escala do plano ou programa em avaliação. Os FA considerados na presente análise são os legalmente definidos no Decreto-Lei n.º 232/2007, alínea e), n.º 1, artigo 6.º, no que respeita à *“biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, atmosfera, fatores climáticos, bens materiais, património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, paisagem e inter-relação entre todos estes fatores”*.

Em resultado das correspondências identificadas nas tabelas apresentadas no Anexo III ao presente relatório, e considerando as questões ambientais legalmente definidas, foi selecionado um conjunto de áreas estratégicas de convergência para o desenvolvimento sustentável e para o ambiente, as quais constituem os Fatores Críticos para a Decisão (FCD). Assim, os FCD para o PUFZ, são:

▾ Biodiversidade e Conservação da Natureza

Pretende-se avaliar as ações propostas em termos dos seus efeitos na preservação e utilização sustentável da biodiversidade dos ecossistemas, bem como na conservação dos valores naturais do município.

▾ Ordenamento e Qualificação do Território

Pretende-se avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível da organização e requalificação do espaço biofísico do concelho, no que à política, uso e ocupação do solo diz respeito,

considerando também os aspetos que conduzem à melhoria e valorização das componentes do território municipal (infraestruturas e equipamentos) e da mobilidade e acessibilidade.

▾ **Desenvolvimento económico e social**

Pretende-se avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível da competitividade e dinâmica empresarial, na dinâmica turística associada ao património e aos recursos naturais e no desenvolvimento humano nomeadamente ao nível da qualificação dos recursos humanos e na promoção do emprego.

▾ **Qualidade Ambiental**

Permite avaliar o contributo do Plano para a qualidade do ambiente no município, nomeadamente quais as implicações das ações propostas na qualidade do ar, água, ruído, gestão de resíduos e proteção do solo.

▾ **Património e Paisagem**

Visa avaliar em que medida o Plano contribui para a preservação dos valores paisagísticos e patrimoniais, incluindo os valores arquitetónicos e arqueológicos

▾ **Alterações Climáticas e Riscos Naturais**

Permite avaliar o contributo do Plano para a eficiência energética e combate as alterações climáticas e na prevenção dos riscos naturais.

O Quadro 6 identifica as relações entre os FA definidos pelo Decreto-Lei n.º 232/2007 e os FCD identificados para a presente AAE. Da análise do Quadro infere-se que a Governança tem uma relação indireta com todos os fatores ambientais.

Quadro 6 - Relação entre os FA e os FCD definidos.

FCD \ FA	Biodiversidade e Conservação da Natureza	Ordenamento e Qualificação do Território	Desenvolvimento Económico e Social	Património e Paisagem	Qualidade Ambiental	Alterações Climáticas e Riscos Naturais
Biodiversidade	X	X				X
Fauna	X	X				X
Flora	X	X				X
Património Cultural		X	X	X		
Atmosfera					X	X
Água	X				X	X
Solo	X	X			X	X
Fatores Climáticos	X				X	X
Paisagem	X	X		X		
Bens materiais		X	X	X		X

População			X		X	X
Saúde Humana		X	X		X	X

Importa ainda a respeito dos FCD definidos demonstrar que os mesmos possuem uma relação direta com o cumprimento dos objetivos genéricos dos vários instrumentos identificados no quadro de referência, realçando-se a intensa relação dada pelos diferentes instrumentos para o FCD que se designou de Qualidade Ambiental (Quadro 5).

Quadro 5 - Relação entre os FCD e os instrumentos de referência ambiental definidos.

QRE \ FCD	Biodiversidade e Conservação da Natureza	Ordenamento e Qualificação do Território	Desenvolvimento Económico e Social	Património e Paisagem	Qualidade Ambiental	Alterações Climáticas e Riscos Naturais
QREN	X	X	X	X	X	X
PNPOT	X	X	X	X	X	X
ENDS	X	X	X	X	X	X
ENCNB	X			X		
PNAC	X				X	X
PNAEE			X		X	X
PNA					X	
PNAAS			X		X	
PENT			X			
PNUEA					X	
PEAASAR II		X			X	
PERSU II		X			X	
PRN - 2000		X	X			
PNACE			X			
PBH - Tejo	X			X	X	X
PROF FR	X	X	X			X
PRPT-OVT		X	X		X	
PMDFCI	X	X				X
PTD-MTPIS		X	X	X		
PDM Ferreira do Zêzere	X	X	X	X	X	X

5. Situação Existente e Tendências de Evolução Sem o Plano

De acordo com o apresentado no capítulo relativo à metodologia a avaliação ambiental será desenvolvida tendo por base os fatores críticos para a decisão selecionados na fase de determinação do âmbito, os quais reúnem os aspetos de ambiente e sustentabilidade relevantes que servirão de base para a tomada de decisão

5.1. Biodiversidade e Conservação da Natureza

5.1.1 Descrição do FCD e seus objetivos

No âmbito do presente Fator Crítico de Decisão pretende-se avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível da conservação da natureza, assim como da Biodiversidade, determinando as oportunidades e riscos, que correspondem respetivamente aos impactes positivos e negativos de natureza estratégica, usando, sempre que a informação disponível o permitiu, o critério de avaliação e indicadores apresentados no quadro seguinte.

Quadro 7 - Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Biodiversidade e Conservação da Natureza.

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Biodiversidade e Conservação da Natureza	Conservação da Natureza e da Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover uma política de conservação da natureza e da biodiversidade. ▪ Evitar a fragmentação dos ecossistemas garantindo um <i>continuum naturale</i>. ▪ Compatibilizar o desenvolvimento territorial com a biodiversidade. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Área de valores naturais afetada ▪ Área da Estrutura Ecológica Municipal. ▪ Afetação de áreas de REN e RAN ▪ Afetação de áreas de Domínio Hídrico

5.1.2. Situação existente e análise tendencial

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E BIODIVERSIDADE

Conservação da Natureza

A área de implantação do PUFZ não integra nenhuma área integrada na Rede Nacional de Áreas Protegidas, classificadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 janeiro. Da mesma forma, também não existem áreas integradas na Rede Natura 2000, classificadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 140/99, 24 abril revisto pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 fevereiro.

Considerando ainda o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000, de 5 de julho, que define os limites do à definição do Sítio Rede Natura 2000 - Sítio Sicó/Alvaiázere (PTCON0045) e no Plano sectorial Rede Natura 2000, publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho, que caracteriza os Sítios da rede Natura 2000.

A área classificada mais próxima é o Sítio Sicó/Alvaiázere (PTCON0045), ocupando no território de Ferreira do Zêzere uma área aproximada de 4 338 ha, isto é, 23% da área total concelhia.

Conforme indicado na ficha de caracterização do Sítio Sicó/Alvaiázere, este encontra-se descrito por possuir uma elevada diversidade de habitats associados ao substrato calcário. Inclui as maiores e mais bem conservadas áreas do país de carvalho de carvalho-cerquinho (*Quercus faginea subsp. broteroi*) e manchas notáveis de azinhais (*Quercus rotundifolia*) sobre calcários, em bom estado de conservação.

Ainda como referido na ficha de caracterização do Sicó/Alvaiázere merecem destaque os habitats rupícolas, ricos em flora diversa, caso dos afloramentos rochosos colonizados por comunidades casmofíticas ou das lajes calcárias, dispostas em plataforma praticamente horizontal percorrida por um reticulado de fendas, e os prados com comunidades de plantas suculentas e os arrelvados vivazes, com abundância de orquídeas. Ocorrem também cascalheiras calcárias, pobres em vegetação pela instabilidade do substrato e ausência de solo à superfície.

Troços significativos das margens do Rio Nabão e de alguns dos seus afluentes são ocupados por uma galeria praticamente contínua, em bom estado de conservação, de diversas espécies arbóreas ripícolas, assinalando-se a ocorrência de galerias dominadas por choupos e/ou salgueiros e de bosques ripícolas e paludosos de amieiros ou salgueiros.

O Sítio constitui-se com uma das áreas mais importantes para a conservação da flora calcícola, sendo de realçar o *Juncus valvatus*, um endemismo lusitano.

O Rio Nabão é um dos poucos locais de ocorrência confirmada da lampreia-de-riacho (*Lampetra planeri*).

O Sítio inclui vários abrigos de morcegos importantes a nível nacional, que albergam colónias de criação de morcego-rato-grande (*Myotis myotis*), de hibernação de morcego-de-ferradura-grande (*Rhinolophus ferrumequinum*) e de criação e hibernação de morcego-de-peluca (*Miniopterus schreibersi*).

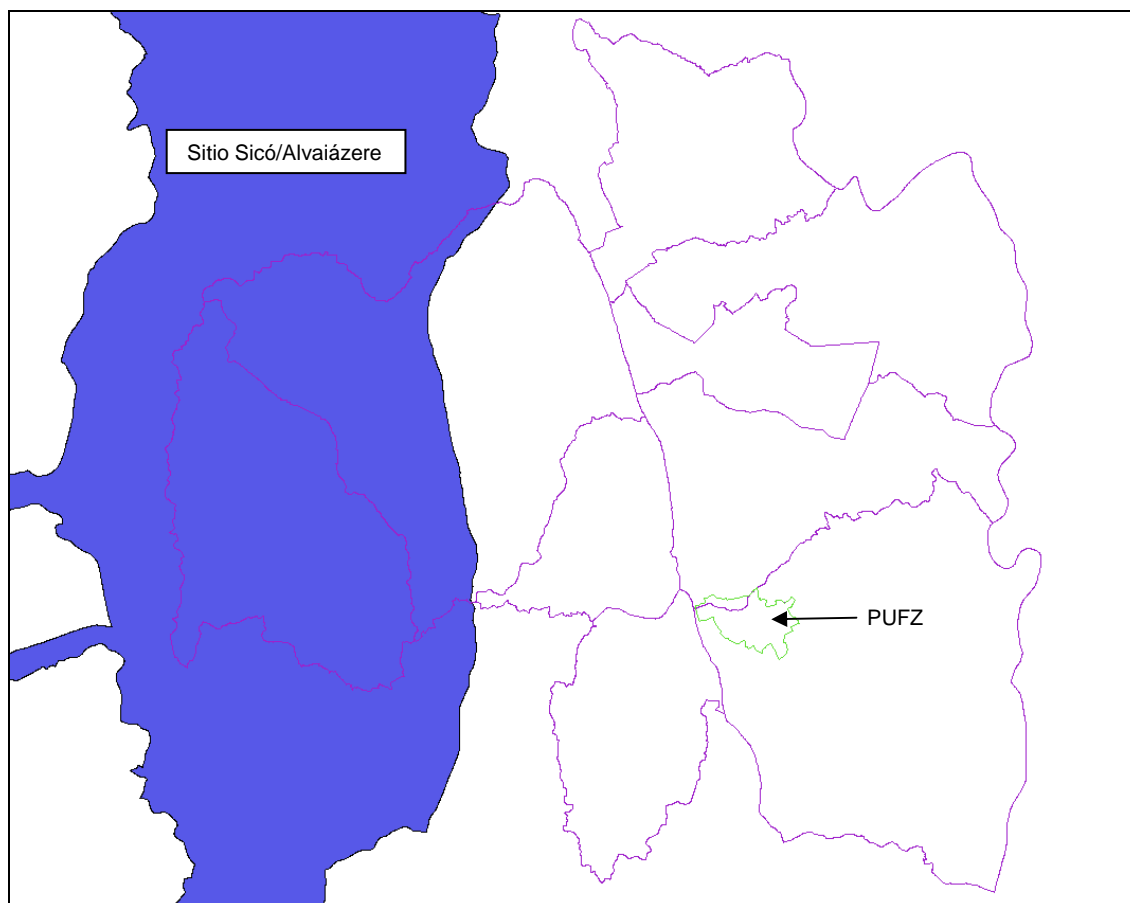


Figura 6 - Área Classificada sítio Sικό/Alvaiázere na envolvente do PUFZ

Segundo o PSRN2000 (ICNB,2006), os principais habitats e valores naturais de flora e fauna do sítio Sικό/alvaiázere, são apresentados nos quadros seguintes.

Quadro 8 - Habitats naturais e seminaturais constantes do anexo B-I do Dec. Lei n.º 49/2005 de 24 de fevereiro presentes no sítio Sικό/Alvaiázere

Código	Designação
3130	Água estagnadas, oligotróficas a mesotróficas, com vegetação da Littorelletea uniflorae e ou da Isoëto-Nanojuncetea
3170	Charcos temporários mediterrânicos
3260	Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da Ranunculion fluitantis e da Callitriche-Batrachion
3290	Cursos de água mediterrânicos intermitentes da Paspalo-Agrostidion
4020	Charnekas húmidas atlânticas temperadas de Erica ciliaris e Erica tetralix
4030	Charnekas secas europeias
5230	Matagais arborescentes de Laurus nobilis
5330	Matos termomediterrânicos pré-desérticos
6110	Prados rupícolas calcários ou basófilos da Alysso-Sedion albi

Código	Designação
6210	Prados secos seminaturais e facies arbustivas em substrato calcário (Festuco-Brometalia)(*importantes habitats de orquídeas)
6220	Subestepes de gramíneas e anuais da Thero-Brachydieta
6310	Montados de Quercus spp. de folha perene
6420	Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da Molinion-Holoschoenion
8130	Depósitos mediterrânicos ocidentais e termófilos
8210	Vertentes rochosas calcárias com vegetação casmofítica
8240	Lages calcárias
8310	Grutas não exploradas pelo turismo
91B0	Faias de Asperulo-Fagetum
91E0	Florestas aluviais de Alnus glutinosa e Fraxinus excelsior (Alno-Padion, Alnion incanae, Salicion albae)
9230	Carvalhais galaico-portugueses de Quercus robur e Quercus pyrenaica
9240	Carvalhais ibéricos de Quercus faginea e Quercus canariensis
92A0	Florestas-galerias com Salix alba e Populus alba
9330	Florestas de Quercus suber
9340	Florestas de Quercus ilex e Quercus rotundifolia
A negrito:habitats prioritários	

Quadro 9 - Espécies de Flora e Fauna constantes no Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24 de fevereiro presentes no sítio Sicó/Alvaiázere

Espécies da fauna constantes do anexo B-II	MAMIFEROS: <i>Rhinolophus mehelyi</i> (morcego-de-ferradura-mourisco), <i>Rhinolophus hipposideros</i> (morcego-de-ferradura-pequeno), <i>Rhinolophus ferrum-equinum</i> (morcego-de-ferradura-grande), <i>Rhinolophus euryale</i> (morcego-de-ferradura-mediterrânico), <i>Myotis emarginatus</i> (morcego-lanudo), <i>Myotis myotis</i> (morcego-rato-grande), <i>Myotis blythii</i> (morcego-rato-pequeno), <i>Miniopterus Schreibersi</i> , <i>Lutra lutra</i> (lontra).
	ANFÍBIOS E RÉPTEIS: <i>Mauremys leprosa</i> (cágado-mediterrâneo), <i>Lacerta schreiberi</i> (lagarto-de-água), <i>Chioglossa Lusitanica</i> (salamandra-lusitânica)
	PEIXES: <i>Lampetra planeri</i> (lampreia-pequena), <i>Chondrostoma polylepis</i> (boga), <i>Rutilus Alburnoides</i> (Bordalo), <i>Rutilus macrolepidotus</i> (ruivaco)
Espécies da flora constantes do anexo B-II	<i>Silene longicilia</i> , <i>Arabis sadina</i> , <i>Narcissus calcicola</i> , <i>Juncus valvatus</i>
Outras Espécies dos Anexos B-IV e B-V	FLORA: <i>Anthyllis vulneraria ssp. Lusitanica</i> , <i>Narcissus bulbocodium</i> (campainhas-amarelas), <i>Ruscus aculeatus</i> (gilbardeira), <i>Saxifraga cintrana</i> (quaresma-de-sintra). FAUNA: <i>Rana ibérica</i> (rã-ibérica), <i>Rana perezi</i> (rã-verde), <i>Triturus marmoratus</i> (tritão-marmorado), <i>Coluber hippocrepis</i> (cobra-de-ferradura), <i>Myotis daubentonii</i> (morcego-de-água), <i>Myotis nattereri</i> (morcego-de-franja).

Os principais fatores de ameaça neste Sítio da Rede Natura 2000 são:

- Construção urbana e industrial.
- Construção Infraestruturas.
- Corte de carvalho cerquinho para lenha.
- Extração de inertes.
- Incêndios.
- Corte de vegetação ribeirinha.
- Poluição dos cursos de água.
- Florestações com espécies alócatones.
- Perturbação das grutas.
- Pressão turística.

No quadro seguinte, apresenta-se informação relativa à avifauna com estatuto de ameaça referenciada para o concelho de Ferreira do Zêzere

Quadro 10 - Espécies de Aves do Livro Vermelho referenciadas para o concelho de Ferreira do Zêzere

Espécie	Nome Comum	Estatuto de Conservação	Habitats
<i>Accipiter gentilis</i>	Açor	VU	Florestal
<i>Actitis hypoleucos</i>	Maçarico-das-rochas	VU	Zonas húmidas
<i>Asio Otus</i>	Bufo-pequeno	DD	Forestal
<i>Bubo bubo</i>	Bufo-real	NT	Rupicola
<i>Caprimulgus ouropaeus</i>	Noitibó-cinzento	VU	Forestal
<i>Circaetus gallicus</i>	Águia-cobreira	NT	Forestal
<i>Circus pygargus</i>	Tartaranhão-caçador	EN	Agrícola
<i>Corvus corax</i>	Corvo	NT	Rupicola/Florestal
<i>Falco peregrinus</i>	Falção-peregrino	VU	Rupicola
<i>Falco subbuteo</i>	Ógea	VU	Florestal
<i>Hieraetus fasciatus</i>	Águia-de-bonelli	EN	Rupicola
<i>Hieraetus pennatus</i>	Águia-calçada	NT	Florestal
<i>Jynx torquilla</i>	Torcicolo	DD	Florestal
<i>Lanius senator</i>	Picanço-barreteiro	NT	Matos baixo/mosaicos
<i>Oenanthe hispanica</i>	Chasco-ruivo	VU	Matos baixos
<i>Otus scops</i>	Mocho-pequeno-d`orelhas	DD	Florestal
<i>Pernis apivorus</i>	Bútio-vespeiro	VU	Florestal (folhosas e resinosas)
<i>Sylvia conspicillata</i>	Toutinegra-tomilheira	NT	Matos Baixos

VU - Vulnerável; NT - Quase ameaçado; EN - Em Perigo; DD - Insuficientemente conhecido

Dada a sua elevada mobilidade, as aves poderão ocorrer um pouco por toda a área do plano, contudo os habitats presentes na área de estudo, os quais apresentam um valor significativo para a avifauna são o florestal e agrícola.

Enquadramento Biogeográfico

Relativamente ao enquadramento biogeográfico e vegetação potencial, a área do plano encontra-se inserida na Região Mediterrânica, Subregião Mediterrânica Ocidental, Superprovíncia Mediterrânica Ibero-atlântica, Província Gaditano-Onubo-Algarviense, Setor Divisório Ribatagano-Sadense, Superdistrito Ribatagano (Costa, 2001).

O Superdistrito Ribatagano, inserido no setor acima descrito, corresponde à área da Lezíria do Tejo e Sorraia onde os solos são maioritariamente de aluvião (terraços aluvionares), ocorrendo também areias podzolizadas e arenitos. O *Ulex airensis* é uma das plantas que melhor caracteriza o território, apesar de também se distribuir pelo Superdistrito Estremenho, assim como o *Halimium verticillatum* ter a sua maior área de distribuição nesta unidade biogeográfica. Ocorrem, também, a comunidade vegetal, *Thymo villosae-Ulicetum airensis*, que é endémica do território e resultante da destruição dos sobreirais do *Asparago aphylli-Quercetum suberis*. O *Asparago aphylli-Calicotometum villosae* também se observa nesta unidade. A geossérie ripícola lêntica da lezíria do Tejo, ocupa grandes extensões e é um elemento taxonómico da paisagem vegetal muito relevante para a caracterização do território. Esta encontra um grande desenvolvimento devido à morfologia muito aberta do vale do rio Tejo. A ordem das comunidades potenciais, do leito até ao contacto com a vegetação terrestre é normalmente a seguinte: o salgueiral *Polpulo nigrae-Salicetum neotrichae*; o ulmal *Aro italici-Ulmetum minoris* nos solos mais argilosos; o freixial *Ficario-Fraxinetum angustifoliae*. A maioria destes bosques, com exceção do salgueiral, estão em muitos locais, destruídos. O solo onde se encontravam está ocupado por culturas horto-industriais ou vinhas, podendo-se em alguns locais observar-se grande abundância da etapa regressiva dos bosques ripícolas: os silvados *Lonicero hispanicae - Rubetum ulmifoliae* (COSTA 2001).

Principais biótopos ocorrentes na área de intervenção do Plano

O PUFZ encontra-se inserido numa área predominantemente urbana, a vila de Ferreira do Zêzere, que apresenta a maior densidade populacional do concelho de Ferreira do Zêzere.

Conforme já foi referenciado, na área de intervenção do Plano não ocorrem áreas classificadas identificando-se a presença de biótopos de valor mais reduzido, nomeadamente áreas florestais e agrícolas, e áreas naturais.

As áreas florestais ocupam grande parte da área do plano, constituídas principalmente principalmente por pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) e eucaliptos (*Eucalyptus globulus*). As manchas de eucaliptos localizam-se na sua maioria na zona noroeste e nordeste do plano, enquanto que as manchas de pinheiros localizam-se essencialmente na zona noroeste da área de intervenção

As áreas agrícolas são as áreas que ocupam maior parte do plano, sendo ocupadas predominantemente por áreas de pastagem, olival, vinhas e horticultura. A produção de hortícolas uma das componentes agrícolas com maior expressão ao nível do Concelho e com bastante expressão ao nível da área do plano.

As áreas naturais são constituídas por áreas de média dimensão de mato, em geral rasteiro, leguminosas e outras, e com algumas espécies de porte arbóreo. Estas áreas são constituídas na sua maioria por terrenos agrícolas abandonados. As linhas de água presentes no plano estão associadas a estas áreas naturais.

Face ao tipo de ocupação existente predominantemente urbana, florestal de produção e agrícola e à ausência de valores significativos, a área de intervenção do PP corresponde fundamentalmente, a uma zona biologicamente empobrecida.

Estrutura Ecológica Municipal

“O conceito Estrutura Ecológica prende-se com a proteção e integração dos elementos biofísicos, culturais, recreativos e paisagísticos do território convergindo para a ideia de sustentabilidade. Deverá orientar as intervenções antrópicas no sentido de reconhecer, conservar e promover elementos naturais e culturais que, por terem características únicas, deverão ser sujeitos a um ordenamento e planeamento ambientalmente sustentável, contribuindo desta forma para a qualidade de vida dos municípios” (Machado, et al., 2004).

A função principal da Estrutura Ecológica é contribuir para a proteção, conservação e valorização ambiental e paisagística dos espaços rurais e urbanos e promover o equilíbrio ecológico do território.

A Estrutura Ecológica pretende estabelecer o “Continuum Naturale” ou seja um sistema natural, contínuo, que permita o funcionamento e desenvolvimento dos ecossistemas promovendo assim a biodiversidade.

O PROTOVT, no seu Sistema Ambiental, estabelece a delimitação de uma Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA). A ERPVA, por seu turno, e conforme detalhadamente analisado, na Adenda à Caracterização e Diagnóstico (Volume I), determina que os PMOT devem “Fundamentar e demonstrar a articulação e a transposição da ERPVA ao nível das propostas à escala do respetivo plano”.

A ERPVA constitui uma rede de áreas e corredores organizada de acordo com os objetivos e valores que lhes estão subjacentes, e hierarquizada em três níveis: Rede Primária, Rede Secundária e Rede Complementar e integra as áreas abrangidas por regimes especiais, nomeadamente as áreas de Reserva Ecológica Nacional, da Reserva Agrícola Nacional e o Domínio Hídrico.

A AI do plano de urbanização não sobrepõe qualquer componente da ERPVA, no entanto, o PU através da sua proposta de estrutura ecológica, dará seguimento às normas específicas e diretrizes do PROTOVT, nomeadamente:

Normas	<p>1.2 - Integração de áreas que assegurem bens e serviços ambientais necessários ao desenvolvimento das atividades humanas, bem como os recursos fundamentais de solo e água e as áreas de risco natural;</p> <p>1.3 - Identificação das estruturas ecológicas urbanas integrando um conjunto de áreas verdes diversificadas e conectadas, aproveitando as linhas de drenagem natural, outras áreas com valor natural e cultural e as áreas de proteção a infraestruturas e utilizações conflituosas com a fruição urbana.</p>
---------------	---

Diretrizes	Proteção dos sistemas e processos biofísicos; Valorização paisagística e ambiental; Promoção de atividades de recreio e lazer em estruturas ligeiras; Promoção da relocalização dos usos edificados existentes sempre que estiverem em causa a salvaguarda de valores fundamentais.”
-------------------	---

O estabelecimento da estrutura ecológica, ao nível de um aglomerado urbano, que se pretende diversificar e intensificar tanto quanto possível, tem como base o cumprimento dos seguintes princípios:

- **Conservação das funções dos sistemas biológicos** – o controlo biológico das doenças, a ação filtrante e descontaminante da atmosfera e a criação de bio-indicadores da qualidade do ar;
- **Informação bioquímica** – conservação do potencial de adaptação das espécies ao meio urbano e do desenvolvimento de novas variedades mais resistentes ao seu artificialismo,
- **Equilíbrio ecológico da região** - o controlo dos escoamentos hídricos e atmosféricos;
- **Qualidade da atmosfera urbana** – realça-se a importância da renovação do oxigénio no meio urbano assim como o seu efeito de filtragem e deposição das poeiras existentes no ar;
- **Qualidade do espaço urbano** – os espaços verdes aumentam a diversidade da composição, a diversidade fenológica, da cor, da forma e do movimento;
- **Melhoria do conforto bioclimático** – a vegetação controla as temperaturas do ar, reduzindo a sua amplitude; aumenta a humidade relativa; protege dos ventos e as árvores fornecem sombra no verão e sol no inverno, no caso das caducifólias;
- **Recreio e lazer da população urbana** – os espaços verdes contribuem para o seu equilíbrio psicofisiológico através da possibilidade de contacto com os fenómenos naturais.

REN e RAN

A Reserva Ecológica Nacional (REN), criada pelo Decreto -Lei n.º 321/83, de 5 de julho, tem contribuído para proteger os recursos naturais, especialmente água e solo, para salvaguardar processos indispensáveis a uma boa gestão do território e para favorecer a conservação da natureza e da biodiversidade, componentes essenciais do suporte biofísico do nosso país.

O atual regime jurídico da REN (DL n.º166/2008, 22 de agosto) prevê que a delimitação da REN ocorra em dois níveis: o nível estratégico, concretizado através das orientações estratégicas de âmbito nacional e regional, e o nível operativo, traduzido na elaboração a nível municipal de propostas de cartas de delimitação das áreas de REN com a indicação dos valores e riscos que justificam a sua integração.

Na área do plano não ocorre áreas afetadas ao regime da REN.

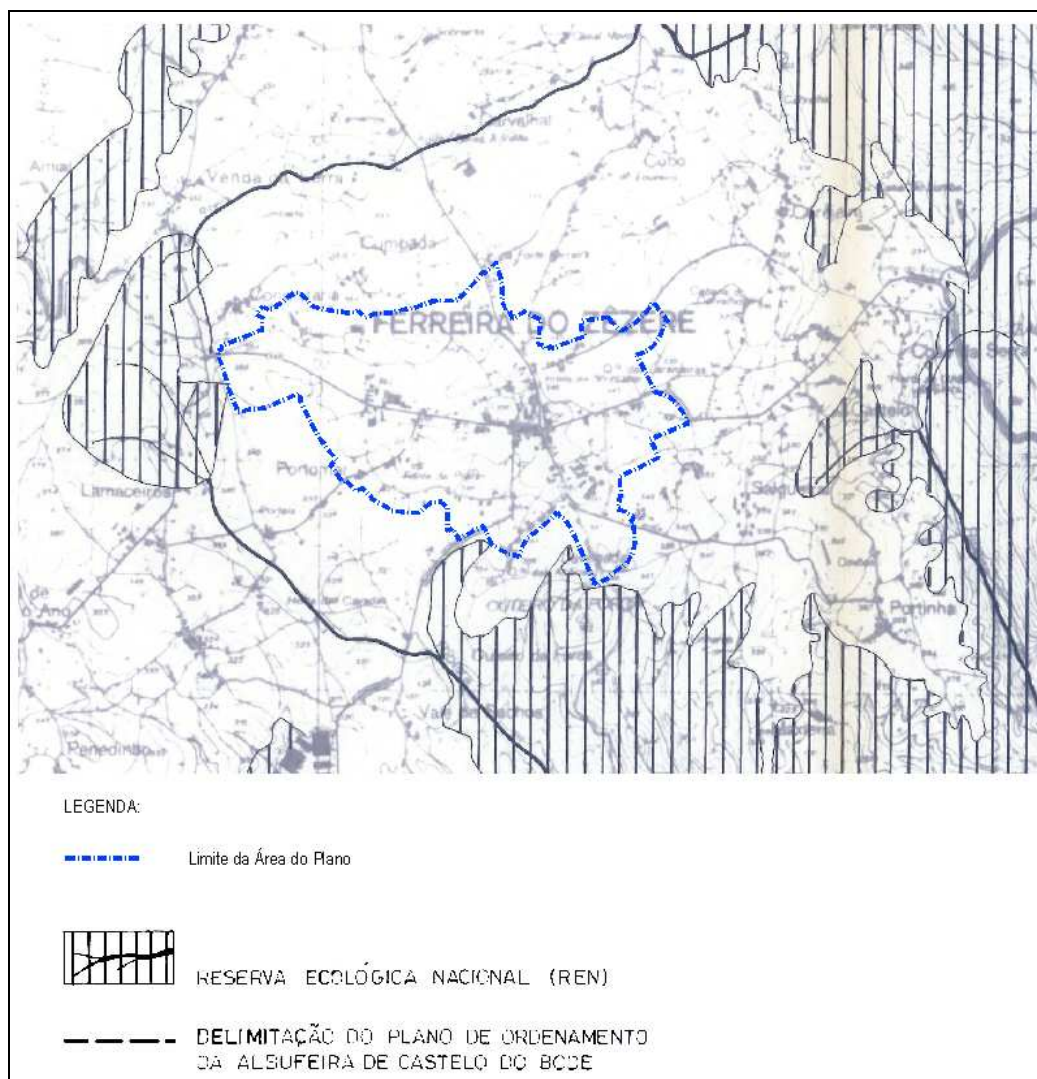


Figura 7 – Reserva Ecológica Nacional da área do Plano de Urbanização de Ferreira do Zêzere.

A Reserva Agrícola Nacional (RAN), é o conjunto das áreas que, em virtude das suas características morfológicas, agroclimáticas e sociais, apresentam maiores potencialidades para a produção de bens agrícolas, formalizada com o objetivo de 'defender e proteger as áreas de maior aptidão agrícola e garantir a sua afetação à agricultura de forma a contribuir para o pleno desenvolvimento da agricultura portuguesa e para o correto ordenamento do território'.

Esta reserva foi criada pelo Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de junho, tendo este diploma sido alterado pelo Decreto-Lei n.º 274/92, de 12 de dezembro. Sendo que, presentemente o Regime Jurídico da RAN rege-se pelo Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março.

A área afeta à RAN ocupa 0,81ha representa cerca de 0,5% da área total do plano.

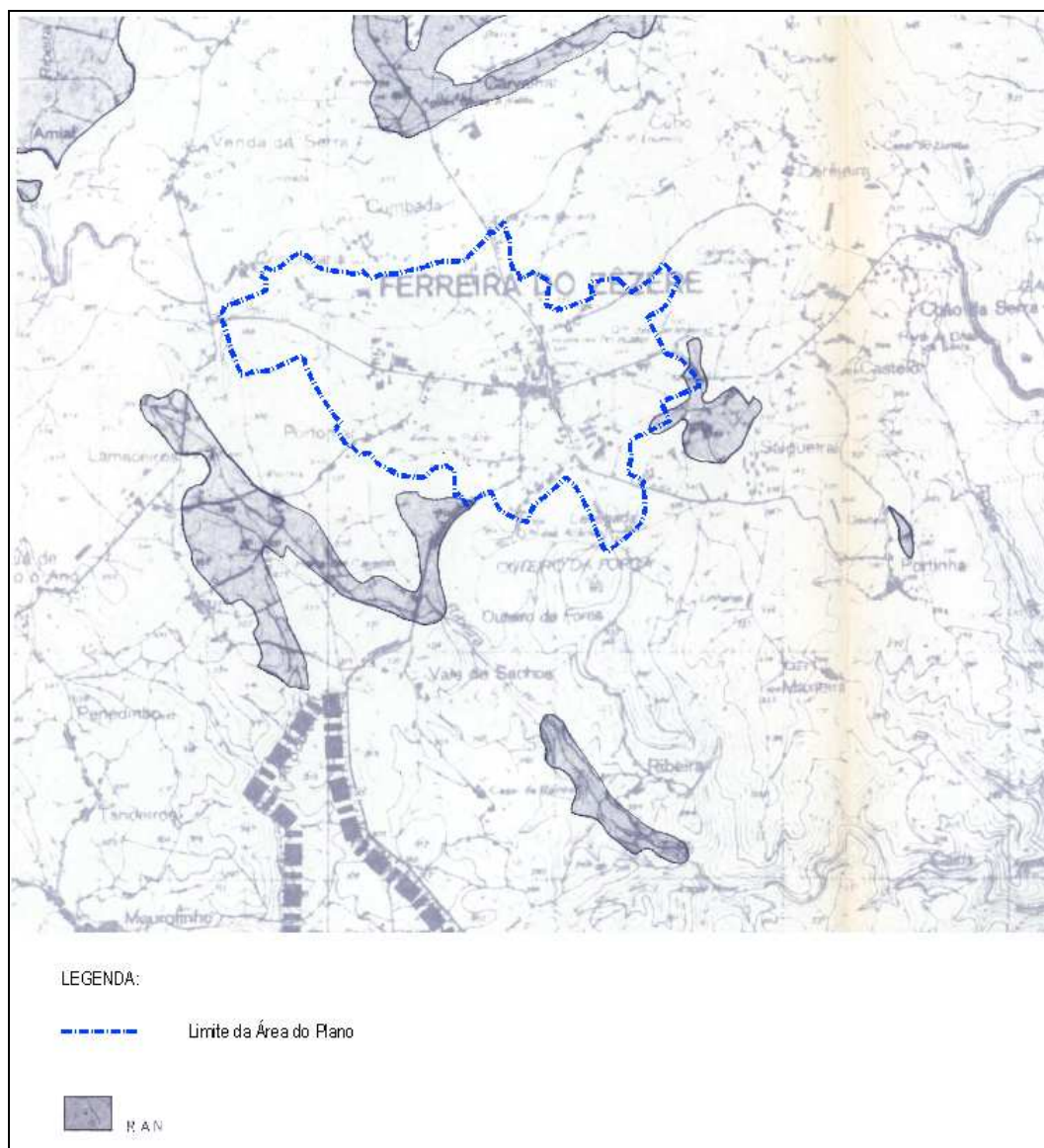


Figura 8 – Reserva Agrícola Nacional da área do Plano de Urbanização de Ferreira do Zêzere.

Fonte: Plural,2013

Domínio hídrico

O domínio público hídrico é constituído pelo conjunto de bens que pela sua natureza são considerados de uso público e de interesse geral, que justificam o estabelecimento de um regime de carácter especial aplicável a qualquer utilização ou intervenção nas parcelas de terreno localizadas nos leitos das águas do mar, correntes de água, lagos e lagoas, bem como as respetivas margens e zonas adjacentes, a fim de os proteger.

Assim, nos terrenos do domínio público hídrico deverá garantir-se o acesso universal à água e a passagem ao longo das águas.

A constituição de servidões administrativas e restrições de utilidade pública relativas ao Domínio Público Hídrico segue o regime previsto na Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, no Capítulo III do D.L. n.º 468/71, republicado pela Lei n.º 16/2003, de 4 de junho, e na Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro.

O domínio público hídrico subdivide-se em domínio público marítimo, domínio público fluvial e lacustre e domínio público das restantes águas., na área plano apenas se verificam linhas de água enquadráveis no domínio público das restantes águas.

As linhas de água e os sistemas naturais associados apresentam um considerável potencial para estabelecer um sistema de continuidade ecológica. Estes valores contribuem para a promoção e conservação dos recursos ecológicos presentes refletindo-se, ainda, na biodiversidade dos espaços urbanos ou semiurbanos, permitindo a sua fruição por parte da população, contribuindo em última instância para o incremento da sua qualidade de vida e turismo.

O rio Zêzere localizado a este do concelho constitui o curso de água de maior relevo presente no concelho de Ferreira do Zêzere e consiste no principal afluente da Albufeira de Castelo de Bode.

Na área de intervenção do plano não existem linhas de água muito importantes, no entanto, as existentes deverão ser preservadas e valorizadas. A extensão das linhas de água presentes na área do plano é de 3,9 Km.

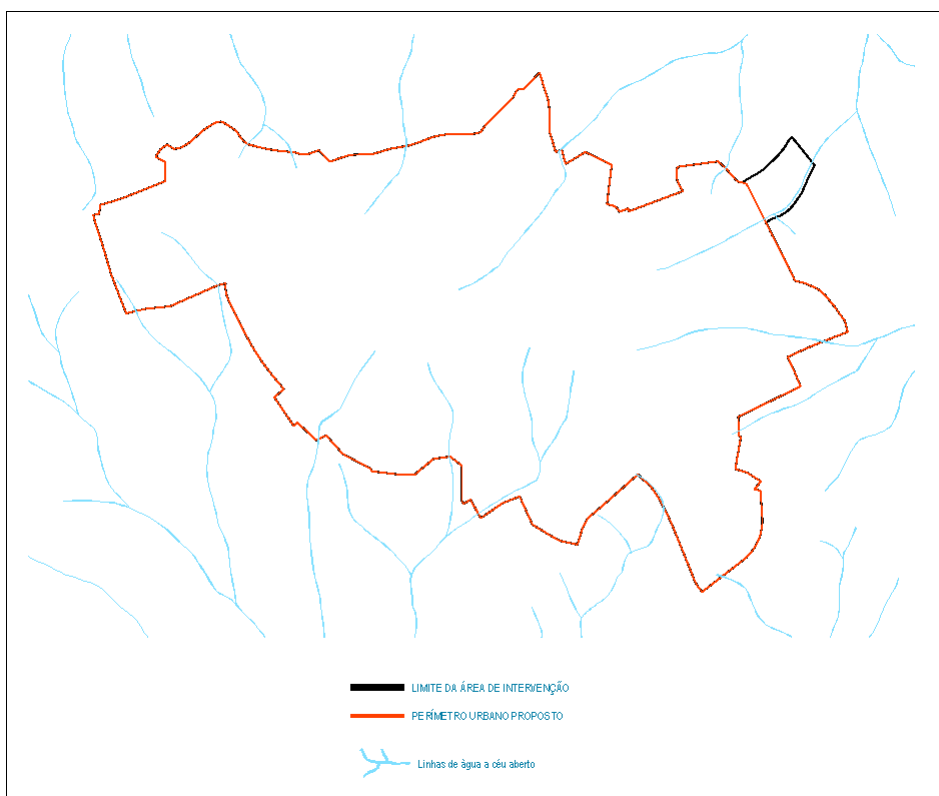


Figura 9 – Linhas de água presentes na área do Plano de Urbanização de Ferreira do Zêzere.

5.1.2.1 Análise SWOT

O quadro seguinte apresenta uma análise SWOT do FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza, onde se identificam as Forças e Oportunidades presentes no Concelho, assim como as Fraquezas e as Ameaças, pretendendo-se efetuar um diagnóstico de referência, sem considerar a implementação do plano.

Quadro 11 - Análise SWOT no âmbito do FCD - Biodiversidade e Conservação da Natureza

Forças (S)	Fraquezas (W)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Município com elevado valor ecológico e conservacionista, sobretudo associado Albufeira de Castelo de Bode, Sítio Sicó/Alvaiázere. ▪ Elevado peso percentual do espaço florestal no município. ▪ A significativa componente agrícola e florestal, inserida no perímetro urbano. ▪ Existência de espaços com boas características para a criação de espaços verdes de usos público de dimensão adequada à estadia e lazer da população, como é o caso do jardim da Quinta do Adro. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Área concelhia ocupada na sua maioria por eucalipto ▪ Área do plano com valores naturais pouco relevantes. ▪ Os espaços expectantes representam espaços abertos degradados ou vazios. ▪ Carência de espaços verdes. ▪ Linhas de água que “desapareceram” na sequência das operações urbanísticas. ▪ Os exemplares arbóreos existentes apresentam sinais evidentes de podas efetuadas de forma inadequada;
Oportunidades (O)	Ameaças (T)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Definição de um estrutura ecológica criando um “continnum naturale”. ▪ Criação de espaços verdes com espécies autoctones e adaptadas às condições edafoclimáticas locais. ▪ Presença de linhas de águas. ▪ Recuperação dos espaços verdes e elementos arbóreos. ▪ A autarquia considerar prioritário o incremento das zonas verdes e da melhoria do espaço público como fundamental para a qualificação do vila e da vida da população. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Risco de incêndios médio a muito alto. ▪ Conversão de solo rural em urbano. ▪ Degradação ambiental. ▪ Excesso de utilização de espécies florestais de crescimento rápido, levando ao aumento da monotonia da floresta e ao eventual esgotamento da capacidade dos solos. ▪ Desafetação de áreas de RAN ▪ Ausência de áreas de floresta de proteção

5.1.2.2 Tendências de evolução sem Plano

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE

A tendência de evolução em relação à conservação da natureza e biodiversidade é a manutenção, ou mesmo o aumento, da pressão sobre o meio natural, devido à presença de fatores de perturbação associados essencialmente à expansão urbana, bem como às infraestruturas que lhe estão associados.

5.2. Ordenamento e Qualificação do Território

5.2.1 Descrição do FCD e seus objetivos

Pretende-se avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível da organização e requalificação do espaço biofísico do concelho, no que à política, uso e ocupação do solo diz respeito, considerando também os aspetos que conduzem à melhoria e valorização das componentes do território municipal (infraestruturas e equipamentos) e da mobilidade e acessibilidade.

No FCD – Ordenamento e Qualificação do Território irá atender-se aos efeitos da proposta de plano sobre o uso e ocupação do solo, a coesão territorial, a qualificação urbana e a mobilidade e acessibilidades.

Quadro 12 - Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Ordenamento e Qualificação do Território.

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Ordenamento e Qualificação do Território	Uso e Ocupação do Solo	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma política de estímulo ao ordenamento do território equilibrado com o objetivo de assegurar a sua proteção e valorização, através da organização espacial do território. 	<ul style="list-style-type: none"> Variação da densidade populacional. Número de alojamentos. Ocupação e uso do solo. Distribuição relativa das classes de espaço do solo urbano.
	Coesão Territorial	<ul style="list-style-type: none"> Dotar o território concelho de equipamentos adequados às necessidades da população. Garantir um nível de infraestruturização adequado às novas exigências ambientais. 	<ul style="list-style-type: none"> Número e tipologia de equipamentos. Variação da taxa de cobertura por infraestrutura (saneamento e abastecimento de água).
	Qualificação urbana	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar processos de requalificação urbana. Garantir boa cobertura de espaços verdes de utilização coletiva. 	<ul style="list-style-type: none"> Estado de conservação dos edifícios. N.º de licenças para construção e para reconstrução e reabilitação. Variação das reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas. Capitação de espaços verdes (m2/habitante).
	Mobilidade e Acessibilidades	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades. 	<ul style="list-style-type: none"> Rede viária de acesso ao plano existente e prevista. Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante. Repartição modal
		<ul style="list-style-type: none"> Promover a mobilidade sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> Cobertura dos serviços de transporte público. Extensão de percursos clicáveis e pedonais

5.2.2. Situação existente e análise tendencial

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

De acordo com os indicadores estatísticos de 2011 (INE), o concelho de Ferreira do Zêzere apresenta uma densidade populacional de 45,3 hab/km², valor este, que se encontra abaixo do valor médio registado na sub-região do Médio Tejo (95,7 hab/km²), bem como, abaixo do valor médio registado na Região Centro (82,5hab/km²).

A freguesia de Ferreira do Zêzere apresenta uma densidade populacional de 62,0 95,7 hab/km², valor 37% superior ao valor concelhio, o que evidencia a atratividade desta freguesia.

Quadro 13 - Evolução da População Residente (N.º) e da Densidade Populacional (N.º/Km²), em Ferreira do Zêzere

Área Geográfica	População Residente (N.º)			Densidade Populacional (N.º/Km ²)		
	1991	2001	2011	1991	2001	2011
Freguesia - Ferreira do Zêzere	1948	2156	2353	51,88	57,42	62,0
Concelho -Ferreira do Zêzere	9954	9422	8619	52,26	49,46	45,3
Médio Tejo	221419	226090	220 660	96,01	98,04	95,7
Centro (NUT2)	2258768	2348397	2327580	80,09	83,27	82,5
Portugal	9867147	10356117	10562178	107,07	112,38	114,5

Analisando o anterior, verifica-se, que o concelho de Ferreira do Zêzere tem registado uma quebra em termos de demográficos. No período intercensitário, 2001 e 2011, apresentou uma variação negativa de da sua densidade populacional em cerca de 8,4%, tendência evidenciada também na sub-região do Médio Tejo e na região Centro, contudo a freguesia de ferreira do Zêzere apresentou um aumento de 7,9% da sua densidade populacional

A freguesia de Ferreira do Zêzere foi, assim, a única freguesia que apresentou dinamismo demográfico positivo, contrastando com as restantes freguesias, que registaram quebras populacionais.

Quadro 14 - Evolução da População Residente (N.º) e da Densidade Populacional (N.º/Km²), em Ferreira do Zêzere

Área Geográfica	População Residente (N.º)		Densidade Populacional (N.º/Km ²)	
	2001	2011	2001	2011
Águas Belas	1140	1072	59,75	56,6
Areias	1772	1484	44,14	36,8
Beco	1111	906	68,86	55,9
Chãos	744	597	30,85	25,6
Dornes	714	594	32,78	27,1
Ferreira do Zêzere	2156	2353	57,42	62,0
Igreja Nova do Sobral	704	662	54,63	50,4

Paio Mendes	547	495	62,75	57,7
Pias	534	456	53,01	45,6
Concelho de Ferreira do Zêzere	9422	8619	49,46	45,3

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Em 2011, existiam no município de Ferreira do Zêzere cerca de 7525 alojamentos familiares clássicos, Ao decréscimo da população do Concelho de Ferreira do Zêzere, verificado na última década (2001-2011), correspondeu um crescimento dos alojamentos, de 12,2%.

A distribuição dos alojamentos familiares clássicos por freguesia demonstra a concentração que existe nas freguesias de Areias e Ferreira do Zêzere, nas quais se situam os principais aglomerados urbanos do município.

Por sua vez, a freguesias da Pias detém um menor peso no parque habitacional municipal.

Relativamente ao parque habitacional do município continuou a crescer entre 2001 e 2011 em 817 alojamentos, sendo a freguesia de Ferreira do Zêzere aquela que registou o aumento de maior número de novas edificações e alojamentos.

Ao nível da densidade do parque habitacional as freguesias de Paio Mendes e Ferreira do Zêzere são aquelas que apresentam maior densidade de alojamentos.

Quadro 15 - Evolução do número e densidade de alojamentos, 2001 - 2011, por Freguesia.

Unidade Territorial	Área (Km ²)	Alojamentos (N.º)			Densidade (alojamento/Km ²)	
		2001	2011	Δ 2001-2011 %	2001	2011
Águas Belas	18,9	765	886	15,8	40,5	46,9
Areias	40,3	1 382	1 478	6,9	34,3	36,7
Beco	16,2	798	760	-4,8	49,3	46,9
Chãos	23,3	522	618	18,4	22,4	26,5
Dornes	22,0	568	592	4,2	25,8	26,9
Ferreira do Zêzere	37,9	1 371	1 807	31,8	36,2	47,7
Igreja Nova do Sobral	13,2	645	626	-2,9	48,9	47,4
Paio Mendes	8,6	343	426	24,2	39,9	49,5
Pias	10,0	314	332	5,7	31,4	33,2
Concelho de Ferreira do Zêzere	190,4	6708	7525	12,2	35,2	39,5

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Ocupação e Uso do Solo

Através da informação desenvolvida pelo Projeto CORINE Land Cover (CLC), pretendeu-se compreender a evolução da ocupação e uso do solo na área do plano, comparando-se os dados do uso do solo de COS'2006 com o uso do solo cartografado pelo COS'90 do SNIG.

A nomenclatura CLC é hierárquica, constituída por três níveis de detalhe, com 44 classes no nível mais detalhado, as quais representam a quantificação da ocupação e uso do solo por diversas classes pré-definidas. No nível 1, o nível menos detalhado, as classes de uso do solo são: territórios artificializados, áreas agrícolas e agroflorestais, florestas e meios naturais e seminaturais, zonas húmidas e corpos de água.

Utilizando a definição do indicador “ocupação e uso do solo - código 77” do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS), as classes de uso do solo são agrupadas no seguinte modo:

Uso do Solo	Ocupação do solo
Territórios artificializados	“Tecido urbano contínuo”, “Tecido urbano descontínuo”, “Indústria, comércio e equipamentos gerais”, “Redes viárias e ferroviárias e espaços associados”, “Zonas portuárias”, “Aeroportos”, “Áreas de extração mineira”, “Áreas de deposição de resíduos”, “Áreas em construção”, “Espaços verdes urbanos” e “Equipamentos desportivos e de lazer”.
Agricultura	“Culturas anuais de sequeiro”, “Culturas anuais de regadio”, “Arrozais”, “Vinhas”, “Pomares”, “Olivais”, “Pastagens”, “Culturas anuais associadas às culturas permanentes” e “Sistemas culturais e parcelares complexos”.
Agricultura com áreas naturais	“Agricultura com espaços naturais” e “Sistemas agroflorestais”.
Floresta	Florestas de folhosas”, “Florestas de resinosas”, “Florestas mistas” e “Espaços florestais degradados, cortes e novas plantações”.
Vegetação natural	“Pastagens naturais”. “Matos”, “Vegetação esclerofítica” e “Vegetação esparsa”.
Outros	Mar e oceano”, “Estuários”, “Lagunas litorais”, “Planos de água”, “Linhas de água”, “Zonas intertidais”, “Salinas”, “Sapais”, “Paus”, “Áreas ardidas”, “Rocha nua” e “Praias, dunas e areais”.

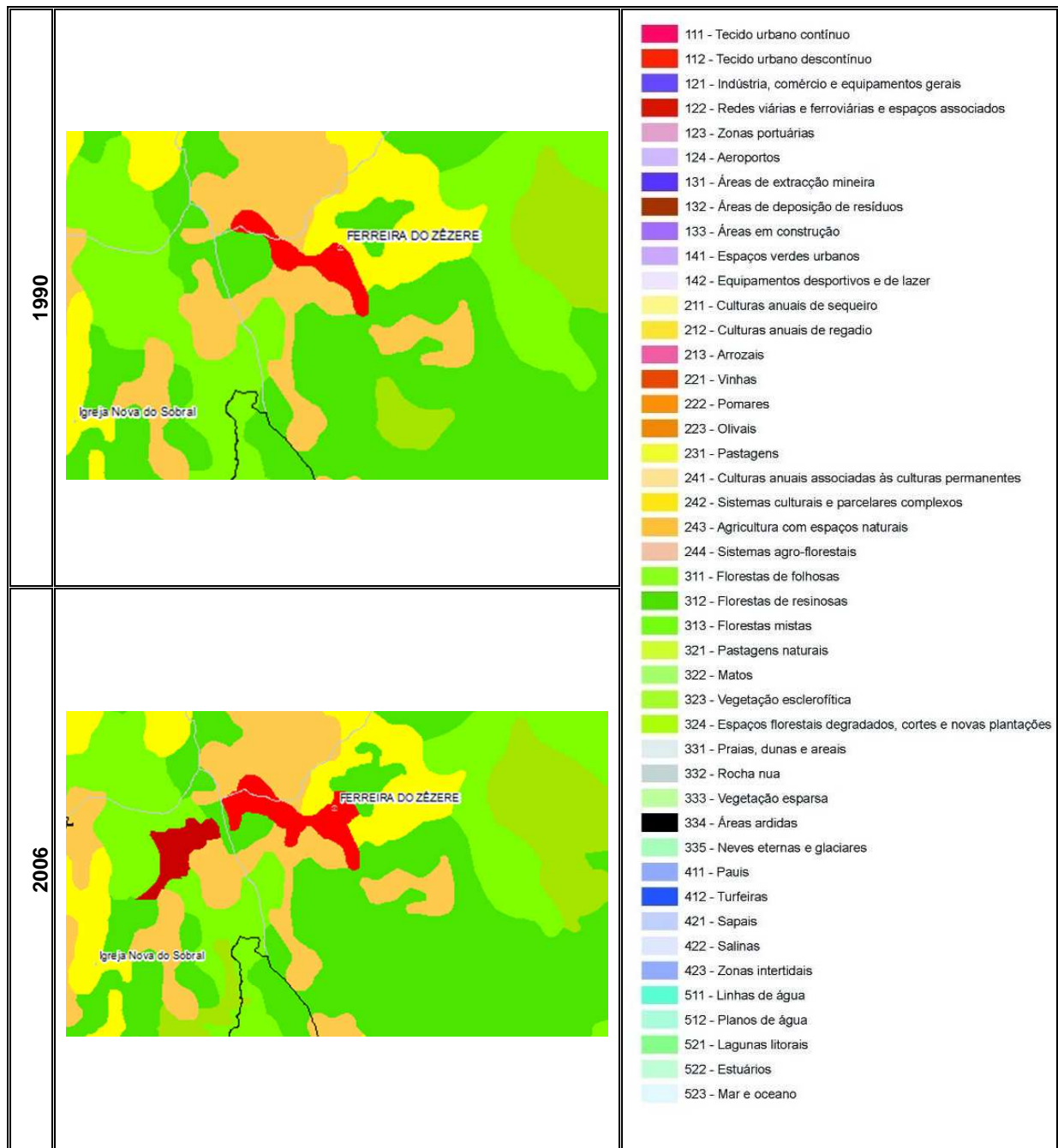


Figura 10 - Cartografia de ocupação do solo na área do PUFZ (CLC 1990-2006).

Quadro 16 - Ocupação e uso do solo na área do PUFZ em 1990 e 2006

	Ocupação e uso do solo (ha)				
	Territórios artificializados	Agricultura	Agricultura com áreas naturais	Floresta	Vegetação natural e Outros
1990	49,7	32,2	45,3	31,6	0
2006	78,6	24,1	40,2	15,9	0
Var (2006-1990)	+28,9	-8,1	-5,1	-15,7	0

Da comparação do uso de solo de `COS` 2006 e 1990, destaca-se o aumento significativo dos territórios artificializados em detrimento das áreas florestais.

Observando as cartas de ocupação do solo de 1990 e 2006 do CLC, verifica-se um aumento de 18,2% dos territórios artificializados e uma redução de 9,9% da classe floresta, de 5,1 da classe agrícola e de 3,2% da floresta natural.

Pode dizer-se que a Vila de Ferreira do Zêzere, embora se apresente como sendo essencialmente de cariz urbano, integra ainda algumas áreas de ocupação rural, localizadas na sua periferia, que lhe permitem fazer a gradação de densidade para o espaço rural.

Na área do PUFZ as tipologias de uso do solo predominantes são as seguintes:

- Área urbana com densidade baixa a média
- Algumas unidades industriais.
- Espaços de equipamentos e serviços públicos
- Espaços de comércio e serviços.
- Espaços Exteriores inseridos na Malha Edificada
 - Espaços Exteriores de Enquadramento
 - Espaços Exteriores associados a Serviços/Equipamentos
 - Espaços Verdes
 - Alinhamentos arbóreos em passeio público
- Espaço Rural
 - Espaço Agrícola (áreas de Pastagem, Vinha, Policultura, Olival)
 - Espaço Florestal (áreas de Eucaliptos e Pinheiros)
 - Espaço Natural (áreas de Mato e Linha de água)
- Espaços incultos/expectantes
- Rede viária (com principal relevância a ex.EN 348)

O espaço rural é a área de maior expressão no plano, tratando-se de espaços abertos de maior dimensão do que os inseridos na malha construída e com um carácter vincadamente rural. Refletem uma imagem forte de paisagem rural, que ainda subsiste em toda a área envolvente ao núcleo urbano de Ferreira do Zêzere e, extrapolando o próprio limite da área de intervenção deste Plano de Urbanização. São na sua maioria espaços privados.



Figura 11 - Planta dos espaços exteriores, rural e incultos.

Fonte: Plural, 2013

Constituem espaços urbanos as áreas edificadas estruturadas em função de uma malha viária e de redes de infra-estruturas. Destinam –se a uma ocupação predominantemente habitacional, bem como outras, nomeadamente de equipamentos, comércio, serviços, empreendimentos turísticos e eventualmente indústrias, desde que estas não prejudiquem ou criem condições de incompatibilidade com a atividade residencial.

Na área do plano verifica-se a existência de um tecido urbano mais coeso correspondente ao núcleo antigo da Vila, que tem vindo a expandir-se ao longo da estrutura de caminhos e serventias, entretanto, já transformados em arruamentos existentes.

Relativamente às disposições do PDM, este definiu para a área do plano, à escala 1:25000, um conjunto de categorias de espaços constituídas por:

- Espaços urbanos
- Espaços urbanizáveis
- Espaço industrial (existente)

Para a escala 1:5000, o PDM desagregou o ordenamento da escala anterior e definiu os seguintes:

- Espaços urbanos
- Espaços urbanizáveis
- Espaços industriais
- Equipamentos coletivos (Áreas existentes e propostas)
- Espaços verdes
- Espaço Cultural
- Espaço Canal

O solo urbano corresponde ao perímetro urbano em vigor e ocupa uma área de 138,1ha, a restante área do plano corresponde na sua maioria a espaço florestal de produção (solo rural)

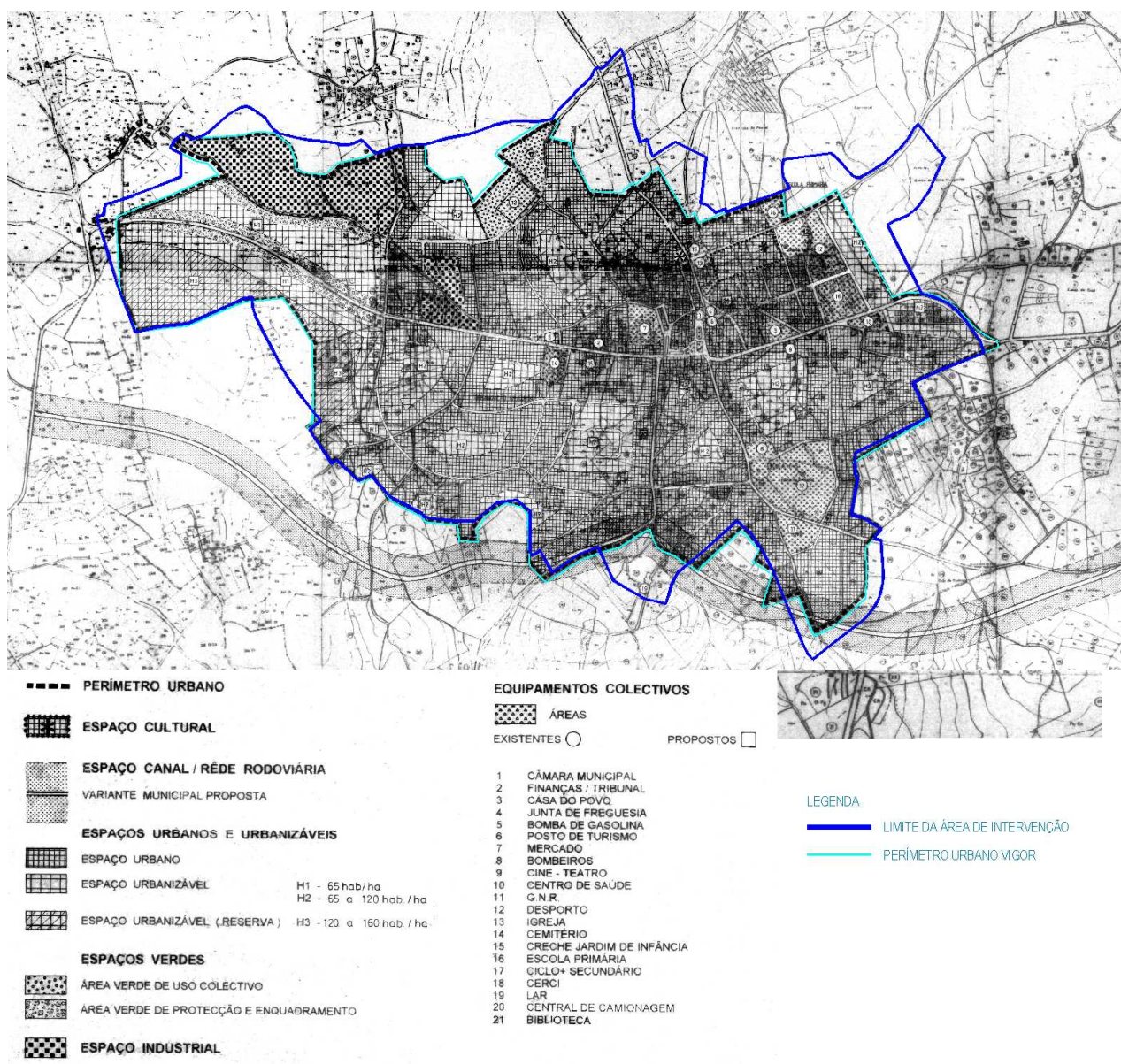


Figura 12 - Planta de ordenamento da área do PUFZ.

Da análise do levantamento realizado na área do PUFZ, identificaram-se as classes de uso do edificado seguintes: Habitação, Comércio/Serviços Privados, Serviços Públicos/Equipamentos, Misto, Indústria, Anexos/Garagens/Atividades Agrícolas e Indeterminado/Desocupado.

Para avaliar quantitativamente as classes referidas, os respetivos valores obtidos estão patentes no quadro seguinte:

Quadro 17 - Usos do Edificado

Classe	N.º
Habitação	301
Comércio/Serviços Privados	43
Serviços Públicos/Equipamentos	26
Misto	69
Indústria	17
Anexos/Garagens/Atividades Agrícolas	207
Indeterminado/Desocupado	107
Total	770
+ Indeterminado/Desocupado (lojas)	27

Fonte: Volume I – Caracterização e Diagnóstico, Plural 2008

Da análise efetuada, verifica-se que o parque edificado se caracteriza maioritariamente por edifícios de Habitação (39,1%) e Anexos/Garagens/Atividades Agrícola (26,9%).

A terceira categoria com mais peso no parque edificado corresponde às situações que representam o uso de Indeterminado/Desocupado (16,8%). Esta categoria está assinalada nos casos cuja utilização não foi identificada por questões de acessibilidade visual, ou por corresponderem a edifícios desocupados (em situação expectante ou por abandono) ou ainda, a edificações de utilização mista que não estão totalmente ocupadas, no que se refere à totalidade dos pisos da lojas. É nesta categoria que se integram as 27 situações assinaladas no quadro anterior.

A categoria de Misto é a quarta nesta quantificação (9,0%) e significa que existem alguns edifícios com pelo menos duas utilizações diferentes. A situação mais vulgar é aquela em que a habitação é o uso dominante associado a comércio ou serviços, quer privados, quer públicos, embora também existam situações de coexistência de serviço(s) públicos com comércio/serviços privados. É de registar que estas situações se localizam, na sua maior parte, na zona mais antiga do aglomerado de Ferreira do Zêzere.

A categoria Comércio/Serviços Privados existe em apenas 43 edifícios como utilização única, representando 5,6% do parque edificado.

Os Serviços Públicos/Equipamentos, representam 3,4%, encontrando-se, localizados essencialmente no núcleo central da Vila e na zona Nascente da área de intervenção.

Para finalizar, a Indústria reúne apenas 2,2%, correspondendo a 17 edificações, que se distribuem por 4 indústrias. Estas apresentam alguma dimensão e importância no contexto económico do Concelho, e

surgem na zona Noroeste - Oeste da área sujeita a levantamento no âmbito deste Plano de Urbanização de Ferreira do Zêzere.

COESÃO TERRITORIAL

Os equipamentos coletivos possuem uma componente determinante ao nível do tecido social, no sentido em que promovem a qualidade de vida da população ao assegurarem a otimização do acesso à educação, à saúde, à segurança social, ao desporto, à cultura e ao lazer, sendo, também, fundamentais no apoio prestado à atividade económica. Para além da componente social, são normalmente elementos polarizadores do espaço envolvente, funcionando como referências nos percursos e na paisagem urbana.

A expansão dos aglomerados urbanos nem sempre acompanha a oferta de espaços qualificados (equipamentos e serviços) que possibilitem um bom desenvolvimento social, cultural e físico das populações. O desenvolvimento de novas centralidades, depende grandemente da área de influência exercida por determinados equipamentos, donde a sua localização por um lado, tenha uma componente estratégica do ponto de vista dos efeitos multiplicadores para o território e por outro, o seu correto dimensionamento para efetivamente corresponder à satisfação da comunidade para a qual se direciona.

Quadro 18 - Equipamentos públicos de utilização coletiva por freguesia e por tipologia no concelho de Ferreira do Zêzere.

Tipologia	Freguesias									Total
	Águas Belas	Areias	Beco	Chão	Dornes	Ferreira do Zêzere	Igreja Nova do Sobral	Pato Mendes	Pias	
EQUIPAMENTOS DE ENSINO										27
Pré-escolar (no centro escolar de Ferreira do Zêzere)	1	2	2	1	1	1	1	1	1	11
1º Ciclo Ensino Básico (no centro escolar de Ferreira do Zêzere)	2	3	2	1	1	1	1	1	1	11
Centro de Recuperação Infantil de Ferreira do Zêzere						1				1
Ensino Secundário						1				1
Ensino Superior Politécnico						1				1
EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS										17
Campos de Jogos	1	2	1			3	1	1		8
Piscinas						1				1
Parque Desportos radicais						1				1
Gimnodesportivo						1				1
Polidesportivo Descoberto		1	1	1	1		1	1		6
EQUIPAMENTOS CULTURAIS										6

Tipologia	Freguesias									Total
	Águas Belas	Areias	Beco	Chão	Dornes	Ferreira do Zêzere	Igreja Nova do Sobral	Pato Mendes	Pias	
Biblioteca						1				1
Espaço Internet						1				1
Posto turismo						1				1
Cineteatro Municipal						1				1
Edifício sociocultural						1				1
Casa do Povo						1				1
EQUIPAMENTOS DE SAÚDE										9
Centro de Saúde						1				1
Extensões de Saúde		1	1	1	1				1	5
Farmácias						2		1		3
EQUIPAMENTOS DE SOLIDARIEDADE E APOIO SOCIAL										17
Creche						2				1
Centro ATL	1	1	1		1	2	1	1	1	8
Centro de dia		1		1		1	1			4
Lar de Idosos	1					1				2
Serviço de Apoio domiciliário		1		1		1	1			
Centro de Convívio						1	1			
Cemitérios	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9
EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA										2
Posto GNR						1				1
Bombeiros						1				1

Fonte: Lugar do Plano "Relatório Equipamentos-Revisão PDM de Ferreira do Zêzere" setembro 2012 e Plural "Caraterização e Diagnóstico" julho 2008

Em termos de equipamentos coletivos básicos existentes, o concelho possui um total de 77 equipamentos, é de referir que em termos de distribuição territorial, em termos concelhios, verifica-se uma concentração do número de equipamentos e diversidade na Freguesia de Ferreira do Zêzere.

Na área do Plano de Urbanização de Ferreira do Zêzere (PUFZ), a nível dos equipamentos de ensino localizam-se: EB2,3/S Pedro Ferreiro, o Centro escolar de Ferreira do Zêzere (pré-escolar e ensino Básico) e a Escola Superior de Gestão de Tomar- Pólo em Ferreira de Zêzere. Para além de uma unidade de ensino especial - Centro de Recuperação Infantil de Ferreira do Zêzere (CRIFZ).

Ao nível dos equipamentos de solidariedade e apoio social localizam-se no PUFZ: 2 creches (propriedades da Santa Casa da Misericórdia e do Centro de Recuperação Infantil), 2 ATL (propriedades do Centro Social Paroquial de Ferreira do Zêzere e da Cáritas Diocesana de Coimbra), 1 lar de idosos que pertence à Santa Casa da Misericórdia (Lar de São Miguel), que também possui as valências de Centro de Dia e Centro de Convívio e uma unidade que presta apoio domiciliário, propriedade também da Santa Casa da Misericórdia.

Atualmente (2013), dentro do perímetro urbano de Ferreira do Zêzere presta-se apoio, no âmbito da valência Creche, a 74 crianças para um total de capacidade de 100, totalizando uma taxa de utilização/ocupação de 74%. No total, a creche do CRIFZ tem capacidade e apoia 16 crianças.

Em relação à oferta de centros de ATL, a situação é presentemente satisfatória, na medida em que a capacidade existente não é totalmente utilizada.

Relativamente às estruturas de apoio à terceira idade, das valências existentes, apenas o Lar funciona no limiar das suas capacidades (capacidade e utentes próximos das 18 dezenas de idosos).

No seu conjunto, a freguesia de Ferreira do Zêzere presta apoio, atualmente, a 31% da população com mais de 65 anos, tendo capacidade para 42% (capacidade atual de apoio a 169 idosos nas várias valências e 126 idosos apoiados), sendo que esta discrepância evidencia a boa capacidade do concelho nesta matéria, ainda que se verifiquem alguns desajustes entre a oferta e a procura (lar sobrelotado e Centro de Dia, centro de convívio e apoio domiciliário subutilizados).

O cemitério da Freguesia de Ferreira do Zêzere, localiza-se também na área do PU e apresenta uma ocupação de cerca de 55%.

Ao nível dos equipamentos de saúde localizam-se no PUFZ: 1 centro de saúde e 2 farmácias.

O Centro de Saúde presta cuidados de clínica geral e de consultas especializadas para grupos de risco, entendidos como consultas para crianças, grávidas e de planeamento familiar. A sua área de influência estende-se às 9 freguesias do Concelho. Para além do Centro de Saúde, que possui o Serviço de Atendimento Complementar e integra o Serviço de Saúde Pública, ainda existe uma Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP).

Relativamente, às farmácias existentes atualmente permitirão uma boa cobertura, uma vez que, segundo as normas aplicáveis, a implantação de farmácias está condicionada à captação de pelo menos 3500 habitantes/ farmácia.

No âmbito do equipamento cultural é possível encontrar, na área do PUFZ as seguintes estruturas físicas: uma biblioteca, um cineteatro municipal, um posto de turismo, uma Casa do Povo, e um Edifício Sociocultural, onde estão instaladas várias valências: o Centro Cultural (auditório, bar, salão polivalente), o Centro de Coletividades (sedes do Sport Clube de Ferreira do Zêzere e respetivo ginásio, da Sociedade Filarmónica Ferreirense, das Associações de Agricultores e Apicultores, do Clube de Atletismo de Ferreira do Zêzere e da Arquejovem), o Emissor Regional do Zêzere, a Delegação Regional do Ministério da Agricultura, o polo do Instituto Vitorino Matono e o polo do Instituto Politécnico de Tomar.

Na análise da situação dos equipamentos desportivos, consideram-se todas as áreas desportivas existentes, cujo acesso e prática desportiva são facultados à população em geral, incluindo os recintos integrados no parque escolar.

Segundo as Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos (DGOTDU) e em conformidade com as recomendações do Conselho da Europa e do Conselho Internacional para a Educação Física e o Desporto (UNESCO), deve ser atribuída a quota global de 4 m² de superfície desportiva útil por habitante, que se deve repartir pelas seguintes tipologias, consideradas como equipamentos de base, de modo a atribuir cerca de: 1) 95% das áreas para atividades ao ar livre em terrenos de jogos e de atletismo; 2) 2 a 2,5% para salas de desporto e 3) 1,5% para superfícies de plano de água em piscinas cobertas e ao ar livre. Evidentemente que se trata de uma base normativa sem carácter rígido e que deve adaptar-se, com a necessária flexibilidade, às variáveis específicas de cada território.

No âmbito da oferta de equipamentos desportivos, é possível encontrar na área do PUFZ sete equipamentos desportivos, a saber: 2 Grandes Campos de Jogos, 2 Pequenos Campos de Jogos, 2 Pavilhões Desportivos e 1 Piscina (coberta).

A avaliação dos equipamentos desportivos faz-se em função da unidade territorial da freguesia, o que no caso da área de intervenção do PU não facilita a análise. A PUFZ abrange duas freguesias (Ferreira do Zêzere e Águas Belas), embora quase toda a ocupação humana se faça no território da freguesia de Ferreira do Zêzere. Contudo, o Grande Campo (Campo de futebol de 11) existente no município localiza-se em Águas Belas. Assim, para efeitos da análise da distribuição da área útil por habitante, optou-se por quantificar cada freguesia isoladamente e em conjunto.

Quadro 19 - Equipamentos desportivos existentes nas freguesias de Ferreira do Zêzere e Águas Belas.

Freguesia de Ferreira do Zêzere			Freguesia de Águas Belas		
Tipologia	Área Total (m ²)	Nº	Tipologia	Área Total (m ²)	Nº
Pequenos Campos de Jogos:			Grandes Campos de Jogos:		
- Campo de futebol+basquetebol da EB2,3/S Pedro Ferreiro	2678	2	- Campo de futebol de 11	6864	1
- Campo de ténis municipal	674				
Pavilhões e salas de desporto polivalentes:					
- Pavilhão da EB2,3/S Pedro Ferreiro	550	2			
- Pavilhão Gimnodesportivo municipal	1156				
Piscinas (cobertas)	197	1			
Grandes Campos de Jogos:					
- Campo futebol -Quinta do Adro	3345	1			
Total	9119	6	Total	6864	1
População Residente (2011)	2353		População Residente (2011)	1072	
Área Útil por Habitante	3,9		Área Útil por Habitante	6,4	

No seu conjunto, a relação área desportiva útil/habitante é no conjunto das duas freguesias, de 4,7 m², ligeiramente superior aos 4 m² indicados oficialmente. Quando avaliadas individualmente, a freguesia de Ferreira do Zêzere ainda se encontra aquém dos 4 m² (3,9 m²/habitante) e a freguesia de Águas Belas possui área desportiva por habitante excedentária (6,4m²).

A repartição da área total pelas três grandes tipologias e, também, no conjunto das duas freguesias, faz-se da forma apresentada no quadro seguinte, sendo que a distribuição existente aponta para um défice de áreas ao ar livre e de um excesso de áreas destinadas a pavilhões e salas de desporto.

Quadro 20 - Área Desportiva Útil recomendada e existente, de acordo com tipologia no conjunto das freguesias de Ferreira do Zêzere e Águas Belas.

Tipologias	Área Recomendada (%)	Área Existente na PU Ferreira do Zêzere (%)
Ar livre	95%	87,1%
Pavilhões e Salas de Desporto	2 a 2,5%	11,7
Superfícies de plano de água	1,5%	1,2

A existência de infraestruturas de abastecimento e de saneamento tem uma implicação direta na qualidade ambiental com consequências muito positivas para a qualidade de vida da população. Ao nível das infraestruturas básicas serão analisadas as de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais e a rede elétrica.

Em Ferreira do Alentejo os serviços de abastecimento e de distribuição de água são efetuados pelas Águas do Centro, SA, que é empresa concessionária do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais de Raia, Zêzere e Nabão. Este sistema foi dimensionado para garantir o fornecimento de água, em quantidade e em qualidade, a mais de 248.700 mil habitantes dos municípios de Alvaiázere, Castanheira de Pera, Castelo Branco, Ferreira do Zêzere, Figueiró dos Vinhos, Idanha-a-Nova, Oleiros, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Proença-a-Nova, Sertã, Tomar e Vila Velha de Ródão.

O Subsistema de Ferreira/Mendacha serve as freguesias de Águas Belas, Areias, Beco, Chãos, Dornes, Ferreira do Zêzere, Igreja Nova do Sobral, Paio Mendes e Pias (Ferreira do Zêzere), além da Ribeira, Alviobeira, Beselga, Carregueiros, Casais, Junceira, Madalena, Olalhas, Pedreira, Sabacheira, Santa Maria dos Olivais, São João Batista, São Pedro de Tomar e Serra (Tomar).

Existe apenas uma captação de água para abastecimento público no Concelho, localizada em Rio Fundeiro, a Estação de Tratamento de Água (ETA) de Rio Fundeiro foi dimensionada para satisfazer as necessidades de abastecimento de água de Ferreira do Zêzere e Tomar. Dimensionada para servir uma população residente de 16.344 habitantes, a ETA tem uma capacidade de produção de água potável de 8.640 m³/dia.

O abastecimento e distribuição da água na área do Plano fazem-se apoiados em diversos reservatórios localizados fora desta. Recentemente, foi construído um reservatório de abastecimento de água em Outeiro da Forca, com capacidade de 15000 m³ que permite substituir duas células existentes de 100 m³ cada.

A extensão da rede de abastecimento de água na área do plano é de 23,14 km, estando representada na figura seguinte.

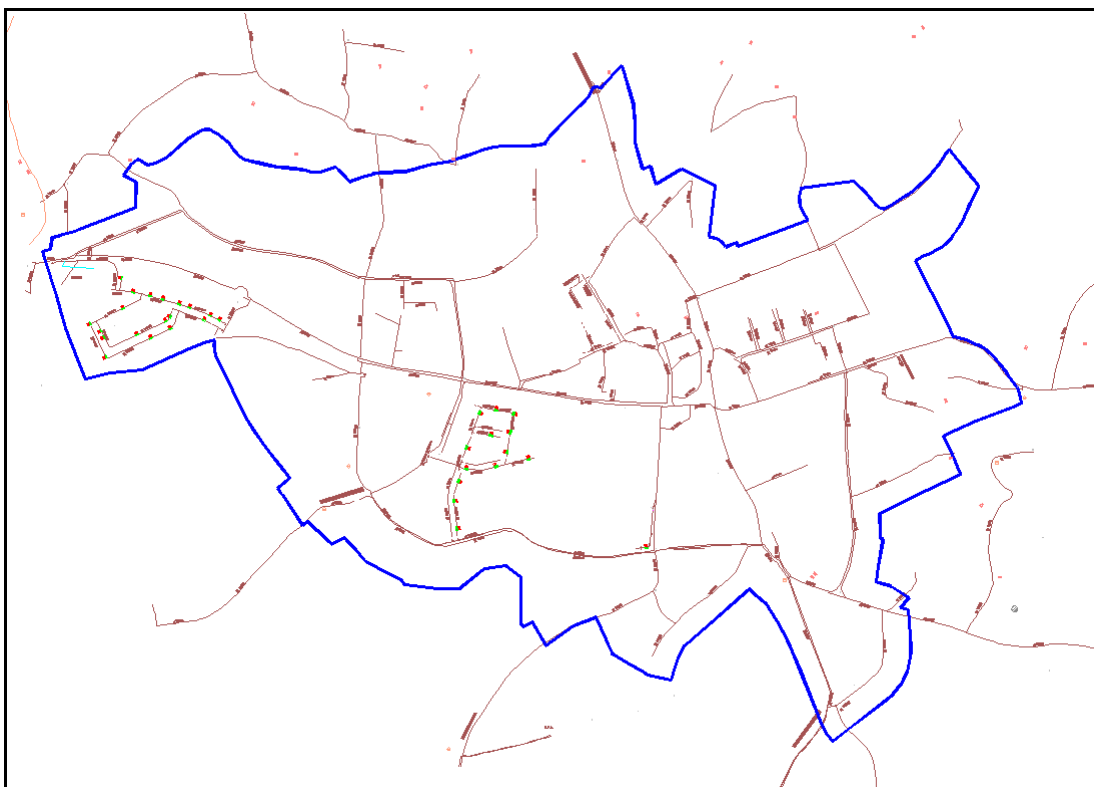


Figura 13 - Rede de abastecimento e distribuição de água da área do PUFZ.

Segundo dados do INE referentes a 2011, a população do concelho da Ferreira do Zêzere servida por sistema de abastecimento de água ronda 99,1%, valor bastante positivo, ultrapassando a meta de 95% apontada pelo Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR) para o período 2007-2013. Na freguesia de Ferreira Zêzere a população servida é de 100%.

Os sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais são o conjunto de estruturas e equipamentos que asseguram a conectividade hidráulica e fazem afluir as águas residuais urbanas a um meio recetor, com o objetivo de prestação de serviços de drenagem e tratamento de águas residuais.

Tal como o sistema de abastecimento de águas, o sistema de drenagem e tratamento de águas residuais encontra-se sob gestão da Aguas do Centro através do Sistema Multimunicipal de Saneamento de Água de Raia, Zêzere e Nabão, e é do tipo separativa e dispõe de diversos órgãos de tratamento de efluentes

O funcionamento deste sistema será assegurado por 72 ETAR, 88 Estações Elevatórias e 290 km de interceptores e emissários. A sua gestão e exploração, incluindo as obras de ampliação e beneficiação das infraestruturas existentes, tiveram início em 2001.

Em que no Concelho de Ferreira do Zêzere estão localizadas 6 ETARS, 8 Estações Elevatórias e cerca de 15 km de interceptores e emissários, facultando uma população servida de cerca de 12.461 Habitantes-equivalentes, atualmente acima da população residente no Concelho (8619 habitantes em 2011).

A extensão da rede de drenagem de águas residuais na área do plano é de 13,58 km, estando representada na figura seguinte.

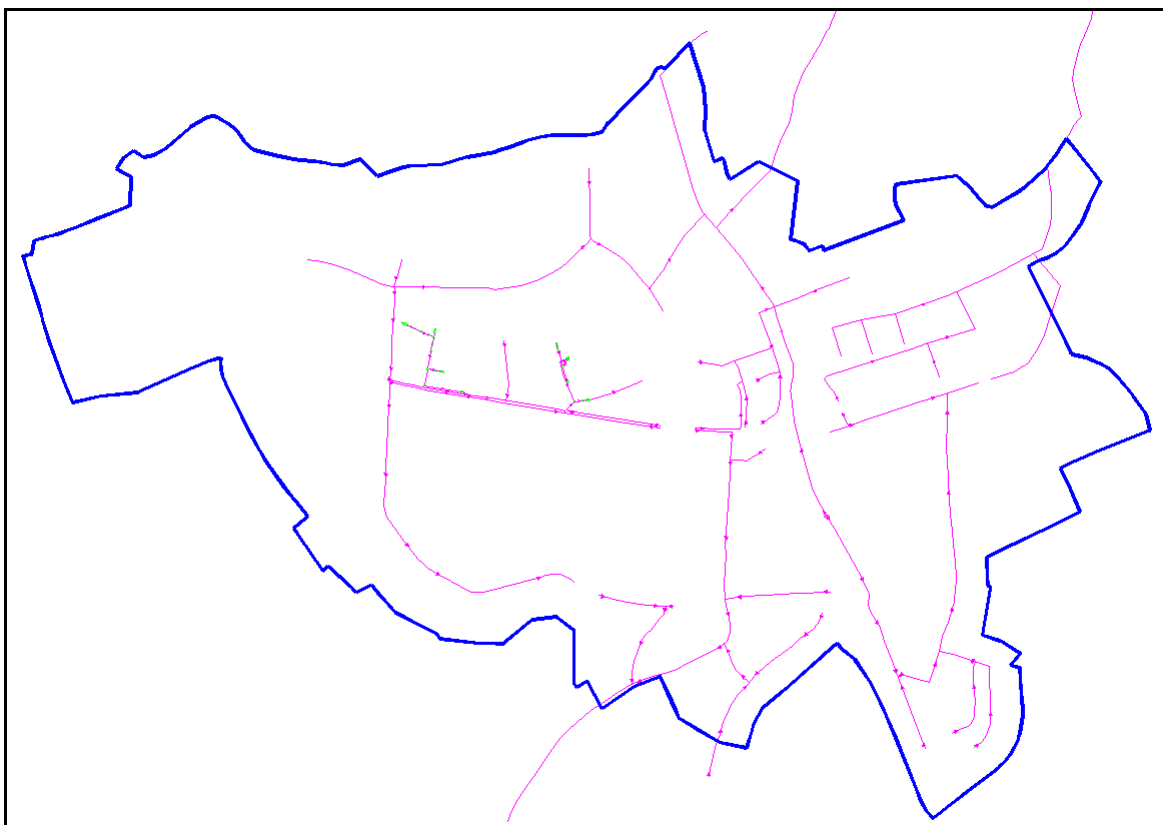


Figura 14 - Rede de drenagem de águas residuais da área do PUFZ.

Verificou-se que a rede existente, representada em cadastro, não abrange toda a área do plano, o que permite concluir sobre a existência de órgão de drenagem e depuração de águas residuais no interior das propriedades particulares.

As águas residuais da área do PU são tratadas na ETAR de Outeiros / Ferreira do Zêzere que foi projetada para proceder à recolha e tratamento dos efluentes das localidades de Águas Belas, Ferreira do Zêzere, Igreja Nova do Sobral e Pias. Dimensionada para servir uma população de 9183 habitantes-equivalentes, a ETAR tem uma capacidade de tratamento de 1158 m³/dia de águas residuais.

Os dados do INE (2009), a percentagem de população servida por sistemas de drenagem e por estações de tratamento de águas residuais são 21% e 20 % da população do concelho respetivamente.

A taxa de cobertura de drenagem de águas residuais por sistemas públicos no concelho de cerca de 21%, representa um valor bastante aquém dos 90% que constituem a meta apontada pelo PEAASAR.

Atualmente na freguesia de Ferreira do Zêzere, e segundo os dados dos Censos de 2011, 56% dos alojamentos familiares de residência habitual encontram-se ligados à rede pública de drenagem de águas residuais, os restantes 44% encontra-se ligados a sistemas particular de drenagem de águas residuais ou outros casos.

QUALIFICAÇÃO URBANA

Um indicador de “qualidade” do parque habitacional diz respeito às condições físicas de conservação em que este se mantém. Segundo os dados do INE dos censos 2011, cerca de 43% dos edifícios concelho, têm mais de 40 anos (anteriores a 1970), 31,2% dos edifícios tinham menos de 20 anos, tendo-se no último decénio intercensitário, construído 1126 novos edifícios (representando cerca de 16% do total de edifícios do Concelho).

Em 2011, cerca de metade dos edifícios tinham menos de 30 anos, o período mais significativo, em termos de construção de edificado, incidiu depois de 1971, em grande parte devido ao “boom” de construção para habitação a que se assistiu na década de 70, fundamentalmente resultante de investimentos de emigrantes.

Na freguesia de Ferreira do Zêzere, em 2011, cerca de 62% dos edifícios tinham menos 30 anos e 23% do total de edifícios (290) foram construídos antes de 1945 demonstrando assim, um relativo envelhecimento do parque habitacional.

Quadro 21 - Edifícios por estado de conservação (2011).

Zona Geográfica	Total	Sem necessidade de reparação		Com necessidade de reparação		Muito degradado	
		nº	%	nº	%	nº	%
Centro	1111952	794248	71,4	298357	26,8	19347	1,7
Médio Tejo	107291	75752	70,6	29153	27,2	2386	2,2
Ferreira do Zêzere - Concelho	6933	4710	67,9	2110	30,4	113	1,6
Ferreira do Zêzere	1288	889	69,0	389	30,2	10	0,8

Fonte: INE-Censos 2011.

Em 2011, 30,4% dos edifícios da freguesia de Ferreira do Zêzere apresentavam necessidades de reparação, existindo 10 edifícios que se encontravam em estado muito degradado.

No quadro seguinte, sintetiza os dados referentes à evolução do número de licenças concedidas desde 2001 até 2011, pela Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, para a realização de obras (construções novas, ampliações, transformações, restaurações e demolições de edifícios). Cifraram-se em 57, o número de licenças emitidas pela Autarquia em 2011, verificando-se uma decréscimo do número de licenças em relação ao ano anterior. Desde 2001 até 2011 foram contabilizadas 1011 novas licenças repartidas entre um mínimo de 49 licenças de 2005 e um máximo de 128 licenças em 2001 e 2003.

O número de licenças emitidas pela autarquia em 2011 para a freguesia de Ferreira do Zêzere foi de 7 e desde 2001 até 2011 foram contabilizadas 254 novas licenças repartidas entre um mínimo de 7 licenças de 2011 e um máximo de 43 novas licenças em 2001.

Quadro 22 - Variação do número de licenças concedidas pela câmara municipal 2001-2011.

Ano	Concelho de Ferreira do Zêzere			Ferreira do Zêzere		
	Total de Licenças	Novas construções	Ampliações, alterações e reconstruções	Total de Licenças	Novas construções	Ampliações, alterações e reconstruções
2011	57	18	39	7	3	4
2010	88	43	45	12	8	4
2009	77	53	24	18	13	5
2008	114	71	43	26	19	7
2007	112	69	43	20	11	9
2006	70	37	33	19	11	8
2005	49	38	11	17	14	3
2004	91	67	24	27	24	3
2003	128	99	29	39	33	6
2002	97	74	23	26	19	7
2001	128	99	29	43	35	8

Fonte: INE

Entre 2001 e 2011, o município de Ferreira do Zêzere concedeu uma média de 92 licenças por ano, sendo em média 61 licenças para novas construções e 31 para ampliações, alterações e reconstruções.

Relativamente à dinâmica da atividade construtiva na área do Plano, segundo dados do relatório “Caraterização e diagnóstico” de julho de 2008 elaborado pela Plural, relativos aos projetos de obras aprovados no período compreendido desde 2004 até ao 1º trimestre de 2008, corresponde não só à Vila mas também às povoações limítrofes (Cumbada, Fonte da Prata, Levegada, Portomar, Fonte Ferreira, Congeitaria e Ramal de Ferreira do Zêzere), estes apresentam a seguinte quantificação e qualificação quanto aos destinos.

Quadro 23 - Projetos de obras de 2004 a 2008

Ano	Destinos						Total
	Hab. Unif./Bif.	N.º fogos	Hab. Col.	N.º fogos	Outros	Indústria	
2004	5	5	8	59	3	-	16
2005	5	5	2	18	4	1	12
2006	15	17	9	59	7	-	31
2007	4	4	2	16	3	-	9
2008	1	1	1	9	1	-	3
2009	4	4	3	20	3	0	10
2010	-	-	-	-	-	-	-

Ano	Destinos						Total
	Hab. Unif./Bif.	N.º fogos	Hab. Col.	N.º fogos	Outros	Indústria	
2011	2	2	1	3	2	0	5
2012	0	0	1	1	4	0	5

Deste quadro, resulta a constatação da intensificação da atividade construtiva no ano de 2006, correspondente não só a um número significativo de projetos de obras relativos a edifícios de habitação unifamiliar/bifamiliar, atingindo um número total de fogos igual a 17, mas também a habitação coletiva, neste caso traduzidos em 59 fogos.

No concelho de Ferreira do Zêzere, a recuperação do edificado tem sofrido uma tendência crescente quando comparada com a nova edificação, tendência contrária à que se observa na região centro e na sub-região do Médio Tejo. O número de reconstruções concluídas por cada 100 novas construções concluídas sofreu uma variação positiva aumentando cerca de 67% entre 2001 e 2011. O concelho de Ferreira do Zêzere apresenta taxa de reconstrução superior à sub-região Médio Tejo e Região Centro (quadro 24).

Quadro 24 - Reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas.

Área Geográfica	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Ferreira do Zêzere - Concelho	4,6	2,1	2,1	10,4	12,0	6,7	0	10,2	4,7	7,7	7,7
Médio Tejo	5,2	4,9	3,4	4,2	4,9	3,7	2,9	2,4	1,8	2,1	2,7
Região Centro	10,0	7,5	6,9	5,9	5,3	5,3	4,2	4,3	4,5	4,1	4,5

Fonte: www.ine.pt; Última atualização dos dados: 05 de abril de 2013.

Os espaços verdes urbanos, integrados no “contínuo construído” constituem áreas de descompressão urbana e são, cada vez mais, fatores do equilíbrio na saúde física e psíquica do cidadão, quer por constituírem um importante equipamento social de fruição, quer ainda pela sua função na produção de oxigénio e absorção de dióxido de carbono e poeiras atmosféricas, filtrando ainda estas últimas.

Consideram-se como pertencentes a esta tipologia, os espaços verdes públicos essencialmente ajardinados. Tratam-se de áreas integradas na estrutura urbana, onde predomina e se potencia a presença de elementos naturais.

De entre estes espaços, destacam-se os seguintes: Largo Frei Diogo Canter, Praça Dias Ferreira e o Parque de Merendas.

Tanto o Largo Frei Diogo Canter como a Praça Dias Ferreira localizam-se no centro da Vila e estão dotados de mobiliário urbano adequado e em geral, em bom estado de conservação. Quanto ao Parque

de Merendas, este situa-se numa área limítrofe do perímetro urbano, junto ao campo de futebol, em zona de pinhal. Apresenta carências ao nível do equipamento normalmente usado neste tipo de espaços.



Figura 15 - Fotos de espaços verdes na área do PUFZ.

Fonte: Plural,2008

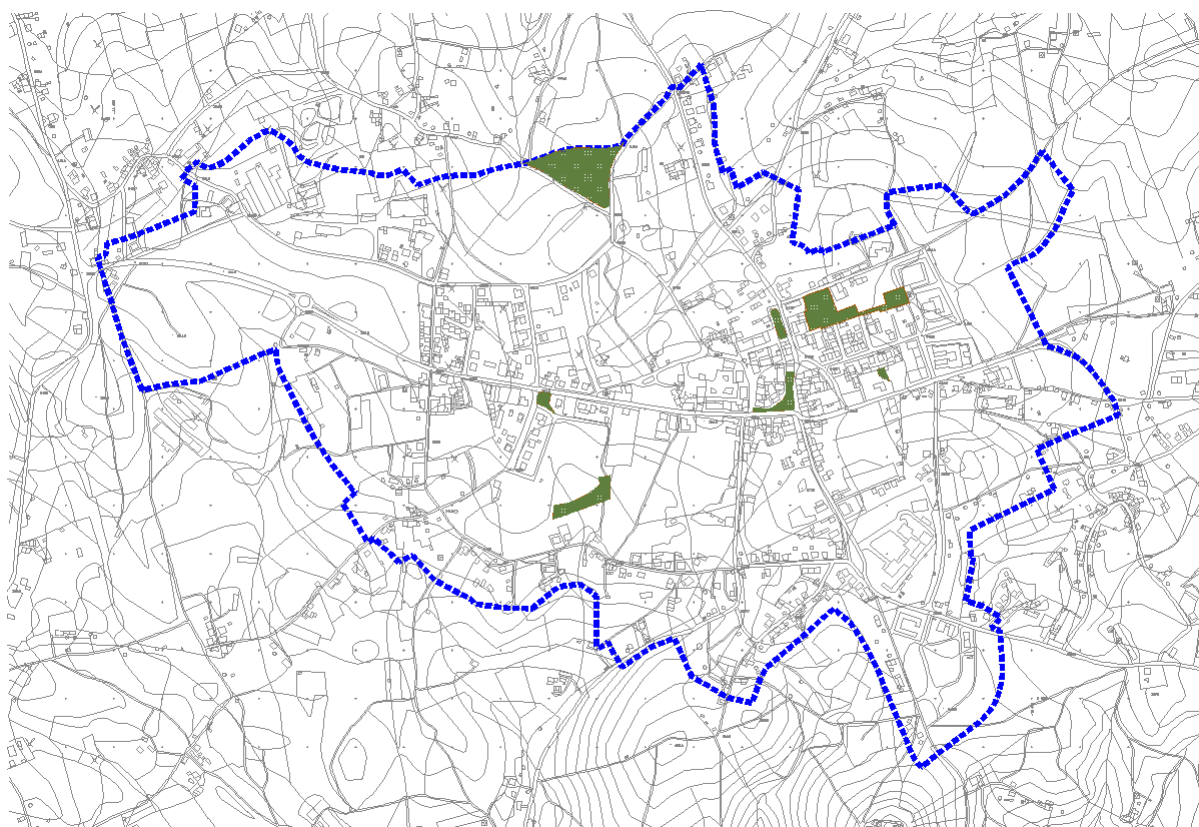


Figura 16 - Localização dos espaços verdes na área do PUFZ.

Os espaços verdes ocupam 7974 m², resultando numa captação atual de espaços verde utilização coletiva de 3,4 m²/ hab na área do plano., valor bastante abaixo da média europeia recomendada (12 m²/hab.) e do valor de 10 m²/hab recomendado pela DGOTDU para a estrutura verde secundária.

MOBILIDADE E ACESSIBILIDADES

As vias de comunicação são um fator indispensável para atrair o desenvolvimento económico e permitir a fixação da população no território. Neste contexto, a acessibilidade, entendida como a garantia dos acessos adequados a todos os aglomerados urbanos, bem como, de boas ligações às redes viárias regional / nacional / internacional, constituem um objetivo de política regional/local sempre prioritário para qualquer município.

As infraestruturas de suporte à circulação de pessoas, bens e serviços, são um fator determinante no desenvolvimento social, económico e cultural das populações das áreas territoriais que servem. A sua existência, ou inexistência, traçado, condições de serviço, estado de conservação e manutenção, em qualidade e eficiência, proporcionam, condicionam ou limitam, a “liberdade” de circulação, o acesso a bens e serviços, sobretudo a bens e serviços sofisticados, de nível superior e considerável grau de complexidade. Com efeito são as infraestruturas viárias que suportam a circulação dos diversos modos de transporte.

A rede viária inserida na área de intervenção deste plano é constituída essencialmente pelos arruamentos urbanos da Vila, com distinção para as estradas municipais: EM 348 (ex EN 348), EM 601, EM 530; e caminhos municipais: CM 1068, CM 1066 e CM 1071.

Da rede viária, é de relevar a importância da EN348 que foi desclassificada para estrada municipal. Esta via atravessa a Vila no sentido nascente - poente. Este troço estabelece a ligação entre a EN 238 (que liga a norte, à Sertã, e a sul, a Tomar) e a EN 2 (que faz ligação ao Concelho de Vila de Rei).

No sentido Norte - Sul, a destacar a EM 601 em direção a Águas Belas; a EM 530 a sul, em direção a várzea; o CM 1068 que liga a povoação de Portinha; o CM 1066 com destino a Cerejeira; e o CM 1071 com destino a Portomar.

A estrutura viária apresenta uma estrutura radial com convergência para o centro urbano de Ferreira do Zêzere.

Em termos de hierarquização funcional da rede, podem identificar-se, basicamente, dois sistemas viários:

- O sistema primário: é constituído pelo eixo principal correspondente à EM 348 e pelo conjunto de estradas municipais que canalizam o tráfego de entrada e saída e que desempenham funções de ligação entre zonas urbanas.
- O sistema secundário: é constituído por todas as restantes vias urbanas, que têm por função predominante o acesso local ou outras formas de ocupação do solo.

Relativamente ao tipo e estado de conservação dos pavimentos, a maioria dos arruamentos é revestida por betão betuminoso em relativo bom estado, existindo casos pontuais onde o pavimento se encontra em mau estado. Os passeios, na generalidade, encontram-se revestidos com calçada miúda de calcário. Nas zonas onde o passeio é inexistente, encontram-se valetas que têm um revestimento variável: pedras, brita, betuminoso ou sem qualquer revestimento.

A rede viária e o espaço público da Vila de Ferreira do Zêzere, em geral, tem vindo a sofrer diversas melhorias na sequência da implementação de dois estudos: o Plano de Valorização do Espaço Urbano e o Estudo de Circulação e Segurança Rodoviária.

Ambos têm contribuído, não só para a hierarquização e eficácia funcional da rede viária, como também para a qualificação dos espaços atribuídos à circulação e segurança dos peões. Nesses estudos, foi também considerada a criação de áreas de localização estratégica para estacionamento e o ordenamento do estacionamento existente.

As deslocações casa-trabalho e casa-escola e por essa via o tempo que a população passa em transportes, sejam eles públicos ou privados, têm influência na saúde física e psíquica das populações.

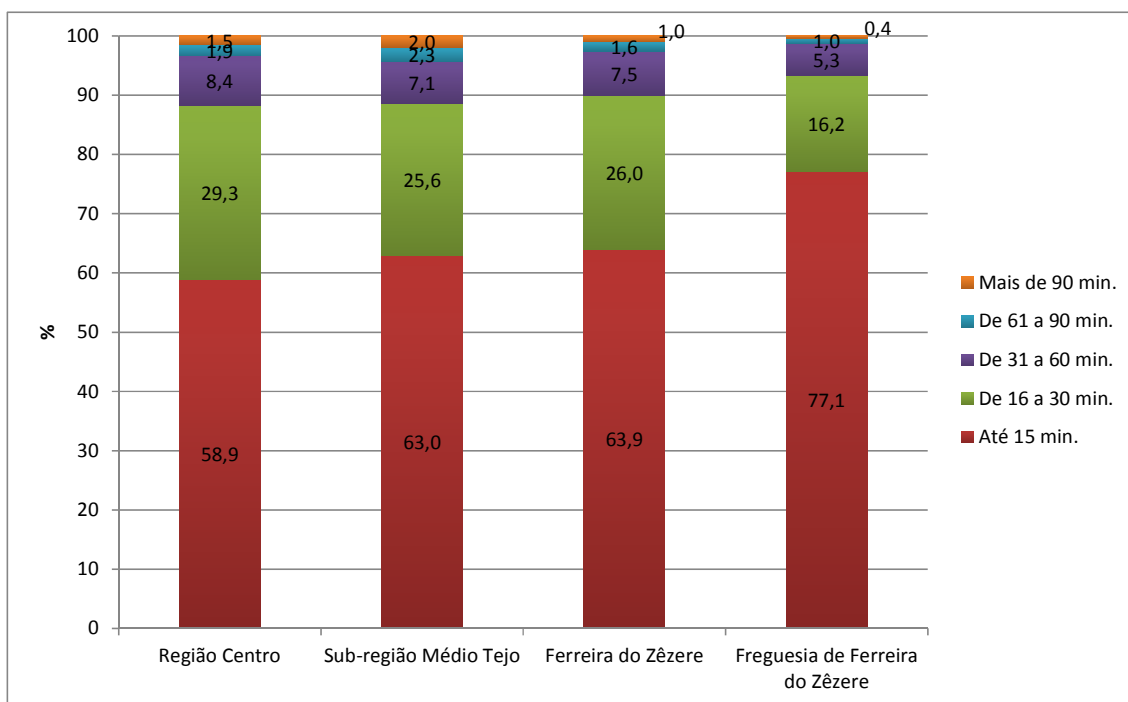


Figura 17 - Tempo gasto em média numa ida para o local de trabalho/estudo (INE: Censos 2011).

Através da figura acima apresentada conclui-se que a maioria das deslocações para os locais de trabalho e estudo (77,1%), da população da freguesia de Ferreira do Zêzere, tem uma duração média que vai até aos 15 minutos, o mesmo acontece nas restantes unidades geográficas em análise, nas quais as deslocações com este tempo médio surgem como as mais representativas, seguindo-se às deslocações com duração entre os 16 e os 30 minutos.

O tempo médio em viagem por dias das pessoas móveis da freguesia de Ferreira do Zêzere foi em 2011 de 13,14 minutos, valor inferior a duração média dos movimentos pendulares da região centro, sub-região de Médio Tejo e do concelho de Ferreira do Zêzere.

Quadro 25 - Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante.

Ano	Unidade Geográfica				
	Portugal	Região Centro	Médio Tejo	Ferreira do Zêzere	Freguesia de Ferreira do Zêzere
2011	20,02	17,12	17,72	16,54	13,14
2001	22,4	17,17	18,25	17,60	12,41
1991	21,56	16,24	17,40	17,34	11,15
Var.(min)	-1,54	0,88	0,32	-0,8	1,99

Fonte: INE, Censos 1991,2001 e 211

O modo de transporte mais utilizado no Concelho de Ferreira do Zêzere é, à semelhança das restantes unidades geográficas que aqui se apresentam, o automóvel particular ainda que, aqui, este tenha um peso significativamente maior – 65,2% do que o valor da região centro. A freguesia de Ferreira do Zêzere, aonde se encontra a área do plano, o uso do automóvel particular é ligeiramente inferior (64,1%)

Na Ferreira do Zêzere, seguem-se as deslocações a pé com um peso de 25%. Os restantes modos de transporte representam no seu conjunto 11% do total dos trajetos efetuados como motivo trabalho e estudo.

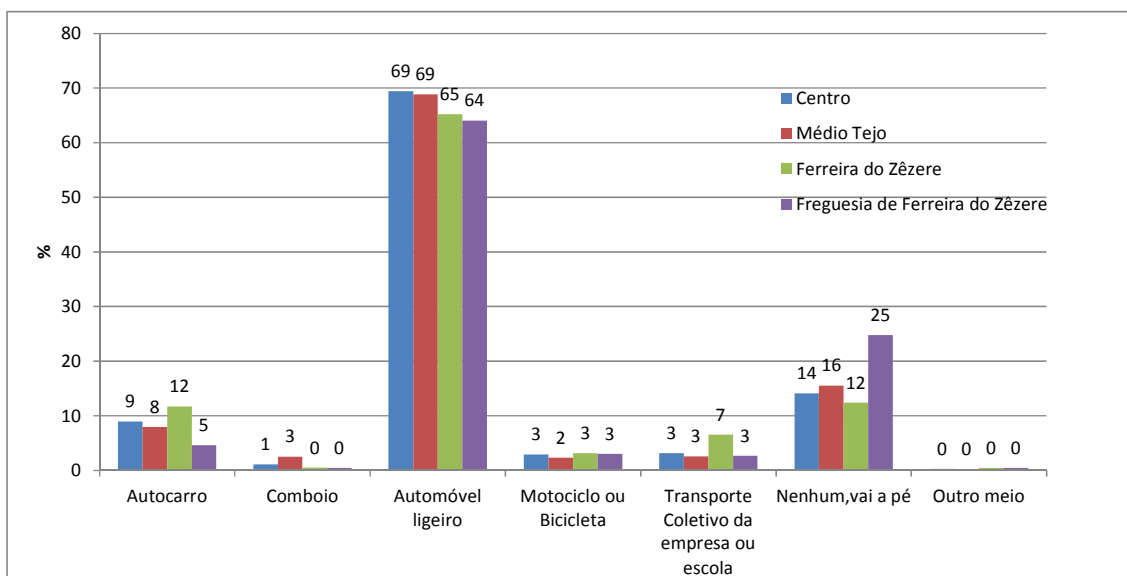


Figura 18 - Repartição modal nos movimentos pendulares 2001.

De um modo geral e à semelhança da Região Centro o automóvel é o meio de transporte mais utilizado sendo que o uso de transportes públicos ou outros meios de locomoção mais suaves não assume grande expressão. A deslocação dos habitantes de Ferreira do Zêzere efetua-se principalmente através da utilização de transporte próprio.

Com o aumento das distâncias da viagem casa-trabalho ou estudo, verifica-se o aumento da importância do automóvel particular face a outros modos de deslocação. De facto se para a população empregada ou estudante no concelho de Ferreira do Zêzere a utilização do automóvel ligeiro tinha maior importância no

trajeto para o local de trabalho ou estudo, para a população empregada ou a estudar noutros concelhos esta importância é ainda mais evidente.

Quadro 26 - Principal meio de transporte utilizado no trajeto para o local de trabalho da população que reside no concelho de Ferreira do Zêzere e que exerce a sua profissão ou estuda noutros concelhos (2011).

Concelhos	Autocarro	Comboio	Automóvel ligeiro	Motociclo ou Bicicleta	Transporte Coletivo da empresa ou escola	Nenhum, vai a pé	Outro meio	% uso do Automóvel Ligeiro
Tomar	104	0	321	6	8	2	1	72,6
Alvaiázere	7	0	108	6	8	0	0	83,7
Ourém	0	0	38	1	2	0	0	92,7
Lisboa	4	14	17	0	1	0	2	44,7
Sertã	2	0	19	0	0	0	0	90,5
Leiria	7	0	17	0	1	0	0	68,0
Restantes Concelhos	4	3	141	0	16	6	3	81,5

Fonte: INE, Censos 2011

No concelho de Ferreira do Zêzere o transporte rodoviário de passageiros é assegurado por três operadoras: a Fatimacar com 3 percursos, a Rodoviária da Beira Interior com 7 percursos e Rodoviária do Tejo com 7 percursos. Todas as freguesias do Concelho encontram-se servidas por rede de transportes públicos, o que não significa que todos lugares pertencentes a uma dada freguesia estejam abrangidos.

Embora nem todos os circuitos do concelho incluam no seu trajeto a Vila de Ferreira do Zêzere, todos os operadores têm mais do que um circuito que inclui a Vila.

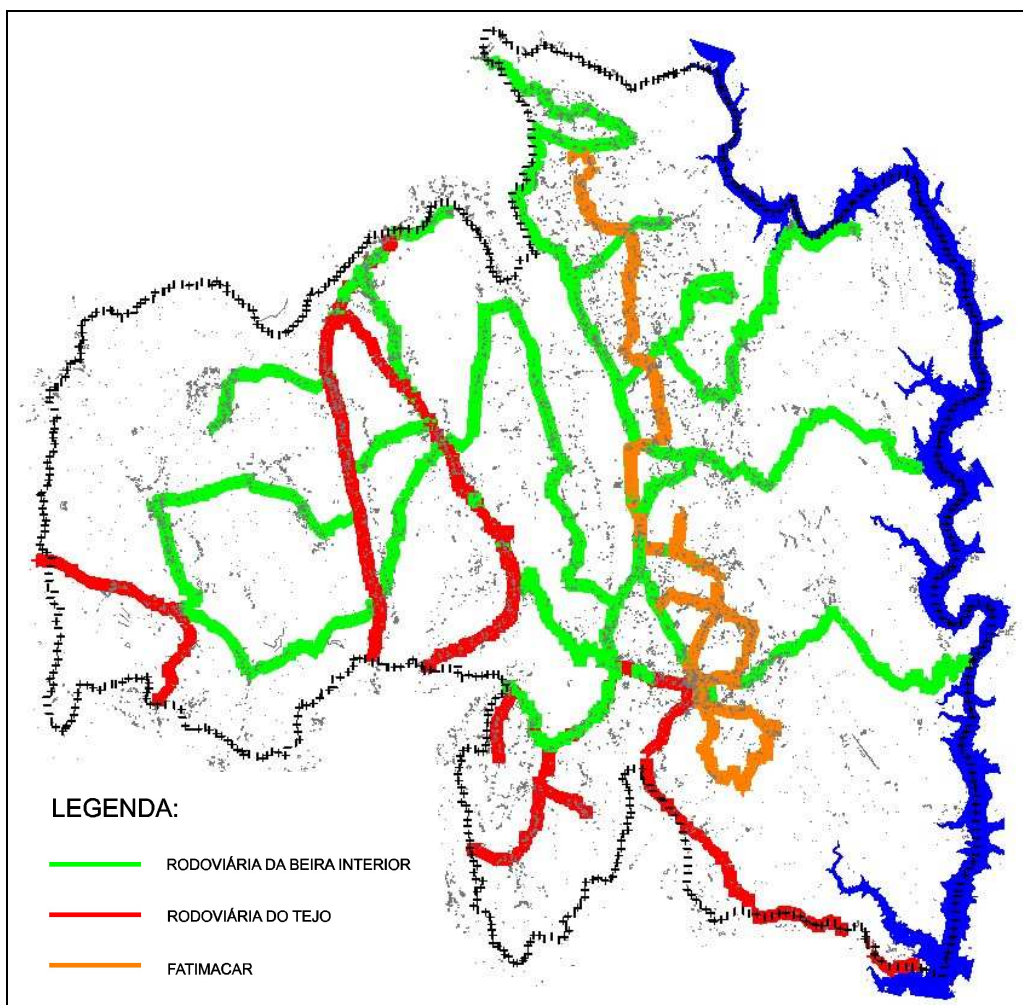


Figura 19 - Percursos de transportes públicos no interior do Concelho

Quadro 27 - Rede de percursos das empresas operadoras de transportes

CONCESSIONÁRIO	PERCURSOS
FATIMACAR - TRANSPORTES E TURISMO SA	PERCURSO FERREIRA DO ZÊZERE - SOBREIRAS
	Ferreira do Zêzere - Cerejeira - Cubo - Sobreiras
	PERCURSO FERREIRA DO ZÊZERE - RIBEIRA
	Ferreira do Zêzere - Portinha - Ribeira
	PERCURSO FERREIRA DO ZÊZERE - SOUTO
	Ferreira do Zêzere - Quinta do Loureiro - Cubo - Outeiros - Varela - Varelinha - Ereira - Aldeia - Outeiro (Frazoeira) - Ribeiro da Coroa (S. Gonçalo) - Ribalvia - Martimbraz - Souto
RODOVIÁRIA DA BEIRA INTERIOR	PERCURSO FERREIRA DO ZÊZERE - CALÇADAS DE CERAS
	Ferreira do Zêzere - Areias - Vila Verde - Venda dos Tremoços - Matos - Lagoa - Almogadel - Casal de S. Iria - Chãos - Jamprestes - Calçadas de Ceras
	PERCURSO FERREIRA DO ZÊZERE - AVECASTA
	Ferreira do Zêzere - Pias - Areias - Telhadas - Casais de Areias - Farroeira - Farroeira cruzº - Rê.go da Murta - Pinheiro - Tojal cruzº - Pereiro - Milheiros cruzº - Avecasta
	PERCURSO FERREIRA DO ZÊZERE - PORTELA DE VILA VERDE
Ferreira do Zêzere - Águas Belas - Benfica - Águas Belas - Travanca - Boucha - Ponte Tabuado - Freixial - Vale Rodrigo cruzº - Meneixas - Areias - Serra do Balas - Portela de Vila Verde	

CONCESSIONÁRIO	PERCURSOS
RODOVIÁRIA DA BEIRA INTERIOR	PERCURSO FERREIRA DO ZÊZERE - CABAÇOS
	Ferreira do Zêzere - Águas Belas - Bela Vista - Besteiras - Paio Mendes - Carril - Bêco cruzº - Bêco - Bêco cruzº - Ral - Alqueidão S. Amaro cruzº - Cruz dos Canastreiros - Alqueidão S. Amaro - Fonte Seca - Alqueidão S. Amaro - Cruz dos Canastreiros - Alqueidão S. Amaro cruzº - Sr.ª da Orada - Cabaços
	PERCURSO FERREIRA DO ZÊZERE - VALE SERRÃO
	Ferreira do Zêzere - Venda da Serra - Águas Belas - Vale Perro cruzº - Carril - Relvas - Frazoeira - Cagida - Paio Mendes - Salão - Casal da Mata - Ponte S. Guilherme - Dornes - Vale Serrão
	PERCURSO BESTEIRAS - RIO FUNDEIRO
	Besteiras - Rio Fundeiro cruzº - Rio Fundeiro
	PERCURSO FERREIRA DO ZÊZERE - VILA DE REI - SERTÁ
Ferreira do Zêzere - Chão da Serra - Valada - Pombeira cruzº - Estevais - Vila de Rei - Cabeça do Poço - Fundada - Ribeira da Fundada - Abrunheiro - Lagôa - Vilar do Ruivo - Palhais - Cumeada - Sertá	
RODOVIÁRIA DO TEJO	PERCURSO FERREIRA DO ZÊZERE - TOMAR (P/ Água Todo Ano)
	Ferreira do Zêzere - Água Todo Ano - Salgueiral - Castalaria - Salgueiral - Portela Nexebra - Manobra - Tomar
	PERCURSO FERREIRA DO ZÊZERE - TOMAR (P/ Igreja Nova)
	Ferreira do Zêzere - Água Todo Ano - Igreja Nova - Mourolinho - Igreja Nova - Sobral - Fonte Nova (x) - Serrada Nova - Ganados - Dejusta - Olas (x) - Torre - Torre (x) - Pintado - Venda Nova - Calçadas - Tomar
	PERCURSO FERREIRA DO ZÊZERE - TOMAR (P/ Montes)
	Ferreira do Zêzere - Casais - Cardal (x) - Sismarias (x) - Cardal - Bairradinha - Cardal - Sismarias (x) - Cardal (x) - Montes (x) - Montes - Montes (x) - Alqueidão - Olalhas - Olalhas (x) - Venda do Rijo - Aboboreira - Calçadas - Tomar
	PERCURSO AVELAR - TORRES NOVAS
	Avelar - Pontão - Vendas Maria - Barqueiro - Alvaiázere - Vila Nova - Cabaços - Rego da Murta - Tojal - Pereiro - Venda Tremeços - Calçada de Ceras - Pintado - Tomar - Porto Mendo - Porto da Lage - Bezelga de Cima - Moreiras Grandes (x) - Moreiras Grandes - Moreiras Grandes (x) - Pousos - Vila do Paço - Soudos - Pé de Cão - Terras Pretas - Nicho - Torres Novas
	PERCURSO ANSIÃO - TOMAR
	Ansião - Pessegueiro (x) - Almofter - Marzugueira - Alvaiázere - Vila Nova - Cabaços - Rego da Murta - Tojal - Areias - Pias - Touco - Manobra - Torre - Ganados - Dejusta - Olas - S. Catarina - Venda Nova - Calçadas - Tomar
PERCURSO PEREIRO - TOMAR	
Pereiro - Venda Tremeços - Calçada Ceras - Ceras - Freixo - Chão Eiras - Calvins - Freixo - Chão Eiras - Calvins - Freixo - Torre (x) - Torre - Olas (x) - Dejusta - Ganados - Serrada Nova - Ganados - Dejusta - Olas (x) - Torre - Torre (x) - Pintado - Soianda - Casais - Casal Novo - Casal Novo (x) - Calçadas - Tomar	
PERCURSO FREIXIANDA - TOMAR	
Freixianda - Casal Pinheiro - Ramalheira - Soalheira - Rio de Couros (x) - Soalheira - Porto Velho - Cumes - Chãos - Vales - Valvanteiro - Póvoa - Prado - Pedreira - Pedreira (cemitério) - Tomar	
Localidades não pertencentes ao Concelho de Ferreira do Zêzere	

O serviço de transportes escolares do concelho é da responsabilidade da Câmara Municipal e destina-se a garantir o transporte aos alunos que vêm das diversas freguesias, frequentar o 1º ciclo nas freguesias de Águas Belas e Ferreira do Zêzere. Em dados gerais são então:

- 10 Circuitos de transporte;
- 170 Alunos a transportar (26 para a EB1 de Águas Belas e 144 para o Centro Escolar de Ferreira do Zêzere).

Os alunos do 2º e 3º ciclo utilizam transporte próprio ou as carreiras normais das operadoras referidas acima.

É desejável que os cidadãos possam deslocar-se a pé, em segurança e com conforto, nas deslocações diárias, seja para ir ao café, ao supermercado, ou até mesmo nas deslocações pendulares, principalmente nas deslocações para a escola.

Neste sentido, a escala e dimensão da Vila de Ferreira do Zêzere é propícia à criação destes percursos que permitem o acesso pedonal a, praticamente, todas as suas zonas.

No entanto, o sistema pedonal da área de estudo apresenta ainda uma série de fragilidades, começando desde logo pela inexistência de passeios em diversas vias. Noutras vias os passeios existentes são muitas vezes de dimensão extremamente reduzida ou apresentam um estado de conservação muito débil. Desta forma, os peões são forçados a circular nas vias destinadas ao tráfego motorizado ocorrendo, por vezes, situações de conflito entre peões e veículos.

A promoção de modos de transporte não motorizados será efetuada mediante a requalificação e criação de vias pedonais e ciclovias. Em espaços urbanos, esta requalificação passará pelo aumento do espaço destinado aos peões e às bicicletas, em detrimento do espaço viário excedentário.

5.2.2.1 Análise SWOT

No quadro seguinte, apresenta-se a análise SWOT da situação tendencial da realidade territorial do PUFZ para o FCD – Ordenamento e Qualificação do Território.

Quadro 28 - Análise SWOT no âmbito do FCD - Ordenamento e Qualificação do Território

Forças (S)	Fraquezas (W)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apesar do decréscimo populacional a nível concelhio a freguesia de Ferreira do Zêzere registou um aumento de população (+9,1%). ▪ A área do plano apresenta um padrão policêntrico de equipamentos, comércio e serviços. ▪ Boa cobertura de equipamentos de segurança social (creches, ATL, Lares, Centros de Dia, Apoio Domiciliário), de saúde (centro de saúde, extensões e farmácias) e desportivos. ▪ Aumento das reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas (7,7 em 2011). ▪ Evolução positiva e boas condições de habitabilidade, num contexto em que as situações de carência habitacional não são significativas. ▪ Crescente promoção de habitações de uso sazonal ou secundário, as quais promovem uma imagem de qualidade e uma crescente capacidade atrativa, sobretudo turística, do município de Ferreira do Zêzere. ▪ O PUFZ é servido por uma boa rede de transportes públicos e possui um terminal rodoviário. ▪ Implementação de dois estudos: o Plano de Valorização do Espaço Urbano e o Estudo de Circulação e Segurança Rodoviária. ▪ Estado de conservação da rede viária é predominantemente bom. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento dos territórios artificializados em detrimento das áreas florestais. ▪ Significativa dispersão do povoamento aumentando as exigências e custos em termos urbanísticos. ▪ A existência de unidades industriais na área urbana da Vila, que constituem disfunções ambientais, não favorece a expansão urbana no sentido de Águas Belas. ▪ Em termos de estrutura urbana, embora se verifique alguma tendência para a regularização da malha, esta ainda é essencialmente radial, apresentando ocupação ao longo das principais vias de comunicação. ▪ Inexistência de uma estrutura ecológica. ▪ Envelhecimento populacional ▪ 30% dos edifícios da freguesia de Ferreira do Zêzere precisam de reparações ▪ Baixa captação de espaços verdes na área do PUFZ. ▪ Grande carência de espaços verdes de uso público e de dimensão e tipologia adequadas à estadia e ao lazer da população; ▪ Os espaços existentes são de dimensões contidas e predominantemente impermeabilizados; ▪ Existência de um espaço de maior dimensão, Parque de Merendas, com localização demasiado periférica e em área pouco edificada, com carências ao nível de mobiliário urbano; ▪ Nem toda a área do plano é coberta pela rede pública de saneamento e tratamento de águas residuais ▪ O trânsito de passagem, a escassa capacidade de estacionamento ao longo da EM 348, bem como dos principais arruamentos que aí entroncam e a inexistência de passeios em algumas vias, tornam a ambiência urbana desconfortável e a mobilidade diminuída.

Oportunidades (O)	Ameaças (T)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Moderação na impermeabilização do solo e definição de uma estrutura ecológica . ▪ Melhorias da estrutura funcional, com adaptações às necessidades dos nossos dias. ▪ Existência de espaços com boas características para a criação de espaços verdes de usos público de dimensão adequada à estadia e lazer da população, como é o caso do jardim da Quinta do Adro. ▪ Alicação do estudo da Rede de Transportes e do Serviço de Transporte a Pedido - Sub-Sistema Concelhio de Ferreira do Zêzere. ▪ Hierarquização e definição de novos perfis transversais para a rede viária. ▪ Criação de novas áreas pedonais e tratamento das existentes ao nível do perfil e pavimento. ▪ Construção da circular Norte à Vila com a consequente redução do tráfego de atravessamento. ▪ A constante melhoria das acessibilidades e a proximidade crescente de grandes centros urbanos como Tomar, Leiria e Coimbra, em complemento com os pontos anteriores permite-lhe constituir um apetecível local de fixação (abertura recente da A13). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento das áreas artificializadas e da infra-estruturação do território. ▪ Propensão para a desconcentração e perda de dinâmica do espaço urbano, materializada pelo crescimento do número de alojamentos vagos e de uso sazonal e as exigências de manutenção, e potencial degradação do edificado, daí decorrentes. ▪ Manutenção das elevadas taxas de utilização do automóvel. ▪ Aumento da população idosa pode não ser acompanhada pela execução de equipamentos de apoio a 3ª idade.

5.2.2.2 Tendências de evolução sem Plano

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Durante a vigência do PDM, foi aprovada legislação e políticas a nível do ordenamento do território e da compatibilização dos usos do solo, que mostra a cada vez maior desatualização das disposições do PDM relativas à área do PUFZ.

Na ausência de PUFZ, as disposições do PDM mostrar-se cada vez mais desatualizado face a realidade da área de intervenção.

COESÃO TERRITORIAL

Relativamente à coesão territorial, prevê-se a continuidade do estado atual na ausência do plano.

QUALIFICAÇÃO URBANA

Relativamente à qualificação urbana, prevê-se a continuidade do estado atual na ausência do plano.

MOBILIDADE E ACESSIBILIDADES

Em relação à Mobilidade e Acessibilidades, prevê-se uma melhoria deste critério pela construção da variante a Vila Norte.

5.3. Desenvolvimento Económico e Social

5.3.1. Descrição do FCD e seus objetivos

No âmbito do presente Fator Crítico de Decisão pretende-se avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível da competitividade e dinâmica empresarial, na dinâmica turística associada ao património e aos recursos naturais e no desenvolvimento humano nomeadamente ao nível da qualificação dos recursos humanos e na promoção do emprego.

Quadro 29 - Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Desenvolvimento Económico e Social

FCD	Domínios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Desenvolvimento Económico e Social	Desenvolvimento Humano	<ul style="list-style-type: none"> Qualificar os recursos humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> Nível de ensino da população. População ativa por grupo de profissão.
		<ul style="list-style-type: none"> Criar e promover o emprego local. 	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de Desemprego. Evolução da População Ativa por Atividades Económicas. Movimentos pendulares
	Competitividade e Desenvolvimento local	<ul style="list-style-type: none"> Promover atividades económicas, diversificar, complementar e modernizar a base produtiva numa perspetiva de sustentabilidade, articulando os aspetos económicos 	<ul style="list-style-type: none"> Variação do número de empresas sediadas (%). Variação do número de Empresas por setor de atividade. Receitas geradas por setor de atividade. Poder de compra per capita.
	Dinâmica turística	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver os produtos turísticos estratégicos: Touring cultural e paisagístico; Turismo da natureza; Tours de vinho e gastronomia; saúde e bem-estar. Aumentar/melhorar as condições de apoio e suporte à prática turística. 	<ul style="list-style-type: none"> Número total de camas e empreendimentos hoteleiros. Taxas de ocupação hoteleira. Evolução do número de dormidas.

5.3.2. Situação existente e análise tendencial

DESENVOLVIMENTO HUMANO

A qualificação/formação é um dos critérios de avaliação fundamentais para aferir a qualidade dos potenciais ativos residentes no município.

Em termos de educação e formação, segundo os Censos 2011, verifica-se que a população concelhia apresenta ainda um baixo nível de instrução, sendo que 25,3 não possui qualquer nível de ensino e 59,2% da população não possui sequer a escolaridade mínima obrigatória, apesar deste valor ter diminuído no período 2001-2011. O nível de instrução dos habitantes do concelho de Ferreira do Zêzere era, portanto, bastante baixo, apesar de evidenciar sinais de mudança, nomeadamente com uma diminuição significativa na taxa de analfabetismo de 16,4% em 2001 para 9,29% em 2011.

Quadro 30 - População residente segundo o nível de instrução atingido, no município de Ferreira do Zêzere, em 2001 e 2011.

	2011		2001	
	N.º	%	N.º	%
População Residente	8619	100,0	9422	100,0
Sem Nível de Ensino	2179	25,3	1846	19,6
1º Ciclo	2803	32,5	4345	46,1
2º Ciclo	1073	12,4	1177	12,5
3º Ciclo	1228	14,2	843	8,9
Ensino Secundário	892	10,3	882	9,4
Pós-Secundário	63	0,7	23	0,2
Superior	381	4,4	306	3,2
Taxa de analfabetismo (%)	9,29		16,4	

Fonte: INE, Censos 2011

Observando a distribuição pelas várias freguesias evidenciam-se as disparidades já anteriormente enunciadas, verificando-se os mais baixos níveis de instrução nas freguesias mais rurais, enquanto as freguesias com maiores índices de urbanidade, detêm níveis relativamente mais elevados de formação académica.

Assim, as freguesias de Areias e Pias são as que apresentam uma taxa de analfabetismo mais elevada, por oposição às freguesias de Ferreira do Zêzere e Águas Belas.

Ao nível do ensino primário (1º CEB) ele é muito representativo em Areias, e menos representativo na freguesia de Ferreira do Zêzere e Chãos, apesar de deter um valor elevado.

O ensino secundário apresenta uma maior expressividade na freguesia de Ferreira do Zêzere, e uma reduzida expressão nas freguesias da Dornes e Areias.

Por último, o ensino superior apesar da fraca representatividade em todas as freguesias, apresentando a maior expressividade nas freguesias de Ferreira do Zêzere.

Quadro 31 - Estrutura da população residente por nível de instrução atingido, em 2011.

Unidade Territorial	População Residente		Sem Nível de Ensino	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Ensino Secundário	Pós-Secundário	Superior	Taxa de analfabetismo (%)
	Nº									
Águas Belas	Nº	1072	220	351	191	168	93	9	40	7,44
	%	100	20,5	32,7	17,8	15,7	8,7	0,8	3,7	
Areias	Nº	1484	385	600	164	168	115	8	44	12,6
	%	100	25,9	40,4	11,1	11,3	7,7	0,5	3,0	
Beco	Nº	906	259	317	109	101	86	6	28	11,24
	%	100	28,6	35,0	12,0	11,1	9,5	0,7	3,1	
Chãos	Nº	597	207	167	57	73	65	3	25	8,97
	%		34,7	28,0	9,5	12,2	10,9	0,5	4,2	
Dornes	Nº	594	149	231	65	90	37	1	21	10,99
	%	100	25,1	38,9	10,9	15,2	6,2	0,2	3,5	
Ferreira do Zêzere	Nº	2353	524	578	287	408	361	27	168	5,71
	%	100	22,3	24,6	12,2	17,3	15,3	1,1	7,1	
Igreja Nova do Sobral	Nº	662	187	217	91	85	56	2	24	11,8
	%		28,2	32,8	13,7	12,8	8,5	0,3	3,6	
Paio Mendes	Nº	495	125	163	64	76	43	3	21	8,0
	%		25,3	32,9	12,9	15,4	8,7	0,6	4,2	
Pias	Nº	456	123	179	45	59	36	4	10	12,44
	%		27,0	39,3	9,9	12,9	7,9	0,9	2,2	
Concelho de Ferreira do Zêzere	Nº	8619	2179	2803	1073	1228	892	63	381	9,29
	%	100	25,3	32,5	12,4	14,2	10,3	0,7	4,4	

Fonte: INE, Censos 2011

Considerando as profissões da população residente economicamente ativa e empregada no concelho em 2011, e apesar da dispersão por inúmeras profissões, assumem especial destaque, pelos efetivos que concentram, as seguintes profissões:

- ↳ Trabalhadores qualificados da construção das estruturas básicas e similares, 278 indivíduos;
- ↳ Vendedores em lojas, 198;
- ↳ Motoristas de veículos pesados e de autocarros, 171
- ↳ Empregado de escritório em geral; 136;
- ↳ Trabalhadores de limpeza em casas particulares, hotéis e escritórios:136;
- ↳ Outras profissões elementares, 134;
- ↳ Produtores e trabalhadores qualificados na criação animal, 131;

Agregando as profissões segundo os respetivos grupos, aproximadamente 57% da população residente economicamente ativa concentra-se em três grupos de profissões, a saber: O Grupo 5 - Pessoal dos Serviços e Vendedores, Grupo 7 - Operários, Artífices e Trabalhadores Similares e Grupo 9 - Trabalhadores Não Qualificados, situação esta que se manteve relativamente estável no último período inter censitário 2001-1991.

No último período inter censitário (2001-2011), registam-se evoluções diferenciadas dos efetivos segundo os grupos de profissões, sendo particularmente significativas as quebras registadas nas profissões do Grupo 7 - Operários, Artífices e Trabalhadores Similares (-6,5%) e Grupo 9 - Trabalhadores Não Qualificados (-3,4%) e o crescimento registado no Grupo 3 - Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio (+2,8%), o Grupo 2 - Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (+3,1%) bem como no Grupo 5 – Pessoal dos Serviços e Vendedores (+7,1%).

Quadro 32 - População residente economicamente ativa e empregada no Concelho, segundo o grupo de profissões, 1991 e 2011

Grupo de profissões	1991		2001		2011	
	nº	%	nº	%	nº	%
Grupo 1 - Quadros Superiores da Adm. Púb., Dirig. e Quad. Sup. de Empresas	104	3,2%	227	6,9%	213	7,0%
Grupo 2 - Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	37	1,1%	67	2,0%	156	5,1%
Grupo 3 - Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	69	2,1%	125	3,8%	200	6,6%
Grupo 4 - Pessoal Administrativo e Similares	134	4,2%	232	7,1%	205	6,7%
Grupo 5 - Pessoal dos Serviços e Vendedores	344	10,7%	409	12,5%	597	19,6%
Grupo 6 - Agricultores e Trab. Qualif. da Agric. e Pescas	588	18,2%	319	9,7%	263	8,6%
Grupo 7 - Operários, Artífices e Trab. Similares	825	25,6%	933	28,4%	668	21,9%
Grupo 8 - Operadores de Inst. e Máquinas e Trab. da Montagem	413	12,8%	337	10,3%	273	8,9%
Grupo 9 - Trab. Não Qualificados	682	21,2%	608	18,5%	462	15,1%
Grupo 0 - Forças Armadas	27	0,8%	27	0,8%	16	0,5%
Ferreira do Zêzere - concelho	3223	100%	3284	100%	3053	100%

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011.

A percentagem de trabalhadores não qualificados, no período 1991-2011, teve uma redução de 6,1%, contudo continua a ser um grupo de profissões com elevada percentagem no município, o que revela uma baixa qualificação profissional e escolar da população.

A percentagem de Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas, no período 1991-2011, teve uma redução de 9,6%, o que revela uma diminuição da atividade no setor primário.

É possível constatar a importância que as profissões associadas ao sector Terciário, começam a ganhar no contexto do emprego concelhio em detrimento das profissões de menor “valor acrescentado”, ou seja, nas profissões assentes em baixos níveis de qualificação e em mão de obra “barata”. Esta atual conjuntura económica que marca o Concelho, é de certa forma representativa, das atuais dinâmicas de desenvolvimento económico nacional. Sem desvirtuar outras áreas de atuação, o investimento público relativo à oferta de atividades “científicas” (bibliotecas, cursos formação,...) de Ferreira do Zêzere, deve constituir uma meta de atuação por parte do poder local.

Considerando as profissões da população residente economicamente ativa e empregada na Freguesia de Ferreira do Zêzere em 2011, e apesar da dispersão por inúmeras profissões, assumem especial destaque, pelos efetivos que concentram, as seguintes profissões:

- ↳ Vendedores em lojas, 82;

- ↘ Trabalhadores qualificados da construção das estruturas básicas e similares, 81 indivíduos;
- ↘ Empregado de escritório em geral; 62;
- ↘ Motoristas de veículos pesados e de autocarros, 58;
- ↘ Trabalhadores de limpeza em casas particulares, hotéis e escritórios:51;
- ↘ Trabalhadores de cuidados pessoais nos serviços de saúde:45;
- ↘ Outras profissões elementares, 42;
- ↘ Trabalhadores qualificados da transformação de alimentos, 36;

Quadro 33 - População residente economicamente ativa e empregada no Concelho e na Freguesia de ferreira do Zêzere, segundo o grupo de profissões, 2011

Grupo de profissões	Freguesia de Ferreira do Zêzere		Concelho	
	nº	%	nº	%
Grupo 1 - Quadros Superiores da Adm. Púb., Dirig. e Quad. Sup. de Empresas	77	7,4	213	7,0%
Grupo 2 - Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	73	7,0	156	5,1%
Grupo 3 - Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	87	8,4	200	6,6%
Grupo 4 - Pessoal Administrativo e Similares	85	8,2	205	6,7%
Grupo 5 - Pessoal dos Serviços e Vendedores	253	24,4	597	19,6%
Grupo 6 - Agricultores e Trab. Qualif. da Agric. e Pescas	60	5,8	263	8,6%
Grupo 7 - Operários, Artífices e Trab. Similares	183	17,6	668	21,9%
Grupo 8 - Operadores de Inst. e Máquinas e Trab. da Montagem	77	7,4	273	8,9%
Grupo 9 - Trab. Não Qualificados	140	13,5	462	15,1%
Grupo 0 - Forças Armadas	4	0,4	16	0,5%
Total	1039	100%	3053	100%

Fonte: INE, Censos 2011.

Na freguesia de Ferreira do Zêzere os grupos de profissões mais representativas são os mesmos da caracterização a nível concelhio.

A estrutura económica revela a capacidade produtiva de um concelho e também o seu desenvolvimento e preparação para os desafios do futuro. Da análise dos quadros seguintes, onde foram introduzidos os valores dos censos de 2001 e 2011, verifica-se que: a taxa de desemprego total do concelho em 2001 (

4,9%) revela-se inferior à média da sub-região Médio Tejo (6,4%) e da Região Centro (5,8%) e muito inferior à média nacional (6,8%). Em 2011, apesar do aumento da taxa de desemprego, esta continuava inferior ao valor de todas as unidades geográficas.

Em 2011, a taxa de desemprego concelhio aumentou significativamente (7,9%), correspondendo a 262 indivíduos, contudo era mais baixa que a média nacional, da Região Centro e da sub-região Médio Tejo.

A freguesia de Ferreira do Zêzere, em 2011, apresenta uma taxa de desemprego inferior à taxa concelhia (7,4%).

Quadro 34 - Evolução da taxa de desemprego.

	Taxa de Desemprego %		Δ2011-2001
	2001	2011	
Portugal	6,8	13,18	6,4
Região Centro	5,8	10,98	5,2
Médio Tejo	6,4	10,79	-4,39
Concelho de Ferreira do Zêzere	4,9	7,9	5,5
Águas Belas	2,9	6,99	4,09
Areias	3,9	10,79	6,89
Beco	5,2	6,1	0,9
Chãos	9,6	7,74	-1,86
Dornes	7,9	9,43	1,53
Ferreira do Zêzere	4,8	7,4	2,6
Igreja Nova do Sobral	3,9	8,78	4,88
Paio Mendes	4,1	4,85	0,75
Pias	3,1	10,49	7,39

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

O desemprego, em 2011, é particularmente significativo nas freguesias de Areias, Dornes e Pias, com taxas superiores a 9%. No extremo oposto, sobressaem as freguesias de Paio Mendes e de Beco, onde a taxa de desemprego é inferior a 7%.

Sobre a população ativa nos setores de atividade, e apoiados nos dados do INE, constata-se que o setor primário decresceu na última década, sendo o menos representativo na estrutura socioeconómica do Concelho, tendo sofrido uma quebra de 13,2% no número de ativos, ocupando, em todo o caso, ainda, cerca de 10,4% da sua população ativa.

Comparativamente, o setor terciário é, por sua vez, o mais expressivo, assumindo grande destaque: cresceu exponencialmente durante esta década apresentando em 2011 um acréscimo de 9,6% do número de ativos face à década anterior.

O Setor secundário era em 2001, o setor que empregava 38,1% da população ativa do concelho, contudo em 2011, o setor secundário sofreu um decréscimo de 27,4% do número de ativos, passando a empregar 29,7% da população do concelho

Em suma, o Concelho demonstra uma clara manutenção e crescimento exponencial da atividade dominante em termos da ocupação da sua população ativa, manifestando uma transferência dos ativos do setor primário e setor secundário para o terciário.

Em termos de especialização da base produtiva, pode desde já, constatar-se a partir da observação do quadro da estrutura da população ativa com uma profissão que, tanto no concelho, como na Sub-região e Região Centro, esta se encontra bipolarizada no Setor Secundário e no Terciário.

Fazendo referência ao cenário que se verifica em Ferreira do Zêzere, como na sub-região Médio Tejo e na região Centro, pode ser dito que os trabalhadores no setor primário passaram de 365, em 2001, para 317 em 2011, ou seja, registou-se uma diminuição de (-13,2%). Já na sub-região Médio Tejo, a diminuição foi da ordem dos (-40,9%) e na Região Centro (-48,9%).

Quadro 35 - População Empregada por Setor de Atividade.

Unidade Geográfica	Ano	Primário		Secundário		Terciário	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%
Freguesia de Ferreira do Zêzere	2001	69	7,2	270	28,0	625	64,8
	2011	55	5,3	254	24,4	730	70,3
Ferreira do Zêzere	2001	365	11,1	1251	38,1	1668	50,8
	2011	317	10,4	908	29,7	1828	59,9
Médio Tejo	2001	3374	3,6	32803	35,0	57172	61,4
	2011	1995	2,3	24482	28,3	60058	69,4
Centro	2001	68479	6,8	383536	38,1	554358	55,1
	2011	35018	3,7	28280	30,1	622393	66,2

Em 2011 o setor terciário, empregava 59,9 % da população empregada de Ferreira do Zêzere, valor este inferior em 9,5% ao valor da Sub-região Médio Tejo e cerca de 6 % inferior ao valor da Região Centro.

O setor secundário empregava, em 2011, 29,7% da população valor praticamente semelhante aos registados na Região centro e na sub-região do Médio Tejo.

Em 2011 na freguesia de Ferreira do Zêzere a população ativa desenvolvia atividade no setor terciário (70,3%), valor bastante superior ao valor concelhio (59,9%), representando a importância desta freguesia e da Vila de Ferreira do Zêzere na atividade de comércio e serviços.

No que diz respeito à mobilidade da população, foram analisados dados do INE, relativos aos movimentos pendulares para os anos de 2001 e 2011. Entende-se por movimentos pendulares, todas as deslocações efetuadas pela população compreendidas entre a sua residência e local de trabalho/estudo, por concelho de origem e destino.

Dos dados presentes no quadro seguinte, e referindo-nos ao período censitário de 2011, conclui-se que o maior número de pessoas que trabalham ou estudam fá-lo no próprio município a onde reside, isto é, de um total de 4 495 residentes empregados ou estudantes, cerca de 75% reside e trabalha ou estuda no concelho de residência. Sendo de referir que este parâmetro registou um decréscimo entre 2001 e 2011 – 5%, o que induz a um aumento dos tempos e distâncias de deslocação, para além do aumento do número de residentes a efetuar este tipo de deslocações. Pelo contrário, a deslocações para os locais de trabalho e estudo na freguesia de residência, registaram um decréscimo na ordem dos 16%.

Quadro 36 - População residente empregada ou estudante segundo local de trabalho ou estudo(2001-2011).

Unidade Geográfica	Na freguesia onde reside			Noutra freguesia do município onde reside			Noutro Município			No estrangeiro		
	2001	2011	Var. %	2001	2011	Var. %	2001	2011	Var. %	2001	2011	Var. %
Região Centro	647269	564919	-12,7	432127	458441	6,1	155248	322153	107,5	15856	15931	0,5
Médio Tejo	60660	50859	-16,2	37368	40800	9,2	25257	33600	33,0	1099	1315	19,7
Ferreira dp Zêzere	2261	1907	-15,7	1134	1442	27,2	845	1075	27,2	54	71	31,5
Freguesia de Ferreira do Zêzere	X	1031	x	X	163	x	x	283	x	x	31	x

Fonte: INE, Censos 2001-2011

Se verificarmos a proporção de população residente que trabalha ou estuda noutro município, constatamos que Ferreira do Zêzere, de acordo com os censos de 2011, apresenta 25,01% da população a trabalhar ou a estudar no município, e na freguesia de ferreira do Zêzere 19,57 %

A freguesia de Ferreira do Zêzere regista um valor bastante inferior quando comparado com 27,53% da sub-região do Baixo Mondego e os 24,61% da região Centro e mesmo do município, o que evidência uma elevada autossuficiência laboral.

Em 2011, a capacidade atrativa de Ferreira do Zêzere, em termos de emprego, é exercida sobretudo sobre os residentes de Tomar (267 pessoas), Alvaiázere (74 pessoas), e Sertã (34 pessoas), que se deslocam a Ferreira do Zêzere para trabalhar devido à proximidade física, mas também às fortes relações de vizinhança que se têm vindo a estabelecer entre estes concelhos.

Os principais recetores de mão-de-obra do Concelho de Ferreira do Zêzere, são Tomar (442 pessoas), Alvaiázere (115 pessoas) e Lisboa (29 pessoas) - como se pode observar no Quadro seguinte, já que as dinâmicas socioeconómicas destes centros urbanos, nomeadamente Tomar e Lisboa, proporcionam indiscutíveis oportunidades de emprego.

Quadro 37 - Entradas e Saídas diárias no Concelho de Ferreira do Zêzere, por motivo de trabalho, por principais origens e destinos, em 2001 e 2011

Movimentos pendulares	2001		2011	
	N.º	%	N.º	%
ENTRADAS (Total)	2924	100	2627	100
Ferreira do Zêzere	2484	84.9	2101	80,0
Tomar	219	7.5	267	10,2
Alvaiázere	50	1.7	74	2,8
Sertã	43	1.5	34	1,3
Outros Concelhos	128	4.4	151	5,7
SAÍDAS (Total)	3231	100.0	2739	100
Ferreira do Zêzere	2484	76.9	2101	76,7
Tomar	305	9.4	279	10,2
Alvaiázere	110	3.4	115	4,2
Lisboa	97	3.0	29	1,1
Outros concelhos	235	7.3	215	7,8

Fonte: INE, Censos 2001-2011

Verifica-se que o concelho de Ferreira do Zêzere revela auto-suficiência laboral, evidenciando uma reduzida proporção de postos de trabalho preenchidos por população não residente no concelho, contudo analisando o período 2001-2011, verifica-se um aumento da percentagem residente empregada que sai do concelho, revelando ainda um saldo de emprego negativo, com as saídas a serem maiores que as entradas. Em 2011, a capacidade de gerar postos de trabalho é inferior à mão de obra disponível para integrar o mercado de trabalho, apresentando uma taxa de repulsa na ordem dos 89,9%¹, embora superior aos 89,0% de 2001

¹ taxa de repulsa se inferior a 100% , taxa de atratividade se superior a 100%

COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Em 2010, o número de empresas de com sede em Ferreira do Zêzere era de 756, correspondendo a uma densidade de empresas no município de 4,0 empresas/km², valor bastante ao da Médio Tejo (7,1 empresas/km²), valor que reflete necessariamente a pouca atratividade do município.

Quadro 38 - Indicadores do tecido empresarial concelhio.

		Continente	Centro	Médio Tejo	Ferreira do Zêzere
Empresas (N.º)	2008	1 054 373	237 534	20 935	695
	2009	1 019 248	229 099	20 372	663
	2010	1 096 832	248 071	21 527	756
Densidade de empresas (N.º/km ²)	2008	11,9	8,4	9,1	3,7
	2009	11,4	8,1	8,8	3,5
	2010	12,3	8,8	9,3	4,0
Proporção de micro-empresas	2008	95,5	95,8	95,5	95,8
	2009	95,6	95,9	95,8	96,5
	2010	95,8	96,1	95,8	96,6

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2009,2010 e 2011.;

O concelho de Ferreira do Zêzere regista um número de empresas por km² bastante inferior ao das restantes unidades territoriais, especialmente face ao registado a nível do continente. Relativamente à dimensão das empresas no concelho, importa destacar a elevada proporção de micro-empresas, valor este também superior ao das restantes unidades territoriais.

Verifica-se um aumento do número de empresas concelhias entre 2008 e 2010, foi em percentagem superior (+8,8%) ao aumento do número de empresa na sub-região do Médio Tejo (+2,8%).

O concelho em análise apresenta, globalmente, uma estrutura económica com alguma diferenciação e peso específico em diversos sectores de atividade. A análise do número de empresas segundo a CAE-VER.3, em 2010, permite constatar uma maior concentração de empresas no sector do comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (com 26,1%) e no sector da construção (26,1%) e no alojamento, restauração e similares (9,1%). Na sub-região do Médio Tejo verifica-se uma situação muito semelhante em termos dos sectores dominantes e da sua proporção.

Quadro 39 - Empresas do concelho da Ferreira do Zêzere e na Região do Médio Tejo, segundo a classificação das atividades económicas.

Empresas - Segundo a classificação das atividades económicas	Ferreira do Zêzere		Médio Tejo	
	N.º	%	N.º	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (CAE A)	64	8,5	850	3,9
Indústrias extrativas (CAE C)	0	0,0	17	0,1
Indústrias transformadoras (CAE D)	45	6,0	1574	7,3
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (CAE E)	0	0,0	11	0,1
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição (CAE E)	2	0,3	33	0,2
Construção (CAE F)	177	23,4	2598	12,1
Comércio por grosso e a retalho; Rep. de veículos automóveis, motociclos (CAE G)	197	26,1	5685	26,4
Transportes e armazenagem (CAE H)	17	2,2	475	2,2
Alojamento, restauração e similares (CAE I)	69	9,1	1822	8,5
Atividades de informação e de comunicação (CAE J)	7	0,9	167	0,8
Atividades imobiliárias (CAE L)	13	1,7	474	2,2
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (CAE M)	26	3,4	1684	7,8
Atividades de administrativas e dos serviços de apoio (CAE N)	51	6,7	1974	9,2
Educação (CAE P)	15	2,0	1294	6,0
Atividades de saúde humana e apoio social (CAE Q)	18	2,4	1234	5,7
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas (CAE R)	18	2,4	538	2,5
Outras atividades de serviços (CAE S)	37	4,9	1097	5,1
Total	756	100	21527	100

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2010.

Em termos de análise funcional, e na sequência do levantamento dos usos do edificado, realizado em datado de julho de 2004, e revisto em julho de 2008, foi possível identificar na área do PUFZ, três zonas distintas de ocorrência de unidades de comércio e serviços privados, equipamentos e serviços públicos:

- área central de Ferreira do Zêzere onde ocorre a grande concentração de unidades de comércio e serviços, alguns equipamentos coletivos e serviços públicos;
- área da Quinta do Adro, onde se concentram os equipamentos coletivos de maior dimensão;

- Rua Alfredo Keil, onde ocorrem os restantes equipamentos e serviços.

As funções centrais predominantes são as de "Restauração e Hotelaria" (24 unidades funcionais), "Comércio Especializado" (20 unidades funcionais), logo seguidas dos "Equipamentos para o Lar" (16 unidades funcionais) e da "Alimentação" (14 unidades funcionais).

Com menor peso mas ainda com alguma importância no conjunto das atividades económicas existentes, está o conjunto dos "Serviços pessoais" (12 unidades funcionais), "Fabrico e reparações" (11 unidades funcionais), "Bancos, Imobiliárias e Seguros" (11 unidades funcionais) e os "Serviços de apoio às empresas" (10 unidades funcionais).

As restantes unidades funcionais existem em valores relativamente reduzidos e, embora diversificadas, possuem pouca oferta concorrencial.

Em síntese, estamos em presença de uma estrutura funcional relativamente bem "apetrechada", onde são predominantes as atividades de apoio local, de abastecimento diário e de apoio ou prestação mais ocasional, o que confere à população alguma independência relativamente aos concelhos vizinhos.

Quadro 40 - Atividades económicas na área do PUFZ.

Unidade Funcional	Atividade económica
ALIMENTAÇÃO	Padaria, Minimercado, mercearia, Supermercado, Talho, Peixaria
ARTIGOS DE USO PESSOAL	Pronto-a-vestir, Relojoaria, Ourivesaria
ARTIGOS DE SAÚDE	Farmácia
COMÉRCIO ESPECIALIZADO	Florista, Ótica, Fotografia, Papelaria, Comércio misto, Acessórios de pesca, Acessórios de eletricidade, Multiprendas, Produtos agrícolas, Acessórios agrícolas
EQUIPAMENTO PARA O LAR / MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Decoração, Eletrodomésticos, Aquecimento/Ar condicionado, Mobiliário, Materiais de construção, Ferragens, Tintas, Loijas, Artigos para jardim, Drograria, Gás
VEÍCULOS E ACESSÓRIOS	Stand automóvel, Bicicletas, Acessórios auto
RESTAURAÇÃO E HOTELARIA	Pastelaria, Cervejaria, Restaurante, Taberna Café, Pensão, Residencial, Quartos de aluguer
SERVIÇOS PESSOAIS	Cabeleireiro, Bomba de gasolina, Lavandaria, Agência funerária, Costureiro/confeção de fardas
ASSISTÊNCIA MÉDICA	Análises Clínicas, Centro de Reabilitação e Diagnóstico, Clínica Dentária
FABRICO E REPARAÇÕES	Serralharia, Carpintaria/Eletromecânica, Sapateiro, Oficina automóvel
FORMAÇÃO	Escola de condução, Escola fixa de trânsito
SERVIÇOS DE LAZER	Bar
BANCOS, IMOBILIÁRIAS E SEGUROS	Bancos, Imobiliária, Agência de seguros
SERVIÇOS DE APOIO ÀS EMPRESAS	Advocacia, Arquitetura, Engenharia civil, Contabilidade
CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	Escritórios
ASSOCIAÇÕES	Associação Cultural Regional do Zêzere, Associação de Comerciantes e Industriais dos Concelhos de Tomar, Ferreira do Zêzere e Vila Nova da Barquinha, Sport Clube de Ferreira do Zêzere, Sociedade Filarmónica Ferreirense, Associação de Melhoramentos e Bem Estar Social de Pias
TRANSPORTES	Central de camionagem

Fonte: Volume I – Caracterização e Diagnóstico. Plural 2008.

A análise do volume de vendas indica que os sectores que geram maiores rendimentos no concelho de Ferreira do Zêzere são o da indústria transformadora, a Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca e comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos.

Quadro 41 - Volume de vendas nas empresas do concelho da Ferreira do Zêzere e na Região do Médio Tejo, segundo a classificação das atividades económicas, em milhares de euros.

Empresas - Segundo a classificação das atividades económicas	Ferreira do Zêzere		Médio Tejo	
	M€	%	M€	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (CAE A)	54 862	29,6	174 008	2,8
Indústrias extrativas (CAE C)	0	0	6 388	0,1
Indústrias transformadoras (CAE D)	61 464	33,1	1 441 694	23,3
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (CAE E)	0	0	219 864	3,6
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição (CAE E)	-	-	-	-
Construção (CAE F)	25 251	13,6	587 946	9,5
Comércio por grosso e a retalho; Rep. de veículos automóveis, motociclos (CAE G)	34 451	18,6	2 748 866	44,4
Transportes e armazenagem (CAE H)	1 189	0,6	-	-
Alojamento, restauração e similares (CAE I)	4 360	2,3	147 134	2,4
Atividades de informação e de comunicação (CAE J)	-	-	7 929	0,1
Atividades imobiliárias (CAE L)	421	0,2	110 168	1,8
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (CAE M)	57	0,4	100 953	1,6
Atividades de administrativas e dos serviços de apoio (CAE N)	567	0,3	106 541	1,7
Educação (CAE P)	258	0,1	16 144	0,3
Atividades de saúde humana e apoio social (CAE Q)	506	0,3	143 541	2,3
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas (CAE R)	468	0,3	22 011	0,4
Outras atividades de serviços (CAE S)	591	0,3	21 763	0,4
Total	185 613	100	6 186 820	100

Em 2010, o volume de negócios das empresas sediadas no concelho de Ferreira do Zêzere cifrava-se nos 185 613 000€, um valor pequeno no global do volume de negócios quer da sub-região do Médio Tejo, quer da região Centro, detendo um peso aproximado de 3% e 0,3%, respetivamente.

Relativamente ao índice do poder de compra do município de Ferreira do Zêzere em 2009 correspondia a 57,92 % da média nacional, tendo aumentado 14,21% entre 1993 e 2009, contudo é 24% inferior ao índice da sub-região do Médio Tejo.

Quadro 42 - Índice de Poder de Compra.

Área Geográfica	Índice de Poder de Compra					Ganho mensal médio (€)
	1993	2000	2007	2009	Δ (09-93)	2009
Ferreira do Zêzere	43,71	52,06	57,63	57,92	14,21	698,4
Médio Tejo	71,72	74,53	83,01	81,63	9,91	893,4
Centro (NUT2)	72,94	77,16	83,89	84,1	11,16	890,1
Portugal	100	100	100	100	0	1034,2

Fonte: www.ine.pt

O Município de Ferreira do Zêzere apresentava, em 2009, ganho mensal médio de 698,4 €, que era segundo valor mais Baixo dos concelhos da Sub-região de Médio Tejo, a seguir ao Sardoal.

DINÂMICA TURÍSTICA

O turismo é uma atividade económica extremamente importante podendo desempenhar um papel decisivo em termos do desenvolvimento local e regional, e que pode dinamizar as potencialidades naturais e histórico-culturais, promovendo o desenvolvimento dos recursos endógenos.

A abordagem sobre uma perspetiva do turismo, enquanto meio de promoção do desenvolvimento integrado e sustentável das populações 'hospedeiras' constitui um facto consensual. No entanto a definição quanto aos modelos a preconizar é um processo demasiado complexo, marcado por profundas divergências, existindo uma bipartição entre os que, incondicionalmente, defendem o desenvolvimento sustentável, numa perspetiva holística, e os que preconizam uma abordagem economicista, que consubstancia a prova cabal da dificuldade de encontrar uma via consensual.

Entretanto, é por demais reconhecido que o turismo constitui uma atividade de grande potencial económico para o concelho, na medida em que aos criar sinergias entre as diversas atividades económicas, estimula os agentes regionais e locais para a criação de mais serviços e infraestruturas, potenciando e integrando os recursos endógenos na estratégia de desenvolvimento.

Turismo sustentável é aquele que atende, simultaneamente, às necessidades dos turistas e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades económicas, sociais e ambientais

possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida.

Toda a região em que se insere este concelho é muito acidentada e com estrutura geológica variada. A maior parte é constituída por terrenos provenientes da desagregação de xistos, quartezitos e grês, existindo na periferia da vila terrenos de várzea bastante férteis.

Sob o ponto de vista topográfico, a vila de Ferreira do Zêzere situa-se numa pequena "crista" com uma altitude média de 350m. A única depressão com maior significado situa-se a norte do aglomerado, a que corresponde uma linha de água que torna essa zona mais húmida. Assim, o relevo não teve influência direta e decisiva no desenvolvimento da Vila, pois embora o núcleo embrionário apareça no cabeço, a sua expansão fez-se de uma forma radial, no sentido de todos os pontos cardeais, ao longo do traçado de vias de comunicação, que, estas sim, foram diretamente marcadas pela sinuosidade própria das elevações.

O concelho é limitado a nascente pelo importante curso de água - Rio Zêzere, que deu nome à vila, e no qual se situa uma importante obra de hidráulica - albufeira do Castelo de Bode

A oferta de alojamento existente no concelho de Ferreira do Zêzere resume-se a três estabelecimentos hoteleiros (um Hotel de 4 estrelas, um aldeamento turístico também com 4 estrelas e uma pensão) e dois empreendimentos de Turismo no Espaço Rural (TER). Totalizam 5 unidades de alojamento com um total de 347 camas.

Quadro 43 - Empreendimentos turísticos classificados existentes no Concelho de Ferreira do Zêzere

Unidade	Categoria	Capacidade	Localidade
Hotel Estalagem Lago Azul	Hotel ****	Nº Quartos: 16	FERREIRA DO ZÊZERE
Apartamentos do Lago	Hotel****	Nº Apartamentos: 15 Nº de Camas: 273	CASTANHEIRA
Casa da Inveja	Turismo em Espaço Rural	Nº Quartos: 5	DORNES
Quinta da Pinheira	Turismo em Espaço Rural	Nº Quartos: 6 Nº Camas: 12	DORNES
Pensão Restaurante Flor do Zêzere	Alojamento Local	Nº de Quartos: 8 Nº Camas: 16	FERREIRA DO ZÊZERE

É de salientar a importância da recente abertura do aldeamento turístico “Apartamentos do Lago” que possui uma admirável capacidade que ultrapassa em muito a soma total das restantes unidades hoteleiras. Este possui 86 unidades de alojamento e 273 camas oferecendo uma qualidade surpreendente.

Todos estes empreendimentos localizam-se na Zona Este do Concelho, maioritariamente junto à albufeira de Castelo de Bode.

Embora existam, na área do plano, algumas modalidades de alojamento, não se identificou efetivamente a existência de estabelecimentos hoteleiros.

Em termos de atividade turística, o concelho de Ferreira do Zêzere em 2010 tinha uma taxa de ocupação-cama de em outros estabelecimentos de 33,7%, o Médio Tejo 31,7% e o Centro 24,6%. Estes valores, revelam-se pouco significativos, uma vez que o concelho pretende apostar no desenvolvimento económico e competitividade e, ainda, na valorização e preservação dos recursos naturais e culturais, através de uma estratégia de promoção de um turismo baseado nestes recursos.

Quadro 44 - Taxa de Ocupação hoteleira.

Ano	Unidade Geográfica	Taxa de Ocupação-Cama (%)				Estada média
		Total	Hotéis	Pensões	Outros	
2011	Centro	28,7	31,4	19,2	25,9	2,1
	Médio Tejo	28,3	29,5	22,0	35,2	2,0
	Ferreira do Zêzere	---	---	---	---	---
2010	Centro	27,9	31,6	20,0	24,6	1,8
	Médio Tejo	25,1	26,6	21,4	31,7	1,8
	Ferreira do Zêzere	---	---	---	33,7	---
2009	Centro	27,9	31,6	20,0	24,6	1,8
	Médio Tejo	28,3	29,5	22,0	35,2	1,8
	Ferreira do Zêzere	---	---	---	33,7	---

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2009,2010 e 2011;

Relativamente ao número de dormidas os dados disponibilizados pelo INE, não apresenta valores para o concelho de Ferreira do Zêzere para o ano de 2011, somente para região centro e na sub-região do Médio Tejo (Quadro 45)

Quadro 45 - Dormidas e hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros, 2007

Ano	Unidade Geográfica	Dormidas				Hóspedes			
		Total	Hotéis	Pensões	Outros	Total	Hotéis	Pensões	Outros
2011	Centro	4 043 543	3 115 247	435 649	492 647	2 217 210	1 722 767	244 661	249 782
	Médio Tejo	730 139	596 578	105 060	28 501	417 669	337 213	61 219	19 237
	Ferreira do Zêzere	0	0
2010	Centro	3 747 517	2 673 817	647 604	426 096	2 044 873	1 457 558	342 360	244 955
	Médio Tejo	647 472	426 226	184 396	36 850	356 603	230 826	101 721	24 056
	Ferreira do Zêzere	...	0	...	4 925	...	0	...	2 519
2009	Centro	3 747 517	2 673 817	647 604	426 096	2 044 873	1 457 558	342 360	244 955
	Médio Tejo	647 472	426 226	184 396	36 850	356 603	230 826	101 721	24 056
	Ferreira do Zêzere	...	0	...	4 925	...	0	...	2 519

Relativamente aos dados relativos à estada média de hóspedes, taxa de ocupação de camas, número de dormidas e de hóspedes, os números são desconhecidos, devido em muito à confidencialidade dos mesmos.

A sua oferta hoteleira não é muito diversificada e qualitativa e os poucos números disponibilizados revelam que Ferreira do Zêzere comparado com os restantes municípios fica bastante aquém. Podemos assim concluir que a atividade turística não está a ser rentabilizada nem desenvolvida da melhor forma.

5.3.2.1 Análise SWOT

O quadro seguinte apresenta uma análise SWOT FCD Desenvolvimento Económico e Social, onde se identificam as Forças e Oportunidades, assim como as Fraquezas e as Ameaças, pretendendo-se efetuar um diagnóstico de referência, sem considerar a implementação do Plano.

Quadro 46 - Análise SWOT no âmbito do FCD Desenvolvimento Económico e Social

Forças (S)	Fraquezas (W)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da população ativa e do número de empresas. ▪ Taxa de atividade na Freguesia de Ferreira do Zêzere superior à concelhia e do Médio Tejo. ▪ Maioria da população concelhia trabalha no concelho ou na freguesia onde habita. ▪ Área do PUFZ com valores culturais de interesse. ▪ Município com numerosos eventos culturais e gastronómicos que potenciam a dinâmica turística (ex: Festival Internacional de Ópera e Canto Lírico e Depenicar, festival gastronómico do lagostim de rio e da fava etc.) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alguma incapacidade em atrair população (quer por motivos de trabalho, quer de estudo) na envolvente territorial. ▪ Saldo de emprego negativo, com as saídas a serem maiores que as entradas. ▪ Existência de um tecido empresarial vulnerável decorrente do excessivo peso de microempresas. ▪ Maioria das empresas pretencentes aos setores da construção, comércio e alojamento e restauração, setores sensíveis no cenário atual de crise. ▪ Elevada taxa de analfabetismo, a par de uma fraca qualificação da população empregada; ▪ Inexistência de unidades de formação profissional; ▪ Um índice de dependência total elevado (em 2011, rondava os 71,5%). ▪ Aumento da taxa de desemprego. ▪ Baixo poder de compra. ▪ Embora existam algumas modalidades de alojamento, não se identificou efetivamente a existência de estabelecimentos hoteleiros. ▪ Falta de um trabalho estruturado e sistematizado com vista ao desenvolvimento integrado do sector do turismo. ▪ Falta de estratégia de promoção turística local. ▪ Sistema de informação turística ineficaz. ▪ Falta de articulação entre os actores turísticos que intervêm. ▪ Falta de integração vertical e horizontal dos produtos de Ferreira do Zêzere. ▪ Reduzida formação de pessoal no sector do turismo e hotelaria. ▪ Existência de um número relativamente elevado de estabelecimentos desocupados destinados a comércio/serviços privados.
Oportunidades (O)	Ameaças (T)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ A envolvente natural da Vila e a proximidade da Albufeira de Castelo de Bode, conferem-lhe bastantes potencialidades turísticas. ▪ Existência do “Plano de valorização e dinamização do espaço urbano”. ▪ Potencial para o desenvolvimento turístico poderá proporcionar crescimento e diversificação das atividades económicas. ▪ Desenvolvimento económico e aumento dos postos de trabalho/emprego 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Decréscimo da atividade no sector primário e secundário. ▪ Debilidade do tecido empresarial turístico local, dependente do mercado interno e uma oferta focada na procura sazonal. ▪ Desemprego e retração do investimento privado ▪ Concorrência de outras regiões com maior tradição turística, ▪ Período de crise económica mundial.

5.3.2.2 Tendências de evolução sem Plano

DESENVOLVIMENTO HUMANO

Relativamente ao desenvolvimento humano prevê-se a manutenção.

A tendência de o aumento da taxa de desemprego e, a reduzida da taxa de atividade do concelho e baixa capacidade para atrair recursos humanos contribuirá para a manutenção do estado atual

COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL

A tendência de evolução no desenvolvimento socioeconómico manutenção da situação atual de debilidade do tecido económico local e a terciarização da atividade económica.

DINÂMICA TURÍSTICA

A concretização do “Hotel Casa do Adro” já com parecer favorável do turismo de Portugal, bem como a de um outro espaço de uso turístico, localizado na entrada poente do plano, integrado em loteamento com alvará em vigor, poderá configurar um cenário de melhoramento da situação atual.

Contudo deverá ser desenvolvida uma política especificadamente para o desenvolvimento do turismo e uma melhor de articulação entre os atores turísticos que intervêm e por falta de integração vertical e horizontal dos produtos de Ferreira do Zêzere.

5.4. Património e Paisagem

5.4.1. Descrição do FCD e seus objetivos

No âmbito do presente Fator Crítico de Decisão pretende-se avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível do Património Arquitetónico e Arqueológico e da paisagem

No domínio do FCD Património e Paisagem identificaram-se, no quadro seguinte, os critérios de avaliação, objetivos de sustentabilidade e indicadores, que auxiliam o nível de pormenorização da análise que se pretende efetuar.

Quadro 47 - Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Património e Paisagem.

FCD	Domínios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Património e Paisagem	Património Arquitetónico e Arqueológico	<ul style="list-style-type: none"> Preservação e valorização do Património. 	<ul style="list-style-type: none"> Património classificado e em vias de classificação. Imóveis de interesse municipal inventariados. Estabelecimento de roteiros turísticos em torno do património.
	Paisagem	Proteger, valorizar e requalificar a paisagem e os valores paisagísticos existentes	<ul style="list-style-type: none"> Presença de valores paisagísticos Área artificializada vs espaços verdes

5.4.2. Situação existente e análise tendencial






PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO





O Património, nas suas diferentes facetas, construído, artístico, arqueológico e etnológico representa o testemunho da história, constituindo um valor absoluto e uma herança que deve ser preservada e divulgada.

Uma das medidas mais importantes é, sem dúvida, a sensibilização da população para a importância de todo um espólio móvel e imóvel, que constitui um conjunto de memórias e manifestações que nos precederam. O município poderá desempenhar um papel na defesa do património e na construção e preservação da integridade histórica do seu Concelho, mediante a sensibilização da população e evitando que interesses especulativos provoquem não só demolições e revolvimentos, mas também a construção de edifícios de qualidade duvidosa.

De seguida é destacado o quadro com a indicação do património que em Ferreira do Zêzere é classificado pelo IGESPAR-Instituto de Gestão do património arquitetónico e arqueológico.

Quadro 48 - Património classificado em Ferreira do Zêzere

Designação	Imagem	Categoria de Proteção	Freguesia	Categoria/Tipologia
Igreja da freguesia do Beco		Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Beco	Arquitetura Religiosa / Igreja
Pelourinho de Pias		Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Pias	Arquitetura Civil / Pelourinho
Igreja de Dornes		Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Dornes	Arquitetura Religiosa / Igreja
Torre de Dornes		Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Dornes	Arquitetura Civil / Torre
Pelourinho de Águas Belas		Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Águas Belas	Arquitetura Civil / Pelourinho

Designação	Imagem	Categoria de Proteção	Freguesia	Categoria/Tipologia
Capela de São Pedro do Castro		Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Ferreira do Zêzere	Arquitetura Religiosa / Capela
Igreja matriz da freguesia de Areias		Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Areias	Arquitetura Religiosa / Igreja
Ruínas da Torre do Langalhão		Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Areias	Arquitetura Militar / Torre
Gruta de Avecasta		Classificado como SIP - Sítio de Interesse Público	Areias	Arqueologia / Gruta

Fonte: IGESPAR/SIPA e Relatório Património Arquitetónico, Arqueológico, Núcleos Urbanos e Rurais e Património Natural da Lugar do Plano Setembro 2012

Nenhum do património classificado anteriormente identificado localiza-se na área do Plano contudo existem imóveis com interesse municipal.

Estes imóveis que, embora não estejam classificados, constituem elementos de grande interesse pela sua qualidade arquitetónica de feição erudita ou popular (urbana ou rural), devem ser salvaguardados de intervenções que os destruam ou desclassifiquem.

Os Imóveis com Interesse, no caso da área deste Plano, correspondem a “peças” arquitetónicas, qualquer que seja a época de construção, que se destacam pela sua qualidade e/ou importância. São exemplos de arquitetura religiosa (erudita) e civil (pública ou privada) e outras infraestruturas de apoio, que contribuem para a valorização da Vila.

Os imóveis de interesse municipal identificados na área do plano são apresentados no quadro seguinte.

Quadro 49 - Imóveis de interesse municipal inventariados na área do PUFZ

Tipologia	Designação
Arquitetura Religiosa	Igreja Matriz de Ferreira do Zêzere / Igreja Paroquial de S. Miguel
	Capela de St.º António
Arquitetura Civil	Escola Conde de Ferreira
	<i>Chalet Flores</i>
	Edifício da Quinta do Adro e Capela de N.ª Sr.ª da Conceição
	Casa da Família Cotrim
	Sociedade Filarmónica Ferreirense
	Edifício misto na Rua Brigadeiro Lino Valente / Rua Maria Vasques
	Edifício misto na Rua Maria Vasques
	Edifício habitacional na Rua Maria Vasques/ Rua Dr. Pena Monteiro Baptista
	Antigo Hospital de Todos os Santos e Capela

Seguidamente, apresenta-se uma breve caracterização retirada do Relatório do Plano elaborado pela Plural:

Igreja Matriz de Ferreira do Zêzere / Igreja Paroquial de S. Miguel

Desconhece-se a data de construção deste edifício, no entanto, consta que foi mandada reconstruir em 1453 pelo Comendador D. Gonçalo de Sousa.

Corresponde a um “*templo de uma nave, coro sobre colunas, acrescentado com dois corpos extremos, capela-mor, dois altares colaterais, dois laterais, e ainda duas capelas grandes na nave. O extradorso do arco-mestre é pintado a fresco com a representação dos evangelistas. A capela-mor é coberta de um teto de madeira, em jeito de abóbada, com pinturas. O retábulo do altar-mor é de talha setecentista e encaixilha um painel, pintado sobre tela, figurando a Ceia.*”

Capela de St.º António

Edifício representativo da arquitetura religiosa, de pequena dimensão, que se localiza no cemitério da vila, com fachada alinhada com o espaço público. Constituído por corpo central e naves laterais, rebocado e pintado de branco, com molduras de vãos em pedra. Apresenta campanário no topo da fachada principal.

Escola Conde de Ferreira

Este edifício representativo de uma arquitetura civil pública, simples, funcional e facilmente identificável, faz parte de um conjunto de 120 escolas mandadas erigir por Joaquim Ferreira dos Santos' Conde de Ferreira, um comerciante muito bem sucedido no Brasil, que faleceu sem deixar descendência.

“Na falta de descendência legítima e possuindo avultados rendimentos, deixou a sua fortuna a um grande conjunto de beneficiários, (...). Destinou ainda fundos para a construção de 120 escolas e um hospital para doentes mentais. Além de muitos donativos oferecidos a diversas instituições no Brasil, ainda conseguiu doar ao Estado Português 144 000\$000 réis para construir 120 escolas, para cuja construção se seguiu uma planta única, pois era mais prático, económico e rápido. Foi o grande mecenas da instrução primária em Portugal, colocando como condição que as escolas a construir o fossem em sede de concelho e que tivessem aposentos para os professores residirem.”

Figura 20 - Projeto tipo das Escolas Conde Ferreira, uma sala



“A escola Conde Ferreira, seguindo um projeto apresentado em 1866, é encimada por um pequeno frontão, que lembra um campanário, apresentando-se como contraponto da igreja, com a qual procura concorrer, sendo um símbolo do positivismo nascente, aliado do progresso e da transformação social. O derramar da lux da instrução aparecia como o instrumento fundamental da erradicação das trevas da ignorância e da superstição, uma forma de moralizar e civilizar o povo. O novo templo dessa crença cívica era a escola.”

Este edifício com apenas um piso, é rebocado e pintado com cunhais, embasamento, cornija e molduras de portas e janelas salientados em pedra. *“Destaca-se o desenho rigoroso das fachadas, a ‘divisão’ das fachadas -tipo módulos - conseguida pelos cunhais que conferem ritmo.”*

A construção deste edifício em concreto remonta a finais do Séc. XIX.

Chalet Flores

“Construção característica do Romantismo, do início do Séc. XX, modelos importados, influência da arquitetura de regiões da Europa Centro/Norte. Construção de três pisos destinada a habitação. A salientar o movimento da cobertura (telhado de oito águas), o acentuado desenvolvimento da vertical, o rigor e ritmo na fenestração”.

Edifício da Quinta do Adro e Capela de N.ª Sr.ª da Conceição

O edifício da Quinta do Adro é uma bela edificação do século XVIII, apalaçada, com dois pisos e planta em 'L'. *“Entre outros aspetos, há a destacar a volumetria e imponência do edifício, a entrada principal com moldura em pedra e inscrição, o alçado lateral que contém arcadas ao nível do r/c - formando uma galeria -, e ao nível do primeiro andar uma ‘marquise’ (tipo solar) muito bem enquadrada no projeto deste edifício. Há ainda a referir a capela e os espaços*

exteriores. Edifício rebocado e pintado em branco com molduras de portas de janelas e cunhais em pedra bom estado de conservação.”

Casa da Família Cotrim

“Enquadramento urbano. Alinhamento do edifício definindo o arruamento, pela sua dimensão define um plano de fachada que é completado pelos muros da propriedade. Cércea de dois pisos, planta longitudinal, reboco pintado de cor branca com molduras, embasamento, cornija e cunhais salientados em amarelo claro. Janelas do primeiro andar em guilhotina, ao nível das portas que dão acesso ao rés-do-chão já terão sido introduzidos alguns materiais dissonantes (alumínios). Salienta-se a escala que o edifício apresenta e o seu enquadramento no tecido urbano.”

Sociedade Filarmónica Ferreirense

Edifício representativo da arquitetura civil, urbana, cujo alinhamento se enquadra no limite do espaço público. Este edifício tem dois pisos com um pequeno corpo central mais elevado (tipo águas furtadas), simetria ao nível da fachada principal. Rebocado e pintado de branco, com molduras em pedra.

Edifício misto na Rua Brigadeiro Lino Valente / Rua Maria Vasques

Edifício representativo da arquitetura civil privada, de linhas marcadamente urbanas, é composto por corpo de planta retangular, com telhado de 4 águas, e volume de 2 pisos, sendo o térreo destinado a área comercial e o 1º a habitação. Rebocado e pintado de branco, com molduras de portas e de janelas em pedra, e com embasamento e cunhais salientados em vermelho. Verifica-se a introdução de elementos dissonantes ao nível dos vãos (alumínio).

Destaca-se o rigor e ritmo na fenestração, bem como o contraste na organização da fachada nascente que difere das outras pela utilização das janelas de sacada no 1º piso, com varanda única, em ferro, e a escadaria em pedra no piso térreo.

Edifício misto na Rua Maria Vasques

Edifício representativo da arquitetura civil privada, de linhas marcadamente urbanas, é composto por corpo de planta retangular, com telhado de 4 águas, e volume de 2 pisos, sendo o térreo destinado a habitação e pequena loja, e o 1º a habitação. Rebocado e pintado de branco, com molduras de portas e de janelas em pedra, e com embasamento e cunhais salientados em vermelho.

Destaca-se a simetria do alçado principal, ao nível do 1º piso, a partir das 2 janelas de sacada centrais, com varanda única, em ferro. Este edifício relaciona-se com o meio urbano, mantendo um logradouro privado no mesmo alinhamento.

Edifício habitacional na Rua Maria Vasques/ Rua Dr. Pena Monteiro Baptista

Edifício representativo da arquitetura civil privada. É composto por um corpo isolado, de 2 pisos, com telhado de 4 águas, destinado unicamente a habitação, bifamiliar, a que se adoça o corpo do alpendre e escada de acesso ao 1º piso, no alçado lateral norte, e o corpo de garagem e terraço, no alçado sul. Rebocado e pintado de amarelo, com molduras de portas e de janelas em

pedra, cunhais e embasamento salientados a branco. O acesso ao 1º piso faz-se a partir de logradouro murado.

Apresenta simetria no alçado principal, coincidente com o alinhamento da rua. No 1º piso, a partir da janela de sacada central, com varanda única, em ferro, alinhada com a porta de acesso da habitação do piso térreo. Verifica-se a introdução de elementos dissonantes ao nível dos vãos (alumínio).

Antigo Hospital de Todos os Santos e Capela

Este edifício representa uma arquitetura civil hospitalar. Foi inicialmente adaptado às necessidades de um centro hospitalar: átrio / sala de espera, 2 enfermarias (uma para homens, outra para mulheres), sala de operações e consultórios, organizados em torno de um pequeno pátio central.

Construído em 1889, com financiamento municipal, é composto por planta longitudinal, com vários retângulos adossados em redor de um pequeno pátio central, com coberturas diferenciadas em telhado de 2, 3 e 4 águas. Neste situa-se uma capela de planta retangular, com cobertura em telhado de 2 águas; na fachada de empena angular rasga-se uma porta de verga reta (...) *“Do lado nascente do edifício do Hospital, e a ele parcialmente adossado, um edifício de planta retangular, de construção posterior, inicialmente destinado a unidade de internamento.”*

Além dos imóveis com interesse municipal ocorrem outros valores culturais fundamentais para a valorização cultural e turística do Concelho: os conjuntos com Interesse e o património arqueológico.

Consideraram-se como “Conjuntos com Interesse” o centro da Vila, onde se verifica uma concentração de edifícios em torno de um espaço, conservando o traçado, a imagem, e a volumetria de outrora, e duas quintas total ou parcialmente integradas na área do plano (Quinta das Flores e Quinta rural). Estas quintas são constituídas pela edificação principal, outras construções anexas e infraestruturas de apoio, considerados com interesse, correspondendo a exemplos de arquitetura civil privada.

Centro da Vila de Ferreira do Zêzere

Este conjunto é constituído por uma praça central, em “V” a 90º, que corresponde ao ponto onde se cruzam todos os acessos viários da Vila para o exterior, e onde se concentraram outrora os principais serviços e estabelecimentos comerciais.

Esta área caracteriza-se pela concentração de edifícios antigos, uns de carácter mais erudito, outros, mais popular, no entanto, o conjunto em si é muito interessante e revelador da história da Vila, pelo que as intervenções e as operações urbanísticas devem ser controladas visando a sua preservação.

A título de curiosidade, relativamente à Vila de Ferreira do Zêzere, a Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais refere-se na sua base de dados ao “Núcleo urbano da vila de Ferreira do Zêzere”, tendo-lhe atribuído o código PT031411060015, e descrevendo-o como *“Núcleo urbano sede municipal. Vila situada em planície. Povoação medieval de fundação de ordem religiosa militar (couto de Ceras, ordem do Templo / ordem de Cristo).”* O foral foi concedido à vila por D. Manuel, a 12 de março de 1513.

Embora este Núcleo não tenha correspondência exata com o Centro da Vila de Ferreira do Zêzere, em termos de limites, considerou-se importante incluir esta referência uma vez que este conjunto está na origem da Vila.

Quinta das Flores e Quinta rural

A Quinta das Flores é um espaço constituído pelo edifício principal, já referenciado anteriormente, e por um conjunto de edifícios anexos e outras estruturas agrícolas.

A Quinta rural é também um espaço constituído pelo edifício principal e por um conjunto de edifícios anexos e outras estruturas agrícolas.

No quadro seguinte sistematizam-se os dados dos 4 registos arqueológicos com referência à área do PU, salienta-se que segundo os dados o IGESPAR, encontram-se inventariados 106 sítios arqueológicos no município de Ferreira do Zêzere.


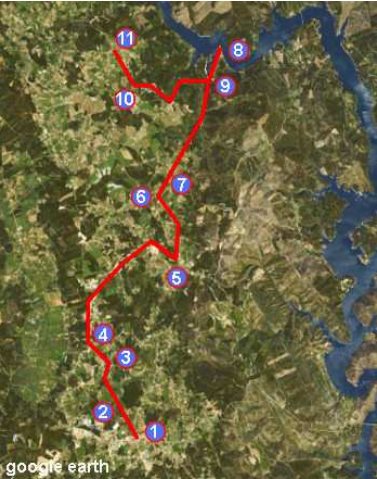
Quadro 50 - Património arqueológico inventariado na área do PUFZ


CNS	Tipo	Designação	Descrição
24837	Estela	Igreja Matriz de Ferreira do Zêzere	Proteção - inventário Período - Séc. XVI Processos - 98/1 (768) Descrições: <i>Trata-se de uma cabeceira de sepultura da Ordem de Cristo, com cruz de braços esvasados.</i> N.º da Carta Arqueológicas - n.º 50 Coordenadas UTM - Carta Militar 300/ 560,925 / 4394,400
24838	Estela	Escola Ferreira do Zêzere	Proteção - inventário Período - Idade Média - Séc. XIII Processos - 2004/1 (215) Descrições: <i>Trata-se de uma cabeceira de sepultura na transição da Ordem do Templo para a Ordem de Cristo, cujo reverso apresenta motivos ligados aos trabalhos agrícolas. Possui um diâmetro de 30 cm e uma espessura de 5 cm .</i> N.º da Carta Arqueológicas - n.º 51
24826	Inscrição	Paços de Concelho	Proteção - inventário Período - Idade Média - Séc. XIII Processos - 2004/1 (215) Descrições: <i>Trata-se da lápide de fundação de um paço em Ferreira do Zêzere. A leitura da inscrição foi efetuada por António Baião em 1908: "Estes Paços foram do mestre de Cristo D. Nuno Rodrigo, filho de Rui Freire de Andrade e de D. Ighes Gonçalves de Souto Maior e foram começados em os cinco dias de Julho, era de mil e quatrocentos annos, quando heram andados do seu mestrado 4 annos, 7 ms. e 26 dias mais, quando reinava em Portugal o mui nobre rei D. Pedro o Primeiro, quando herão andados de seu reinado 5 annos he XLVIII dias mais. Estas letras pintou Gonçalo enreiro, mordomo-mór, chancellor-mór Senhor de Soure."</i> N.º da Carta Arqueológicas - n.º 49
5108	Forno romano	Ferreira do Zêzere	Proteção - inventário Período - Romano e Medieval Cristão Processos - 2004/1 (215) Descrições: <i>No termo da vila de Ferreira do Zêzere descobriu-se num outeiro, vestígios do que se julga ter sido uma fortificação romana que terá sido demolida posteriormente. Apareceram neste lugar muitas bases e capitéis de colunas e pedras de cantaria, algumas das quais terão servido para a construção de uma ermida dedicada a São Pedro. Igualmente, em 1876, J. da S. dá notícias da existência de um forno romano, mas não é claro se a descoberta se fez em F. do Zêzere ou em qualquer outro lugar do concelho.</i> N.º da Carta Arqueológicas - n.º 23

A definição de uma rede de roteiros turísticos procura desenvolver uma abordagem integrada e coerente de qualificação urbana, valorização patrimonial, dinamização económica e promoção turística e cultural.

Existem, na totalidade, três roteiros turísticos que se podem realizar em Ferreira do Zêzere, os quais se apresentam no quadro seguinte:

Quadro 51 - Roteiros Turísticos disponíveis em Ferreira do Zêzere

Roteiro Turístico	Descrição
<p>Rota 1: Distância 10,5 km.</p> 	<p>A partida vai ser junto da igreja de Ferreira do Zêzere aproveite para admirar a bela talha dourada deste templo. O exterior já pouco conserva da traça original, mas as quatro gárgulas da sineira são boa certidão da sua antiguidade.</p> <p>A marca do tempo está também na lápide gótica que encontramos a alguns metros, na direção da vila. Fala-nos da construção do paço de D. Nuno Rodrigo (em 1362), Mestre da Ordem de Cristo ao tempo do rei Pedro I.</p> <p>Tome-se agora a estrada para a Castanheira, que bem podia ser Atlântida já que a velha aldeia ficou sob as águas do rio. Em seu lugar nasceu o Lago Azul, batismo recente e justo para esta paradisíaca paisagem.</p> <p>Em pleno pinhal, o rio transforma-se num imenso lago e, dos desportos náuticos a um mergulho na piscina flutuante ou um passeio em barco panorâmico, tudo é possível.</p> <p>Aqui não se tem pressa de partir e até a estrada acaba, ou melhor, entra pelo rio num convite à permanência. Aceite-o!</p> <p>Já com tempo e bem acomodado nas instalações hoteleiras que aqui encontra, parta por estrada de terra à descoberta de S. Pedro de Castro. Em determinados dias do ano, com muitas chuvas, não se aconselha fazer o resto do percurso por esta estrada, a menos que use um veículo todo-o-terreno.</p> <p>Do outeiro, coroado pela singela capelinha gótica, desfruta-se de uma esplêndida panorâmica sobre o Zêzere. O pequeno templo foi construído fazendo o aproveitamento de materiais do período romano e o seu interior, além de silhar de azulejos quinhentistas, é decorado por ex-votos, de sabor popular, que nos falam da fama e do proveito milagreiro de S. Pedro do Castro.</p>
<p>Rota 2: Distância 15,2 km.</p> 	<p>Partindo da igreja de Ferreira na direção oposta à vila e percorridos 1000m encontramos, à esquerda, o pelourinho com o brasão dos Pereiras. Na fonte, sua companheira, uma lápide informa que pertenceram estas terras a Rodrigo Álvares Pereira, um dos 31 irmãos do celebre D. Nuno que foi a Aljubarrota ficar na história.</p> <p>Mais um quilómetro andado e num beirado, à direita, um belo relógio de sol fala-nos do tempo sem horas marcadas, como convém a quem viaja.</p> <p>Sigamos até Paio Mendes, onde se inicia a descida para Dornes que desde a Idade Média é local de peregrinação e culto à Sr^a do Pranto. Esta vocação é anunciada por 14 cruzeiros que ao longo da serpenteante estrada nos vão mostrando os passos do Calvário. Em frente ao 6º fica a aprazível ribeira de S. Guilherme com o seu antigo lagar.</p> <p>Pouco à frente chega o visitante a Dornes onde pode "perder-se" por medievais ruas ou descer ao rio para uma pausa refrescante, antes de subir à torre pentagonal (única na península ibérica) e igreja para daí contemplar a paisagem sobre um dos mais belos trechos do Zêzere. O verão traz as peregrinações (círios) que aqui ocorrem de toda a região, sendo o dia 15 de Agosto o ponto mais alto destas romarias.</p> <p>Entre pinhais e terra lavrada sigamos para o Bêco, com visita à Matriz. Sem perturbar o repouso de Bertolameu Díaz e Lianor Mendez, vamos contemplar o belíssimo interior, enriquecido desde o séc. XVI.</p>

Roteiro Turístico	Descrição
<p>Rota 3: Distancia 17,5 Km</p>  <p>google earth</p>	<p>Vamos partir, tendo já marcada a primeira paragem que será em Pias. Terra que já foi concelho, guarda ainda essa lembrança no seu orgulhoso Pelourinho, fronteiro à Matriz. Porém, o nome vem-lhe de antiquíssimos tanques escavados na rocha numa das entradas da terra.</p> <p>Sigamos agora para Areias onde marca presença a sua majestosa igreja do século XVI, aqui trabalhou João de Castilho, um dos arquitectos do Convento de Cristo.</p> <p>Nos primeiros domingos de cada mês, as manhãs desta aldeia ganham colorido com o seu mercado mensal. Os domingos são uma excelente oportunidade para sentir o interior do templo e o seu púlbite prodigioso, para fugir à tentação de lhe chamar um milagre, com a grande massa calcária do cálice a ser suportada por furte de mais que duvidosa robustez para semelhante encargo. A única explicação é o friso, finalmente esculpido, de anjos alados que assim mantêm o púlbite suspenso num equilíbrio quase miraculoso.</p> <p>Partamos depois para Avecasta, onde vem morrer o maciço de Sicó/Alvaiázere, com a sua arquitectura característica das regiões calcárias, e exemplo de integração no meio através de belíssimas reconstruções.</p> <p>Tome-se o rumo do artesanal moinho de vento e, sendo dia de sorte, poderá o viajante encontrá-lo em funcionamento e apreciar a paisagem que daqui se desfruta.</p> <p>Alguns metros abaixo, entre bosques de azinheiras e carvalhos, fica uma das estações arqueológicas mais importantes do país, a gruta de Avecasta, com registos de ocupação desde o paleolítico. Guarda no seu seio uma aldeia da Idade do Ferro, selada até aos nossos dias pelas lamas que escorregaram para o seu interior ao longo dos séculos.</p>

Fonte: Camara Municipal de Ferreira do Zêzere

PAISAGEM

Segundo a Lei de Bases do Ambiente paisagem é “a unidade geográfica, ecológica e estética resultante da ação do homem e da reação da Natureza, sendo primitiva quando a ação daquele é mínima e natural quando a ação humana é determinante, sem deixar de se verificar o equilíbrio biológico, a estabilidade física e a dinâmica ecológica.”

“A paisagem integra o património natural e cultural das regiões, contribuindo de forma marcante para a construção das culturas locais e para a consolidação da sua identidade, sendo também um elemento fundamental na qualidade de vida das populações” (in convenção europeia das paisagens, Conselho da Europa 2000).

O estudo “Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental” trabalho desenvolvido pela Universidade de Évora para a Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano em 2004, define-se paisagem como “um sistema complexo, permanentemente dinâmico, em que os diferentes fatores naturais e culturais se influenciam mutuamente e se alteram ao longo do tempo, determinando e sendo determinados pela estrutura global. (...) A paisagem também é afetada por uma componente mais subjetiva, diretamente ligada ao observador e condicionando as sensações que ele experimenta quando está perante ela. Por isso se considera que a paisagem combina aspetos naturais e culturais, expressando e ao mesmo tempo suportando a interação espacial e temporal entre o homem e o ambiente, em toda a sua diversidade e criatividade. (...) a dimensão mais subjetiva da paisagem não pode ser esquecida porque sendo as paisagens europeias fortemente humanizadas, a sua futura gestão terá que considerar os sentimentos das comunidades que as mantêm e transformam, que delas vivem ou, simplesmente, as visitam e apreciam.” (Universidade de Évora, 2002)

O estudo “Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental”, identifica numa primeira apreciação das paisagens portuguesas, 128 unidades de paisagem, associadas em 22 grupos.

As unidades de paisagem são “áreas em que a paisagem se apresenta com um padrão específico, a que está associado um determinado caráter.” Os fatores considerados na sua delimitação, para o Estudo desenvolvido ao nível de Portugal continental foram: “geomorfologia, litologia, solos, uso do solo, dimensão das explorações agrícolas e padrão de povoamento. Foram também consideradas outras variáveis fundamentais, mas de modo mais implícito, tais como o clima, a proximidade ao mar, ou a presença de importantes estruturas e infraestruturas” procurando-se “identificar áreas com características relativamente homogéneas no seu interior, não por serem exatamente iguais em toda a sua superfície, mas por nelas se verificar um padrão específico que se repete e/ ou um forte caráter que diferencia a unidade em causa das suas envolventes.”

O concelho de Ferreira do Zêzere, segundo o trabalho citado da DGOTDU, encontra-se inserido no grupo de paisagem K – Beira Alta e unidade de paisagem 67 – Maciço Calcário Coimbra – Tomar e no grupo de paisagem J – Pinhal do Centro e unidade de paisagem 63 – Pinhal Interior e unidade de paisagem 64 – Vale do Zêzere.

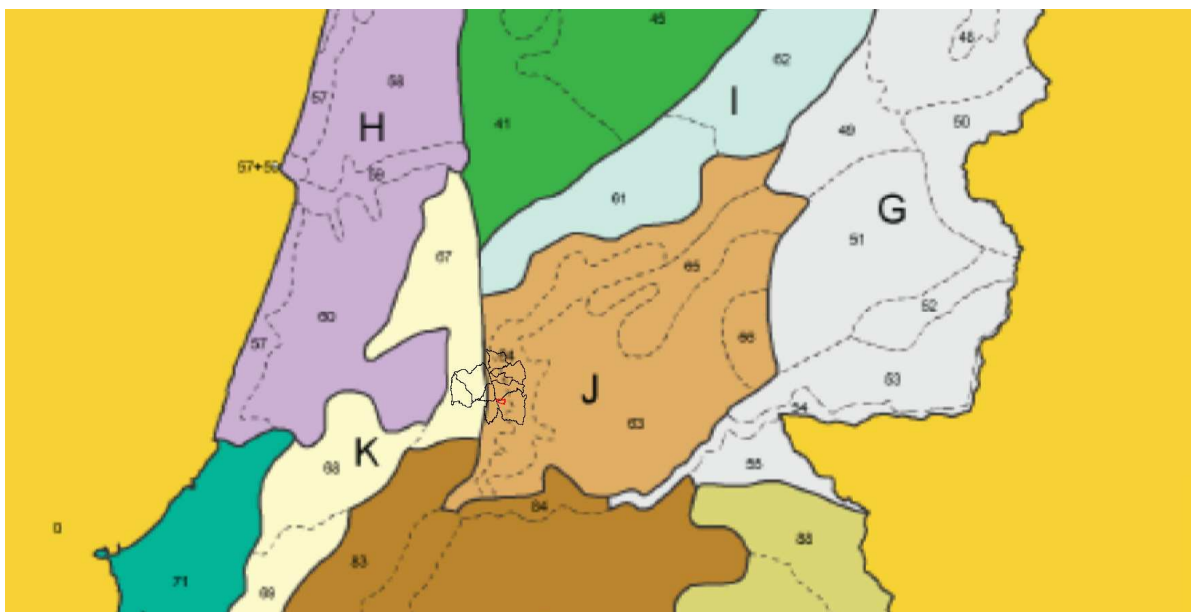


Figura 21 - Grupos e Unidades de Paisagem de Portugal Continental.

A área do PUFZ localiza-se na unidade de paisagem 63 - Pinhal Interior.

UP 63 - PINHAL INTERIOR
<p>Esta unidade de paisagem é simultaneamente calma e desordenada e insere-se numa vasta região florestal, estendendo-se por diversos distritos.</p> <p>A vegetação ripícola presente ao longo de algumas linhas de água que cortam a unidade, confere uma muito limitada dinâmica visual à paisagem ao longo do ano devido a o tom verde fresco e à queda da sua folhagem (freixos, choupos, amieiros, salgueiros), e contraste com a matriz mais geral constituída pelo verde mais seco dos pinheiros e eucaliptos.</p> <p>Em termos de relevo, trata-se de um território com um padrão homogéneo onde domina um ondulado bem pronunciado na envolvente das serras (a norte e a nordeste) ondulado esse que se suavizando para sul de forma progressiva. A presença imponente das serras da Lousã, Açor e Estrela estabelece o limite norte da unidade. A sul o limite é marcado pelo vale do Tejo.</p> <p>As vistas são cortadas pelo relevo e/ou pela vegetação arbórea, esporadicamente, em alguns pontos altos ou em encostas mas declivosas e sem povoamentos florestais adultos, rasga-se o horizonte e é possível contemplar uma paisagem ampla.</p> <p>A agricultura tem uma expressão reduzida, surgindo apenas na cintura dos aglomerados populacionais, concentra-se na base das encostas e nos estreitos vales, correspondendo no geral a uma policultura associada a culturas permanentes (olival e alguma vinha). Sente-se a paisagem como quase despovoada.</p> <p>Nesta unidade de paisagem não se destacam maciços arbóreos especiais ou qualquer marca numa paisagem muito uniforme, com exceção dos principais vales que nela introduzem uma relativa diversidade.</p> <p>Em relação à riqueza biológica, não referências à existência de espécies raras ou de elevado valor para a conservação. Nesta unidade de paisagem é muito fraca a coerência de usos.</p> <p>A proteção e valorização das linhas de água, merece um a atenção especial, na medida que se trata de elementos paisagísticos que podem contribuir de forma decisiva para a conservação dos recursos hídricos e da biodiversidade.</p>

Fonte: Abreu *et al* (2004)

Na área do PUFZ não se identificaram elementos de paisagem notáveis.

A área do presente Plano de Urbanização é uma zona que, em conjunto com a sua envolvente, define uma estrutura biofísica composta por diversos fatores que atuam e definem os principais elementos estruturantes da paisagem, com espaços de valor paisagístico e ambiental que importa salvaguardar.

A área em estudo apresenta uma baixa variação hipsométrica, e tendo em conta este facto, as classes hipsométricas definidas foram agrupadas em intervalos de aproximadamente 10 metros. As cotas mais elevadas da área de intervenção do plano surgem na zona central, coincidindo com uma linha de fecho definida pelo principal arruamento de Ferreira do Zêzere, a Rua Brigadeiro Lino Valente, em que as cotas

são da ordem dos 350m. A partir desta linha de fecho, o terreno desenvolve-se em suaves vales abertos com cotas altimétricas da ordem dos 320 a 330m. As linhas de água existentes na área em estudo são pouco expressivas no terreno.

O território da área do plano apresenta poucas variações de relevo que se traduzem em zonas praticamente planas, em toda a área central da Vila, predominando por toda a área em estudo os declives da ordem dos 3 aos 8%. As áreas de maiores declives surgem geralmente associadas às linhas de água, sendo, no entanto, raros os declives superiores a 25%.

Ferreira do Zêzere é uma Vila com um cariz marcadamente rural em que se verifica uma grande carência de espaços verdes, nomeadamente zonas de grandes dimensões. Os espaços exteriores existentes, identificados como elementos paisagísticos mais relevantes, foram agrupados em categorias individualizadas e com relativa homogeneidade, que se regem por aspetos de influência na estrutura verde com marcas bem acentuadas referentes à fisiografia, tipo de vegetação e uso do solo:

- Espaços Exteriores inseridos na Malha Edificada
 - Espaços Exteriores de Enquadramento
 - Espaços Exteriores associados a Serviços/Equipamentos
 - Espaços Verdes
 - Alinhamentos arbóreos em passeio público
- Espaço Rural
 - Espaço Agrícola (áreas de Pastagem, Vinha, Policultura, Olival)
 - Espaço Florestal (áreas de Eucaliptos e Pinheiros)
 - Espaço Natural (áreas de Mato e Linha de água)
- Espaços incultos/expectantes

Espaços Exteriores inseridos na Malha Edificada

As manchas indicadas no desenho como pertencentes a este tipo de Espaços Exteriores representam zonas de incidência de um determinado tipo de espaço e não espaços exatamente delimitados. Tratam-se neste caso de espaços de uso público e alguns de uso semipúblico que se encontram integrados e diluídos na área edificada.

Dentro destes, distinguem-se as seguintes tipologias:

Espaços Exteriores de Enquadramento

Correspondem, na maioria, a espaços exteriores públicos de pequenas dimensões, de enquadramento a edifícios e pequenos canteiros. São maioritariamente caracterizados pela predominância de zonas pavimentadas, em que os elementos verdes existem de forma pontual, em pequenos canteiros ou como árvores plantadas em caldeira. São em geral espaços contidos, assumindo, no entanto, importância relevante ao nível da definição da estrutura verde secundária e enquanto elementos de qualificação urbana e ambiental por constituírem espaços de recreio e lazer da população. Estes espaços possuem, em geral, mobiliário urbano e encontram-se em bom estado de conservação.



Figura 22 - Espaço de Enquadramento à Escola C+S

Espaços Exteriores associados a Serviços/Equipamentos

São espaços essencialmente pavimentados, de uso público ou semipúblico que enquadram construções destinadas a serviços ou equipamentos. Encontram-se dispersos pelo núcleo urbano de Ferreira do Zêzere. Dentro destes espaços destacam-se pela sua dimensão, os espaços exteriores da Escola C+S de Ferreira do Zêzere.

São consideradas nesta tipologia também as áreas desportivas (campos de jogos). Estes espaços estão na maioria dotados de mobiliário urbano e encontram-se em bom estado de conservação.



Figura 23 - Espaços Exteriores do Pavilhão Gimnodesportivo

Espaços Verdes

Consideram-se como pertencentes a esta tipologia, os espaços verdes públicos essencialmente ajardinados. Tratam-se de áreas integradas na estrutura urbana, onde predomina e se potencia a presença de elementos naturais.

De entre estes espaços, destacam-se os seguintes: Largo Frei Diogo Canter, Praça Dias Ferreira e o Parque de Merendas.

Tanto o Largo Frei Diogo Canter como a Praça Dias Ferreira localizam-se no centro da Vila e estão dotados de mobiliário urbano adequado e em geral, em bom estado de conservação. Quanto ao Parque de Merendas, este situa-se numa área limítrofe do perímetro urbano, junto ao campo de futebol, em zona de pinhal. Apresenta carências ao nível do equipamento normalmente usado neste tipo de espaços.



Figura 24 - Foto de espaço verde e da Praça Dias Ferreira

Alinhamentos arbóreos em Passeio Público

Os alinhamentos arbóreos existentes, em especial na zona da Quinta do Adro, apresentam sinais evidentes de uma prática de podas desenvolvidas de forma inadequada, traduzindo-se num porte muito pouco natural destes exemplares, apresentando, em alguns casos, problemas fitossanitários. Esta prática é de todo desaconselhada e deveria ser abandonada o quanto antes, realizando-se apenas operações de limpeza (corte dos ramos mais velhos) nas árvores em que tal seja necessário.



Figura 25 - Árvores com sinais evidentes de podas desadequadas

Espaço Rural

Em contraste com os Espaços Exteriores inseridos na Malha Edificada existe uma tipologia de Espaço Rural. Tratam-se de espaços abertos de maior dimensão do que os inseridos na malha construída e com um carácter vincadamente rural. Refletem uma imagem forte de paisagem rural, que ainda subsiste em toda a área envolvente ao núcleo urbano de Ferreira do Zêzere e, extrapolando o próprio limite da área de intervenção deste Plano de Urbanização. São na sua maioria espaços privados. Encontram-se divididos em Espaço Agrícola, Espaço Florestal, Espaço Natural e Outros Espaços.

Espaço Agrícola

a) Pastagem

Tratam-se de parcelas agrícolas de grandes dimensões destinadas ao pastoreio. Localizam-se predominantemente na área central da Vila e surgem normalmente associadas a construções de apoio à agricultura

b) Vinha

Está representada por pequenas e médias parcelas agrícolas de vinha, mas ainda assim, com representatividade no contexto urbano.

c) Policultura

São espaços de uso exclusivamente agrícola. Neles se incluem pequenas parcelas de produção hortícola, como hortas e pomares, até parcelas de maiores dimensões com culturas essencialmente de regadio e associadas a áreas de vinha. Estes espaços aparecem em geral associados à habitação.

A produção de hortícolas é também uma das componentes agrícolas com maior expressão ao nível do Concelho e com bastante expressão ao nível da área do plano.

d) Olival

É representado por áreas de pequena e média dimensão de olival.

Espaço Florestal

a) Eucaliptos

Constituem manchas arbóreas de grandes dimensões e apresentam-se em povoamentos puros da espécie referida. Localizam-se na sua maioria na zona Noroeste e Nordeste da área de intervenção.

b) Pinheiros

Constituem manchas arbóreas, na generalidade, em povoamentos puros da espécie referida. Localizam-se essencialmente na zona Noroeste da área de intervenção.

Espaço Natural

a) Mato

Constitui áreas de média dimensão de mato, em geral rasteiro, leguminosas e outras, e com algumas espécies de porte arbóreo. Estas áreas são constituídas na sua maioria por terrenos agrícolas abandonados.

b) Linha de água

Na área de intervenção do plano não existem linhas de água muito importantes, no entanto, as existentes deverão ser preservadas e valorizadas.

Espaços Incultos/expectantes

Representam espaços que se encontram dispersos por toda a zona de intervenção, ocorrem na área edificada e nas zonas mais periféricas e de carácter mais rural.

Espaços Incultos são espaços abertos sem qualquer utilização concreta, mas em condições de terem uma regeneração natural com espécies espontâneas. Surgem normalmente, contíguos a espaços de produção agrícola ou rodovias.

Os espaços Expectantes representam espaços abertos degradados ou vazios que se apresentam como feridas na paisagem, estando já na sua maioria condicionados por intenções ou compromissos de desenvolvimento urbano.

5.4.2.1 Análise SWOT

O Quadro seguinte apresenta uma análise SWOT do FCD Património e Paisagem, onde se identificam as Forças e Oportunidades, assim como as Fraquezas e as Ameaças, pretendendo-se efetuar um diagnóstico de referência, sem considerar a implementação do Plano.

Quadro 52 - Análise SWOT no âmbito do o FCD: Património e Paisagem.

Forças (S)	Fraquezas (W)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Município com Património natural e paisagístico (Albufeira de Castelo de Bode, Sítio Sicó/Alvaiázere, mancha florestal, praias fluviais, etc.). ▪ Município de Ferreira do Zêzere dispõe de carta arqueológica publicada em 2006. ▪ Presença de linhas de água, algumas áreas agrícolas em zonas férteis. ▪ Na área do PUFZ localizam-se valores culturais de interesse municipal. ▪ Existência de diversos imóveis com interesse, exemplares da Arquitetura Religiosa, da Arquitetura Civil (pública e privada) e de Estruturas de apoio. ▪ Alguns dos edifícios com interesse integram quintas, de características rurais e urbanas. ▪ Existência de um conjunto com interesse arquitetónico e histórico correspondente ao centro da vila de Ferreira do Zêzere. ▪ Existência de roteiros turísticos associados ao património e paisagem 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O parque edificado mais antigo revela abandono e despreocupação na sua recuperação, preferindo os proprietários ou potenciais investidores optar pelas operações de renovação, em prejuízo da manutenção do património arquitetónico da Vila. ▪ Alguns dos imóveis considerados com interesse estão bastante degradados; ▪ Deficiente aproveitamento da aptidão cultural, recreativa e turística dos imóveis com interesse. ▪ A ausência de espaços verdes complementares às áreas edificadas. ▪ Espaços expectantes representam espaços abertos degradados ou vazios que se apresentam como feridas na paisagem ▪ Os espaços verdes existentes são de dimensões contidas e predominantemente impermeabilizados;
Oportunidades (O)	Ameaças (T)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Definição de uma estrutura Ecológica que possa assegurar a preservação dos princípios e valores de uma estrutura biofísica básica e diversificada e da paisagem. ▪ Potencial turístico, relacionado com as condições paisagísticas e com a existência de património histórico-cultural que pode ser capitalizado. ▪ Elaboração de um plano de promoção e marketing dos roteiros turísticos existentes. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Perda de património de interesse municipal. ▪ Degradação dos edifícios mais antigos. ▪ Degradação da paisagem pela Artificialização da paisagem e diminuição do seu valor devido a potenciais conflitos resultantes da pressão urbanística.

5.4.2.2 Tendências de evolução sem Plano

PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO

Na ausência de Plano, perder-se-ia a oportunidade de proteger muitos dos elementos de património não classificado agora identificados.

PAISAGEM

A tendência de evolução relativamente ao critério paisagem será o agravamento do estado atual, persistindo a falta de espaços verdes de equipados com dimensão significativa e o aumento da paisagem urbana com uma insuficiência de espaços verdes associados.

5.5. Qualidade Ambiental

5.5.1. Descrição do FCD e seus objetivos

A qualidade ambiental de uma região é um índice importante e determinante para a saúde humana e para o equilíbrio dos ecossistemas e, relacionado com os critérios de ordenamento do território, poderá contribuir para altos níveis de competitividade e desenvolvimento de uma região.

A proposta de plano e as ações nela preconizadas poderão trazer consigo potenciais impactes ambientais ao nível da produção de resíduos, da proteção do solo, da qualidade dos recursos hídricos, da qualidade do ar e dos níveis de ruído atingidos.

Neste contexto, pretende-se identificar os aspetos positivos e negativos, acautelando as ameaças que possam surgir com a implementação da proposta de plano, sendo que deverão ser contemplados fatores de preservação, conservação e redução dos efeitos ambientais negativos na região com vista a promoção do desenvolvimento sustentável através da minimização dos efeitos ambientais negativos.

Assim o FCD – Qualidade Ambiental, permite avaliar o contributo do Plano para a qualidade do ambiente no município, nomeadamente quais as implicações das ações propostas na qualidade do ar, recursos hídricos, ruído, gestão de resíduos e proteção do solo.

Quadro 53 - Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Qualidade Ambiental.

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Qualidade Ambiental	Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma política adequada de gestão de resíduos. 	<ul style="list-style-type: none"> Capitação de RSU (Kg/Hab). Taxa de separação de resíduos. Número de ecopontos.
	Solo	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a preservação do recurso solo. Controlar a impermeabilização do solo. 	<ul style="list-style-type: none"> Variação do solo rural. Taxa de impermeabilização do solo.
	Recursos Hídricos	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a proteção e conservação dos recursos hídricos. 	<ul style="list-style-type: none"> Variação da qualidade da água superficial e subterrânea. Identificação de fontes poluentes.
		<ul style="list-style-type: none"> Garantir a qualidade da água nas origens para os diferentes usos, designadamente para consumo humano. 	
	Abastecimento de água	<ul style="list-style-type: none"> Garantir serviços de abastecimento de água para consumo humano. 	<ul style="list-style-type: none"> Variação do consumo de água. Qualidade da água para consumo humano (numero de violações aos valores paramétricos).
		<ul style="list-style-type: none"> Promover um consumo eficiente e racional do recurso água. 	<ul style="list-style-type: none"> Variação do número de iniciativas com vista à promoção do uso eficiente da água. Variação da percentagem de perdas de água no sistema público de abastecimento.

FCD	Crítérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Qualidade Ambiental	Drenagem e tratamento de águas residuais	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir os níveis de poluição da água, para níveis que não prejudiquem os sistemas naturais. 	<ul style="list-style-type: none"> Volume de água residual tratada no concelho. Eficiência do tratamento de águas residuais (% de análises em cumprimento).
	Ruído	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações. Assegurar níveis de ruído compatíveis com a classificação/ocupação do espaço. 	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de habitantes exposta a níveis de ruído superiores aos legalmente estabelecidos. Áreas concelhias incompatíveis com a respetiva classificação (sensível ou mista).
	Ar	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvguarde a saúde pública. Reduzir a poluição do ar. 	<ul style="list-style-type: none"> Índice de qualidade do ar. Emissão de poluentes atmosféricos NOx, SO2, COVNM e NH3 (T/Km2).

5.5.2. Situação existente e análise tendencial

RESÍDUOS

A designação "Resíduos Urbanos" é um termo abrangente respeitante à mistura de materiais e objetos que tem origem doméstica. Engloba ainda resíduos provenientes do setor de serviços ou de estabelecimentos comerciais ou industriais e de unidades prestadoras de cuidados de saúde com uma natureza ou composição afim dos domésticos.

No que respeita aos resíduos, o aumento da produção de resíduos sólidos urbanos é particularmente preocupante nos países desenvolvidos, onde a melhoria das condições de vida promoveu o aumento do consumo.

A recolha dos resíduos sólidos urbanos indiferenciados é efetuada pelo Concelho de Ferreira do Zêzere. O município possui 3 viaturas as quais efetuam a recolha dos RSU em cerca de 600 contentores existentes na área geográfica estando afetos 9 trabalhadores no total (3 motoristas + 6 trabalhadores na recolha).

O concelho de Ferreira do Zêzere encontra-se totalmente coberto com recolha de resíduos sólidos urbanos. A recolha é em geral realizada três vezes por semana. Na zona mais central da Vila é realizada diariamente e nalguns locais mais populosos é realizada duas vezes por semana. Na época de maior população flutuante a frequência de recolha aumenta nos locais respetivos.

O destino dos resíduos sólidos urbanos em termos do Concelho é a Estação de Transferência / ECOCENTRO situado em Valadas na freguesia de Ferreira do Zêzere, donde são transferidos para o aterro sanitário do sistema multimunicipal RESITEJO situado no Concelho da Chamusca, freguesia da Carregueira, próximo da povoação de Arripiado.

A RESITEJO é a Associação de Gestão e Tratamento dos lixos do Médio Tejo - associação de 10 Municípios do Médio e Lezíria do Tejo: Santarém, Alcanena, Torres Novas, Entroncamento, Chamusca, Golegã, Constância, Vila Nova da Barquinha, Ferreira do Zêzere e Tomar - que se estruturaram para terem um Sistema de Tratamento dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) produzidos pela população dos seus municípios, abrangendo um total de 217 227 habitantes.

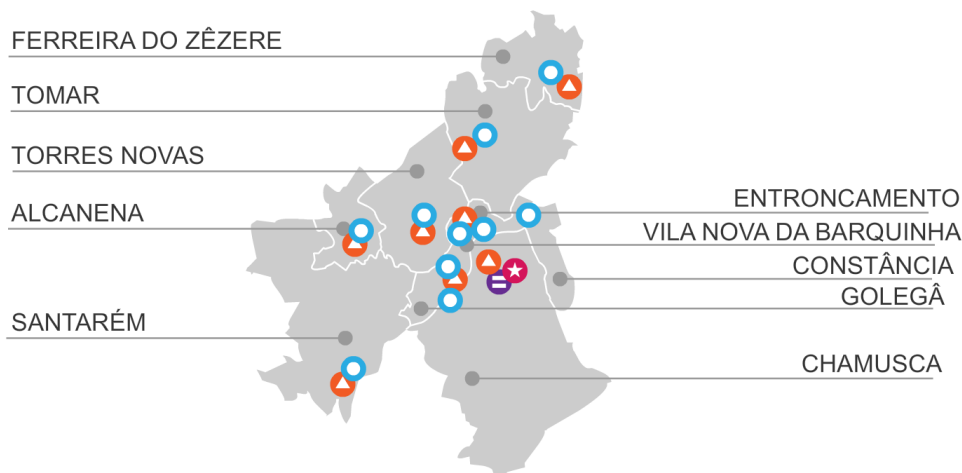


Figura 26 - Sistema Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (Resitejo).

De acordo com dados recolhidos pelo INE, em 2011, os resíduos urbanos recolhidos por habitante, em Ferreira do Zêzere, correspondiam a 386 kg/hab, sendo que a proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente era apenas de 39 kg/hab, equivalente a 10 % dos resíduos urbanos recolhidos.

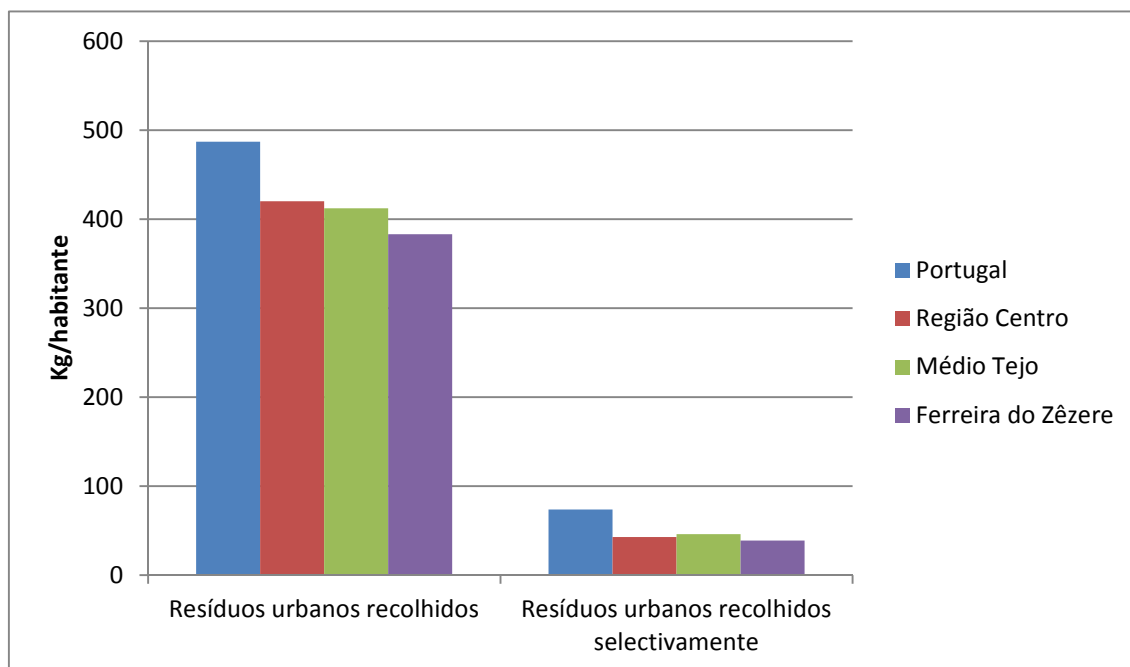


Figura 27 - Resíduos recolhidos por habitante, em 2011 (INE).

A capitação diária de RSU do concelho de Ferreira do Zêzere no ano de 2011 foi de 1,05 Kg/hab por dia, valor menor que capitação diária em Portugal que foi de 1,33 Kg/hab por dia.

No quadro seguinte encontra-se as quantidades de resíduos recolhidos e o destino dos mesmos, para o período 2006-2011, no concelho de Ferreira do Zêzere.

Quadro 54 - Quantidade em toneladas de resíduos urbanos recolhidos e tipo de destino.

Ano	Resíduos urbanos recolhidos (t)					Resíduos urbanos recolhidos (Kg/hab)
	Total	Aterro	Valorização energética	Valorização orgânica	Reciclagem	
2011	3294	2957	0	0	337	383
2010	3392	3023	0	0	369	377
2009	3520	3214	0	0	306	387
2008	3538	3301	0	0	238	387
2007	3203	2942	0	0	260	348
2006	3095	2844	0	0	251	335

Fonte: INE

O principal destino dos resíduos sólidos urbanos em 2011, foi à semelhança do anos anteriores, o aterro.

A recolha seletiva do Concelho é da responsabilidade da RESITEJO, verificando-se atualmente no concelho de Ferreira do Zêzere existem 15 oleões, 112 vidrões, 83 pilhões, 86 papelões, 83 embalões e 16 ilhas ecológicas as quais garantem estas valências. Estes equipamentos distribuem-se por 65 ecopontos completos, 16 ilhas ecológicas e os restantes encontram-se isolados, garantindo assim um rácio de 1 ecoponto completo por cada 150 habitantes (500 habitantes/ecoponto recomendado pela Sociedade Ponto Verde), revelando uma grande disponibilidade de ecopontos distribuídos pelo concelho.

Relativamente à recolha seletiva dos RSU diferenciados, designadamente os lixos que se encontram sujeitos à separação, tratamento ou aproveitamento, existe no concelho um sistema destinado às fileiras do vidro, das embalagens, pilhas, do papel/papelão e óleos alimentares.

Segundo dados do INE, a percentagem de resíduos recolhidos seletivamente no período compreendido entre 2006 e 2011 foi bastante reduzida, contudo neste período a taxa quase que duplicou.

Quadro 55 - Evolução da recolha seletiva no período compreendido entre 2006 e 2011.

Ferreira do Zêzere	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Resíduos recolhidos seletivamente (T)	251	260	238	306	369	337
Resíduos Urbanos Recolhidos (Kg/hab)	27	28	26	34	41	39
Resíduos Urbanos Recolhidos Seletivamente (%)	8	8	7	9	11	10

Fonte: INE

Apresenta-se na figura seguinte, os gráficos da quantidade de resíduos recolhidos de forma seletiva nos concelhos abrangidos pela Resitejo, por fileira.

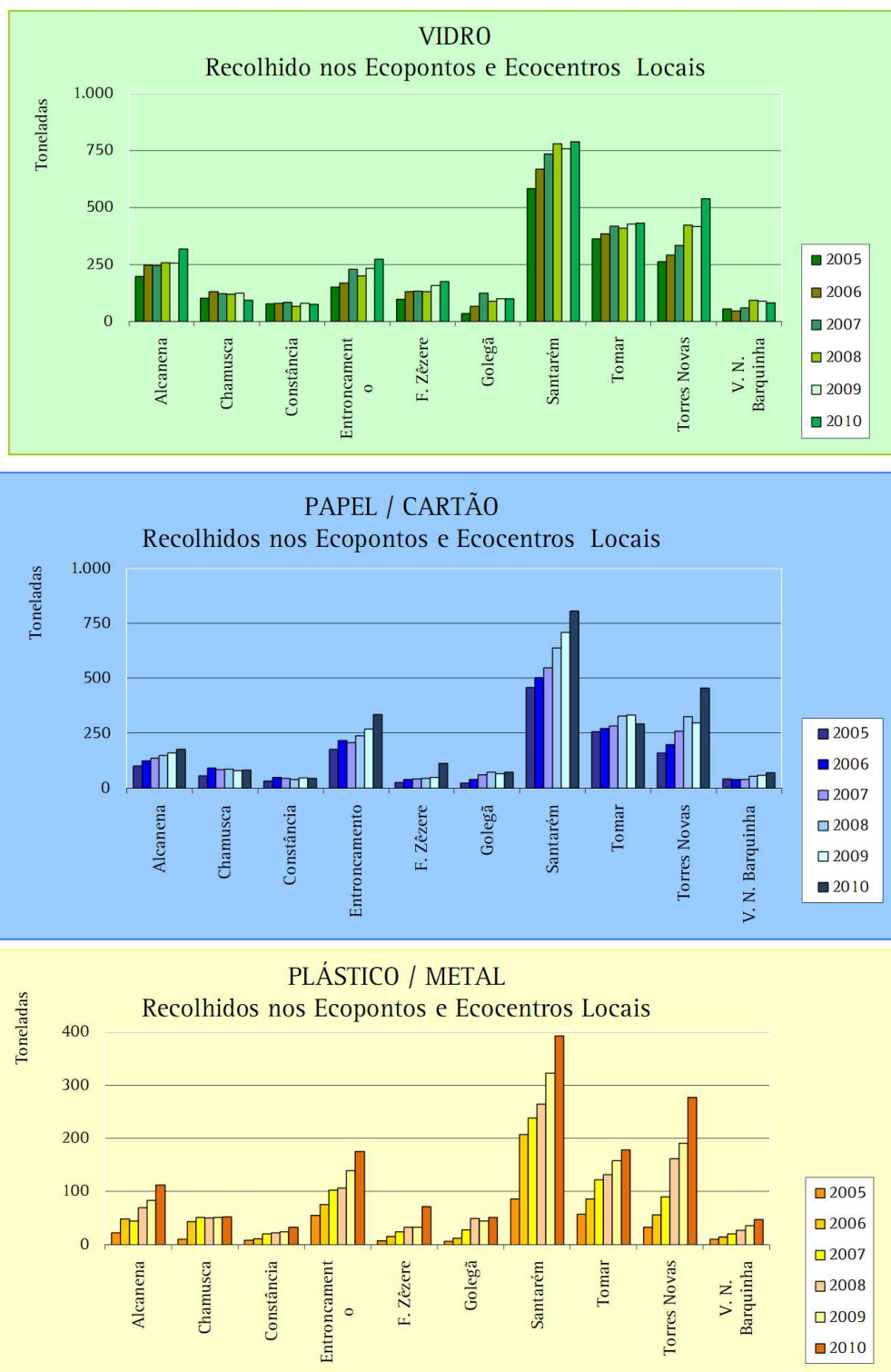


Figura 28 - Resíduos recolhidos de forma seletiva pela Resitejo por fileira.

O vidro é o resíduo que é recolhido seletivamente em maior quantidade no Concelho de Ferreira do Zêzere.

Ao nível da recolha de resíduos, na área do plano estão instalados os equipamentos apresentados no quadro seguinte

Quadro 56 - Número de equipamentos instalados na área do PUFZ.

PUFZ	Equipamento	Unidades
Recolha Indiferenciada	Contentor 800 L	71
	Contentor 110 L	32
Recolha seletivas	Ecoponto completo	2
	Oleão	3
	Papelão	3
	Ilhas ecológicas	16

Fonte: Planta de Recolha de Resíduos Sólidos -Plural 2013

A separação de resíduos é um hábito que tem que ser inculcado na população, através de **campanhas e ações de sensibilização** para a temática da política dos 3R's.

SOLO

O solo forma-se a uma taxa de 0,3 a 1,5 mm por ano e pode ser considerado, à escala humana, como um recurso não renovável. O conhecimento dos solos ocorrentes num dado território é um dos elementos fundamentais essenciais para fundamentar opções de distribuição de usos e funções, particularmente os que envolvem qualquer tipo de produção agrícola, florestal, pastoril e suas combinações, sendo também bastante importante quanto a quase todos os usos urbanos, industriais e recreativos, bem como às funções de protecção, recuperação e regulação. Ou seja, impõe-se a sua caracterização na sua dupla condição de recurso essencial à vida, e de suporte a estruturas e infraestruturas.

A figura seguinte representa a Carta dos Solos referente ao concelho de Ferreira do Zêzere com as unidades pedológicas segundo o esquema da FAO para a Carta de Solos da Europa (Atlas do Ambiente).

Segundo a classificação da FAO existem três tipos de solos em Ferreira do Zêzere. A maior parte do território é constituída por *luvisolos órticos* situada na metade Leste do concelho. Existe uma estreita faixa longitudinal na parte mais ocidental do concelho classificada como *luvisolos rodocrómicos cálcicos*. A metade Oeste do concelho, designadamente as freguesias de Chãos e Areias, são constituídas por *cambissolos cálcicos* na sua parte mais ocidental e por *cambissolos crómicos* na sua parte mais oriental, como se pode visualizar na figura seguinte. Existe também uma pequena mancha residual de *litossolos éutricos* na freguesia de Igreja Nova do Sobral.

O tipo de solos na área concelhia reparte-se essencialmente por duas grandes zonas, a ocidente calcária e arenítica e a oriente xistosa e quartzítica.

De acordo com a classificação portuguesa é possível sistematizar a informação para Ferreira do Zêzere no seguinte quadro:

Quadro 57 - Tipo de Solos em Ferreira do Zêzere

Tipo de Solos	Ordem / Sub-Ordem
Solos Incipientes	Litossolos, Aluvisolos
Solos Pouco Evoluídos	Solos Litólicos
Solos Evoluídos	Solos Mediterrâneos

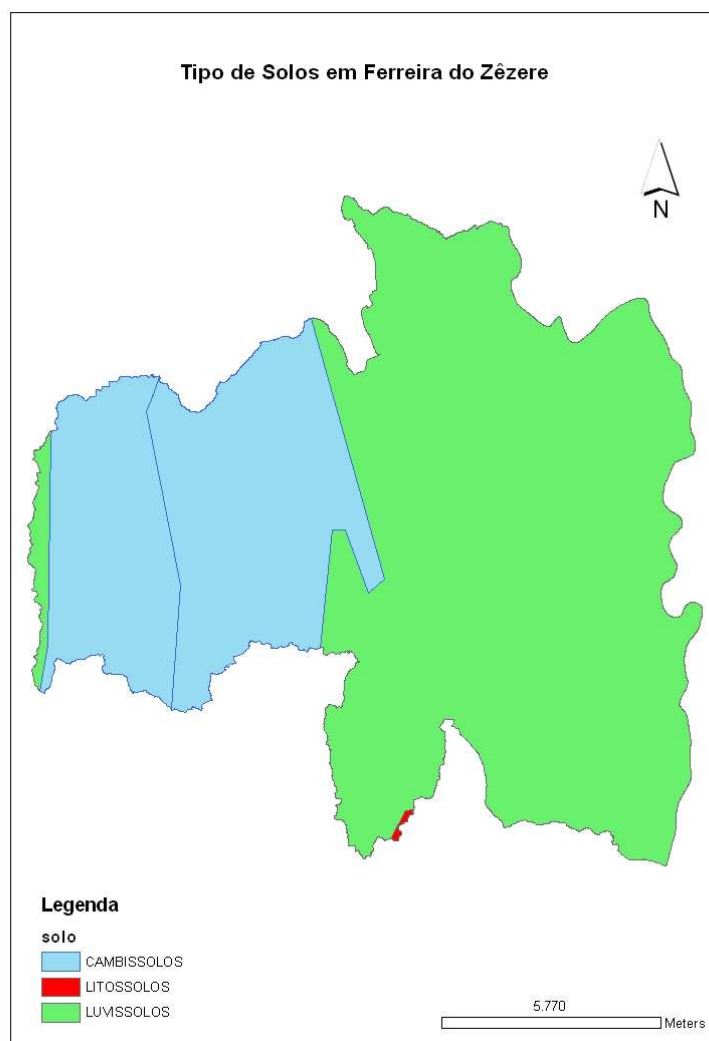


Figura 29 - Tipos de solo em Ferreira do Zêzere.

Fonte: Revisão do PDM "Suporte Físico Natural", Lugar do Plano 2012

Segundo a classificação da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (**FAO**, sigla de Food and Agriculture Organization), os solos do PUFZ correspondem a luvisolos órticos. Os luvisolos órticos são solos evoluídos, com uma clara diferenciação de horizontes e denotando importantes processos dinâmicos verticais ao longo do perfil, que conduzem formação de um horizonte B argílico.

A distribuição do uso dos solos torna-se importante sendo que existem áreas de solo mais propícias para Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário (SROA) que trata da delimitação das diversas áreas de solos e respetiva classe de limitação ao nível de produtividade, aproveitamento, e outros fatores importantes ao uso do solo.

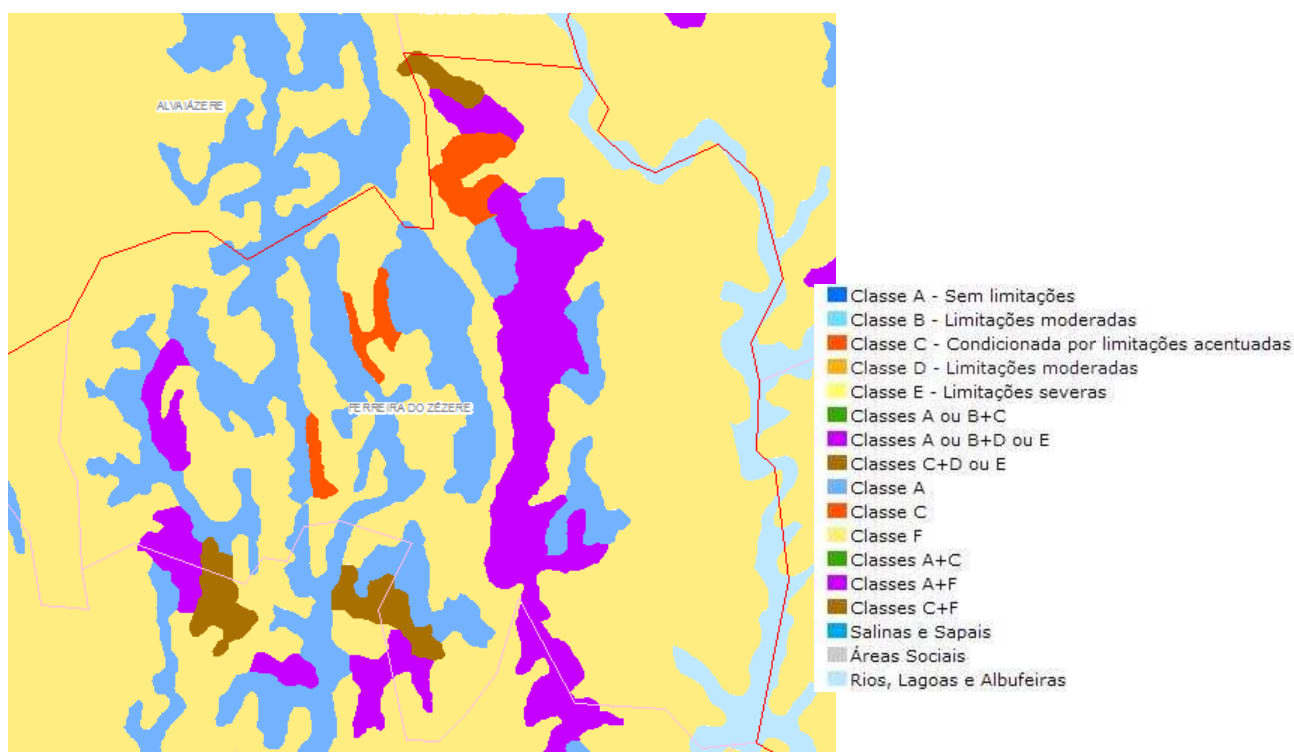


Figura 30 - Extrato da Carta de Uso dos Solos (Atlas APA)

A área do Plano encontra-se na Classe A+F (solo com capacidade de uso agrícola e de uso florestal) e na Classe A (solos evoluídos) incluídos na RAN.

A área do PUFZ compreende o perímetro urbano de Ferreira do Zêzere em Vigor (138,1ha – solo urbano) e espaço florestal de produção (19,5ha) e outras áreas agrícolas (1,2ha). O solo rural na área do PUFZ é de 20,7ha.

RECURSOS HÍDRICOS

A degradação da qualidade do meio hídrico impede a boa utilização do recurso, bem como conduz a perturbações potenciais dos ecossistemas associados, tendo assim implicações de carácter ambiental, social e económico. A contaminação de água destinada ao abastecimento público coloca sérios riscos para a saúde pública.

Águas Superficiais

A área em estudo insere-se na Bacia Hidrográfica do Rio Tejo, e na sub-bacia do Rio Zêzere com uma área de 5029 Km² e a área da bacia hidrográfica do principal afluente o Rio Zêzere é de 539 Km².

A precipitação anual da área da Bacia apresenta um valor médio de 1118 mm.

O Rio Zêzere consiste no principal afluente da Albufeira de Castelo de Bode, classificada como protegida. A Albufeira do Castelo do Bode, no Rio Zêzere, tem uma capacidade útil de 900,5 milhões de metros cúbicos e cerca de 4000 hectares de área de superfície, sendo uma das maiores bacias hidrográficas do país.

A caracterização da qualidade dos recursos hídricos superficiais em Ferreira do Zêzere teve como base análises realizadas à qualidade da água do Rio Zêzere, visto que é neste rio que se localiza, em Rio Fundeiro, a captação que serve todo o concelho.

Recorremos à base de dados disponibilizada no Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH), da responsabilidade do Instituto da Água (INAG).

Foram selecionadas três estações de amostragem pertencentes à bacia hidrográfica do Tejo: Albufeira de Castelo de Bode (16H/03) situada no Rio Mondego e Ferreirós (11I/01) e Albufeira de Fagilde (10K/07), ambas situadas no Rio Dão.

Os pontos de monitorização da **qualidade de água superficial** selecionados estão integrados na rede de monitorização de qualidade de água da Bacia Hidrográfica do Rio Mondego, cuja designação e localização se apresenta na tabela seguinte.

Quadro 58 - Estações de amostragem da rede de qualidade da água superficial na bacia hidrográfica do Mondego.

Bacia	Curso de Água	Estação	Concelho/Freguesia	Localização (coordenadas M;P)
Tejo	RIO ZÊZERE	RIO FUNDEIRO (ALB. CASTELO BODE) (15H/02)	Sertã/Palhais	191070; 306987
		ZABOEIRA (ALB. CASTELO BODE) (15H/04)	Ferreira do Zêzere/ Ferreira do Zêzere	191948; 303606

Fonte: SNIRH

De acordo com o INAG, a classificação da qualidade da água para usos múltiplos, permite obter informação sobre os usos que potencialmente podem ser considerados na massa de água classificada. Assim, são consideradas cinco classes de classificação da qualidade da água, conforme descrito no quadro seguinte.

Quadro 59 - Cinco classes de Classificação da qualidade da água, de acordo com o INAG

Classe	Nível de Qualidade
A- Excelente	Águas com qualidade equivalente às condições naturais, aptas a satisfazer potencialmente as utilizações mais exigentes em termos de qualidade.
B - Boa	Águas com qualidade ligeiramente inferior à classe A, mas podendo também satisfazer potencialmente todas as utilizações.
C - Razoável	Águas com qualidade aceitável, suficiente para irrigação, para usos industriais e produção de água potável após tratamento rigoroso. Permite a existência de vida piscícola (espécies menos exigentes) mas com reprodução aleatória; apta para o recreio, mas sem contacto direto.
D - Má	Águas com qualidade medíocre, apenas potencialmente aptas para irrigação, arrefecimento e navegação. A vida piscícola pode subsistir, mas de forma aleatória.
E - Muito Má	Águas extremamente poluídas e inadequadas para a maioria dos usos.

Parâmetro	Classe				
	A	B	C	D	E
pH	6,5 – 8,5		6,0 – 9,0	5,5 – 9,5	
Temperatura (°C)	≤ 20	21 - 25	26 - 28	29 - 30	>30
Condutividade (µS/cm)	≤ 750	751 - 1000	1001 - 1500	1501 - 3000	> 3000
SST (mg/l)	≤25	25,1 – 30,0	30,1 – 40,4	40,1 – 80,0	> 80,0
Oxigénio Dissolvido (% saturação)	≥ 90	89 - 70	69 - 50	49 - 30	< 30
Oxidabilidade (mg O ₂ /l)	≤ 3,0	3,1 – 5,0	5,1 – 10,0	10,1 – 25,0	> 25,0
CBO ₅ (mg O ₂ /l)	≤ 3,1	3,1 – 5,0	5,1 – 8,0	8,1 – 20,0	> 20,0
CQO (mg O ₂ /l)	≤10,0	10,1 – 20,0	20,1 – 40,0	40,1 – 80,0	> 80,0
Azoto Amoniacal (mg NH ₄ /l)	≤ 0,1	0,11 – 1,0	1,10 – 2,0	2,01 – 5,00	> 5,00
Nitratos (mg NO ₂ /l)	≤ 5,0	5,1 – 25,0	25,1 – 50,0	50,1 – 80,0	> 80,0
Azoto Kjeldahl	≤ 0,5	0,51 – 1,00	1,01 – 2,00	2,01 – 3,00	> 3,00
Fosfatos (mg P ₂ O ₅ /l)	< 0,54		< 0,94	> 0,94	
Coliformes totais (n° / 100 ml)	≤ 50	51 - 5000	5001 - 50000	> 50000	
Coliformes fecais (n° / 100 ml)	≤ 20	21 - 2000	2001 - 20000	> 20000	

Fonte: Adaptado do Instituto Nacional da Água, 2008

Em 2011, a Estação de Qualidade de Rio Fundeiro apresentou uma classificação “B”, equivalente a “Boa”, sendo os parâmetros responsáveis por essa classificação: a carência química de oxigénio, estreptococos fecais, coliformes totais, pH e oxigénio dissolvido (sat)

A análise da figura 31 permite concluir que, ao longo dos últimos anos, a qualidade da água da estação de Rio Fundeiro apresentou uma variação de “Boa” a “Razoável”, sendo a sua classificação de qualidade mais comum a de “Boa”.

Quadro 60 - Evolução da qualidade da água na estação de Rio Fundeiro de 2000 a 2011.

Ano	Classificação	Parâmetros Responsáveis
2000	B - Boa	Carência química de oxigénio, Coliformes fecais, pH e Coliformes totais
2001	B - Boa	Coliformes totais, Estreptococos fecais, Carência química de oxigénio e Coliformes fecais
2002	B - Boa	Coliformes totais, pH e Coliformes fecais
2003	C - Razoável	Coliformes totais
2004	B - Boa	Oxigénio dissolvido (sat), Azoto Kjeldahl, Carência química de oxigénio, Coliformes fecais e Coliformes totais
2005	C - Razoável	Carência química de oxigénio
2006	C - Razoável	Azoto Kjeldahl e Fenois
2007	C - Razoável	Fenois
2008	B - Boa	Carência química de oxigénio e Estreptococos fecais
2009	B - Boa	Coliformes totais e Carência química de oxigénio
2011	B - Boa	Carência química de oxigénio, Estreptococos fecais, Coliformes totais, pH e Oxigénio dissolvido (sat)

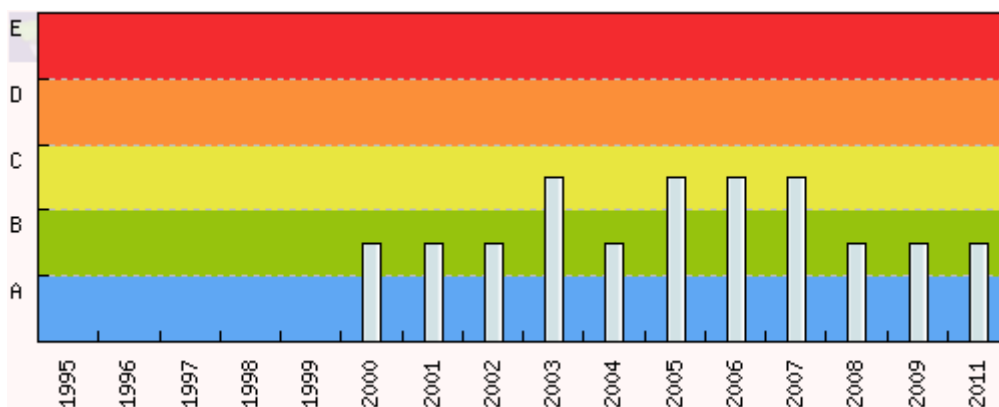


Figura 31 - Evolução da classificação da qualidade das águas na Estação de Qualidade de Rio Fundeiro, entre 2000 e 2011

Fonte: SNIRH

Em 2011, a Estação de Qualidade de Zaboeira apresentou uma classificação “B”, equivalente a “Boa”, sendo os parâmetros responsáveis por essa classificação a Carência química de oxigénio, pH e Coliformes totais.

A análise da figura 32 permite concluir que, ao longo dos últimos anos, a qualidade da água da estação de Zaboeira apresentou uma variação de “Boa” a “Razoável”, sendo a sua qualidade mais comum a de “Boa”.

Quadro 61 - Evolução da qualidade da água na estação de Zaboeira de 2004 a 2011.

Ano	Classificação	Parâmetros Responsáveis
2004	B - Boa	Carência química de oxigénio, Coliformes totais, Coliformes fecais e Estreptococos fecais
2005	B - Boa	Coliformes totais e Coliformes fecais
2006	B - Boa	Carência química de oxigénio e Estreptococos fecais
2007	B - Boa	Carência química de oxigénio
2008	C - Razoável	pH
2009	B - Boa	Carência química de oxigénio, Coliformes totais, Coliformes fecais e Cobre
2011	B - Boa	Carência química de oxigénio, pH e Coliformes totais

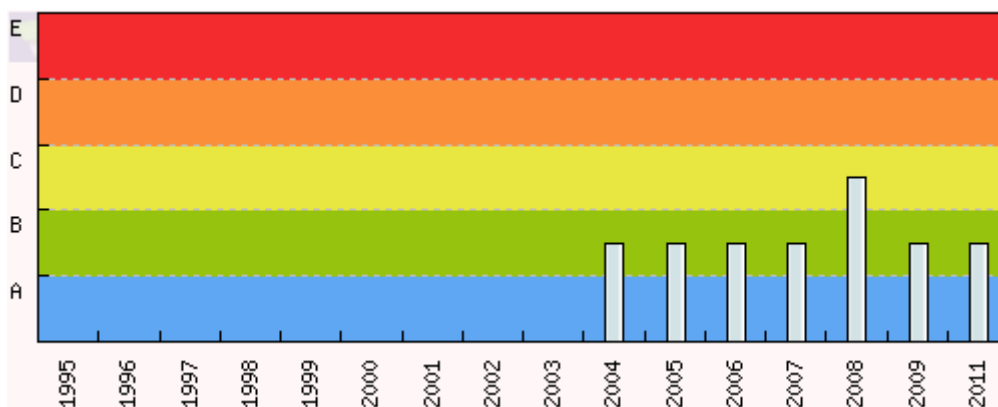


Figura 32 - Evolução da classificação da qualidade das águas na Estação de Qualidade de Zaboeira, entre 2004 e 2011

Fonte: SNIRH

A Albufeira de Castelo de Bode é uma albufeira de Águas Públicas Protegida e tem aprovado o seu Plano de Ordenamento (RCM 69/2003 de 10 de maio) que contempla no seu regulamento as atividades proibidas, autorizadas e condicionadas, na sua zona de proteção. Este estatuto de proteção dos recursos hídricos tem contribuído para uma Boa qualidade da água superficial.

O PBH do Tejo refere que as principais fontes de poluição tóxica nesta bacia hidrográfica estão associadas ao setor doméstico e à indústria.

Nas águas superficiais, a agricultura é uma das principais fontes de poluição difusa quando praticada de um modo intensivo, em consequência do recurso a grandes quantidades de fertilizantes.

Águas Subterrâneas

A água subterrânea constitui um importante recurso natural, imprescindível para a vida e integridade dos ecossistemas. Desempenham um papel fundamental tanto no abastecimento das populações como para a agricultura e indústria.

No que respeita ao sistema aquífero, o concelho de Ferreira do Zêzere insere-se em duas unidades hidrogeológica: a do Maciço Antigo e da Orla Ocidental.

Na unidade hidrogeológica do Maciço Antigo, o concelho e a área do PUFZ localiza-se no sistema aquífero do maciço antigo indiferenciado da bacia do tejo

O Maciço Antigo é a unidade geológica que ocupa maior extensão em Portugal, sendo constituído, essencialmente, por rochas eruptivas e metassedimentares. De acordo com o relatório do INAG, "Sistemas Aquíferos de Portugal Continental", "*as litologias correspondentes àqueles tipos de rochas são habitualmente designadas pelos hidrogeólogos por rochas cristalinas ou rochas duras, ou ainda por rochas fraturadas ou fissuradas*". Ainda de acordo com a mesma fonte, podem-se considerar como materiais com escassa aptidão hidrogeológica, pobres em recursos hídricos subterrâneos.

A restante área concelhia enquadrada na unidade hidrogeológica da orla ocidental, existindo dos sistemas aquíferos: o sistema aquífero Sicó-Alvaiázere (O11) e o sistema aquífero Penela-Tomar (O9)

No quadro seguinte estão descritas as principais características destes sistemas aquíferos.

Quadro 62 - Principais características dos sistemas aquíferos presentes na área de estudo.

	Sicó-Alvaiázere (O11)	Penela-Tomar (O9)
Área	332 km ²	245 km ²
Formações aquíferas dominantes	Calcários e dolomitos (Batoniano e Bajociano)	Dolomitos, calcários e calcários dolomíticos (Liásico)
Litologias dominantes	Calcários margosos muito compactos, margas e calcários compactos, calcários cristalinos, calcários dolomíticos, cuja espessura total é da ordem dos 450 m	Dolomitos, calcários compactos, calcários dolomíticos compactos, por vezes com intercalações margosas. Relativamente à espessura conhece-se um valor máximo de 243 m
Características gerais	Sistema aquífero cársico, muito heterogéneo	Sistema aquífero cársico
Produtividade (l/s)	Mediana=4	Mediana=1,7 (fora da zona de exurgências)
Parâmetros Hidráulicos	A transmissividade (m ² /dia) varia entre 4 e 570	Transmissividade a variar entre 1 e 100 m ² /dia (captações com pequeno caudal); entre 350 e 850 m ² /dia (captações perto das exurgências)
Funcionamento Hidráulico	Podem considerar-se dois sectores principais distintos: um sector W correspondente à linha de relevos Sicó-Rabaçal e, a E, um sector correspondente à linha de relevos serra de Ansião-Alvaiázere; as zonas mais produtivas são as que se situam perto das principais zonas de drenagem	Podem considerar-se duas zonas, em termos de produtividade: uma fora da zona de exurgências, com caudais menores; outra, perto de exurgências importantes, com caudais bastante elevados. Existe conexão com o sistema aquífero Sicó-Alvaiázere
Piezometria / Direções de Fluxo	Sector oriental: os níveis decrescem no sentido N-S, o que indica um escoamento no sentido das nascentes mais meridionais (Agroal e Mendacha)	Sector norte: drenagem principal efetuada pela nascente de Alcabideque; sector central: drenagem para a região de Avelar; sector sul: drenagem para sul
Balanço Hídrico	Recarga=135 hm ³ /ano; saídas=120 hm ³ /ano	Recursos hídricos subterrâneos renováveis de 26 hm ³ /ano
Fácies Química	Bicarbonatada cálcica	Predomínio de bicarbonatada cálcica; sulfatada cálcica e mistas.

Fonte: SNIRH

Através do sítio do SNIRH, recolheu-se a informação relativa à qualidade dos recursos hídricos subterrâneos através dos dados da estação de amostragem 299/72, localizada no concelho de Ferreira do Zêzere e da estação de amostragem 300/C74, localizada em Vila de Rei.

A classificação da qualidade da água subterrânea é efetuada de acordo com o Anexo I do Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de agosto. Baseia-se nos parâmetros analíticos determinados pelo programa de monitorização de vigilância operada pela CCDR, a que correspondem esquemas de tratamento tipo distintos, definidos para tornar a água apta para consumo humano (água potável):

A1 — tratamento físico e desinfecção.

A2 — tratamento físico e químico e desinfecção.

A3 — tratamento físico, químico de afinação e desinfecção.

(> **A3** – a baixa qualidade da água pressupõe tratamentos mais fortes)

As classes definidas são estabelecidas de acordo com a avaliação de parâmetros físicos, físico-químicos, químicos, microbiológicos.

Considerar-se-ão aptas para poderem ser utilizadas como origem de água para a produção de água para consumo humano as águas subterrâneas que apresentem qualidade superior ou igual à da categoria A1.

Quadro 63 - Evolução da qualidade da água subterrânea medidas nas estações de monitorização, entre 2009 e 2011

	Jampestres	Palheiros
Freguesia	Chãos	Sazes de Lorvão
Bacia Hidrográfica	Tejo	Tejo
Unidade Hidrogeológica	Orla Ocidental	Maciço Antigo
Sistema de Aquífero	09 - Penela-Tomar	A0 - Maciço Antigo Indiferenciado
Tipo de Ponto de Água	Furo Vertical	Furo Vertical
N.º de Ponto de Água	299/72	300/C74
Classificação Anual, com base na qualidade da água	>A3: (Parâmetros responsáveis pela classificação da qualidade da Água (2009):fluoretos)	>A3: (Parâmetros responsáveis pela classificação da qualidade da Água (2009):fluoretos)
	>A3: (Parâmetros responsáveis pela classificação da qualidade da Água (2010): fluoreto)	Sem dados
	>A3: (Parâmetros responsáveis pela classificação da qualidade da Água (2011): fluoreto)	Sem dados

A classificação anual da qualidade da água subterrânea mostra que a água é de má qualidade (>A3).

Na área do plano não existem as captações de água subterrânea destinadas ao abastecimento público de água para consumo humano.

Entre as potenciais ameaças de poluição à água subterrânea encontram-se: a deposição de resíduos industriais sólidos e líquidos ou de produtos que podem ser dissolvidos e arrastados por águas de infiltração em terrenos permeáveis; a deposição de dejetos animais resultantes de atividades agropecuárias; a construção incorreta de fossas sépticas; a utilização de herbicidas e fungicidas; e a sobre-exploração dos aquíferos em zonas sensíveis. No entanto, destaca-se a poluição de origem agrícola, quase sempre associada à agricultura intensiva e ao uso excessivo de fertilizantes.

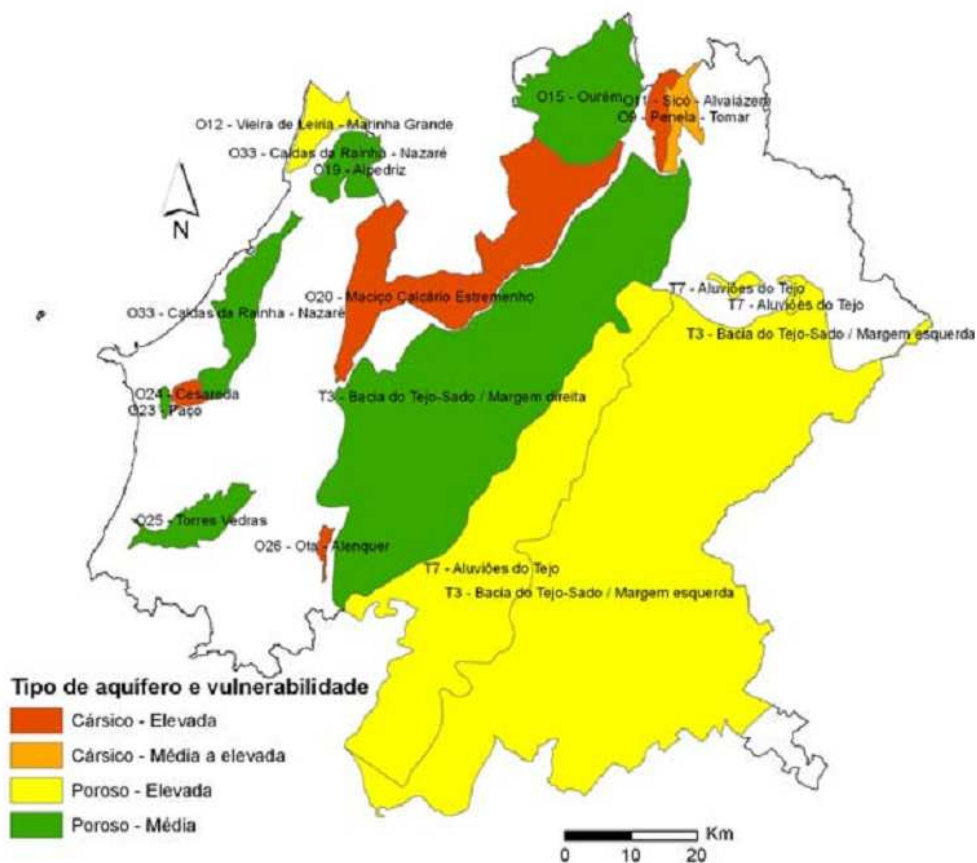


Figura 33 - Vulnerabilidade dos sistemas aquíferos do OVT à contaminação.

Fonte: PROT OVT Diagnóstico Estratégico / Visão - Riscos e Protecção Civil

Da figura anterior, verifica-se que dois dos sistemas aquíferos do concelho de Ferreira do Zêzere: o sistema aquífero Sicó-Alvaiázere (O11) e o sistema aquífero Penela-Tomar (O9), apresentam uma vulnerabilidade à contaminação elevada e média a elevada, respetivamente.

O aquífero maciço antigo indiferenciado da bacia do Tejo enquadrado na área do PUFZ não se encontra classificado como estando vulnerável à contaminação.

Relativamente às fontes de contaminação do meio hídrico, elas podem ser pontuais (poluem a partir de um local determinado) ou difusas (fontes que contaminam um determinado trajeto ou área). As principais fontes de contaminação difusa na área do PUFZ são as atividades agrícolas e a rede viária que atravessa a Vila de Ferreira do Zêzere.

As fontes potenciais de contaminação do meio hídrico de origem pontual na área do PUFZ, refere-se à existência de bombas de gasolina, nomeadamente os depósitos de combustível subterrâneos, os efluentes domésticos, de serviços e industriais.

No concelho de Ferreira do Zêzere, apenas 21% da população é servida por sistemas públicos de drenagem de águas residuais, o que significa que cerca de 80% dos efluentes domésticos gerados não são alvo de um tratamento adequado.

A solução à falta de saneamento passa, na sua maioria, pela construção de sistemas privados de tratamento de águas residuais, fossas sépticas, muitas das quais de construção precária, de manutenção deficiente e localização incorreta, constituindo um relevante foco de poluição. Na área do PUFZ, 44% dos alojamentos encontram-se ligados a um sistema de drenagem particular (fossas sépticas).

A proteção e requalificação dos recursos hídricos, subterrâneos e superficiais, e, mais amplamente, além das águas, os leitos, margens, zonas adjacentes, zonas de infiltração máxima e zonas protegidas, constituem pois objetivos de qualidade ambiental, que devem ser acautelados.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Como já se referiu, o Concelho de Ferreira do Zêzere pertence ao sistema multimunicipal Raia / Zêzere / Nabão, tendo o abastecimento de água em “alta” sido concessionado à empresa multimunicipal Águas do Centro, S.A., sendo o subsistema de Ferreira/Mendacha que serve as freguesias de Águas Belas e Ferreira do Zêzere, através da captação em Rio Fundeiro na Albufeira de Castelo de Bode.

A água para abastecimento distribuída no concelho é totalmente de origem superficial e segundo os dados do INE, a água distribuída no concelho de Ferreira do Zêzere, em 2009, foi de 954 milhares de m³ no setor doméstico.

O consumo de água por habitante em 2009 foi de 105 m³/hab., valor superior ao apurado para o Médio Tejo (58 m³/hab.), quer para a Região Centro, quer para Portugal Continental (63 m³/hab.).

Quadro 64 - Consumo de água por habitante no período compreendido entre 2002 e 2009.

Área geográfica	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Continente	62	62	60	59	50	56	61	63
Centro	58	62	56	56	49	56	61	65
Médio Tejo	119	118	63	62	57	59	60	58
Ferreira do Zêzere	86	87	43	62	88	102	91	105

Fonte: www.ine.pt.

Apesar do decréscimo da população no município, a capitação do consumo de água este valor, entre 2002 e 2009, aumentou cerca de 22%.

Relativamente à qualidade da água para consumo humano esta é monitorizada pela ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

Esta entidade regula os serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e gestão de resíduos urbanos, com o principal objetivo da proteção dos interesses dos utilizadores, através da promoção da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras e da garantia de tarifários socialmente aceitáveis, materializada nos princípios de essencialidade, indispensabilidade, universalidade, equidade, fiabilidade e de custo-eficácia associada à qualidade de serviço.

A informação disponibilizada pela ERSAR, sobre a qualidade da água para consumo humano é apresentada na figura seguinte.

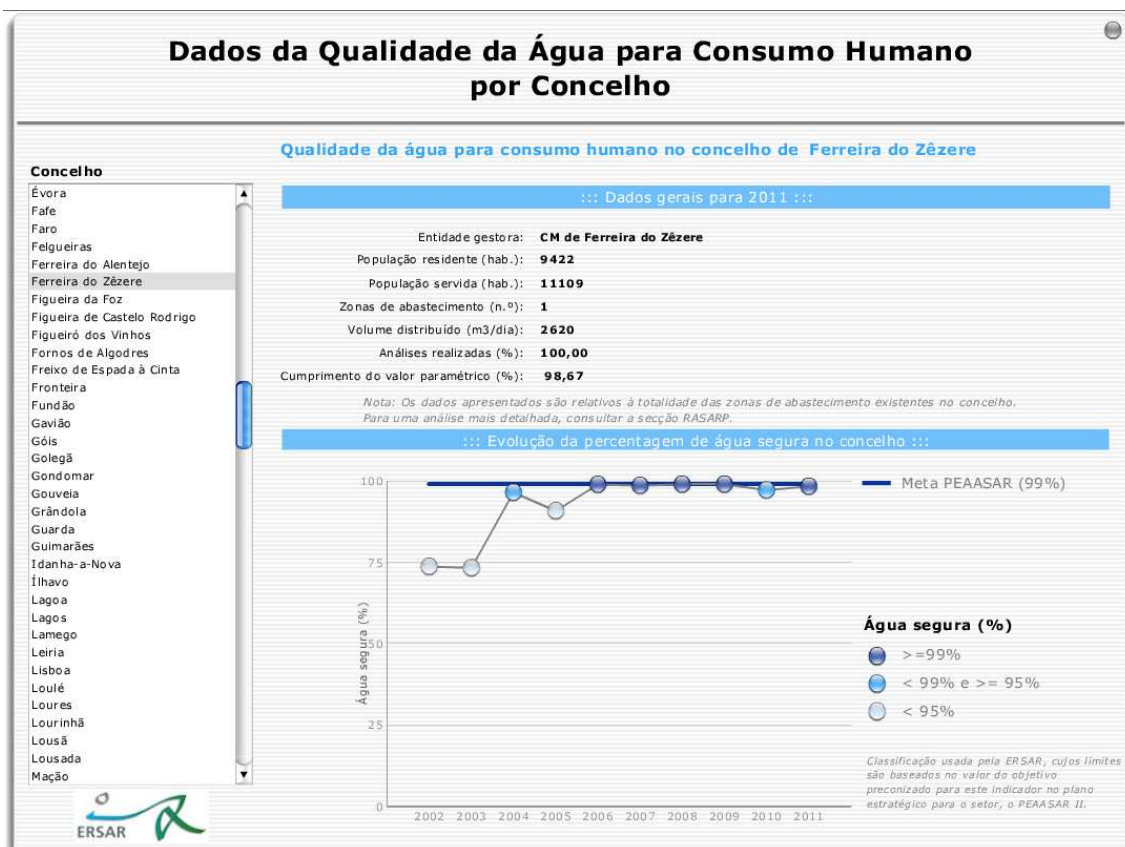


Figura 34 - Qualidade da Água para consumo humano no concelho de Ferreira do Zêzere entre 2002 e 2011

Os resultados revelam que a percentagem de análises em cumprimento do VP, nos anos disponibilizados, nunca cumpriu todos os valores parametrizados (100%), embora nos anos 2004, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010, a percentagem de cumprimento tenha sido superior ou igual a 95%. Em 2011 a percentagem de cumprimento situou-se nos 98,67%.

Em 2011, os parâmetros em incumprimento VP foram: a escherichia coli (E. coli) e as bactérias coliformes,

Para o abastecimento de água, o PEAASAR II, define uma percentagem de 99% de cumprimento no número total de análises realizadas à água tratada e a água distribuídas no município atinge na maioria dos anos esse valor.

O município não apresenta iniciativas com vista à promoção do uso eficiente da água, além das campanhas de sensibilização a nível escolar e na informação disponibilizada no site do município nos “Sensibilização para o uso eficiente da água”.

Na ação de sensibilização e informação “Sensibilização para o uso eficiente da água” são apresentadas as seguintes lições: utilização eficiente de torneiras, chuveiros, autoclismos, máquinas de lavar roupa, máquinas de lavar louça e lavagem eficiente de pavimentos e veículos (ver <http://agua.ferreiradozezere.pt/>).

A gestão de um sistema de distribuição de água, implica uma análise constante dos diversos parâmetros técnico-económicos, nas diversas áreas de intervenção. Uma das mais importantes é o combate às

perdas de água, pelo facto, entre outros, do custo de produção ou aquisição da água para distribuição ser normalmente elevado.

As perdas de água em sistemas de adução e distribuição, correspondem à água que não é faturada nem utilizada, mas que é captada, tratada, transportada em infraestruturas de elevado valor patrimonial e com custos de manutenção e operação significativos.

Não existem sistemas de distribuição de água totalmente estanques, nem sistemas de medição de caudais 100% exatos, pelo que a ocorrência de perdas de água é inevitável. No entanto, perdas elevadas têm consequências económicas e ambientais muito negativas.

As perdas de água constituem uma das principais fontes de ineficiência das entidades gestoras de abastecimento de água e em 2009 as perdas nos sistemas de abastecimento de águas em Portugal era de 25%

Segundo informação do Relatório Técnico do Plano de Gestão da Bacia Hidrográficas do Rio Tejo integrados na região hidrográfica 5 (julho de 2011), o valor médio de perdas de água nos sistemas de abastecimento dos concelhos abrangidos pela sua jurisdição, na qual se encontra Ferreira do Zêzere, é de 35%, valor bastante significativo comparado com a meta do PEAASAR de 15% (até 2020), constituindo um enorme pressão sobre os recursos hídricos.

DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

Os sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais são o conjunto de estruturas e equipamentos que asseguram a conectividade hidráulica e fazem afluir as águas residuais urbanas a um meio recetor, com o objetivo de prestação de serviços de drenagem e tratamento de águas residuais.

Atualmente, o sistema de drenagem e tratamento de águas residuais em “Alta” encontra-se sob a gestão da Águas do Centro, S.A.

Existem 6 ETAR's no Concelho de Ferreira do Zêzere, 5 em funcionamento e uma construída.

Quadro 65 - ETARS localizadas no concelho de Ferreira do Zêzere - 2013

ETAR	Localidades Servidas	Dimensionamento		Tratamento do efluente		Coordenadas Ponto de Descarga (M;P)
		População habitantes equivalentes	Capacidade de tratamento	Fase Líquida	Fase sólida	
Outeiros	Águas Belas, Ferreira do Zêzere, Igreja Nova do Sobral e Pias	9183	1158 m3/dia	LAAP	E+C	-12109,36;10478,74
Portinha/Castanheira	Ferreira do Zêzere	500	97 m3/dia	LAAP+N	E	-8647,73;3551,01
Dornes	Paio Mendes, Dornes e Águas Belas.	579	76 m3/dia	LAAP+N+P+UV	E	-8784,23;364,55
Rio Fundeiro	Dornes, Beco e Águas Belas.	590.	87 m3/dia	LAAP+N+P+UV	E	-8926,75;6013,1
Pombeira	Ferreira do Zêzere.	550	77 m3/dia	LAAP+N+P+UV	E	-12805;4399
Chãos (construída)	Chãos e Areias	858	112 m3/dia	-	-	-23921,15;4012,47
<p>Fase Líquida: LAAP - Lamas ativadas de baixa carga ou arejamento. LAAP+N+P - Lamas ativadas de baixa carga ou arejamento + Remoção de Azoto+ Remoção de Fosforo. UV - Ultravioleta.</p> <p>Fase Sólida: E - Espessamento. C - Desidratação Mecânica-Centrifugação</p>						

Fonte: Águas do Centro, S.A. - 2013

Os efluentes depois de tratados são lançados em linhas de água que drenam para a Albufeira do Castelo de Bode, enquanto as lamas depois de secas são utilizadas na jardinagem.

Conforme já foi salientado, a rede existente de drenagem e tratamento de águas residuais pública não abrange toda a área do PUFZ, e a rede de coletores residuais existente permite a recolha do efluente gravitacionalmente ou em pressão para a ETAR de Outeiros.

A ETAR de Outeiros está dimensionada para servir convenientemente a população existente e prevista para área do plano e a para a freguesia de Ferreira do Zêzere. O meio recetor do efluente da ETAR é a ribeira da Cabreira.

Quadro 66 - Quantidade de águas residuais drenadas e tratadas no concelho de Ferreira do Zêzere entre 2006 e 2009.

Anos	Drenagem [m3(milhares)]			Tratamento [m3(milhares)]	População servida pelo Sistema de Drenagem de Águas Residuais (%)	População servida pelo Sistema Tratamento de Águas Residuais (%)
	Total	Doméstico	Outros	Águas Residuais Tratadas		
2009	129	129	0	265	21	20
2008	114	114	0	260	13	13
2007	174	174	0	244	57	57
2006	196	196	0	193	56	57

Em 2009, em Ferreira do Zêzere, a percentagem de população servida por sistemas de drenagem e por estações de tratamento de águas residuais era de apenas 21 e 20 % da população do concelho respetivamente.

No Quadro 62 apresentam-se os dados relativos a 2012 sobre a eficiência das ETAR existentes em Ferreira do Zêzere. A ETAR de Outeiros, que serve a área do PUFZ, tem registado alguma ineficiência em termos de CBO5.

Quadro 67 - Eficiência de tratamento nas ETAR do concelho. - 2012

ETAR	Parâmetros de descarga da Licença de utilização do Domínio Hídrico	Eficiência do tratamento (% de análises em cumprimento do parâmetros de descarga)
Outeiros	CBO5 (mgO2/l) - 25 CQO (mgO2/l) - 125 SST (mg/l) - 35 PH - 6 a 9	CBO5- 86% CQO- 100% SST- 100% PH - 100%
Portinha/Castanheira	CBO5 (mgO2/l) - 40 CQO (mgO2/l) - 150 SST (mg/l) - 60 PH - 6 a 9	CBO5- 92% CQO- 92% SST- 92% PH -100%
Dornes	CBO5 (mgO2/l) - 25 CQO (mgO2/l) - 125 SST (mg/l) - 35 PH - 6 a 9 Coliformes fecais (N.º/100ml) - 2000 N total (mgN/l) - 15 P total (mgN/l) - 2	CBO5 - 92% CQO - 83% SST - 100% PH - 100% Coliformes fecais - 42% N total - 50% P total - 25%

ETAR	Parâmetros de descarga da Licença de utilização do Domínio Hídrico	Eficiência do tratamento (% de análises em cumprimento do parâmetros de descarga)
Rio Fundeiro	CBO5 (mgO2/l) - 25 CQO (mgO2/l) - 125 SST (mg/l) - 35 PH - 6 a 9 Coliformes fecais (N.º/100ml) - 2000 N total (mgN/l) - 15 P total (mgN/l) - 2	CBO5 - 100% CQO - 100% SST - 100% PH - 100% Coliformes fecais - 92% N total - 8% P total - 100%
Pombeira	CBO5 (mgO2/l) - 25 CQO (mgO2/l) - 125 SST (mg/l) - 35 PH - 6 a 9 Coliformes fecais (N.º/100ml) - 2000 N total (mgN/l) - 15 P total (mgN/l) - 2	CBO5 - 100% CQO - 100% SST - 100% PH - 100% Coliformes fecais - 8% N total - 25% P total - 42%
Chãos (construída)	-	-

Fonte: Águas do Centro, S.A. - 2013

RUÍDO

No que respeita ao ambiente sonoro, o Regulamento Geral do Ruído (RGR) (Decreto-lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro) estabelece o regime legal aplicável à prevenção e controlo da poluição sonora, determinando a necessidade dos planos municipais de ordenamento do território assegurem a qualidade do ambiente sonoro, promovendo a distribuição adequada dos usos do território, tendo em consideração as fontes de ruído existentes e previstas.

Compete aos municípios estabelecer nos planos municipais de ordenamento do território, a classificação, a delimitação e a disciplina das denominadas zonas sensíveis e mistas. Os municípios devem acautelar, no âmbito das suas atribuições de ordenamento do território, a ocupação dos solos com usos suscetíveis de vir a determinar a classificação da área como sensível, verificada a proximidade de infraestruturas de transporte existentes e previstas. Os municípios devem elaborar mapas de ruído, para os indicadores L_{den} e L_n para apoiar a elaboração, alteração e revisão dos PDM's.

Os Mapas de Ruído constituem uma ferramenta muito importante para, prever e visualizar espacialmente os níveis sonoros de uma dada área, onde, nomeadamente, se identificam e catalogam fontes ruidosas e recetores expostos. Ainda, são um elemento fundamental para o apoio à decisão relativamente ao planeamento da ocupação e do uso de solo permitindo compatibilizar a localização de determinados serviços com as características ambientais do local. Por último, assumem um papel orientador relativamente à definição de prioridades para a adoção de medidas de mitigação de ruído.

Pretende-se portanto integrar o fator ruído na tomada de decisão de forma a evitar a coexistência de usos do solo conflituosos e prevenir a exposição das populações a um fator de poluição que vem sendo um dos principais fatores de mal-estar da população, no que às temáticas ambientais diz respeito.

O objetivo fundamental é assegurar os seguintes limites de exposição (artigo 11.º do RGR)²:

- a) As **zonas sensíveis** não devem ficar expostas a ruído ambiente exterior, **superior a 55 dB(A), expresso pelo indicador L_{den} , e superior a 45 dB(A), expresso pelo indicador L_n .**
- b) As **zonas mistas** não devem ficar expostas a ruído ambiente exterior, **superior a 65 dB(A), expresso pelo indicador L_{den} , e superior a 55 dB(A), expresso pelo indicador L_n .**

Como zonas sensíveis entende-se a área definida em PMOT como vocacionada para uso habitacional, ou para escolas, hospitais ou similares, ou espaços de lazer, existentes ou previstos, podendo conter pequenas unidades de comércio e de serviços destinadas a servir a população local, tais como cafés e outros estabelecimentos de restauração, papelarias e outros estabelecimentos de comércio tradicional, sem funcionamento no período noturno. As zonas mistas são as áreas definidas em PMOT, cuja ocupação seja afeta a outros usos, existentes ou previstos, para além dos referidos para as zonas sensíveis.

² Valores que podem variar consoante exista ou esteja projetada para a sua proximidade uma grande infraestrutura de transporte.

A Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere procedeu em dezembro de 2011, à atualização do Mapa de Ruído Concelhio.

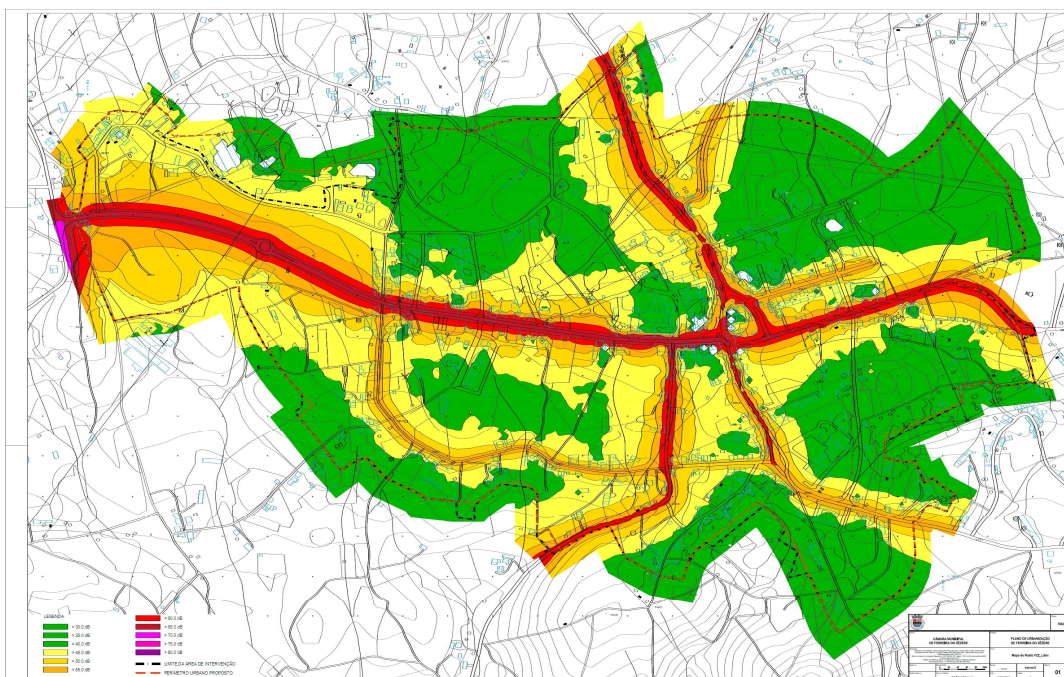


Figura 35 - Mapa de Ruído da área do PUFZ - indicador sonoro Lden.

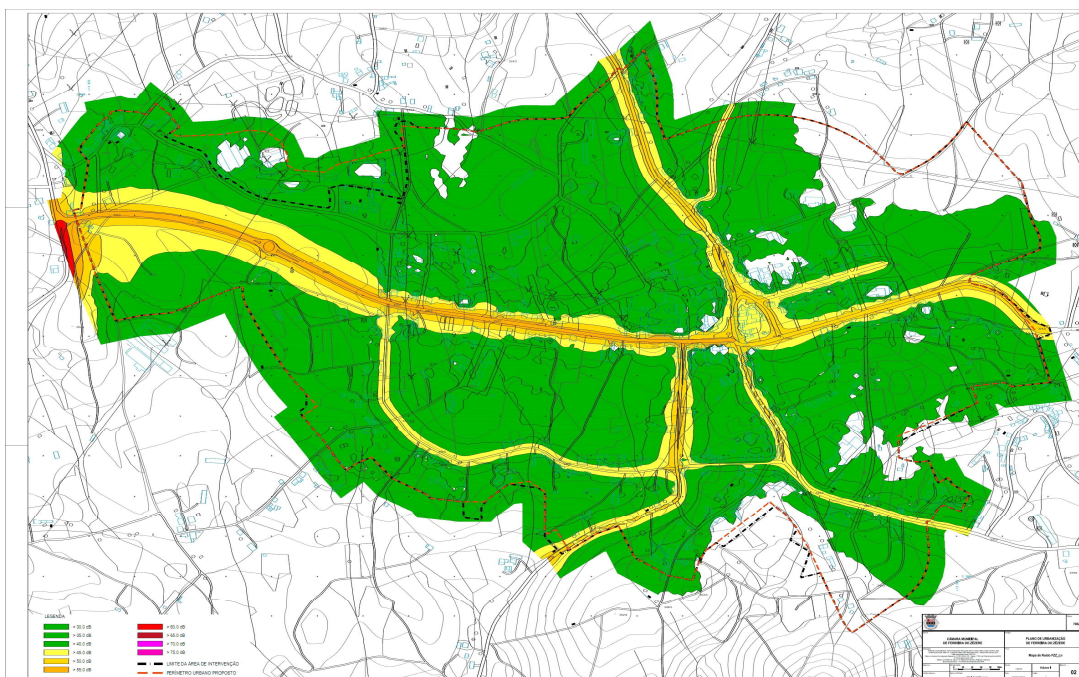


Figura 36 - Mapa de Ruído da área do PUFZ - indicador sonoro Ln.

A análise dos indicadores *Lden* e *Ln* obtidos, mostra que o na área do PUFZ não apresenta, de um modo geral, níveis de ruído elevados. Os casos onde os níveis são mais elevados situam-se em toda a extensão da EN324, e nos principais arruamentos da Vila de Ferreira do Zêzere, nomeadamente nas

zonas adjacentes à Rua Maria Vasques, à Rua João da Costa, à Rua de São Miguel e à Rua Fonte Ferreira.

O relatório do Mapa de Ruído do Concelho de Ferreira do Zêzere (atualização) de dezembro de 2007, não apresenta dados referentes à exposição da população aos diferentes níveis sonoros, contudo quanto mais próximo das principais fontes de ruído os recetores sensíveis (o edifício habitacional, escolar, hospital ou similar ou espaço de lazer, com utilização humana) estiverem, mais expostos estarão a níveis de ruído mais elevados.

Neste contexto, salienta-se que, dada a predominante ocupação territorial ao longo das vias, verifica-se, de uma forma generalizada, na área do PUFZ, um maior impacte sonoro nos recetores sensíveis localizados ao longo das principais vias de tráfego rodoviário do plano.

As zonas de conflito correspondem, por definição, àquelas onde os níveis de ruído identificados no Mapa de Ruído ultrapassam os valores do ruído ambiente exterior a que as zonas sensíveis e as zonas mistas não podem ficar expostas, expressos pelos indicadores sonoros *Lden* e *Ln*.

Analisando a delimitação das zonas de conflito, estas encontram-se associadas à principal fonte de ruído, o tráfego rodoviário, nomeadamente, o ruído resultante do atravessamento da ex EN 348 (Av. 13 de junho / Rua Brigadeiro Lino Valente), do CM 1068 (Rua Dr. Guilherme Félix) e da EM 601 (Rua João da Costa), influenciando as áreas imediatamente adjacentes, consoante a classificação acústica estabelecida.

Salienta-se que os conflitos identificados nas zonas mistas, são superiores aos valores limite de exposição definidos, apenas em 0 a 5 dB, destacando-se o período correspondente ao indicador *Lden*.

Já os conflitos identificados nas zonas sensíveis, são na sua maioria superiores aos valores limite de exposição definidos em 0 a 10 dB, com algumas franjas de 0 a 15 dB (no Centro de Recuperação Infantil de Ferreira do Zêzere, mas que não chegam a atingir o edifício). De igual forma, o indicador que se destaca em termos de conflitos é o correspondente ao indicador *Lden*., associado ao incómodo global.

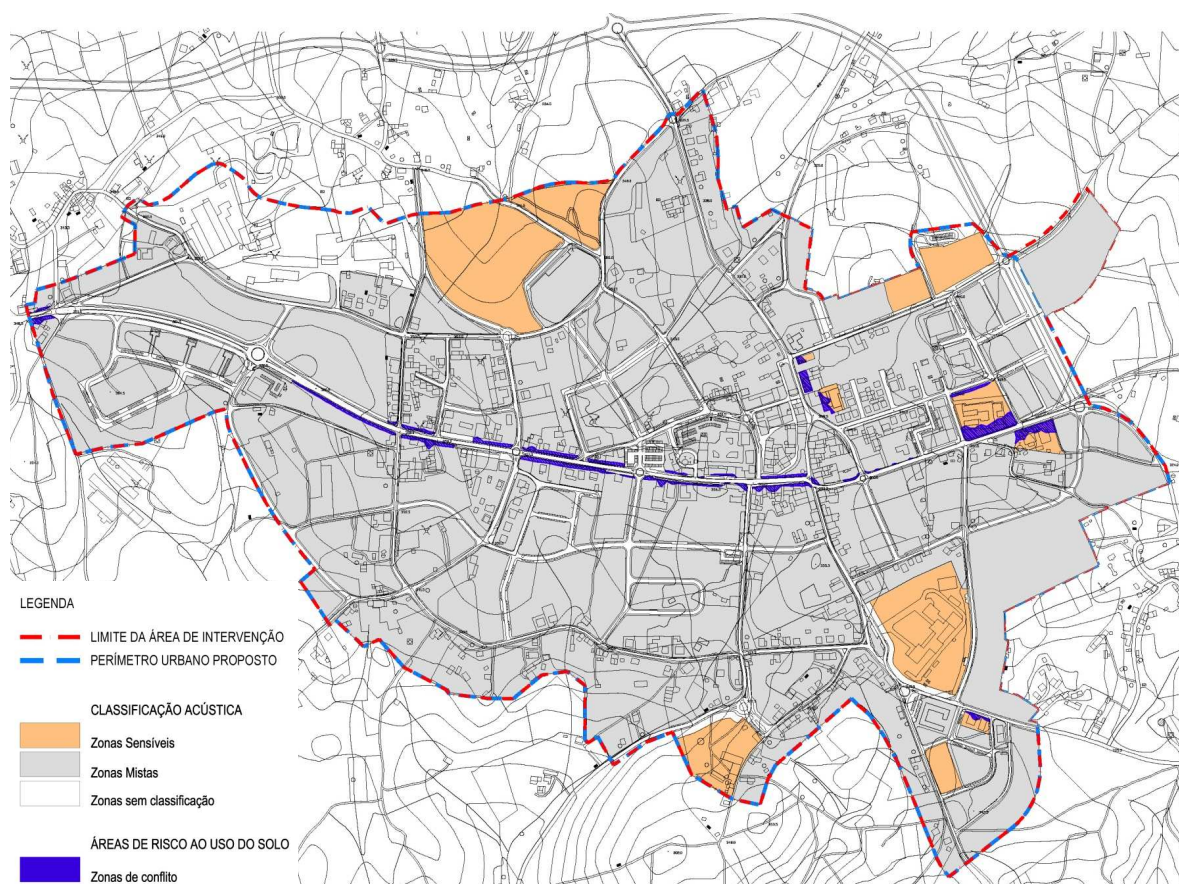


Figura 37 - Mapa de Conflitos da área do PUFZ.

Fonte: Delimitação de zonas sensíveis e mistas e zonas de conflito, Plural, Maio 2013

De acordo com o definido no artigo 8.º do RGR, as zonas sensíveis ou mistas (com ocupação) expostas a ruído ambiente exterior que exceda os valores limites devem ser objeto de Planos de Redução de Ruído, cuja elaboração é também da competência das autarquias locais. O n.º 2 do mesmo artigo estabelece que estes planos podem contemplar faseamento de medidas, mas devendo incidir prioritariamente sobre zonas sensíveis ou mistas expostas a níveis de ruído ambiente que excedam em mais de 5 dB(A) os respetivos limites.

AR

A qualidade do ar é o termo que se usa, normalmente, para traduzir o grau de poluição no ar que respiramos (www.qualar.org).

A poluição do ar, que é provocada por uma mistura de substâncias químicas, lançadas no ar ou resultantes de reações químicas, que alteram o que seria a constituição natural da atmosfera, tem vindo a ser a causa de um conjunto de problemas, nomeadamente a degradação da qualidade do ar; a exposição humana e dos ecossistemas a substâncias tóxicas; danos na saúde humana; danos nos ecossistemas e património construído; acidificação; deterioração da camada de ozono estratosférico e aquecimento global/alterações climáticas (www.qualar.org).

Entre os efeitos na saúde humana referem-se problemas ao nível dos sistemas respiratório e cardiovascular. Quanto aos danos nos ecossistemas podem citar-se a oxidação de estruturas da vegetação, que entre muitas outras consequências pode originar a queda prematura das folhas em algumas espécies ou o apodrecimento precoce de alguns frutos. Finalmente, quando se fala de prejuízos ao nível do património construído pode dar-se como exemplo o caso dos poluentes acidificantes que atacam quimicamente as estruturas construídas, causando a degradação dos materiais (www.qualar.org).

As unidades funcionais de avaliação e gestão da qualidade do ar, são as designadas zonas e aglomerações, no artigo 2º do Decreto-Lei n.º 102/2010, define-se zona como sendo “uma área geográfica de características homogéneas, em termos de qualidade do ar, ocupação do solo e densidade populacional” e aglomeração como uma “zona caracterizada por um número de habitantes superior a 250 000 ou em que a população seja igual ou fique aquém de tal número de habitantes, desde que não inferior a 50 000, sendo a densidade populacional superior a 500 habitantes/km²”.

O concelho de Ferreira do Zêzere insere-se na zona do Vale do Tejo e Oeste da rede nacional de monitorização da qualidade do ar.

Índice de qualidade do ar (IQAr) de uma determinada área resulta da média aritmética calculada para cada um dos poluentes medidos em todas as estações da rede dessa área. Os valores assim determinados são comparados com as gamas de concentrações associadas a uma escala de cores sendo os poluentes com concentração mais elevada responsáveis pelo índice (www.qualar.org).

No quadro seguinte são apresentados os conselhos de saúde em função IQAr, mencionando também as condições meteorológicas normalmente associadas.

Quadro 68 - Índice de qualidade do ar e conselhos de saúde.

Índice	Tempo	Conselhos de Saúde
Mau	Anticiclone com vento fraco; Estabilidade prolongada; Depressão do norte de África com uma corrente de SE no continente transportando poeiras do deserto; Ozono: forte radiação / tempo quente contínuo.	Todos os adultos devem evitar esforços físicos ao ar livre. Os grupos sensíveis (crianças, idosos e indivíduos com problemas respiratórios) deverão permanecer em casa com as janelas fechadas e utilizando de preferência sistemas apropriados de circulação/refrigeração do ar.

Índice	Tempo	Conselhos de Saúde
Fraco	<p>Anticiclone com vento fraco;</p> <p>Situações de transição do estado do tempo;</p> <p>Estabilidade;</p> <p>Depressão do norte de África com uma corrente de SE no continente transportando poeiras do deserto;</p> <p>Ozono: forte radiação / temperaturas elevadas associadas a dias de céu limpo.</p>	<p>As pessoas sensíveis (crianças, idosos e indivíduos com problemas respiratórios) devem evitar atividades físicas intensas ao ar livre. Os doentes do foro respiratório e cardiovascular devem ainda respeitar escrupulosamente os tratamentos médicos em curso ou recorrer a cuidados médicos extra, em caso de agravamento de sintomas. A população em geral deve evitar a exposição a outros fatores de risco, tais como o fumo do tabaco e a exposição a produtos irritantes contendo solventes na sua composição.</p>
Médio	<p>Diversas situações meteorológicas com características de tempo agradáveis.</p>	<p>As pessoas muito sensíveis, nomeadamente crianças e idosos com doenças respiratórias devem limitar as atividades ao ar livre.</p>
Bom	<p>Passagem de frentes com atividade moderada;</p> <p>Outras situações meteorológicas com ventos moderados.</p>	<p>Nenhuns</p>
Muito Bom	<p>Vento moderado a forte</p> <ul style="list-style-type: none"> - Temperaturas frescas; - Ocorrência de precipitação; <p>Passagem de frentes com atividade moderada.</p>	<p>Nenhuns</p>

Analisando o índice de qualidade do ar da zona de qualidade do ar do Vale do Tejo e Oeste verificamos que o índice que se registou em maior número de dias na região, nos anos 2008 e 2011, foi o BOM.

O índice de qualidade do ar na zona do Vale do Tejo e Oeste, entre 2008 e 2011, mostra que globalmente houve uma melhoria na qualidade do ar na região, uma vez que o número de dias com índice “bom” aumentou e o número de dias com índice “médio” diminuiu.

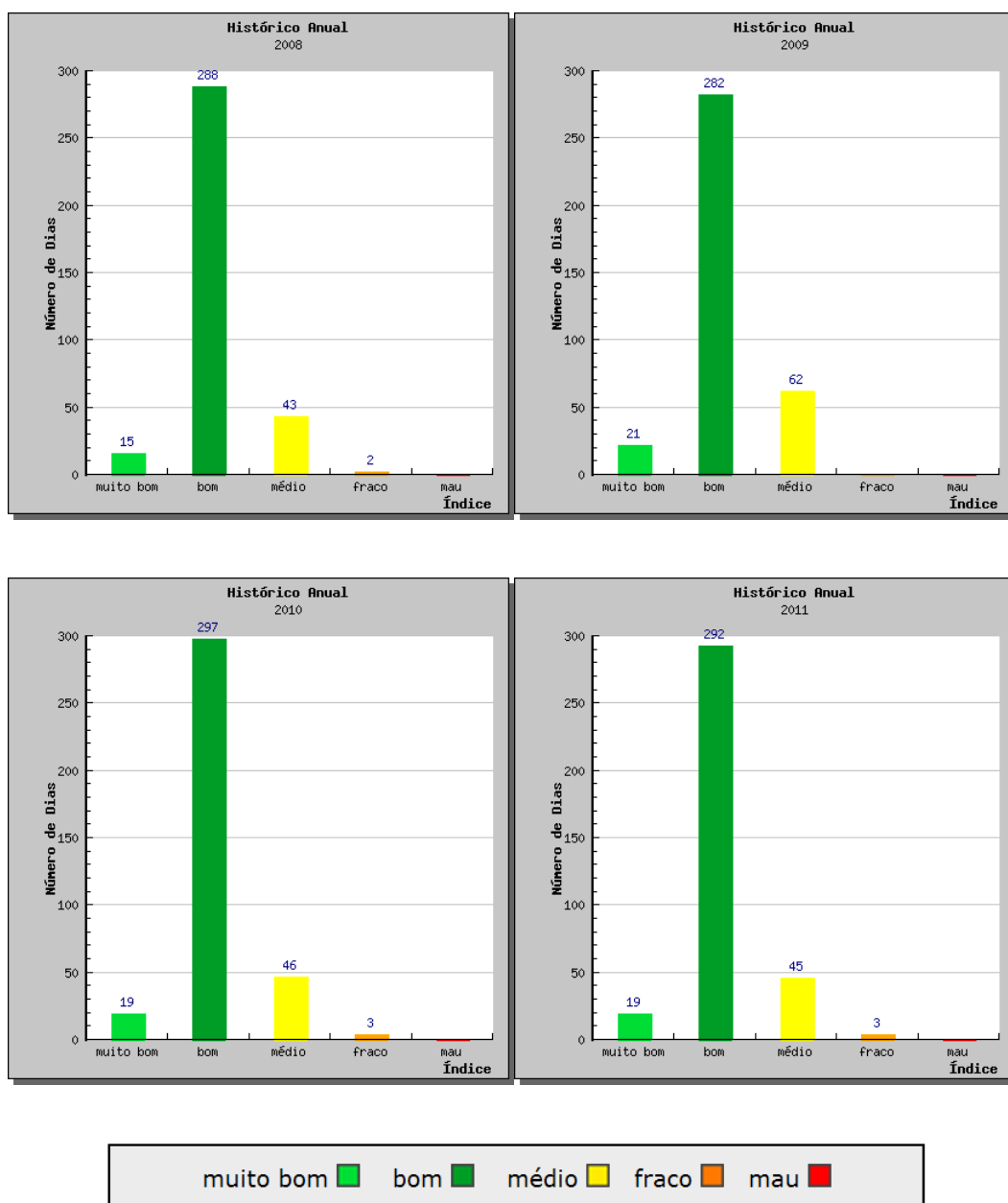


Figura 38 - Índices de qualidade do ar registado na zona do Vale do Tejo e Oeste, nos anos de 2010 e 2011.

A estação de medição de qualidade do ar que mede a qualidade do ar da região do Vale do Tejo e Oeste mais próxima de Ferreira do Zêzere é a estação da Chamusca na freguesia da Chamusca (concelho da Chamusca), caracteriza-se por ser do tipo Rural Regional de Fundo.

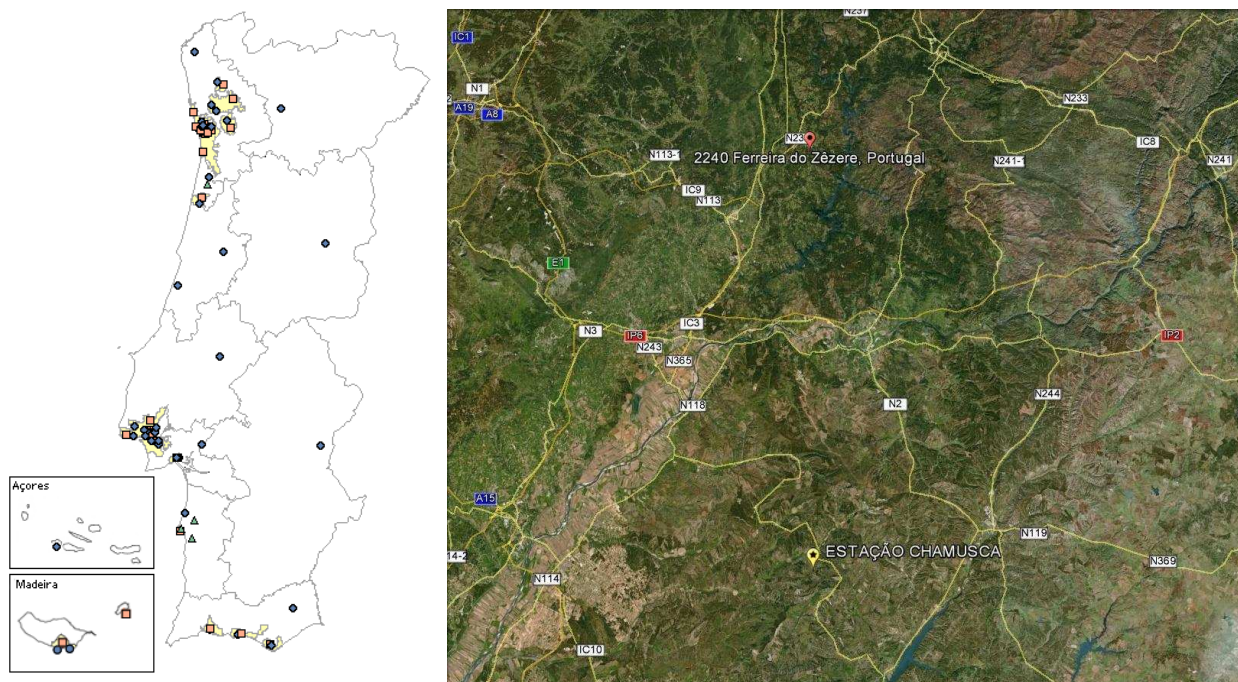


Figura 39 - Índices de qualidade do ar registado na zona do Vale do Tejo e Oeste, nos anos de 2010 e 2011

Quadro 69 - Principais fontes e efeitos na saúde humana e no ambiente dos poluentes atmosféricos abrangidos pelo DL n.º 102/2010.

Poluente	Características	Fontes emissoras	Efeitos na saúde humana e no ambiente
CO (monóxido de carbono)	Incolor e inodoro.	Tráfego. Indústrias.	Reduz a capacidade de transporte de oxigénio até aos tecidos vitais pelo sangue, afetando os sistemas cardiovasculares e nervoso. Em concentrações extremas pode provocar a morte por envenenamento. Em concentrações mais baixas pode ser gravoso para indivíduos com problemas cardiovasculares e reduz o desempenho desportivo. Concentrações elevadas podem causar sintomas como dores de cabeça, tonturas e fadiga.
NO ₂ (dióxido de azoto)	Castanho claro.	Tráfego. Indústrias (resulta da queima de combustíveis a temperaturas mais ou menos elevadas).	Concentrações elevadas podem provocar problemas do foro respiratório, principalmente em crianças, tais como asma ou tosse convulsa. É um poluente acidificante, que pode contribuir para a formação de chuvas ácidas, as quais acidificam os meios naturais e atacam quimicamente algumas estruturas (por exemplo, os metais) e os tecidos vegetais.
SO ₂ (dióxido de enxofre)	Incolor e inodoro em baixas concentrações. Cheiro intenso em concentrações elevadas	Indústrias (indústria química, pasta de papel, refinarias e caldeiras que utilizem combustível com alto teor de enxofre, como por exemplo, o fuelóleo).	Os seus efeitos encontram-se associados a doenças respiratórias (bronquite crónica ou asma) e cardiovasculares. É um dos gases que contribui para as chuvas ácidas, que têm como consequência a acidificação dos meios naturais ou a corrosão de materiais metálicos.
PM10 (partículas)	As de origem mineral apresentam-se na forma sólida. As de origem orgânica resultam de condensação.	Tráfego. Indústrias. Obras de construção civil. Atividades agrícolas.	As partículas microscópicas podem afetar a atividade respiratória, em especial da população de risco, como as crianças e idosos, bem como daqueles que sofrem de doenças cardiovasculares e pulmonares. O nível de risco depende do tamanho das partículas e da sua toxicidade. As partículas em suspensão também afetam o coberto vegetal e reduzem a visibilidade.

Poluente	Características	Fontes emissoras	Efeitos na saúde humana e no ambiente
O ₃ (ozono)	Incolor e poderoso oxidante.	Ao nível do solo resulta de reações químicas entre óxidos de azoto e os compostos orgânicos voláteis na presença de luz solar e de temperaturas elevadas.	A oxidação do ozono troposférico provoca irritações do trato respiratório, causando dificuldades respiratórias, inflamações brônquicas ou tosse. Estes efeitos fazem sentir-se especialmente em grupos sensíveis, como as crianças, idosos, doentes cardiovasculares e do foro respiratório. O ozono é o principal constituinte do <i>smog</i> fotoquímico (mistura de nevoeiro e poluição). A exposição a níveis baixos deste poluente pode reduzir as funções pulmonares, originando dores no peito, tosse, náuseas e congestão pulmonar. A destruição das produções agrícolas e das árvores são outra das suas consequências.
C ₆ H ₆ (benzeno)	Incolor e altamente inflamável. Evapora-se rapidamente.	Tráfego. Indústrias.	Quando inalados os vapores causam tonturas, dores de cabeça e até inconsciência, afeta principalmente o fígado, a placenta e a medula óssea. Provoca doenças como a leucemia, cancro da pele e do pulmão.

No quadro seguinte, apresenta os valores médios dos parâmetros chave para avaliação da qualidade do ar registados na estação da Chamusca.

Quadro 70 - Valores médios anuais dos parâmetros de qualidade do ar, registados na estação da Chamusca, em 2010 e 2011.

Parâmetro	Símbolo	Unidades	Valor limite	Média Anual 2010	Média Anual 2011
Dióxido de Azoto	NO ₂	µg/m ³	40	6,9	6,4
Ozono (Base Octo-horaria)	O ₃	µg/m ³	120	74,9	72,0
Dióxido de Enxofre	SO ₂	µg/m ³	125	1,4	1,4
Partículas < 10 µm	PM10	µg/m ³	50	16,5	17,1
Partículas < 2.5 µm	PM2.5	µg/m ³	25	9,1	9,4

Fonte: www.qualar.org

Quadro 71 - Número de excedências para os parâmetros de qualidade do ar, na estação da Chamusca, nos anos de 2010 e 2011.

Designação	Valor Ref. (µg/m ³)	N.º de Excedências Permitidas (dias)	N.º de Excedências	
			2010	2011
Ozono - Limiar de Alerta à população	240	-	0	0
Ozono - Limiar de Informação à população	180	-	14	4
Ozono - Base Octo-horaria (proteção da Saúde Humana)	120	25	56	38
Dióxido de Enxofre - Alerta	500	-	0	0

Designação	Valor Ref. ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	N.º de Excedências Permitidas (dias)	N.º de Excedências	
			2010	2011
Dióxido de Enxofre - base diária (proteção da Saúde Humana)	125	3	0	0
Dióxido de Azoto - Alerta	400	-	0	0
Dióxido de Azoto - Base horária (proteção da Saúde Humana)	200	18	0	0
Partículas <10 μm	50	35	3	3

Fonte: www.qualar.org

Comparando as medições com os valores legislados, conclui-se que existe uma boa qualidade do ar ambiente, na zona do vale do Tejo e Oeste, à exceção do ozono (base Octo-horária) que registou um número de excedências superiores as excedências permitidas (38 excedências) em 2011.

A legislação que regulamenta o ozono no ar ambiente (Decreto-Lei n.º 320/2003 de 20 de Dezembro), define como limiar de informação “o nível acima do qual uma exposição de curta duração acarreta riscos para a saúde humana de grupos particularmente sensíveis da população e a partir do qual é necessária a divulgação de informação horária atualizada” e como limiar de alerta “o nível de poluentes na atmosfera acima do qual uma exposição de curta duração apresenta riscos para a saúde humana e a partir do qual devem ser adotadas medidas imediatas. O limiar de informação ao público é $180 \mu\text{g}/\text{m}^3$, e o limiar de alerta $240 \mu\text{g}/\text{m}^3$, mas para aplicação de medidas conforme o artigo 7º do referido diploma, as excedências ao limiar de alerta de ozono devem ser medidas ou previstas durante três horas consecutivas.

A Diretiva 2001/81/CE, do Parlamento e do Conselho Europeus, de 23 de outubro estabelece para Portugal a obrigação de desenvolver um programa nacional para a redução das emissões dos poluentes dióxido de enxofre (SO_2), óxidos de azoto (NO_x), compostos orgânicos voláteis não metânicos (COVNM) e amónia (NH_3), com o objetivo de atingir, o mais tardar no ano 2010, os tetos de emissão nacional que lhe foram atribuídos por negociação e estudos (técnicos e económicos) baseados no modelo RAINS (“Regional Air Pollution Information and Simulation”), a saber: 160 ktoneladas de SO_2 ; 250 ktoneladas de NO_x ; 180 ktoneladas de COVNM e 90 ktoneladas de NH_3 .

As emissões de SO_2 e NO_x continuam a ser, sobretudo, devidas ao setor da energia. As emissões de COVNM continuam a ser, maioritariamente, da responsabilidade do setor da indústria e construção. A agricultura continua a ser o grande responsável pelas emissões de NH_3 .

Estes poluentes considerados pela Diretiva são responsáveis por uma gama de impactos negativos, tais como: impactes na saúde humana; impactes nos ecossistemas (devido à sua contribuição para a acidificação, a concentração de ozono troposférico e a eutrofização); impactes em materiais e construções (devido à sua contribuição para a acidificação e a concentração de ozono troposférico).

Os principais focos de poluição atmosférica no concelho de Ferreira do Zêzere são o tráfego rodoviário e o funcionamento das unidades industriais, as mesmas fontes são identificadas na área do PUFZ.

Quadro 72 - Emissões de Poluentes para o Concelho de Ferreira do Zêzere e Portugal em 2005-2009.

Ano	Emissões (ton/Km2)	SO _x	NO _x	NH ₃	COVNM
2009	Ferreira do Zêzere	0,289	1,274	1,152	7,753
	Portugal	2,296	5,206	0,691	8,236
2008	Ferreira do Zêzere	0,259	1,329	1,143	7,550
	Portugal	3,413	5,415	0,831	8,853
2007	Ferreira do Zêzere	0,286	0,932	1,673	3,240
	Portugal	5,627	5,407	1,022	10,769
2005	Ferreira do Zêzere	0,326	1,225	1,740	3,600
	Portugal	5,866	6,198	1,174	11,205

Fonte: APA

Refletindo sobre os dados da tabela anterior, verifica-se que no concelho de Ferreira do Zêzere as emissões de poluentes têm diminuído, a exceção do NO_x e do COVNM. O tipo de indústria que predomina no Concelho e a forma como se distribui pelo mesmo determina o tipo e quantidade de emissões de poluentes.

Somente o NH₃ é o único poluente cujas emissões são superiores à média nacional, tal deve-se à importância que os setores da pecuária e agricultura têm no município.

5.5.2.1 Análise SWOT

O quadro seguinte apresenta uma análise SWOT do FCD Qualidade Ambiental, onde se identificam as Forças e Oportunidades, assim como as Fraquezas e as Ameaças, pretendendo-se efetuar um diagnóstico de referência, sem considerar a implementação do Plano.

Quadro 73 - Análise SWOT no âmbito do FCD - Qualidade Ambiental

Forças (S)	Fraquezas (W)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Boa rede de ecopontos. ▪ Presença na área do plano de solos evoluídos. ▪ Qualidade da água superficial Boa ▪ Total cobertura da rede de abastecimento de água ▪ Boa qualidade da água para consumo humano ▪ Boa qualidade do ar ▪ Quer a ETAR de Outeiros, quer a ETA de Rio Fundeiro tem bastante capacidade de tratamento e de abastecimento disponível. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Baixa taxa de recolha seletiva de resíduos sólidos ▪ Má qualidade da água subterrânea ▪ Rede de drenagem e tratamento de águas residuais não cobre toda a área do Plano. ▪ Identificam-se linhas de água que “desapareceram” na sequência das operações urbanísticas. ▪ A taxa de cobertura da rede de saneamento municipal situa-se na ordem dos 21%. ▪ 44% dos alojamentos encontra-se ligados a sistemas particular de drenagem de águas residuais. ▪ Elevado consumo de água por habitante superior à média nacional. ▪ Elevadas perdas de água do sistema de abastecimento. ▪ Alguma falta de eficiência da ETAR de Outeiros relativamente ao parâmetro CBO5. ▪ As condicionantes dos arruamentos existentes em termos de perfis transversais geram congestionamento de tráfego resultando impactes negativos a nível ao ambiente sonoro e da qualidade do ar.
Oportunidades (O)	Ameaças (T)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento/melhoria dos sistemas de drenagem e tratamento de água residuais. ▪ Necessidade legal de atingir parâmetros de qualidade estabelecidas no PEAASAR II e PNUEA. ▪ Aumento da recolha seletiva de resíduos sólidos (urbanos, industriais, etc.) ▪ Opção de valorização energética, valorização orgânica para os resíduos recolhidos ▪ Consciencialização da população para a preservação da qualidade ambiental como uma forma de melhoria da qualidade de vida das mesmas ▪ Avaliação das redes de abastecimento de água de modo a avaliar a eficiência do sistema de abastecimento de água (perdas de água; ausência de quebras de distribuição, etc.) ▪ Zonamento acústico das áreas mais vulneráveis à poluição sonora e adoção de medidas para minimizar os impactes provocados por atividades ruidosas. ▪ Aproveitamento de águas pluviais e reutilização de água residual. ▪ Agenda 21 local. ▪ Ruído: resolução das zonas de conflito. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Potencial evolução dos níveis de consumo como força motriz para o aumento da produção de resíduos. ▪ Impermeabilização do solo devido ao uso urbano. ▪ Perda da fertilidade e capacidade do solo. ▪ Presença de fontes de poluição do solo e dos recursos hídricos. ▪ Potencial degradação da qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos devido à deficiente cobertura e manutenção de algumas infraestruturas de saneamento. ▪ Elevada vulnerabilidade à contaminação de aquíferos presentes no concelho. ▪ Contaminação difusa dos recursos hídricos pela atividade agricultura. ▪ Crescimento do transporte individual é um sério obstáculo à redução dos níveis de ruído e à melhoria da qualidade do ar. ▪ Perdas de água nos sistemas de captação e distribuição de água. ▪ Resistência da população à adesão aos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais face à existência de alternativas (fossas). ▪ Redireccionamentos dos fundos comunitários para outro tipo de projetos que não contemplem as infraestruturas; ▪ Conjuntura económica desfavorável a investimentos.

5.5.2 Tendências de evolução sem Plano

RESÍDUOS

A tendência de evolução ao nível da gestão dos resíduos sólidos urbanos será no sentido do aumento da recolha seletiva e da sua valorização.

SOLO

A tendência de evolução ao nível do solo na área do PUFZ tenderá a ser a manutenção do uso atual.

RECURSOS HÍDRICOS

A tendência de evolução a nível dos recursos hídricos é de melhoria da situação atual, por aumento de cobertura da rede de drenagem e tratamento das águas residuais e pela implementação do Plano de Gestão de Bacia Hidrográfica do rio Tejo e diminuição do foco de poluição das linhas de água procedente das fossas públicas.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A tendência de evolução será a manutenção do cenário atual com o aumento do consumo de água por habitante.

DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

A tendência de evolução será o da melhoria do cenário atual através da concretização das infraestruturas planeadas.

RUÍDO

Em termos dos níveis de ruído registados na área do PUFZ, a tendência esperada é de manutenção, ou mesmo aumento, das situações de conflito que ocorrem atualmente, devido à tendência de aumento da população, originando maior circulação automóvel na ex EN 348 e também ao aumento dos congestionamentos de tráfego existentes, contribuindo para o aumento dos níveis sonoros.

Uma vez que atualmente, os limites legais para os dois indicadores são ultrapassados, na ausência do plano, o município deverá promover a elaboração de um Plano Municipal de Redução de Ruído para o local.

AR

A tendência de evolução em relação à qualidade do ar é a de manutenção dos bons níveis atualmente registados.

5.6. Alterações Climáticas e Riscos Naturais

5.6.1. Descrição do FCD e seus objetivos

No âmbito do presente Fator Crítico de Decisão pretende-se avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível dos incêndios, da sismicidade, das alterações climáticas e eficiência energética.

No domínio do FCD Alterações Climáticas e Riscos Naturais e Tecnológicos identificaram-se, no quadro seguinte, os critérios de avaliação, objetivos de sustentabilidade e indicadores, que auxiliam o nível de pormenorização da análise que se pretende efetuar.

Quadro 74 - Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Alterações Climáticas e Riscos Naturais.

FCD	Domínios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Alterações Climáticas e Riscos Naturais	Energia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da Eficiência Energética. ▪ Utilização Racional de Energia. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Variação do consumo de energia elétrica por habitante ▪ Variação do consumo de energia elétrica por tipo de consumo ▪ Número de edifícios concelhios com certificação energética. ▪ Medidas para promover a eficiência energética dos edifícios públicos.
	Alterações Climáticas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reduzir as emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Quantidade de GEE. ▪ Proporção de utilização do automóvel nas deslocações .
	Incêndios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diminuir o número de ocorrência de incêndios florestais e em edifícios. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Área ardida. ▪ Número de ocorrências de incêndios. ▪ Identificação das áreas com risco de incêndio elevado e muito elevado.
	Sismo	<ul style="list-style-type: none"> • Prevenir as consequências provocadas por um sismo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Intensidade sísmica do concelho. • . Medidas para assegurar a segurança de pessoas e bens

5.6.2. Situação existente e análise tendencial

ENERGIA

A energia está na base do funcionamento de qualquer sociedade atual, sendo por isso um fator de extrema importância na economia mundial. No entanto, este indicador está associado a diversos tipos de impactos ambientais, nomeadamente a emissões de poluentes para a atmosfera. Apesar dos esforços que se têm verificado para diminuir a dependência das fontes de energia não renováveis, o seu consumo continua em constante crescimento.

Analisando a evolução do consumo energético por habitante, no concelho de Ferreira do Zêzere, verifica-se que de 2006 para 2010 se registou um aumento dos consumos por habitante em 11,5%.

Quadro 75 - Evolução do consumo de energia elétrica por habitante (KWh/hab), entre 2006 e 2010.

Área geográfica	2006	2007	2008	2009	2010
Continente	4 654,0	4 752,4	4 692,1	4 646,8	4 825,4
Centro	5 220,8	5 343,6	5 281,3	5 223,1	5 453,5
Médio Tejo	4 930,1	4842,7	4917,5	4820,1	4782,8
Ferreira do Zêzere	3 952,2	4095,2	4057	4185,5	4407,4

Fonte: INE e DGEG.

Em 2010 consumo energético por habitante de 4407,4 kWh/hab. valor inferior ao valor médio da sub-região do Médio Tejo (4782,8,7 kWh/hab.), da região centro e de Portugal continental.

No que diz respeito ao consumo de eletricidade, o doméstico e o industrial, são de longe o tipo de consumo mais preponderante no consumo total (cerca de 56% em 2010). O consumo da agricultura, da indústria e dos edifícios do estado apresentam uma tendência de aumento, os restantes tipos de consumo apresentam uma tendência de diminuição.

Quadro 76 - Consumo de energia elétrica total e por tipo de consumos (KWh) entre 2001 e 2010

Ano	Total	Doméstico		Não doméstico		Indústria		Agricultura		Iluminação das vias públicas		Iluminação interior de edifícios do Estado		Outros	
2010	39530223	12185488	30,8%	5983292	15,1	10072173	25,5	7950462	20,1	1864723	4,7	1474085	3,7	0	0
2009	38029130	11822288	31,1%	6171393	16,2	9037838	23,8	7305017	19,2	2235870	5,9	1456724	3,8	0	0
2008	37113812	11213000	30,2	9151624	24,7	8858679	23,9	4429145	11,9	2109342	5,7	1352022	3,6	0	0
2007	37681847	11648491	30,9	9662410	25,6	8494032	22,5	4666769	12,4	2025940	5,4	1184205	3,1	0	0
2006	36552336	11647503	31,9	9257880	25,3	7875551	21,5	4474661	12,2	2034391	5,6	1262350	3,5	0	0
2005	34917005	11076592	31,7	8807350	25,2	7871811	22,5	4214278	12,1	1671822	4,8	1275152	3,7	0	0
2004	33751987	10863602	32,2	8198620	24,3	7811565	23,1	4079657	12,1	1650287	4,9	1148256	3,4	0	0
2003	31117242	9119881	29,3	7903129	25,4	7594272	24,4	3619080	11,6	1769062	5,7	1111818	3,6	0	0
2002	30715454	9539108	31,1	7603821	24,8	7687388	25,0	3222437	10,5	1640308	5,3	1022392	3,3	0	0
2001	29215508	9073677	31,1	7566135	25,9	7166800	24,5	2966027	10,2	1477747	5,1	965122	3,3	0	0

Fonte: INE

Com a publicação da legislação relativa à Certificação Energética de Edifícios, nomeadamente o Regulamento das Características de Comportamento Térmico em Edifícios (RCCTE) e Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização de Edifícios (RSECE), que impõem requisitos em projetos de novos edifícios e de grandes remodelações de forma a salvaguardar as condições de conforto térmico sem necessidades excessivas de energia, assim as intervenções no parque habitacional vão no sentido de promover a eficiência energética dos edifícios e a redução das emissões de GEE.

Segundo dados do site da casa certificada, consultado em 10 de maio de 2013, até ao final de 2010 foram emitidos 276 certificados energéticos, destes 132 foram classificados de igual ou superior a B-, correspondendo a 47,8% dos edifícios certificados.



Figura 40 - Total de certificados emitidos por classe energética.

Fonte: site casa certificada, 10 maio 2013.

No seguimento de uma política de redução de consumos energéticos, o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE 2008-2015) define uma série de medidas que passam: pela aplicação de sistemas de eficiência energética nos transportes, em termos de eficiência do desempenho dos veículos e na mobilidade urbana; pela eficiência energética nos edifícios residenciais e de serviços, na iluminação pública e na indústria; pela criação de incentivos à microprodução de energias renováveis por particulares, entidades públicas e privadas; e pela realização de campanhas de informação e sensibilização sobre a temática.

Segundo dados da DGEG, a iluminação pública de edifícios do Estado em Ferreira do Zêzere tem um peso de 3,7% no consumo energético, tendo aumentado entre 2001 e 2010 em cerca de 12%.

Com a finalidade de melhorar eficiência energética e reduzir custos com iluminação pública, o município tem vindo a implementar várias medidas de eficiência energética, de acordo com auditorias externas realizadas pela EDP e Comunidade Urbana do Médio Tejo.

Atrasar os relógios de ligação da iluminação pública cerca de vinte minutos, desligar a iluminação pública no intervalo entre a uma hora e as duas e meia e entre as três e meia e as cinco da manhã horas, aplicar redutores de fluxo onde for possível, reduzir para 50% a iluminação da Vila e desligar a iluminação pública no nó de Ferreira do Zêzere e no nó de Igreja Nova do Sobral, são algumas das ações já em prática pela autarquia.

As ações tem sido desenvolvidas, não só na iluminação pública, mas também ao nível dos equipamentos e edifícios da responsabilidade da Autarquia. Nesta ótica, e com o objetivo de reduzir o valor da faturação energética mensal, foram já instaladas baterias de condensadores (que reduzem a energia reativa) no Centro Escolar de Areias e na Piscina Municipal de Ferreira do Zêzere

Comportamentos básicos do dia-a-dia poderão fazer a diferença para ajudar na poupança de energia, e por esse motivo, é pedido uma consciencialização da população para este tema.

De referir que no âmbito do programa operacional “Mais-Centro” foram aprovados 3 projetos de Melhoria da Eficiência energética em edifícios da Santa Casa da Misericórdia de Ferreira do Zêzere: o Polo I Lar de S. Miguel, o Polo I Creche e o Polo II.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Em termos sectoriais, as emissões em Portugal de GEE em 2009 provinham grande parte do setor energético (73%), essencialmente da produção e transformação de energia (26,7%) e dos transportes (25,7%), conforme o gráfico seguinte.

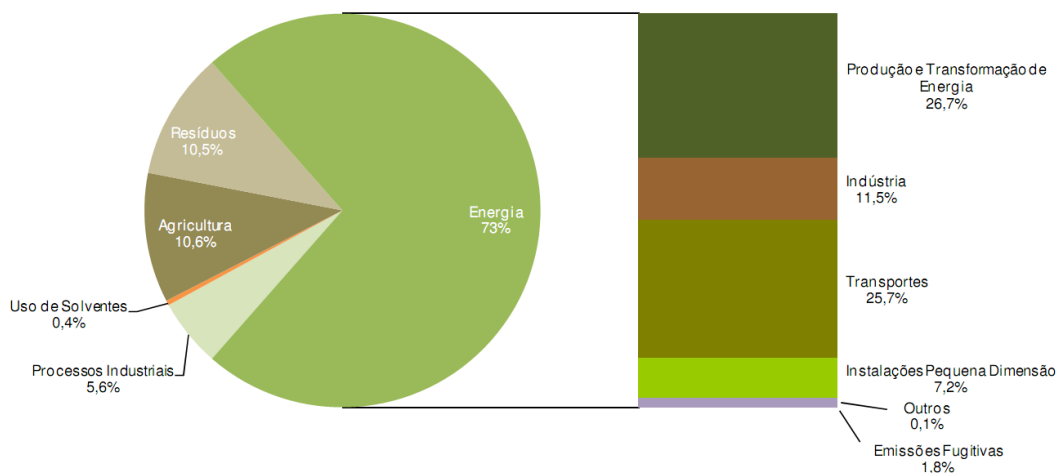


Figura 41 - Emissões sectoriais de GEE em 2009 por setor de atividade (Fonte APA,2011).

Segundo os dados de alocação espacial de emissões disponibilizados pela APA, as emissões totais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) por Km², são apresentados na tabela seguinte.

Quadro 77 - Emissões totais de GEE em t/km2.

Ferreira do Zêzere	2005	2007	2008	2009
CH4	5,347	5,259	5,576	5,274
CO2	198,862	187,0	243,0	218,0
N2O	0,231	0,221	0,129	0,127
CO ₂ equivalente	382,7	366,0	400,35	368,1

Fonte: APA

O concelho de Ferreira do Zêzere emitiu 218 t.km² de dióxido de carbono, 5,274 t.km² de metano e 0,127 t.km² de óxido de azoto em 2009, ao que corresponde 368,1 t.km² de CO₂ equivalente.

Em 2009, a média nacional de emissão de CO₂, CH₄ e N₂O, situou-se em 1183,1 t.km², 11,859 t.km² e 0,259 t.km² respetivamente, assim, correspondendo a 1512,43 t.km² de CO₂ equivalente.

O setor do transporte rodoviário com 100,3 t.km² de CO₂ equivalente e o setor da pecuária com 84,8 t.km² de CO₂ equivalente são responsáveis por 50% das emissões de GEE no concelho de Ferreira do Zêzere.

O concelho de Ferreira do Zêzere contribuindo de uma forma pouco significativa nas emissões de gases de efeito de estufa.

Uma vez que o setor dos transportes rodoviário é o que apresenta maior emissão de CO², é de relevante importância analisar a proporção de utilização do automóvel nas deslocações. Para além do aumento significativo entre 1991 e 2011 em todas as unidades territoriais consideradas, verifica-se que a freguesia de Águas Belas é a unidade com maior utilização do automóvel, onde mais de 73% das deslocações da população residente é feita de automóvel. A freguesia de Ferreira do Zêzere apresenta uma utilização do automóvel inferior à média do município e da Região Centro e Médio Tejo

Quadro 78 - Proporção de utilização do automóvel nas deslocações em Ferreira do Zêzere e respetivas unidades territoriais.

Unidades territoriais	1991	2001	2011
Portugal Continental	20,55	49,27	61,61
Região Centro	22,88	56,27	69,41
Médio Tejo	24,6	57,33	68,86
Ferreira do Zêzere - Concelho	18,47	57,55	65,2
Águas Belas	18,43	64,37	72,73
Areias	18,74	54,65	63,93
Beco	12,42	61,01	63,83
Chãos	16,32	64,88	65,91
Dornes	18,89	55,13	62,65
Ferreira do Zêzere	24,4	53,89	64,07
Igreja Nova do Sobral	19,86	58,3	68,91
Paio Mendes	10,62	59,17	62,41
Pias	13,95	55,12	59,62

Fonte: INE, Censos 1991,2001 e 2011

INCÊNDIOS

O Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) assume-se como uma ferramenta de concretização das disposições emanadas no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, assim como, das orientações do PROF. O PMDFCI de Ferreira do Zêzere data de 2008 e tem um prazo de vigência de 5 anos.

Embora abranja a totalidade do território municipal, não tem aplicação direta às áreas urbanas. Ainda assim, analisaram-se os mapas de perigosidade e de risco, na área de intervenção do PUFZ, constatando-se que:

- Relativamente à perigosidade, esta é muito baixa na maioria da área e média em determinadas zonas que ainda não estão edificadas;

Porém, no território envolvente, e em particular a sul, a perigosidade já é média ou elevada, associada a risco alto ou muito alto, o que requer alguns cuidados acrescidos nas zonas limítrofes do perímetro, e em particular onde os pontos de contacto são com espaços florestais ou matos.

- Relativamente ao risco é, na generalidade muito baixo, ou baixo e, pontualmente, médio.

O Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal, resulta da combinação da probabilidade com a suscetibilidade, apresentando o potencial de um território para a ocorrência do fenómeno. Permite responder à questão “onde tenho maior potencial para que o fenómeno ocorra e adquira maior magnitude?”. Este mapa é particularmente indicado para ações de prevenção.

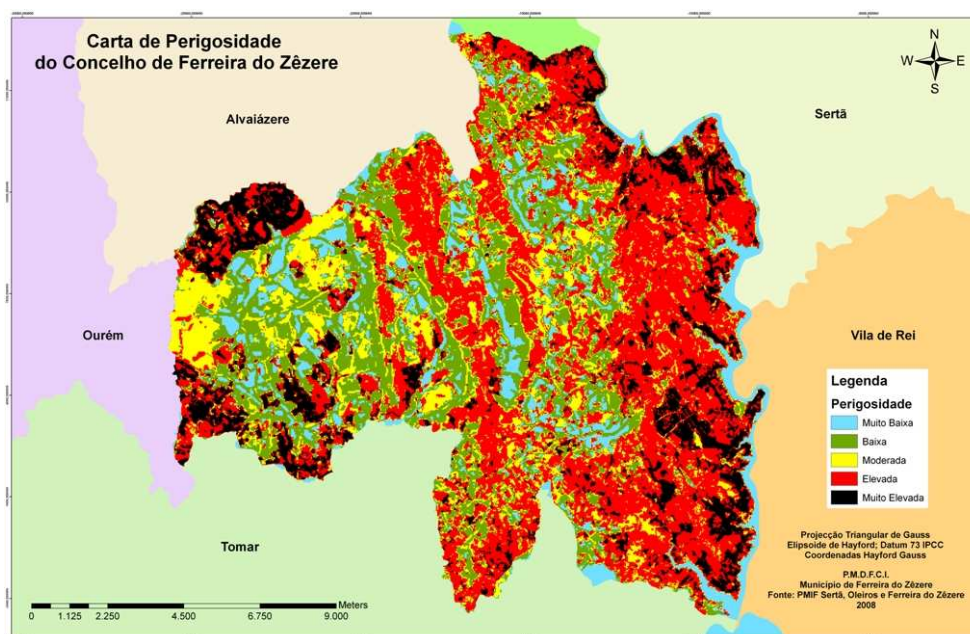


Figura 42 - Mapa de Perigosidade de Incêndio.

Fonte: PMDFCI do Concelho de Ferreira do Zêzere, 2008

O Mapa de Risco de Incêndio Florestal, resulta da combinação das componentes do mapa de perigosidade com as componentes do dano potencial (vulnerabilidade e valor) para indicar qual o potencial de perda em face do fenómeno. Quando o fenómeno passa de uma hipótese a uma realidade, o mapa de risco informa acerca do potencial de perda de cada lugar cartografado, respondendo à questão “onde tenho condições para perder mais?”. Este mapa é particularmente indicado para ações de prevenção quando lido em conjunto com o mapa de perigosidade, e para planeamento de ações de supressão.

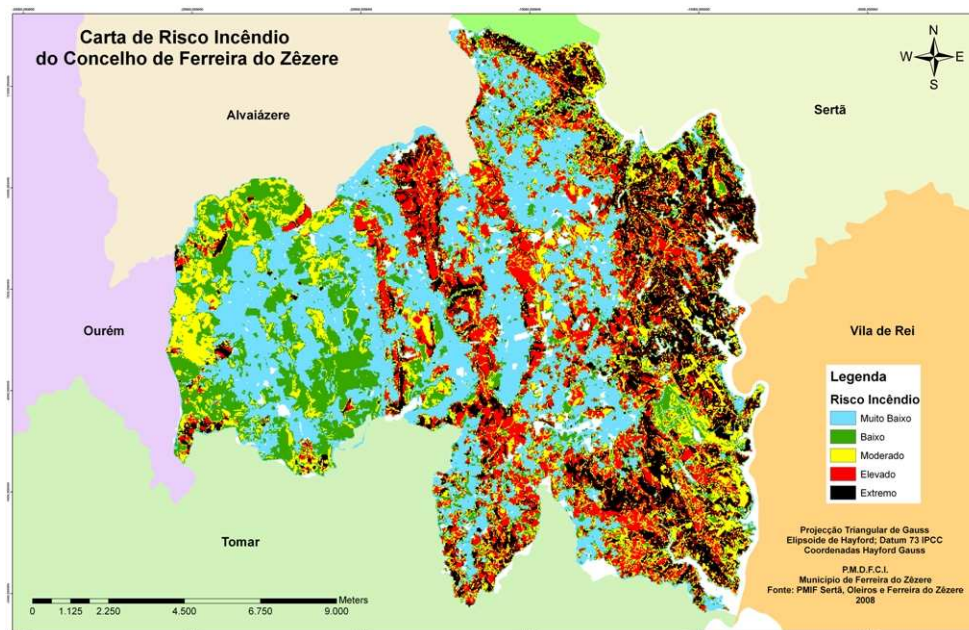


Figura 43 - Mapa de Risco de Incêndio.

Fonte: PMDFCI do Concelho de Ferreira do Zêzere, 2008

Ao nível do risco de incêndios urbanos, e numa perspetiva de mitigação, deve ter-se em consideração aspetos como a época e materiais de construção bem como o tempo de resposta a uma primeira intervenção. De salientar, o facto deste tipo de incêndios ter, normalmente, origem em fatores humanos como, por exemplo, descuidos com material inflamável e falta de manutenção de equipamentos e material técnico. Na área do PUFZ, as edificações antigas tem vindo a ser substituídas e as novas construções /alterações deve dar cumprimento aos requisitos técnicos constantes na legislação em vigor sobre a segurança contra incêndios em edifícios.

Salienta-se que as instalações dos Bombeiros Voluntários de Ferreira do Zêzere se localizam no interior da área do PUFZ.

A área florestal do concelho de Ferreira do Zêzere ocupa, incluindo as áreas de matos e incultos, cerca de 69,92%, correspondendo a 13318,94ha. Na freguesia de Ferreira do Zêzere a área florestal ocupa 76,73% (2881,16ha) (PMDFCI, 2008).

O número de ocorrências no concelho de Ferreira do Zêzere, no período 2001 a 2010, foram em média de 28,8, porém, nos anos de 2003 e 2005 o número de ocorrência foram 40 e 60, respetivamente, valores estes acima da média (quadro 79). De uma forma geral, a área ardida acompanhou o aumento das

ocorrências, o valor médio da área ardida entre 2001 e 2010 foi de 393,1,1ha. Os anos de 2001 e 2005 foram os anos em que ardeu mais área no concelho de Ferreira do Zêzere.

Quadro 79 - Número de ocorrências entre 2001-2010.

Freguesias	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Média
Águas Belas	6	2	8	4	14	4	1	4	3	1	4,7
Areias	1		0	5	10	1	5	2	5	1	3,3
Beco	0	7	8	9	8	5	10	1	0		5,3
Chãos	1	4	0	6	0	0	1	2	0	1	1,5
Dornes	1	1	3	1	5	3	1	3	1	7	2,6
Ferreira do Zêzere	19	6	11	3	9	7	3	1	4	5	6,8
Igreja Nova do Sobral	6	2	2	3	4	1	1	1	1	1	2,2
Paio Mendes	1	2	3	1	2	6	1		1	1	2,0
Pias	0	1	2	4	1	3		1		1	1,6
Concelho Total	36	15	40	29	60	33	17	23	18	17	28,8

Fonte: AFN 2012

Quadro 80 - Área ardida (ha) entre 2001-2010.

Freguesias	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Média
Águas Belas	998,136	0,625	2,0215	2,1532	73,2236	2,405	0,0025	1,4505	0,135	0,032	108,0
Areias	0,015	0	0	7,63	4,231	0,03	2,2225	3,08	3,875	0,2445	2,1
Beco	0,18	0	1,895	1,8151	0,3289	0,3532	0,474	1,2046	0,03	0	0,6
Chãos	0,0005	4,31	0	615,537	0	0	0,02	1,506	0	0,0005	62,1
Dornes	0,05	0,03	272,06	0,0001	18,0512	420,22	0,04	1,21	0,02	495,1802	120,7
Ferreira do Zêzere	13,801	2,565	203,1687	0,0906	37,6002	61,2615	0,056	0,001	2,0165	0,3839	32,1
Igreja Nova do Sobral	0,0951	0,1	0,86	6,2	651,1731	0,05	8	0,002	0,12	0,06	66,7
Paio Mendes	0,1	0,06	0,81	0,06	0,0325	1,037	0,05		0,07	0,12	0,3
Pias		0,002	2,51	2,102	0,0001	0,3205		0,1		0,06	0,7
Concelho Total	1.012,38	3,38	487,64	20,05	1.400,18	485,68	10,85	7,07	7,77	496,08	393,1

Fonte: AFN 2012

Nas Freguesias de Ferreira do Zêzere e de Águas Belas abrangidas pelo PUFZ, a média da área ardida é de 32,1 e 108,0 respetivamente.

SISMO

De acordo com a Carta Neotectónica de Portugal, embora a área do PUFZ não seja atravessada por nenhuma falha, localiza-se numa zona envolvida por falhas, destacando-se uma falha provável localizada a poente, que se desenvolve no sentido geral de Norte-Sul, com um “tipo de movimento desconhecido”. Para nascente, há registo de falha provável de inclinação desconhecida com componente de movimento vertical. Para nordeste e sudoeste é de assinalar a presença de lineamentos geológicos podendo corresponder a falhas ativas.

A área do PUFZ, bem como todo o concelho de Ferreira do Zêzere, apresenta uma vulnerabilidade considerável ao risco sísmico não só devido à presença das falhas, mas também porque se situa numa zona com alguma intensidade sísmica.

Efetivamente, ao consultar-se o Atlas do Ambiente de Portugal, verifica-se que, em termos de intensidade instrumental, de acordo com a Escala de Mercalli, a zona do Plano se situa numa zona de intensidade VI, designada de bastante forte, e em termos de sismicidade histórica numa zona de intensidade VIII.

Na situação de sismo de intensidade VI é sentido por todos., muitos assustam-se e correm para a rua, as pessoas sentem falta de segurança, os pratos, as loiças, os vidros das janelas, os copos partem-se, objetos ornamentais e livros caem das prateleiras, os quadros caem das paredes, as mobílias movem-se ou tombam, os estuques fracos e alvenarias de qualidade inferior (tipo D) fendem., pequenos sinos tocam (igrejas e escolas), as árvores e arbustos são visivelmente agitadas e ouve-se o respetivo ruído.

Em qualquer dos casos, apesar de não ser das zonas de maior sismicidade a nível nacional (como outras zonas da região de Lisboa e Vale do Tejo ou o Algarve) é uma zona de elevada sismicidade.

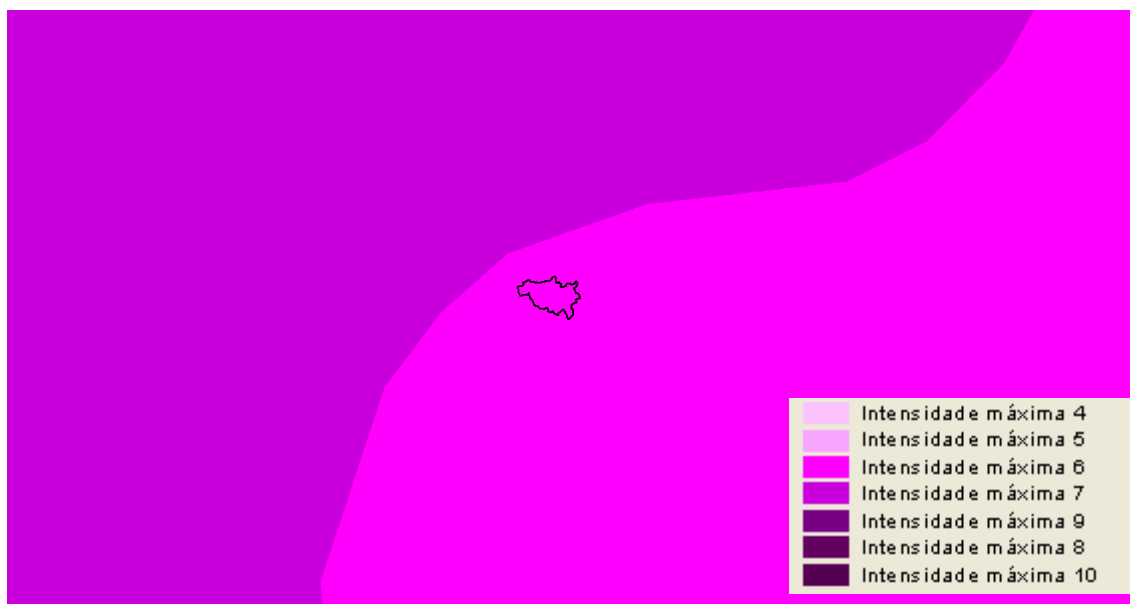


Figura 44 - Enquadramento na Carta da Intensidade Sísmica - Zonas de intensidade máxima (escala internacional) 1901-1972.

Fonte: adaptado do Atlas do Ambiente Digital – IA, 2011

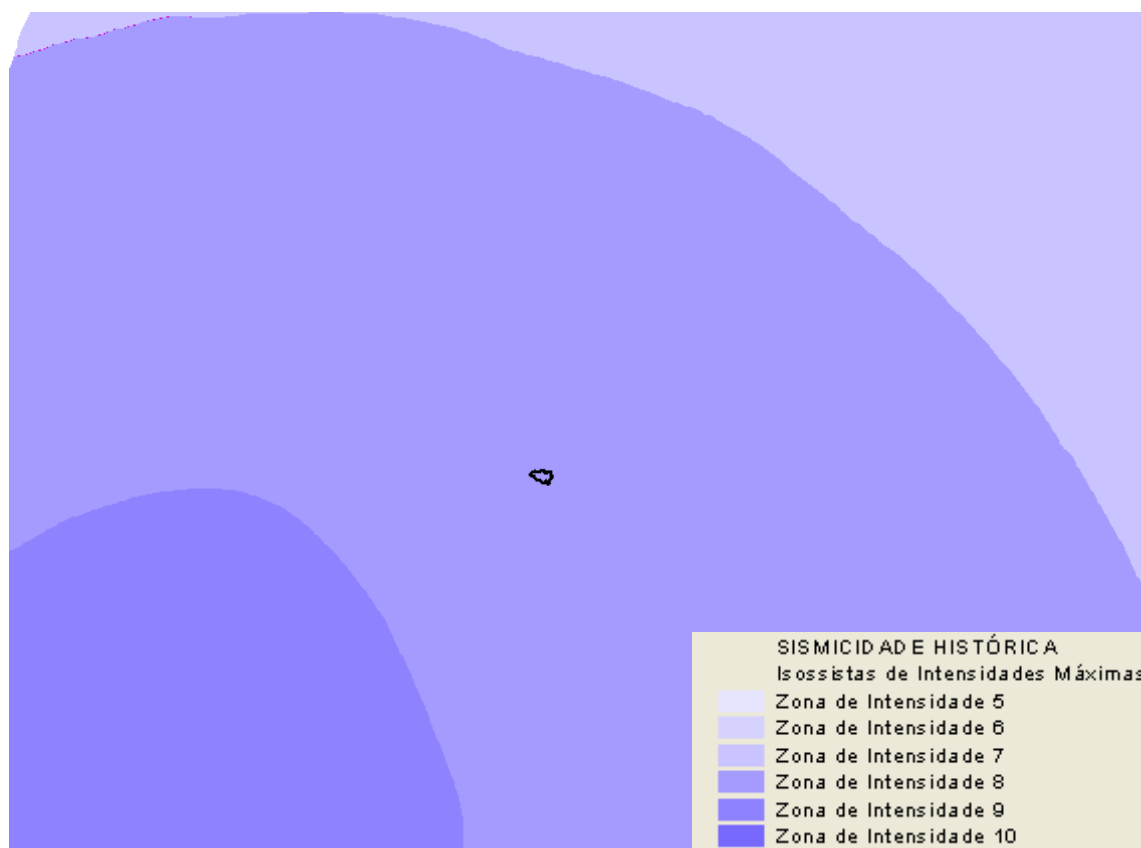


Figura 45 - Enquadramento na Carta de Sismicidade Histórica e atual - isossistas de intensidades máximas (1755-1996)

Fonte: adaptado do Atlas do Ambiente Digital – IA, 2011

Segundo o Regulamento de Segurança e Acções para Estruturas de Edifícios e Pontes (RSAEEP), Decreto-Lei n.º 235/83, de 31 de Maio, que apresenta um zonamento do país em 4 zonas (A a D) por ordem decrescente de intensidade sísmica, o concelho da Ferreira do Zêzere insere-se na zona sísmica B, com coeficiente de sismicidade (α) de 0,7, indicando um risco sísmico médio a elevado.

Perspetivando a segurança de pessoas e bens, o plano deverá reforçar a necessidade dos projetos terem que cumprir as duas normativas mais divulgadas em Portugal – o Regulamento de Segurança e Acções para Estruturas de Edifícios e Pontes (RSAEEP) e o Eurocódigo 8 (EN1998 adaptado para Portugal pela Norma Portuguesa NP EN1998).

5.6.2.1 Análise SWOT

O quadro seguinte apresenta uma análise SWOT do FCD Alterações climáticas e Riscos Naturais, onde se identificam as Forças e Oportunidades, assim como as Fraquezas e as Ameaças, pretendendo-se efetuar um diagnóstico de referência, sem considerar a implementação do Plano.

Quadro 81 - Análise SWOT no âmbito do FCD: Alterações Climáticas e Riscos Naturais.

Forças (S)	Fraquezas (W)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Consumo de energia elétrica por habitante inferior às outras unidades territoriais. ▪ Emissão de GEE menor que a média nacional. ▪ Elevado potencial do concelho como sumidouro de carbono ▪ Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil. ▪ Plano Municipal de defesa da Floresta contra incêndios. ▪ Implementação de medidas para a eficiência energética dos edifícios e iluminação pública. ▪ Diversos edifícios antigos foram demolidos dando lugar a novas construções e a área antiga da Vila de pequenas dimensões. ▪ A perigosidade na área do PUFZ é muito baixa na maioria da área. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento do consumo de energia elétrica no setor industrial, doméstico e agrícola. ▪ Apesar da área do plano ser bem servida por rede de transporte públicos apresenta uma elevada proporção de utilização do transporte individual. ▪ Território concelho vulnerável à ocorrência de incêndios nomeadamente pela presença de eucalipto.
Oportunidades (O)	Ameaças (T)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação do PNAEE 2008-2015. ▪ Aumento da consciência dos cidadãos para as questões ambientais, nomeadamente a necessidade de promover a eficiência energética. ▪ Aumento da eficiência energética do meio edificado e no setor industrial ▪ Políticas de redução da dependência energética do exterior e de combate às alterações climáticas, com base em energias renováveis. ▪ Diminuição da resiliência do território aos incêndios florestais com a implementação das ações propostas no PMDFCI. ▪ Promoção dos espaços verdes na área do PUFZ. ▪ Incremento dos equipamentos e infraestruturas disponíveis no concelho para combate de incêndios. ▪ Melhoria de acessos e reforçar, ao nível regulamentar da cumprimento aos requisitos técnicos constantes na legislação em vigor sobre a segurança contra incêndios em edifícios. ▪ Cumprimento do Regulamento de Segurança e Ações para Estruturas de Edifícios e Pontes (RSAEEP) e o Eurocódigo 8 (EN1998 adaptado para Portugal pela Norma Portuguesa NP EN1998). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Crescimento do transporte individual é um sério obstáculo à redução das emissões de GEE. ▪ Risco de sismo ▪ Risco de incêndios florestais e urbanos ▪ Inexistência de infraestruturas que promovam o uso de formas alternativas de mobilidade, nomeadamente uma rede de ciclovias e percursos pedonais. ▪ Risco de não implementação de medidas de prevenção e mitigação dos riscos existentes.

5.6.2.2 Tendências de evolução sem Plano

ENERGIA

Os indicadores levantados no âmbito deste domínio demonstram uma tendência crescente do consumo energético, nomeadamente ao nível da Indústria, setor doméstico e agricultura, o que potencia os riscos económicos e ambientais associados à dependência de combustíveis fósseis com consequente afastamento dos objetivos de sustentabilidade descritos no Quadro de Referência Estratégico.

No que respeita ao critério energia pode afirmar-se a manutenção da situação atual na ausência da implementação do plano.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

No que respeita as alterações climáticas pode afirmar-se a manutenção da situação atual na ausência do plano.

INCÊNDIOS

É previsível uma evolução positiva rumo às metas de sustentabilidade, pela aplicação no território municipal das medidas previstas na legislação atualmente em vigor, no domínio das florestas, nomeadamente, no que respeita ao Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo e o Plano Municipal de Defesa contra Incêndios, bem como à aplicação dos requisitos técnicos constantes na legislação em vigor sobre a segurança contra incêndios em edifícios. No entanto, sem Plano essas medidas permanecem sectoriais.

SISMO

No que respeita ao risco de sismo pode afirmar-se a manutenção da situação atual na ausência do plano.

6. Avaliação Ambiental

A avaliação ambiental do PUFZ centra-se nas questões relacionadas com os efeitos significativos sobre o ambiente, resultantes da concretização das propostas do Plano. Neste ponto apresenta-se a avaliação estratégica dos impactes decorrentes das propostas do Plano ao nível dos fatores críticos para a decisão e critérios considerados para a presente AAE, tendo como base os objetivos de sustentabilidade de cada critério, produzindo um retrato dos potenciais impactes positivos e negativos, isto é, dos principais riscos e oportunidades para a sustentabilidade

Salienta-se que risco não significa consequência negativa, mas antes que o prosseguir uma dada opção estratégica pode determinar riscos que necessitam ser evitados ou acautelados. Ou seja, uma determinada estratégia pode ser excelente do ponto de vista de um domínio, mas apresentar apenas riscos, ou oportunidades e riscos, num segundo domínio.

Foi adotada a seguinte métrica para a classificação dos riscos e oportunidades:

- (0) Sem relação
- (-,-) Risco
- (+,++) Oportunidade

De realçar que quando a Avaliação Ambiental Estratégica foi iniciada, em fase de concertação com as entidades que se pronunciaram desfavorável ou condicionadamente à proposta de plano, já tinham sido tomadas as principais decisões referentes ao Plano, não tendo sido possível proceder-se à avaliação ambiental de alternativas.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO PLANO			
A - Racionalizar e programar o crescimento urbano e requalificar a estrutura funcional			
FCD	Critérios	Oportunidades/Efeitos positivos	Riscos/Efeitos negativos
Biodiversidade e Conservação da Natureza	Conservação da Natureza e da Biodiversidade	Promove e assegura a implementação de outras funções urbanas para além da habitacional, como seja áreas de utilização coletiva, nomeadamente espaços verdes, que contribuem para a conservação da natureza e biodiversidade. (++)	
Ordenamento e Qualificação do Território	Uso e Ocupação do Solo	<p>A proposta de plano distingue os espaços urbanizados das áreas cuja urbanização é possível programar. Nas áreas a programar promovem-se as continuidades com o solo já urbanizado, bem como a hierarquização estratégica das intervenções. (++)</p> <p>Promoção de um desenvolvimento urbano mais compacto e policêntrico e de um desenvolvimento integrado dos territórios de baixa densidade. (++)</p> <p>O solo urbanizável corresponde a 24,2% da área do PUFZ, mas apenas 13,3% correspondem a espaços residenciais propostos e 10,9% correspondem a espaços verdes propostos. (+)</p> <p>O PUFZ prevê também tipologias de urbanização diversificadas que permite responder a uma maior variedade de procura de habitação. Esta opção permite aumentar a oferta imobiliária e consequente a fixação de população na vila e atrair novos residentes. (+)</p> <p>Efeito positivo decorrentes das intervenções de reabilitação e reocupação do parque edificado existente, o que resulta na racionalização do uso e ocupação do solo. (++)</p>	
	Coessão Territorial	O plano promove e assegura a implantação de outras funções para além da habitacional, como seja as áreas para utilização coletiva, possibilitando a dotação de equipamentos importantes necessários à Vila e a região, promovendo a coessão territorial. (++)	
	Qualificação urbana	<p>A proposta promove a consolidação da área urbana e a recuperação do edificado existente. (++)</p> <p>Promoção da capitação de espaços verdes. (++)</p>	
	Mobilidade e Acessibilidades	O desenho urbano possibilita o uso da bicicleta e a deslocação a pé através da implantação de acessibilidades suaves com pendentes pouco acentuadas, o que pode resultar no incentivo no uso de meios de transporte suaves. (++)	Não é definida qualquer ciclovia ou percurso pedonal na área do Plano. (-)
Desenvolvimento Económico e Social	Desenvolvimento Humano	A melhoria do espaço urbano e ambiental do plano contribuirá para a fixação da população e para a fixação de recursos humanos qualificados. (+)	

Desenvolvimento Económico e Social	Competitividade e Desenvolvimento local	A melhoria do espaço urbano e ambiental do plano contribuirá para o aumento da atratividade empresarial e turística. (++)	
	Dinâmica turística	Contribuem de uma maneira geral para melhorar a vivência e fruição urbana e, desse modo, para aumentar a atratividade turística da área do plano e do município. (++)	
Património Paisagem	Património Arquitetónico e Arqueológico	O plano prevê a reabilitação e recuperação do parque edificado existente com particular preocupação no centro da vila de Ferreira do Zêzere, evitando operações sem critério que pode por em causa a preservação e valorização dos valores culturais existentes. (++) Os valores culturais identificados no plano são salvaguardados através do regulamento artigo 37,38 e 39 e pela planta de condicionantes. (++)	
	Paisagem	O plano apresenta uma área de espaços verdes superior à área de espaço verde do perímetro urbano anterior, estas são áreas importantes na integração urbana, na qualidade ambiental e no enquadramento paisagístico.(++) Diminuição das áreas artificializadas e a volumetria dos edifícios, favorecendo a qualidade da paisagem na área de intervenção através da definição de parâmetros urbanísticos de menor densidade. (++)	
Qualidade Ambiental	Resíduos	A estruturação e requalificação da área urbana passará pela dotação das respetivas infraestruturas de recolha de resíduos. (++) Aumento da recolha seletiva de resíduos. (++)	Aumento da produção de resíduos na área do plano. (-)
	Solo	A proposta reclassifica os espaços de alta densidade (H3) para categorias de espaço menos impermeabilizantes do solo. (+) A conversão de solo com uso florestal para solo urbano tem como consequência o aumento da impermeabilização do solo. No entanto, a ocupação do solo prevista no PUFZ será realizada por núcleos intercalada por espaços verdes (17,9 % da área do plano), com baixos índices de construção, constituindo assim uma moderação na impermeabilização do solo. (+) Reclassificação do solo urbano como rural, de áreas que não revelam qualquer apetência como áreas urbanas. (+)	O aumento da área de solo urbano, contudo os índices de impermeabilização definidos são menores e a área de espaços verdes é maior do que no perímetro urbano em vigor. (-) Desanexação de área de RAN é quantitativamente pouco expressiva relativamente à área de RAN concelhia (-)
	Recursos Hídricos	A estruturação e requalificação da área urbana passará pela dotação das respetivas infraestruturas, diminuindo os focos de poluição atualmente associados aos sistemas individuais de saneamento de águas residuais. (++) A definição de espaços verdes de proteção preconizada a manutenção, valorização e recuperação das linhas de água e respetivas galerias rípicolas. (++)	O aumento da área impermeabilizada resulta na redução da infiltração, levando ao incremento do escoamento superficial da água das chuvas e à diminuição da recarga subterrânea. No entanto, não se prevê que o sistema aquífero presente na área seja afetado, tendo em consideração o índice de impermeabilização previsto na área do Plano e a vulnerabilidade do mesmo. (-)

Qualidade Ambiental	Abastecimento de água	A estruturação e requalificação da área urbana levará a implementação da rede de abastecimento de água contribuindo para a manutenção da boa taxa de cobertura e da qualidade da água para consumo humano(+)	PU prevê um aumento da população na área, o que irá provocar um aumento do consumo de água, contudo o sistema de abastecimento tem capacidade de fornecimento. (-)
	Drenagem e tratamento de águas residuais	A estruturação e requalificação da área urbana levarão a implementação da rede de drenagem e tratamento de águas residuais de contribuindo para o aumento dos níveis de serviço e promovendo a melhoria do ambiente urbano. (++)	PU prevê um aumento da população na área, o que irá provocar uma aumento do da produção de efluentes residuais, contudo a ETAR de Outeiro tem capacidade de tratamento.(-)
	Ruído	O plano prevê medidas de controlo dos níveis de ruído através do zonamento acústico. (++). Identificação de zonas de conflito e respetiva regulamentação permite a salvaguarda da população aos níveis excessivos de ruído. (++) Promoção de um espaço urbano mais compacto permite menor necessidades de deslocações automóveis, com redução das emissões de ruído. (+)	O crescimento urbano e a requalificação da estrutura funcional ocasionar um acréscimo do tráfego com consequências ao nível da emissão de ruído. (-) A definição de um espaço residencial proposto de baixa densidade e de um espaço verde proposto de recreio e lazer (este classificado como zona sensível) na proximidade do espaço de atividades económicas poderá originar exposição a níveis sonoros excessivos se não se cumprir o Regulamento Geral do ruído. (-)
	Ar	A continuidade e requalificação do espaço urbano encontra-se associada aos espaços verdes existente e a criar, os quais contribuem para a melhoria da qualidade do ar. (++)	O crescimento urbano e a requalificação da estrutura funcional ocasionar um acréscimo do tráfego com consequências ao nível das emissões de poluentes. (-)
Alterações Climáticas e Riscos Naturais	Energia	Promoção da eficiência energética é potenciada indiretamente através da aplicação da legislação relativa à Certificação Energética de Edifícios, nomeadamente o Regulamento das Características de Comportamento Térmico em Edifícios (RCCTE) e Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização de Edifícios (RSECE). (+) A definição de um espaço urbano concentrado e coeso diminui consumos energéticos associados por exemplo à iluminação do espaço. (+) A reabilitação urbana contribuir para atenuar o consumo energético. (++)	Aumento do consumo de energia destinada ao setor doméstico. (-). Ausência de orientações para a incorporação de medidas de eficiência energética em novas construções e outras intervenções urbanas (-)
	Alterações Climáticas	Redução dos consumos de energia fóssil através do controlo da dispersão urbana e da resolução dos problemas de mobilidade existentes na atualidade no plano. (+)	
	Incêndios	A proposta de nucleação do perímetro urbano, o adequado dimensionamento da rede de abastecimento de água e a melhoria dos acessos viários, a utilização na edificação de materiais resistentes à propagação do fogo, além do cumprimento dos requisitos técnicos aplicáveis em matéria de segurança contra incêndios, contribui, não só, para a melhoria da eficácia no combate a incêndios urbanos, mas também a incêndios florestais. (++) Nos espaços urbanizáveis contíguos a zonas exteriores à área do plano classificadas como de perigosidade alta, a implantação de novas edificações ficarem obrigadas a assegurar uma distância (20m) que possa ser considerada como faixa onde se efetue a gestão de combustível. (++) Nos espaços verdes existentes equipados e propostos de recreio e lazer contíguos ao perímetro urbano na zona norte da Vila são definidas medidas de prevenção do risco de incêndio. (++)	

Alterações Climáticas e Riscos Naturais	Sismo	São definidas medidas com vista a assegurar-se a segurança de pessoas e bens relativamente à ocorrência de sismos. (++)	
---	-------	---	--

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO PLANO

B - Definir uma estrutura verde adequada às necessidades da população e que contribua para uma integração harmoniosa nos espaços naturais envolventes:

FCD	CrITÉRIOS	Oportunidades/Efeitos positivos	Riscos/Efeitos negativos
Biodiversidade e Conservação da Natureza	Conservação da Natureza e Biodiversidade	<p>O plano aponta para definição e implementação da Estrutura Ecológica local, fundamental para a salvaguarda da biodiversidade e sustentabilidade ecológica. (++)</p> <p>Utilização nos espaços verdes espécies autóctones e adaptadas às condições edafoclimáticas locais (++)</p> <p>O solo urbano do PUFZ apresenta 28,6% (44,8ha) da sua área afeta à estrutura ecológica. (++)</p>	
Ordenamento e Qualificação do Território	Uso e Ocupação do Solo	Permite melhorar significativamente a qualidade do espaço urbano, tornando-o mais atrativo. (++)	
	Coesão Territorial	Melhoria da dotação de espaços verdes de recreio e lazer e melhoria dos espaços verdes equipados correspondendo a espaços de reunião e estadia da população. (++)	
	Qualificação urbana	Melhoria significativa da captação de espaços verdes e por consequência da qualidade urbana. (++)	
	Mobilidade e Acessibilidades	Favorece ainda a implementação de modos de locomoção não motorizada (pedonal e bicicleta), permitindo uma mobilidade sustentável. (+)	
Desenvolvimento Económico e Social	Desenvolvimento Humano	Efeitos significativos sobre a população, na medida em que o aumento da atratividade da vila conduz à fixação e atração da população e ao desenvolvimento de atividades económicas que visam satisfazer as necessidades dessa população resultando na criação de postos de trabalho e na atração de recursos humanos qualificados. (+)	
	Competitividade e Desenvolvimento local	Esta ação contribuirá para a maior atratividade de Ferreira do Zêzere potenciando o desenvolvimento económico local e a instalação de novas atividades de comércio e serviços. (+)	
	Dinâmica turística	Um espaço urbano qualificado com áreas de recreio e lazer e espaços verdes equipados e com a reabilitação dos espaços verdes existente contribuirão para a maior atratividade turística de Ferreira do Zêzere.	

Património Paisagem	Património Arquitetónico e Arqueológico	Alguns dos valores culturais estão enquadrados na estrutura ecológica como é o caso da quinta rural promovendo a sua salvaguarda e valorização. (+)	
	Paisagem	O plano aponta para uma definição de estrutura ecológica que integre, não só, os elementos biofisicamente mais interessantes existentes, as linhas de água, algumas áreas agrícolas em zonas férteis, mas também, assegurar a sua continuidade no tecido urbano através da criação de novos espaços verdes e valorização dos espaços verdes existentes contribuindo para a valorização, proteção e requalificação da paisagem da área do plano. (++)	
Qualidade Ambiental	Resíduos	Os espaços verdes de recreio e lazer e a requalificação do parque de merendas deverão ser dotados de infraestruturas para a recolha seletiva de resíduos, sendo um local ideal para a sensibilização da população. (++)	Aumento da produção de resíduos verdes, contudo estes poderão ser objeto de valorização orgânica pela Resitejo (-)
	Solo	A definição de uma estrutura verde de estrutura ecológica contribuirá para controlar a impermeabilização do solo e para a preservação do mesmo. (++)	
	Recursos Hídricos	O plano faz a identificadas as linhas de água com importância para o equilíbrio hídrico da zona, no sentido de salvaguardar as que estão em bom estado e recuperar as restantes. Todas foram integradas em zonas verdes e em estrutura ecológica, para as quais o regulamento estabelece medidas adequadas. (++) Utilização nos espaços verdes espécies de autóctones adaptadas ao contexto edafo-climático minimizando o consumo de água, preservando os recursos hídricos. (+)	Nem todas as linhas de água estão em categorias de espaço verdes ou pertencentes à estrutura ecológica. (-)
	Abastecimento de água	Utilização nos espaços verdes espécies de autóctones adaptadas ao contexto edafo-climático minimizando o consumo de água. (+)	Aumento do consumo de água para rega. (-)
	Drenagem e tratamento de águas residuais	0	0
	Ruído	A estrutura verde que poderá servir para atenuar a propagação do ruído. (+)	
	Ar	A estrutura verde contribuirá significativamente para a conservação e melhoria da qualidade do ar. (++)	
Alterações Climáticas e Riscos Naturais	Energia	Promoção da eficiência energética é potenciada indiretamente através da aplicação da legislação relativa à Certificação Energética de Edifícios, nomeadamente o Regulamento das Características de Comportamento Térmico em Edifícios (RCCTE) e Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização de Edifícios (RSECE). (+)	Ausência de orientações para a incorporação de medidas de eficiência energética no projeto do parque urbano e da requalificação do parque de merendas, nomeadamente ao nível da iluminação pública (-)
	Alterações Climáticas	A estrutura verde contribuirá significativamente para diminuição dos GEE (sumidouros de carbono). (++)	

Alterações Climáticas e Riscos Naturais	Alterações Climáticas	Favorece ainda a implementação de modos de locomoção não motorizada (pedonal e bicicleta), permitindo uma mobilidade sustentável e a redução de GEE. (+)	
	Incêndios	Os espaços verdes existentes equipados e os espaços verdes propostos de recreio e lazer contíguos ao perímetro urbano na zona norte da Vila, são considerados como os de maior suscetibilidade a incêndios, definindo o plano condicionalismo para estas áreas. (++)	
	Sismo	0	0

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO PLANO

C - Prever zonas destinadas a novas unidades de equipamento de acordo com a importância e o papel da Vila a nível concelhio e sub-regional:

FCD	Critérios	Oportunidades/Efeitos positivos	Riscos/Efeitos negativos
Biodiversidade e Conservação da Natureza	Conservação da Natureza e da Biodiversidade	0	0
Ordenamento e Qualificação do Território	Uso e Ocupação do Solo	A definição a este nível para a área do plano da afetação de áreas de reserva para ampliação de alguns equipamentos, da localização de determinados equipamentos previstos, da afetação de outras áreas de reserva para equipamentos nas áreas urbanizáveis para garantir a sua salvaguarda e a estruturação do espaço, contribuindo para a organização estrutura e funcional do plano e para a dotação da área de equipamentos necessários à Vila e a região envolvente. (++)	
	Coesão Territorial	Os equipamentos propostos contribuem para o reforço da centralidade da Vila de ferreira do Zêzere permitindo uma melhor equidade de acesso aos bens e serviços por parte da população. (++)	
	Qualificação urbana	A proposta de equipamentos prevê a satisfação da população da Vila e da região envolvente promovendo a qualificação urbana. (++)	
	Mobilidade e Acessibilidades	A estruturação viária que a disposição dos novos equipamentos possibilita melhores condições de mobilidade/acessibilidade. (++) Os equipamentos foram localizados de modo a evitar estrangulamentos e congestionamento de tráfego. (+)	

Desenvolvimento Económico e Social	Desenvolvimento Humano	Efeitos significativos sobre a população, na medida em que o aumento da atratividade da vila conduz à fixação e atração da população e ao desenvolvimento de atividades económicas que visam satisfazer as necessidades dessa população resultando na criação de postos de trabalho.(+)	
	Competitividade e Desenvolvimento local	Os equipamentos propostos (Centro de Acolhimento turístico do Zêzere, Parque de Feiras e Exposições e o Pavilhão Multiusos) contribuirão para o desenvolvimento das atividades económicas. (++)	
	Dinâmica turística	Os equipamentos propostos (Centro de Acolhimento turístico do Zêzere, Parque de Feiras e Exposições, o Campo de Futebol de 11 com pista de atletismo e o Pavilhão Multiusos) contribuirão para a maior atratividade turística de Ferreira do Zêzere e para o desenvolvimento de produtos turísticos estratégicos (touring cultural e paisagístico, gastronomia e vinho e turismo de natureza). (++)	
Património Paisagem	Património Arquitetónico e Arqueológico	A divulgação e informação à população e aos turistas no Centro de Acolhimento Turístico de Zêzere contribuirá para a valorização e proteção do património pois tornando a população mais sensibilizada para o efeito, além de potenciar o uso do património e iniciativas de reabilitação do mesmo. (+)	A construção de novos equipamentos poderá resultar em riscos sobre o património identificado e por identificar. No entanto, as disposições regulamentares do plano minimizam os potenciais efeitos que possam ocorrer. (-)
	Paisagem	Os equipamentos a instalar tem que ter em atenção as condições topográficas, morfológicas e ambientais que caracteriza a envolvente, contribuindo para proteger e valorizar a paisagem do plano. (++)	
Qualidade Ambiental	Resíduos	Os novos equipamentos, bem como os existentes deverão ser dotados de infraestruturas para a recolha seletiva de resíduos, sendo um local ideal para a sensibilização da população. (+)	
	Solo	Alguns equipamentos serão localizados em espaços exteriores incultos ou expetantes. (+)	Aumento da impermeabilização do solo. (-)
	Recursos Hídricos	0	A construção do novo cemitério na proximidade de uma linha de água pertencente ao domínio hídrico, poderá originar efeitos negativos sobre os recursos hídricos subterrâneos. (-)
	Abastecimento de água	0	0
	Drenagem e tratamento de águas residuais	0	0
	Ruído		Aumentos dos níveis de ruído resultantes do aumento do tráfego e das atividades humanas e económicas no local, originado pelos usos propostos. (-)
	Ar		Aumentos das emissões gasosas resultantes do aumento do tráfego. (-)

Alterações Climáticas e Riscos Naturais	Energia	Promoção da eficiência energética é potenciada indiretamente através da aplicação da legislação relativa à Certificação Energética de Edifícios, nomeadamente o Regulamento das Características de Comportamento Térmico em Edifícios (RCCTE) e Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização de Edifícios (RSECE). (+)	Ausência de orientações para projetar os novos equipamentos segundo critérios de eficiência energética e ambiental (-)
	Alterações Climáticas		Aumentos das emissões gasosas resultantes do aumento do tráfego. (-)
	Incêndios	0	0
	Sismo	0	0

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO PLANO

D - Incentivar a implementação do sector turístico:

FCD	Critérios	Oportunidades/Efeitos positivos	Riscos/Efeitos negativos
Biodiversidade e Conservação da Natureza	Conservação da Natureza e Biodiversidade	O aumento da competitividade dos setores agrícola e florestal devido ao incentivo do setor turístico contribuirá para a conservação da natureza. (+)	
Ordenamento e Qualificação do Território	Uso e Ocupação do Solo	Definição de categoria de espaço de uso turismo com parâmetros urbanísticos específicos para a sua ocupação. (++)	
	Coesão Territorial	O desenvolvimento do setor turístico é acompanhado pela dotação do território de um conjunto de equipamento de apoio e dinamização turística e de infraestruturas. (++)	
	Qualificação urbana	O incentivo do setor turístico vai originar processos de requalificação urbana, melhorando a qualidade urbana do plano. (++)	
	Mobilidade e Acessibilidades	0	0
Desenvolvimento Económico e Social	Desenvolvimento Humano	Efeitos positivos na fixação da população, na criação de novos postos de trabalho, o que irá permitir diminuir a taxa de desemprego e diminuir os movimentos pendulares de saída do concelho para trabalhar e aumentando a taxa de atividade. (++) A criação de uma linha de apoio e incentivo à formação nas áreas relacionadas com o turismo contribuirá para a qualificação, a fixação e atração da população	

Desenvolvimento Económico e Social	Competitividade e Desenvolvimento local	<p>Por um lado poderá contribuir para o crescimento do comércio tradicional, das lojas existentes, bem como para a divulgação, conservação e escoamento de produtos regionais. Considera-se assim que esta ação originará efeitos positivos sobre as pequenas atividades locais, nomeadamente o comércio tradicional, os produtos regionais e o artesanato. O aumento de turistas promove ainda o desenvolvimento de outras atividades, tais como a hotelaria e restauração, contribuindo para um crescimento generalizado da sócioeconomia da vila. (++)</p> <p>Dinamização do sector primário por promoção dos produtos endógenos. (+)</p>	
	Dinâmica turística	<p>Esta opção apresenta uma oportunidade para dinâmica turística do plano através do aproveitamento das potencialidades turísticas do mesmo destacando-se a gastronomia, o artesanato local e os valores culturais e definição de locais para implantação de unidades turísticas. (++)</p> <p>Espaços para turismo um com alvará de loteamento e outro com empreendimento turístico já aprovado(Quinta do Adro) e intervenções previstas na envolvente do edifício já efetuadas. (++)</p> <p>A construção do Parque de Feiras e Exposições e do Centro de Acolhimento Turístico do Zêzere, promoverão a vendas de Ferreira do Zêzere como local turístico e permitirá promover e dinamizar a oferta turística. (++)</p>	
Património Paisagem	Património Arquitetónico e Arqueológico	<p>Incentiva o aproveitamento dos imóveis existentes para uso turístico promovendo a sua conservação e preservação. (+)</p> <p>Promove o setor turístico e m torno do património e atividades culturais (++)</p>	
	Paisagem	0	0
Qualidade Ambiental	Resíduos	O incentivo ao setor turístico contribuirá para a melhoria da rede de recolha e tratamento de resíduos, pois qualquer investimento a se concretizar necessita de infraestruturas (+)	Aumento da produção de resíduos resultantes do aumento da atratividade turística concelhia. (-)
	Solo	Definição de categoria de espaço de uso turismo com parâmetros urbanísticos específicos para a sua ocupação permite moderar a impermeabilização do solo(+)	Aumento da impermeabilização do solo. (-)
	Recursos Hídricos	A aposta no turismo associado as condições naturais, à proximidade do Rio Zêzere e da Albufeira de Castelo de Bode, contribuirá para a proteção do recursos hídricos. (++)	
	Abastecimento de água	A aposta no turismo contribuirá para a rentabilizar e melhorar os serviços de abastecimento de água, visto um território ambientalmente saudável é sem dúvida um atrativo, e uma mais-valia em termos turísticos. (+)	Aumento do consumo de água. (-)

Qualidade Ambiental	Drenagem e tratamento de águas residuais	A aposta no turismo contribuirá para a melhoria da rede de drenagem e tratamento de águas residuais, visto um território ambientalmente saudável é sem dúvida um atrativo, e uma mais-valia em termos turísticos. (++)	Aumento da produção de águas residuais. (-)
	Ruído		Aumentos dos níveis de ruído resultantes do aumento do tráfego e das atividades humanas e económicas originadas pelo uso turístico. (-)
	Ar		Aumentos das emissões gasosas resultantes do aumento do tráfego e das atividades humanas e económicas originadas pelo uso turístico. (-)
Alterações Climáticas e Riscos Naturais	Energia	Promoção da eficiência energética é potenciada indiretamente através da aplicação da legislação relativa à Certificação Energética de Edifícios, nomeadamente o Regulamento das Características de Comportamento Térmico em Edifícios (RCCTE) e Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização de Edifícios (RSECE). (+)	Ausência de orientações para projetar os novos empreendimentos hoteleiros segundo critérios de eficiência energética e ambiental (-)
	Alterações Climáticas		Aumento das emissões GEE associado à produção de resíduos, águas residuais e consumo de energia elétrica a partir de fontes fósseis devido a maior atratividade económica concelhia. (--)
	Incêndios	0	0
	Sismo	0	0

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO PLANO

E - Preservar, recuperar e proteger o património cultural existente

FCD	Domínios	Oportunidades/Efeitos positivos	Riscos/Efeitos negativos
Biodiversidade e Conservação da Natureza	Conservação da Natureza e da Biodiversidade	Alguns dos imóveis e conjuntos de interesse estão associados a espaços e áreas verdes, e a sua valorização contribuirá para a conservação da natureza. (+)	0
Ordenamento e Qualificação do Território	Uso e Ocupação do Solo	0	0
	Coessão Territorial	0	0
	Qualificação urbana	Permite a valorização e proteção dos valores culturais do plano através da viabilização de obras para melhoria do seu estado de conservação, incentivando a qualidade urbana do plano. (++)	

Ordenamento e Qualificação do Território	Mobilidade e Acessibilidades	0	0
Desenvolvimento Económico e Social	Desenvolvimento Humano	A divulgação dos valores culturais e a valorização do património potencia a o aumento da atratividade da vila conduzindo à fixação e atração da população e ao desenvolvimento de atividades económicas que visam satisfazer as necessidades dessa população resultando na criação de postos de trabalho e na atração de recursos humanos qualificados. (+)	
	Competitividade e Desenvolvimento local	A divulgação dos valores culturais e a valorização do património contribuirá para o aumento da atratividade empresarial permitindo o usos e atividades de comércio, exposições, venda de artesanato e implementação de atividades de lazer e turismo. (++)	
	Dinâmica turística	Os valores culturais presente no plano apresenta condições que irão permitir um dinamismo turístico, quer seja por via da integração em programas culturais e recreativos, quer pelo seu uso para espaços de lazer, espetáculos e turismo. (++)	
Património Paisagem	Património Arquitetónico e Arqueológico	O plano faz uma identificação dos valores culturais presentes e as disposições regulamentares propostas reforçam a sua salvaguarda e recuperação contribuindo o para a <i>Preservação e valorização do Património</i> . (++)	Intervenções mal projetadas, o aumento do fluxo da população e dos usos dos imoveis poderão originar riscos para a sua conservação.
	Paisagem	A valorização dos imoveis e conjuntos de interesse do plano contribui para a melhoria paisagística do plano. (+)	
Qualidade Ambiental	Resíduos	0	0
	Solo	A salvaguarda e valorização do património, nomeadamente das quintas contribuem para a preservação do solo e da sua impermeabilização (+)	
	Recursos Hídricos	0	0
	Abastecimento de água	0	0
	Drenagem e tratamento de águas residuais	0	0
	Ruído		A melhoria do património poderá originar aumento nos fluxos de tráfego no acesso a estes valores culturais e por consequência dos níveis sonoros. (-)
	Ar	0	A melhoria do património poderá originar aumento nos fluxos de tráfego no acesso a estes valores culturais e por consequência das emissões gasosas. (-)

Alterações Climáticas e Riscos Naturais	Energia	0	0
	Alterações Climáticas	0	A melhoria do património poderá originar aumento nos fluxos de tráfego no acesso a estes valores culturais e por consequência das emissões de GEE. (-)
Alterações Climáticas e Riscos Naturais	Incêndios	0	0
	Sismo	0	0

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO PLANO

F – Reformular e hierarquizar a rede viária, como opção de qualificação e funcionalidade urbana

FCD	Critérios	Oportunidades/Efeitos positivos	Riscos/Efeitos negativos
Biodiversidade e Conservação da Natureza	Conservação da Natureza e da Biodiversidade		A construção de infra-estruturas rodoviárias apresenta riscos de fragmentação dos ecossistemas. (-)
Ordenamento e Qualificação do Território	Uso e Ocupação do Solo	A qualificação da rede viária contribuirá para uma melhor organização espacial do plano e um ordenamento mais equilibrado evitando congestionamento que poderão originar a degradação da qualidade ambiental da área do Plano (++)	
	Coesão Territorial	0	0
	Qualificação urbana	O reforço das acessibilidades traz vantagens para a população existente e para a que se venha a instalar na área do PU, ao nível da mobilidade e da acessibilidade, incentivando processos de requalificação urbana. (+)	
	Mobilidade e Acessibilidades	A construção da variante norte e a reformulação e hierarquização da rede viária resultam na diminuição do tráfego de passagem e na resolução de conflitos a mobilidade na área do Plano. (++) Os novos perfis da rede viária possibilita a implementação de meios de mobilidade sustentável (pedonais ou clicáveis) (++)	
Desenvolvimento Económico e Social	Desenvolvimento Humano	A melhoria das acessibilidades contribui para o desenvolvimento das atividades económicas existentes e que se venham a instalar no local, resultando na criação de postos de trabalho e na melhoria das condições de vida e na fixação e atração de recursos humanos qualificados. (++)	

Desenvolvimento Económico e Social	Competitividade e Desenvolvimento local	A melhoria das acessibilidades contribui para o desenvolvimento das atividades económicas existentes e que se venham a instalar no local, resultando em benefícios socioeconómicos.(++)	
	Dinâmica turística	Reforço da atratividade turística, em resultado do reforço das acessibilidades (++)	
Património Paisagem	Património Arquitetónico e Arqueológico	A diminuição do tráfego rodoviário no centro da Vila de Ferreira do Zêzere (conjunto com interesse), especialmente de veículos pesados, diminui consideravelmente a emissão de vibrações e poluentes atmosféricos que acabam por danificar o edificado, principalmente os edifícios mais antigos e sensíveis. (+)	
	Paisagem	O melhoramento do fluxo rodoviário, proporcionado pelas vias previstas, indiretamente, contribui para melhorar a qualidade do espaço e do ambiente urbano, o que se reflete na beneficiação da qualidade paisagística da vila. (+)	
Qualidade Ambiental	Resíduos	0	0
	Solo		Consumo e impermeabilização do solo para melhoria da rede viária existente e implantação da rede viária proposta. (-)
	Recursos Hídricos	O aumento da fluidez de tráfego diminui as situações de congestionamento e consequentemente as perdas de hidrocarbonetos, ou outros poluentes, associados ao aquecimento dos veículos em situações de "para-arranca". (+)	
	Abastecimento de água	0	0
	Drenagem e tratamento de águas residuais	0	0
	Ruído	Melhoria do ambiente sonoro por redução do tráfego de atravessamento devido à construção da circular Norte e resolução de problemas de congestionamento pela adoção dos novos perfis da rede viária. (++)	
	Ar	Melhoria da qualidade do ar por resolução de locais de congestionamento de tráfego e aumento da fluidez dos fluxos de atravessamento. (+)	A melhoria da rede viária e a construção de novas infraestruturas viárias poderão fomentar a utilização do transporte individual, agravando aumentando a emissão de gases poluentes. (-)
Alterações Climáticas e Riscos Naturais	Energia	0	0
	Alterações Climáticas	Redução do congestionamento e celeridade nas deslocações o que favorecerá a redução do tempo de consumo de combustíveis fósseis, reduzindo o tempo de emissão de GEE. (+)	
	Incêndios	A melhoria na rede viária facilitará o acesso dos meios de combate a incêndios. (+)	

Alterações Climáticas e Riscos Naturais	Sismo	0	0
---	-------	---	---

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO PLANO

G – Melhorar os níveis de cobertura por parte das principais infraestruturas urbanas necessárias para o seu adequado funcionamento

FCD	Critérios	Oportunidades/Efeitos positivos	Riscos/Efeitos negativos
Biodiversidade e Conservação da Natureza	Conservação da Natureza e da Biodiversidade	A melhoria dos níveis de cobertura das redes de infraestruturas urbanas, nomeadamente, da rede de saneamento, diminuirá os focos de poluição atualmente existentes preservando a natureza e a biodiversidade. (+)	
Ordenamento e Qualificação do Território	Uso e Ocupação do Solo	A melhoria das redes de infraestrutura e a definição das novas redes contribuirá para uma melhor organização espacial do plano e a um ordenamento mais equilibrado contribuindo para coesão e aglutinação do espaço diminuindo os custos de instalação e manutenção, das redes de infraestruturas urbanas. (++)	
	Coesão Territorial	Impactes muito positivos na coesão territorial, devido à melhoria e ao aumento da área de influência das infra-estruturas, aumentando o número de pessoas que serve em perfeitas condições e fomentando a qualidade de vida local. (++)	
	Qualificação urbana	Impactes muito positivos na qualificação urbana, visto à melhoria e ao aumento da área de influência das infra-estruturas, está associada a processos de requalificação urbana e fomentando a qualidade de vida local. (++)	
	Mobilidade e Acessibilidades	0	0
Desenvolvimento Económico e Social	Desenvolvimento Humano	Efeitos significativos sobre a população, na medida em que o aumento da atratividade da vila através da melhoria dos níveis de cobertura das infraestruturas urbanas , conduz à fixação e atração da população e ao desenvolvimento de atividades económicas que visam satisfazer as necessidades dessa população resultando na criação de postos de trabalho.(+)	
	Competitividade e Desenvolvimento local	A melhoria das infraestruturas urbanas necessárias ao funcionamento dos usos existentes e propostos no plano contribui para o desenvolvimento das atividades económicas existentes e que se venham a instalar no local, além de tornar o plano numa área mais atrativa, resultando em benefícios económicos. (++)	
	Dinâmica turística	Um espaço definidamente infraestruturado contribuirá para a maior atratividade turística de área do plano. (++)	

Património Paisagem	Património Arquitetónico e Arqueológico		A construção de novas infra-estruturas e equipamentos poderá resultar em efeitos negativos sobre o património identificado e por identificar. No entanto, as disposições regulamentares do plano minimizam os potenciais efeitos que possam ocorrer. (-)
Património Paisagem	Paisagem	O uso de ilhas ecológicas em detrimento dos tradicionais ecopontos vem potenciar um melhor enquadramento paisagístico destes equipamentos. (+)	
Qualidade Ambiental	Resíduos	A melhoria da rede de recolha de resíduos promove a gestão adequada dos resíduos e a melhoria da recolha seletiva, facilitando a adoção de comportamentos mais sustentáveis por parte da população. (+)	
	Solo	A melhoria dos sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais e da rede de recolha de resíduos terá efeitos positivos na diminuição da contaminação. (+)	
	Recursos Hídricos	A melhora da rede de infraestruturas terá efeitos positivos na qualidade dos recursos hídricos por diminuição da contaminação resultante da falta de cobertura da rede saneamento. (++)	O aumento do consumo de água superficial. (-)
	Abastecimento de água	Contribui para a manutenção da total cobertura da área do plano e para redução das perdas de água no abastecimento público. (++) O plano estabelece como critério de gestão o PNUEA. (++) O consumo de água na área do Plano tem origem superficial, com fornecimento a partir da rede pública de abastecimento pelo subsistema de Ferreira/Mendacha . Não se perspetivam problemas na capacidade de resposta do sistema multimunicipal. (++)	Perdas de água elevadas nos sistemas de abastecimento de água. (-) O Plano não apresenta propostas de reutilização das águas pluviais. (-)
	Drenagem e tratamento de águas residuais	Aumento da rede de saneamento e melhoria de tratamento de água residuais. (++) O plano estabelece como critério de gestão o PNUEA. (++) O tratamento das águas residuais do plano realiza-se na ETAR de Outeiros a qual apresenta capacidade de tratamento para a população expetável na área do plano. (++)	A Etar de Outeiros tem demonstrando alguma ineficiência a nível do parâmetro CBO5. (-)
	Ruído	0	0
	Ar	0	0
Alterações Climáticas e Riscos Naturais	Energia	0	0
	Alterações Climáticas	Redução da emissão de GEE associados à fenómenos de eutrofização por excesso de nutrientes e carga orgânica provenientes de águas residuais urbanas. (+)	

Alterações Climáticas e Riscos Naturais	Incêndios	A melhoria da rede de infraestruturas, nomeadamente da rede de água contribuirá para a melhoria da eficácia no combate a incêndios urbanos. O plano identifica ainda uma rede de hidrantes exteriores existente e propostos (++)	
	Sismo	0	0

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO PLANO

H - Definir Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG)

FCD	Critérios	Oportunidades/Efeitos positivos	Riscos/Efeitos negativos
Biodiversidade e Conservação da Natureza	Conservação da Natureza e da Biodiversidade	Efeitos positivos na melhoria da qualidade ambiental urbana e consequentemente na conservação da natureza e da biodiversidade. (+)	
Ordenamento e Qualificação do Território	Uso e Ocupação do Solo	As propostas definidas nos vários UOPG conduzirão um ordenamento do território equilibrado do plano traduzindo-se numa estrutura coerente e adequada às necessidades de desenvolvimento, bem como alteração de usos atuais incompatíveis. (++)	
	Coesão Territorial	As propostas definidas nos vários UOPG conduzirão à qualificação urbana do plano traduzindo-se numa melhoria da dotação de equipamentos e rede de infraestruturas. (++)	
	Qualificação urbana	As propostas definidas nos vários UOPG conduzirão à qualificação urbana do plano traduzindo-se no desenvolvimento ordenado do território com benefícios na qualidade de vida das populações. (++) Incentiva a criação de novos espaços verdes. (++)	
	Mobilidade e Acessibilidades	Possibilita a definição de caminhos pedonais e clicáveis naturalizados (+)	
Desenvolvimento Económico e Social	Desenvolvimento Humano	A melhoria do espaço urbano e dos espaços verdes contribui para a melhoria da qualidade de vida da população e para a atração e fixação de pessoas. (+) O crescimento da ocupação urbana nomeadamente ao nível dos serviços e do comércio criará novos postos de trabalho e diminuirá a taxa de desemprego. (+)	
	Competitividade e Desenvolvimento local	Efeitos positivo no desenvolvimento económico local através da programação de forma estruturada da ocupação urbana ao nível dos serviços e do comércio. (++)	

Desenvolvimento Económico e Social	Dinâmica turística	Os espaços residenciais propostos contemplam o uso turístico. (++)	
Património Paisagem	Património Arquitetónico e Arqueológico	0	0
	Paisagem	Efeitos positivos na melhoria da qualidade ambiental urbana e consequentemente na paisagem. (+)	
Qualidade Ambiental	Resíduos	Constitui condição de edificabilidade a execução de sistemas de remoção de resíduos sólidos urbanos assegurando a sustentabilidade ambiental das mesmas. (++)	
	Solo	A qualificação do espaço urbano e a integração harmoniosa na envolvente das UOPG definidas constitui uma oportunidade para a melhoria da qualidade da utilização do solo. (++)	
	Recursos Hídricos	Efeitos positivos sobre a proteção e conservação dos recursos. (+)	
	Abastecimento de água	Constitui condição de edificabilidade a execução de infraestruturas de abastecimento de água assegurando a sustentabilidade ambiental das mesmas. (++)	
	Drenagem e tratamento de águas residuais	Constitui condição de edificabilidade a execução de infraestruturas de drenagem e tratamento de águas residuais assegurando a sustentabilidade ambiental das mesmas. (++)	
	Ruído	Possibilita a definição de áreas não edificantes entre as vias do sistema primário e secundário e a implantação dos edifícios de usos sensíveis. (+)	
	Ar	A definição de percursos pedonais e clicáveis contribui para a salvaguarda da qualidade do ar. (+)	
Alterações Climáticas e Riscos Naturais	Energia	Oportunidade de incorporação de medidas de eficiência energética em novas construções e outras intervenções urbanas. (++)	
	Alterações Climáticas	0	0
	Incêndios	Possibilita a definição de medidas de minimização do risco de incêndios florestais e em edifícios. (+)	
	Sismo	Possibilita a definição de medidas com vista a assegurar-se a segurança de pessoas e bens relativamente à ocorrência de sismos. (+)	

Na avaliação de efeitos foram identificados os principais efeitos positivos (oportunidades) e negativos (riscos), decorrentes das ações programáticas do plano, a fim de apoiar a tomada de decisão relativa à proposta de plano e assegurar a sua sustentabilidade.

No quadro seguinte apresenta-se uma síntese com as tendências de evolução de cada objetivo de sustentabilidade, sem (situação existente) e com a implementação do plano

Quadro 82 - Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Tendência de Evolução	
			sem Plano	com Plano
Biodiversidade e Conservação da Natureza	Conservação da Natureza e da Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma política de conservação da natureza e da biodiversidade. Evitar a fragmentação dos ecossistemas garantindo um continuum naturale. Compatibilizar o desenvolvimento territorial com a biodiversidade. 	↔↓	↑
Ordenamento e Qualificação do Território	Uso e Ocupação do Solo	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma política de estímulo ao ordenamento do território equilibrado com o objetivo de assegurar a sua proteção e valorização, através da organização espacial do território. 	↔	↑
	Coesão Territorial	<ul style="list-style-type: none"> Dotar o território concelhio de equipamentos adequados às necessidades da população. Garantir um nível de infraestruturização adequado às novas exigências ambientais. 	↔	↑
	Qualificação urbana	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar processos de requalificação urbana. Garantir boa cobertura de espaços verdes de utilização coletiva. 	↔	↑
	Mobilidade e Acessibilidades	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades. Promover a mobilidade sustentável 	↑	↑
Desenvolvimento Económico e Social	Desenvolvimento humano	<ul style="list-style-type: none"> Qualificar os recursos humanos. Criar e promover o emprego local. 	↔	↑
	Desenvolvimento Económico	<ul style="list-style-type: none"> Promover atividades económicas, diversificar, complementar e modernizar a base produtiva numa perspetiva de sustentabilidade, articulando os aspetos económicos 	↔	↑
	Dinâmica Turística	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver os produtos turísticos estratégicos: Touring cultural e paisagístico; Turismo da natureza; Tours de vinho e gastronomia; saúde e bem-estar. Aumentar/melhorar as condições de apoio e suporte à prática turística. 	↑	↑
Património e Paisagem	Património Arquitetónico e Arqueológico	<ul style="list-style-type: none"> Preservação e valorização do Património. 	↓	↑
	Paisagem	<ul style="list-style-type: none"> Proteger, valorizar e requalificar a paisagem e os valores paisagísticos existentes 	↓	↑

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Tendência de Evolução	
			sem Plano	com Plano
Qualidade Ambiental	Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma política adequada de gestão de resíduos. 	↑	↑
	Solo	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a preservação do recurso solo. Controlar a impermeabilização do solo. 	↔	↑
	Recursos hídricos	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a proteção e conservação dos recursos hídricos. Garantir a qualidade da água nas origens para os diferentes usos, designadamente para consumo humano. 	↑	↑
	Abastecimento de água	<ul style="list-style-type: none"> Garantir serviços de abastecimento de água para consumo humano. Promover um consumo eficiente e racional do recurso água. 	↔	↑
	Drenagem e tratamento de águas	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir os níveis de poluição da água, para níveis que não prejudiquem os sistemas naturais. 	↑	↑
	Ruído	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações. Assegurar níveis de ruído compatíveis com a classificação/ocupação do espaço. 	↔↓	↑
	Ar	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvguarde a saúde pública. Reduzir a poluição do ar. 	↔	↑
Alterações Climáticas e Riscos Naturais e Tecnológicos	Energia	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da Eficiência Energética. Utilização Racional de Energia. 	↔	↔
	Alterações Climáticas	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir as emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE). 	↔	↑
	Incêndios	<ul style="list-style-type: none"> Diminuir o número de ocorrência de incêndios florestais e em edifícios. 	↑	↑
	Sismo	<ul style="list-style-type: none"> Prevenir as consequências provocadas por um sismo. 	↔	↑

Tendências de evolução	de	↓	↔	↑
		Negativa	Sem alteração significativa	Positiva
		Afastamento dos objetivos de sustentabilidade	Situação tende a manter-se	Aproximação aos objetivos de sustentabilidade

De um modo geral, e pese embora a necessidade de acautelar um conjunto de diretrizes de seguimento para garantir a valorização das oportunidades e a minimização dos riscos associados à sua fase de implementação, considera-se que a proposta de plano procura internalizar de forma adequada os impactos ambientais mais significativos no contexto da sua escala de intervenção, constituindo-se como um contributo bastante positivo para a sustentabilidade territorial da área do plano e do concelho de Ferreira do Zêzere.

7. Diretrizes de Seguimento

Vistos e analisados os efeitos previsíveis que resultam da implementação do PUFZ, importa neste ponto identificar um conjunto de medidas de caráter preventivo, suplementares as propostas apresentadas na revisão do PDM, que permitam minorar ou eliminar os efeitos negativos identificados, ou, acessoriamente, possam introduzir melhorias na implementação do Plano. Este procedimento decorre do previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 6º do Decreto-lei no 232/2007, de 15 de junho, que refere que a entidade responsável pela elaboração do Plano deve prever, no relatório ambiental, “as medidas destinadas a prevenir, reduzir e, tanto quanto possível, eliminar quaisquer efeitos adversos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano ou programa”.

As diretrizes de seguimento constituem orientações ou recomendações que podem contribuir para o acompanhamento dos efeitos do PUFZ, e que melhor integram os princípios e objetivos da sustentabilidade. As diretrizes de seguimento que a seguir se apresentam são definidas por FCD.

FCD – BIODIVERSIDADE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E BIODIVERSIDADE

- Assegurar uma manutenção cuidada dos espaços verdes e dos espaços da estrutura ecológica.
- Realizadas campanhas, quando necessárias, de controlo das espécies exóticas invasoras nos espaços verdes.
- Garantir a manutenção e limpezas dos espaços verdes integrados na estrutura ecológica diminuindo os riscos de deflagração de incêndios.
- Garantir o cumprimento do regime de ocupação da estrutura ecológica definida no regulamento.
- Salvaguardar a efetiva transposição da estrutura ecológica na elaboração das UOPG definindo critérios específicos para o efeito, bem como a sua adequação face a planos de hierarquia superior.

FCD – ORDENAMENTO E QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

- Monitorizar a implementação das ações programáticas preconizadas relativas à concretização do ordenamento e requalificação do espaço urbano.
- Articular e integrar atempadamente as propostas do PUFZ na estrutura de espaços promovida pela revisão do PDM atualmente em curso.
- Promover um correto ordenamento do solo urbanizado e urbanizável.
- Garantir uma imagem urbana atrativa.
- Promover a consolidação e otimização das áreas urbanas infraestruturadas no solo urbanizado.

COESÃO TERRITORIAL

- Criação de espaços verdes associados a sistemas de utilização mistos (terrenos agrícolas inseridos nos espaços verdes).
- Garantir número e capacidade de equipamentos adequados às necessidades da população atual e futura, bem como um nível de infraestruturas básicas adequado às exigências ambientais.

QUALIFICAÇÃO URBANA

- Privilegiar no solo urbanizado processos de reabilitação e recuperação do edificado urbano em vez das novas construções.
- Identificar a presença de obstáculos, estrangulamentos à circulação pedonal e de barreiras arquitetónicas e consequentemente desenvolver uma estratégia de eliminação das mesmas.
- Dimensionamento da rede de rega dos espaços verdes com recurso a fontes alternativas de água de rega, prevendo a utilização de águas residuais e/ou a água recolhida dos telhados.
- Acompanhar a implementação dos espaços verdes previstos.

MOBILIDADE E ACESSIBILIDADES

- Deve ser fomentada a implementação de uma rede de percursos pedonais e cicláveis urbanos e que esta passe pelos diversos serviços administrativos, culturais, equipamentos, espaços verdes e comerciais tornando-a mais funcional e apelativa.
- Os percursos pedonais e cicláveis deverão ser de fácil leitura e possuir as condições de conforto e segurança adequadas de modo a constituir opções atrativas para a população no acesso as diferentes funções urbanas previstas no PUFZ.
- Evitar que o trânsito que não se dirige especificamente para a cidade, muito particularmente o de veículos pesados, circule pelo centro da vila, mas que utilize a circular norte a Ferreira do Zêzere após a sua concretização.

FCD – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL

DESENVOLVIMENTO HUMANO

- Sempre que possível, e em situações de igual de circunstâncias, deve favorecer-se a utilização de serviços e recursos (humanos e materiais) regionais.
- Criar condições que promovam a fixação da população, quer em termos de emprego quer em termos de qualidade de vida urbana.
- Fomentar ações de formação nas áreas de maior necessidade e em articulação com as necessidades das empresas.
- Promover políticas de qualificação progressiva da população ativa desempregada.

COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL

- Criar condições para a fixação e atração de empresas disponibilizando todas as infraestruturas ambientais e tecnológicas.
- Deve favorecer-se a divulgação de produtos regionais na área do plano.
- Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades que atenuam a sazonalidade turística.
- Deverá ser favorecida a instalação de atividades que promovam a diversidade da oferta de produtos turísticos e endógenos, visando a divulgação do património e dos produtos locais.
- Desenvolver uma estratégia de divulgação e marketing capaz de promover o plano na sua vertente urbana, ambiental e cultural, e desta forma captar novos investimentos.

DINÂMICA TURÍSTICA

- Assegurar que os novos empreendimentos turísticos incorporam as soluções tecnológicas e organizativas existentes mais eficientes do ponto de vista energético - ambiental, exigindo a adoção de sistemas de gestão ambiental como condição ao licenciamento turístico
- Conservação dos valores culturais do plano.
- Deve favorecer-se a divulgação de produtos regionais na área do plano.
- Promover iniciativas de educação, sensibilização e informação ambiental.
- Organizar eventos diversos (por ex. atividades desportivas, espetáculos e encontros temáticos) no pavilhão multiusos e no parque urbano.
- Recomenda-se que os eventos sejam não só de carácter turístico mas também potenciadas para os habitantes locais.

FCD – PATRIMÓNIO E PAISAGEM

PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO

- Monitorizar a preservação e conservação do património edificado e as iniciativas reabilitação do património.
- Estabelecer critérios para o licenciamento de iniciativas turísticas e de espetáculos no património edificado, de modo a assegurar a integridade dos elementos arquitetónicos dos edifícios;
- Deverá ser promovida a salvaguarda e valorização de forma integrada do património, sempre que seja necessária a execução de infra-estruturas que tragam implicações sobre este património.
- Garantir a inventariação dos valores culturais do plano e a sua atualização.
- Promover os valores culturais e etnográficos presentes no plano.
- Dinamizar e valorizar circuitos turísticos e culturais como forma de promoção dos valores culturais.
- Utilização dos espaços verdes e de equipamentos para promoção e divulgação dos valores patrimoniais e culturais da vila e do concelho.

- Sugere-se que sejam desenvolvidos programas culturais específicos dirigidos aos diferentes grupos da população, que integrados numa programação geral do concelho contribuam de forma coerente para a dinamização e enriquecimento cultural da mesma.

PAISAGEM

- Elaborar um Plano de Arranjos Paisagísticos para a área de espaços verdes.
- Deve ser garantida a manutenção adequada dos espaços verdes, garantindo a qualidade visual da área do plano.
- Nas novas áreas urbanizáveis deve garantir-se a implementação de estruturas consonantes com a envolvente e que favoreçam o enquadramento paisagístico dos locais.
- Promover ações de sensibilização que visem a adoção de atitudes e comportamentos ambientalmente adequados, tendo em vista a preservação e valorização paisagística, nomeadamente no que respeita à deposição ilegal de resíduos e à diminuição do impacto visual das novas edificações.

FCD - QUALIDADE AMBIENTAL

RESÍDUOS

- Os resíduos verdes produzidos na área do plano, em especial nos espaços verdes, devem ser valorizado no local ou por operadores licenciados para o efeito. Deve favorecer-se a sua compostagem e aplicação do composto gerado como corretivo orgânico nos espaços verdes.
- Devem ser adotadas medidas que garantam a diminuição da produção de resíduos e a sua triagem na fonte de produção.
- Os espaços verdes poderão ser utilizados como palco para o desenvolvimento de ações de sensibilização e educação ambiental destinados à população. Estas ações poderão ter um carácter direcionado para diferentes estratos: turistas, clientes do conjunto comercial, população escolar, etc.
- Deve ainda garantir-se a existência de locais para a recolha de resíduos especiais, tais como pilhas, lâmpadas e equipamentos elétricos e eletrónicos.
- Implementar uma política de gestão de resíduos urbanos biodegradáveis (RUBs).
- Aumentar a taxa de separação de resíduos, através da realização de campanhas de sensibilização ambiental dirigidas a vários tipos de público-alvo.
- Assegurar que o surgimento de novas atividades económicas seja acompanhado pela implementação de um sistema de gestão de resíduos adequada as necessidades das atividades a instalar. As atividades económicas deverão cumprir os princípios da gestão de resíduos relativamente à redução, reutilização, reciclagem e recuperação dos resíduos produzidos.

SOLO

- Maximizar a permeabilidade dos solos, não só nos espaços verdes, mas também em zonas pavimentadas onde seja possível a aplicação de soluções permeáveis.
- Recomenda-se a utilização e materiais porosos nos percursos pedonais e clicáveis a implementar, que permitam a infiltração da água das chuvas.
- Garantir o cumprimento dos índices de impermeabilização do solo.
- Elaboração de um plano de gestão de fertilizantes e produtos fitossanitários a utilizar nos espaços verdes.

RECURSOS HÍDRICOS

- Controle da qualidade das águas subterrâneas a jusante das sepulturas do novo cemitério.
- O fundo das sepulturas do novo cemitério deve manter uma distância mínima de 2 metros do nível máximo freático.
- Controlar a utilização de fertilizantes nas áreas verdes.
- Garantir o cumprimento das medidas de proteção das linhas de águas classificadas ou não como domínio hídrico.
- Favorecer a utilização de pavimentos permeáveis ou semi permeáveis nos espaços verdes e equipamentos públicos aumentando a infiltração de água no solo.
- Promover ações de sensibilização de preservação dos recursos hídricos.
- Vigilância periódica do funcionamento da rede de drenagem de águas pluviais.
- Recomenda-se a articulação do PUFZ com os instrumentos de gestão e planeamento dos recursos hídricos, assegurando que o plano contribui para o alcance das metas e objetivos do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e outros instrumentos de planeamento e gestão de recursos hídricos em vigor no município.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

- Deverá ser avaliada a possibilidade de reutilização de água tratada para a rega de espaços verdes, especialmente durante a época estival.
- Deve ser avaliada a instalação de um sistema de recolha de águas pluviais e posterior reutilização, por exemplo na rega de espaços verdes e na lavagem de pavimentos.
- Devem ser incentivadas medidas de reutilização das águas pluviais, nomeadamente em instalações sanitárias. A redução de impostos municipais nas unidades que implementem medidas deste tipo poderá contribuir para a adesão dos operadores industriais.
- Garantir intervenções qualitativas de promoção do uso eficiente da água no que diz respeito ao setor urbano e industrial (de acordo com as medidas previstas no PNUEA).

- De acordo com o sugerido no Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água sugere-se que seja controlada a pressão na rede de abastecimento público de água, pois maiores pressões induzem maiores consumos e maiores perdas.
- Garantir a manutenção da rede de abastecimento de água de modo a minimizar as perdas e fugas.
- Implementar uma política de certificação de eficiência hídrica de novas edificações.
- Definir um plano de manutenção dos espaços verdes que inclua a gestão da rega de modo a minimizar os consumos com esta utilização.

DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

- Acompanhar a taxa de adesão ao sistema público de drenagem e tratamento de águas residuais.
- Deve ser incentivada a ligação dos edifícios com sistemas privados à rede de saneamento existente e a construir.
- Garantir a manutenção da rede de saneamento de água de modo a minimizar descargas de emergência e fugas.
- Garantir bons níveis de eficiência de tratamento da Etar de Outeiros.

RUÍDO

- Garantir o cumprimento ao critério de incomodidade, definido na alínea b) do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, para as atividades ruidosas de caráter permanente (atividades económicas).
- Deverá garantir-se o afastamento das edificações com usos sensíveis das vias propostas ou existentes de modo a garantir o cumprimento dos limites sonoros aplicáveis.
- A elaboração dos projetos da UOPG 1 deverá ser acompanhada de uma recolha de dados acústicos de modo a avaliar possíveis conflitos resultantes do funcionamento da variante norte.
- Preservar zonas mistas e sensíveis com níveis sonoros regulamentares.
- Corrigir zonas mistas e sensíveis com níveis sonoros não regulamentares.
- Para atenuar os efeitos do ruído proveniente do tráfego automóvel, deverão ser utilizados pavimentos com melhor desempenho na absorção acústica, que podem originar uma redução na emissão do ruído de tráfego rodoviário entre os 3 e os 5 dB (A). Outra medida que poderá ser considerada é a redução da velocidade máxima autorizada nas vias urbanas, que pode permitir uma redução de cerca de 6 a 8 dB (A), mantendo-se inalterado o volume de tráfego.
- Dar cumprimento ao exigido pelo Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios, consubstanciado no Decreto-Lei n.º 129/2002, de 11 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 96/2008, de 9 de julho.
- Os equipamentos utilizados nas ações de manutenção, nomeadamente máquinas de corte de relva e manutenção da vegetação, devem obedecer aos valores limites de potência sonora estipulados no anexo II do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro.

- Apresentar à Assembleia Municipal, de dois em dois anos, um relatório sobre o estado do ambiente acústico da área do PUFZ (exceto quando esta matéria integre o relatório sobre o estado do ambiente municipal (cf. Artigo 10.º do Decreto-lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro).

AR

- Manutenção dos espaços verdes.
- Promover o uso do transporte coletivo em vez do individual e criação de incentivos à utilização de transporte coletivo.
- Promover a utilização de meios de transporte mais sustentáveis.

FCD - ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E RISCOS NATURAIS.

ENERGIA

- Na elaboração das UOPG's, deve-se localizar os edifícios residenciais nas áreas de maior exposição solar e as zonas comerciais e zonas com necessidades energéticas importantes nas áreas desfavoráveis.
- Promover a utilização de fontes de energia renováveis, através, por exemplo, de benefícios fiscais municipais.
- Premiar a adoção de técnicas de construção sustentável, através da redução de custos do licenciamento desse tipo de projetos.
- Promover a eficiência e certificação energética dos edifícios municipais.
- Nos Estabelecer normas que promovam a eficiência energética dos edifícios residenciais e de serviços, nomeadamente no que se refere ao estímulo à utilização de fontes de energia solar para aquecimento de águas.
- Desenvolver e implementar um sistema de contabilização e monitorização do desempenho energético do plano.
- Cumprir a legislação em vigor relativa à Certificação Energética de Edifícios, principalmente para edifícios a construir ou remodelar.
- Garantir que os edifícios novos ou remodelados possuem elevada eficiência energética, utilizando equipamentos que promovam a utilização sustentável da energia.
- Nos equipamentos e espaços verdes deverão selecionar-se equipamentos e sistemas de iluminação que garantam a máxima eficiência energética e durabilidade.
- Nos equipamentos deverá sempre equacionar-se a possibilidade de integração de equipamentos/mecanismos de aproveitamento energético a partir de fontes renováveis (sistemas solares térmicos e fotovoltaicos, etc).
- Nas áreas urbanizáveis propostas deverá determinar-se a orientação dos edifícios que garanta uma melhor exposição solar e conseqüentemente um menor consumo energético, nomeadamente para a obtenção de conforto térmico e para a renovação do ar interior.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

- Promover o uso do transporte coletivo em vez do individual.
- Promover uma iluminação pública mais eficiente.

INCÊNDIOS

- Garantir a implementação das medidas definidas no plano e assegurar a aplicação do Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndios em Edifícios.
- Garantir que a florestação ou reflorestação deve recorrer à utilização intercalada de espécies autóctones específicas, com comportamentos diferenciados em matéria de combustão e que promovam a contenção dos incêndios.
- Garantir que nas áreas de maior risco de incêndio as novas edificações devem favorecer a seleção dos materiais de construção que apresentem maior resistência ao fogo.

SISMO

- Os projetos das edificações devem atender à legislação aplicável neste domínio face à classificação sísmica da área de intervenção, o que deve ser verificado no respetivo licenciamento.
- Estabelecimento no Plano de Emergência Municipal das medidas a desencadear face à ocorrência de sismos.

8. Programa de Gestão e Monitorização Ambiental

Atendendo à natureza executória das propostas do Plano de Urbanização de Ferreira do Zêzere, a monitorização e avaliação, estratégica e operacional torna-se fundamental, quer do ponto de vista do desempenho ambiental associado à execução das mesmas, quer dos seus impactes sobre o ambiente. Esta importância é, aliás, sublinhada no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, no seu artigo 11.º, quando refere que “as entidades responsáveis pela elaboração dos plano e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos”.

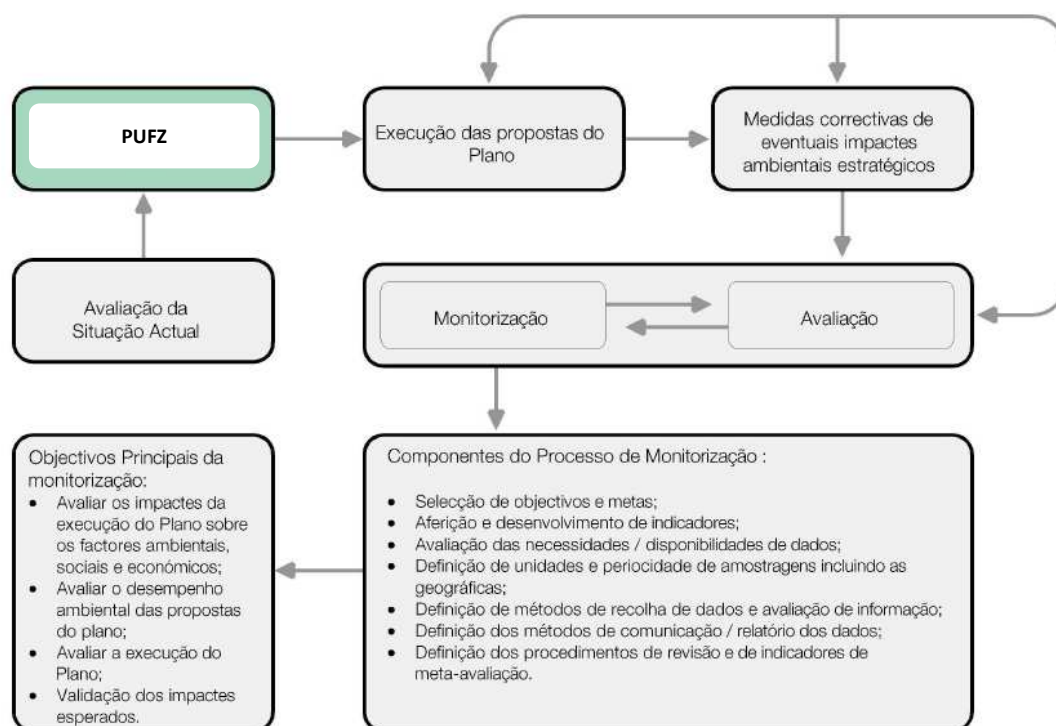


Figura 46 - Diagrama de Seguimento.

O objetivo central desta fase é o de promover o acompanhamento sistemático de um conjunto de dinâmicas em domínios que, de um modo mais direto ou indireto, influenciam as condições ambientais e de sustentabilidade do território, procurando, deste modo, apoiar os processos de conceção e decisão de políticas e medidas de intervenção à escala urbana e permitindo acompanhar com regularidade o exercício das atividades previstas, assim como o desempenho das entidades responsáveis pela sua execução.

Assim, neste ponto apresentam-se os princípios gerais e abordagens recomendadas para o processo de gestão e monitorização da execução das propostas do PUFZ, sob o ponto de vista da sustentabilidade e do respetivo desempenho ambiental, bem como as correspondentes medidas de controlo, ou seja, na

definição de medidas corretivas a aplicar, decorrentes da identificação atempada dos eventuais efeitos negativos significativos e imprevistos, e consequentes da execução do Plano e que têm como objetivo final assegurar a redução dos impactes ambientais, melhorando o desempenho ambiental da execução do PUFZ.

8.1 Definição de Indicadores de Monitorização

A monitorização das opções estratégicas do Plano será desenvolvida, pelo município, de acordo com os indicadores e as metas definidas no Quadro anterior, e tendo em conta os seguintes objetivos:

- Acompanhar e validar a avaliação dos efeitos no ambiente identificados no decurso da avaliação ambiental do Plano;
- Avaliar se a aplicação das opções do Plano contribui eficazmente para alcançar os objetivos de sustentabilidade definidos;
- Avaliar a eficácia das orientações propostas, com o objetivo de minimizar eventuais efeitos negativos e potenciar os efeitos positivos;
- Promover uma maior participação e envolvimento dos agentes com responsabilidades no processo de avaliação ambiental do plano.

O plano de controlo constitui uma base para avaliar o impacto do plano de ação e o respetivo desenvolvimento das ações adotadas. Esta avaliação será feita através da análise de indicadores, com base no desempenho ambiental.

Os indicadores apresentados (Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores, por fator de decisão) permitem assegurar a construção de um sistema próprio e permanente de recolha, tratamento e análise de dados, no sentido de conhecer a situação na área de influência do Plano e como detetar e medir tendências de evolução ao longo da sua execução.

Durante a fase de seguimento os indicadores podem também ser adaptados, face aos resultados obtidos, ou à facilidade em obter informações/dados que à data não se encontram sistematizados. As metas podem ter que ser reajustadas devido a alterações normativas ou dos objetivos estratégicos.

FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza

Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Meta
Conservação da Natureza e da Biodiversidade				
<p>Promover uma política de conservação da natureza e da biodiversidade.</p> <p>Evitar a fragmentação dos ecossistemas garantindo um continuum naturale.</p> <p>Compatibilizar o desenvolvimento territorial com a biodiversidade.</p>	Área da Estrutura Ecológica	ha e %	CMFZ	Manter/Aumentar
	Afetação de áreas de Domínio Hídrico	ha	CMFZ	Manter
	Operações urbanísticas na área afeta à Estrutura Ecológica	N.º	CMFZ	*
	Área dos espaços verdes existente e proposto ocupada por espécies autóctones	ha	CMN	Aumentar
	Ações realizadas de controlo de espécies não indígenas com comportamento invasor	N.º	CMFZ	*

* Indicador importante para efeito de monitorização não tendo sido definida nenhuma meta.

FCD – Ordenamento e Qualificação do Território

Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Meta
Uso e Ocupação do Solo				
<p>Promover uma política de estímulo ao ordenamento do território equilibrado com o objetivo de assegurar a sua proteção e valorização, através da organização espacial do território</p>	População residente	N.º	INE	Aumentar
	Número de alojamentos.	N.º	INE	Aumentar
	Ocupação e uso do solo	ha	Corine Land	*
	Distribuição relativa das classes de espaço do solo urbano.	ha	CMFZ	*
	Processos de operações urbanísticas por categoria de espaço urbano	N.º e ha	CMFZ	*
	Número de UOPG realizados	N.º	CMFZ	3
	Taxa de ocupação do solo em área classificada como solo urbanizado	%	CMFZ	Aumentar
	Taxa de ocupação do solo em área classificada como solo urbanizável	%	CMFZ	Aumentar
Coesão Territorial				
<p>Dotar o território concelhio de equipamentos adequados às necessidades da população.</p> <p>Garantir um nível de infraestruturização adequado às novas exigências ambientais.</p>	Número e tipologia de equipamentos	N.º	CMFZ	Aumentar
	População servida por sistemas de abastecimento de água para consumo	%	CMFZ	≥ 95% (PEASAR)
	População servida por sistema público de drenagem de águas residuais	%	CMFZ	≥ 90% (PEASAR)

Garantir um nível de infraestruturaração adequado às novas exigências ambientais.	População servida por sistemas tratamento de águas residuais públicos	%	CMFZ	≥ 90% (PEASAR)
Qualificação urbana				
Incentivar processos de requalificação urbana. Garantir boa cobertura de espaços verdes de utilização coletiva.	Estado de conservação dos edifícios (edifícios muito degradados)	%	CMFZ	Diminuir
	N.º de licenças concedidas (construção, reconstrução e reabilitação)	N.º	CMFZ/INE	Aumentar
	Variação das reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas	N.º	INE	Aumentar
	Investimento em reabilitação urbana	€	CMFZ	*
	Capitação de espaços verdes urbanos	m2/habitante	CMFZ	Aumentar
Mobilidade e Acessibilidades				
Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades intraconcelhias. Promover a mobilidade sustentável.	Extensão de vias requalificadas	Km	CMFZ	Aumentar
	Execução de vias propostas	Km	CMFZ	Aumentar
	Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante	min	CMFZ	Diminuir
	Repartição modal	%	INE	Diminuir o uso do automóvel
	Extensão de percursos clicáveis e pedonais	Km	CMFZ	Aumentar
	Cobertura da rede de transportes coletivos	N.º de carreiras diárias	CMFZ	Manter/Aumentar

* Indicador importante para efeito de monitorização não tendo sido definida nenhuma meta.

FCD – Desenvolvimento Económico e Social

Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Meta
Desenvolvimento Humano				
Qualificar os recursos humanos. Criar e promover o emprego local.	Nível de ensino da população	%	INE	Manter/Aumentar
	População ativa por grupo de profissão.	%	INE	Manter/Aumentar
	Taxa de desemprego	%	INE/IEFP	Diminuir
	Evolução da população ativa por atividades económicas	%	INE	*
	Movimentos pendulares	N.º	INE	Diminuir os movimentos de saída
	Ofertas de formação profissional	N.º	CMFZ/IEFP	Aumentar

Competitividade e Desenvolvimento local				
Promover atividades económicas, diversificar, complementar e modernizar a base produtiva numa perspetiva de sustentabilidade, articulando os aspetos económicos.	Varição do número de Empresas	N.º	INE	Aumentar
	Varição do número de Empresas por setor de atividade	N.º	INE	Aumentar
	Poder de compra per capita	Índice	INE	Aumentar
	Atividades económicas predominantes na área do plano: "Restauração e Hotelaria", "Comércio Especializado", "Equipamentos para o Lar" e "Alimentação"	N.º	CMFZ	Aumentar
Dinâmica turística				
Desenvolver os produtos turísticos estratégicos: Touring cultural e paisagístico; Turismo da natureza; Tours de vinho e gastronomia; saúde e bem-estar. Aumentar/melhorar as condições de apoio e suporte à prática turística.	Número de empreendimentos turísticos	N.º	CMFZ	Aumentar
	Número de camas nos empreendimentos turísticos	N.º	CMFZ	Aumentar
	Evolução do número de dormidas.	N.º	CMFZ	Aumentar
	Eventos com poder de atração	N.º	CMFZ	Aumentar
	Número de visitantes do Centro de Acolhimento Turístico do Zêzere	N.º	CMFZ	Aumentar

* Indicador importante para efeito de monitorização não tendo sido definida nenhuma meta.

FCD – Património e Paisagem

Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Meta
Património Arquitetónico e Arqueológico				
Preservação e valorização do Património.	Valores culturais inventariados.	N.º	CMFZ	Manter/Aumentar
	Número de intervenções em imóveis com interesse (recuperação/manutenção).	N.º	CMFZ	Aumentar
	Número de atividades sensibilização/educação desenvolvidas (destinadas à divulgação e promoção dos valores culturais)	N.º	CMFZ	Aumentar
	Número de achados arqueológicos na área do plano.	N.º	CMFZ	*
	Estabelecimento de roteiros turísticos em torno do património.	N.º	CMFZ	Manter/Aumentar

Paisagem				
Proteger, valorizar e requalificar a paisagem e os valores paisagísticos existentes	Área dos espaços verdes existente e proposto ocupada por espécies autóctones	ha	CMFZ	Aumentar
	Elaboração de Plano de Arranjos Paisagísticos	N.º	CMFZ	*
	Execução dos Alinhamentos arbóreos	m	CMFZ	*

* Indicador importante para efeito de monitorização não tendo sido definida nenhuma meta.

FCD – Qualidade Ambiental

Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Meta
Resíduos				
Promover uma política adequada de gestão de resíduos.	Capitação de RSU	Kg/Hab	INE/Resitejo	Diminuir
	Taxa de separação de resíduos	%	INE/Resitejo	Aumentar
	Número habitantes por ecopontos	Hab/ecoponto	CMFZ	250 hab/ecoponto
	Número de ilhas ecológicas na área do PU.	N.º	CMFZ	Aumentar
	Grau de valorização dos resíduos verdes gerados nos espaços verdes (%)	%	CMFZ	100%
Solo				
Garantir a preservação do recurso solo. Controlar a impermeabilização do solo.	Taxa de impermeabilização do solo.	%	CMFZ	Cumprir os índices de impermeabilização definidos no regulamento.
Recursos hídricos				
Garantir a proteção e conservação dos recursos hídricos.	Variação da Qualidade da água superficial e subterrânea.	Índice	INAG/SNIHR	Boa e A1 respetivamente
Garantir a qualidade da água nas origens para os diferentes usos, designadamente para consumo humano.	Identificação de fontes poluentes.	N.º	CMFZ	Diminuir
Abastecimento de água				
Garantir serviços de abastecimento de água para consumo humano. Promover um consumo eficiente e racional do recurso água.	Consumo de água por habitante	m³/hab	CMFZ	Diminuir
	Consumo de água para rega	m³	CMFZ	*
	Qualidade da água para consumo humano (numero de violações aos valores paramétricos)	%	CMFZ	<1% (PEAASAR)
	Água captada que provém de captações com perímetro de proteção ou de albufeiras de água públicas com plano de	%	CMFZ	≥ 95% (PEAASAR)

	ordenamento			
	Variação do número de iniciativas com vista à promoção do uso eficiente da água	N.º	CMFZ	Aumentar
	Variação da percentagem de perdas de água no sistema público de abastecimento	%	CMFZ	15% (PEAASAR)
	Reutilização de águas residuais tratadas em rega ou outros usos compatíveis.	%	CMFZ	≥ 10% (PEAASAR)
Drenagem e tratamento de águas residuais				
Reduzir os níveis de poluição da água, para níveis que não prejudiquem os sistemas naturais.	Eficiência do tratamento de águas residuais na ETAR de Outeiros (% de análises em cumprimento).	%	CMFZ / Águas do Centro	100% em todos os parâmetros da licença de descarga
	Volume de água residual tratada na ETAR de Outeiros.	m ³	CMFZ / Águas do Centro	Aumentar
Ruído				
Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações. Assegurar níveis de ruído compatíveis com a classificação/ocupação do espaço.	Taxa de habitantes expostos a níveis superiores aos regulamentares	%	CMFZ	Diminuir
	Áreas incompatíveis com a respetiva classificação (sensível ou mista).	ha	CMFZ	Diminuir
	Queixas de ruído apresentadas	N.º	CMFZ	O objetivo é não possuir nenhuma queixa de ruído relativa às atividades desenvolvidas dentro da área do plano
	Planos de Redução do Ruído	N.º	CMFZ	*
Qualidade do ar				
Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvguarde a saúde pública. Reduzir a poluição do ar.	Índice de qualidade do ar	Índice	CCDRN/APA	Boa
	Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites	dias	CCDRN/APA	Diminuir
	Emissão de poluentes atmosféricos NOx, SO ₂ , COVNM e NH ₃	T/Km ²	CCDRN/APA	Diminuir

* Indicador importante para efeito de monitorização não tendo sido definida nenhuma meta.

FCD - Alterações Climáticas e Riscos Naturais

Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
Energia				
Aumento da Eficiência Energética	Consumo de energia elétrica por habitante	Kwh/hab	INE	Diminuir

Utilização Racional de Energia	Consumo de energia elétrica na iluminação pública e nos edifícios do estado.	Kwh	INE	Diminuir
	Edifícios novos com certificação energética igual ou superior a B-	%	CMFZ/ADENE	Aumentar
	Medidas para promover a eficiência energética dos edifícios e espaços públicos	N.º	CMFZ	Aumentar
Alterações Climáticas				
Reduzir as emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE)	Quantidade de GEE	quilotonelada de CO2 equivalente	APA	Diminuir
	Proporção de utilização do automóvel nas deslocações.	%	INE	Diminuir
Incêndios				
Diminuir o número de ocorrência de incêndios florestais e em edifícios.	Área florestal ardida no Plano	ha	CMFZ	0
	Número de ocorrências de incêndio florestais e em edifícios	N.º	CMFZ/Bombeiros Voluntários	Diminuir
	Número de Edifícios classificados como sendo de 3.º e 4.º categoria de risco, no âmbito do Dec. Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro.	N.º	CMFZ/ANPC	*
	Grau de cumprimento das medidas definidas no regulamento	%	CMFZ	100%
Sismo				
Prevenir as consequências provocadas por um sismo.	Intensidade sísmica do concelho.	Escala	APA/CMFZ	-
	Projetos das edificações atendem à legislação aplicável face à classificação sísmica da área de intervenção	N.º	CMFZ	Todos os novos edifícios e a alteração, conservação ou ampliação dos existentes

* Indicador importante para efeito de monitorização não tendo sido definida nenhuma meta.

8.2 Quadro de Governança para a ação

O Quadro de governança para a ação é fundamental para o sucesso da implementação do Plano, uma vez que identifica as responsabilidades institucionais dos vários intervenientes na AAE, em todo o processo de implementação do próprio Plano. Entendendo-se governança “como o conjunto de regras, processos e práticas que dizem respeito à qualidade do exercício do poder, essencialmente no que se refere à responsabilidade, transparência, coerência, eficiência e eficácia”, (Partidário 2007), identifica-se um Quadro de governança para o plano, que garanta o cumprimento dos objetivos definidos relativamente aos FCD definidos, bem como à concretização das diretrizes propostas.

Desta forma, são identificadas as entidades e os agentes que se considera ter um papel primordial na operacionalização, monitorização e gestão das ações previstas no PUFZ, auferindo-lhes os conceitos de sustentabilidade ambiental e territorial (Quadro 83).

Quadro 83 - Quadro de Governança para a Ação.

Entidades	Ações
Agência Portuguesa do Ambiente/ Administração da Região Hidrográfica do Tejo	-Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade da água e recursos hídricos. -Fomentar e apoiar os processos de participação pública.
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	-Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade da água e da qualidade do ar. -Fomentar e apoiar os processos de participação pública. -Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Autoridade para as Condições do Trabalho	-Promover a melhoria das condições de trabalho. -Controlo do cumprimento da legislação relativa à segurança e saúde no trabalho.
Resitejo- Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo	-Garantir e acompanhar todo o processo de recolha e tratamento de Resíduos.
Águas do Centro, S.A.	- Garantir a drenagem e tratamento das águas residuais e disponibilizar os dados de monitorização da eficiência do tratamento dos efluentes.
Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere	-Desenvolver processos de participação pública. -Garantir a execução da solução urbanística do Plano de uma forma integrada no suporte biofísico. -Tratar os espaços não edificados e garantir um enquadramento paisagístico adequado.

Entidades	Ações
Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere	<ul style="list-style-type: none"> -Garantir e operacionalizar a recolha e tratamento de resíduos. -Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AAE para que a implementação das ações previstas no plano decorram de forma sustentável. -Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental. -Prestar apoio e informação ao nível da procura e oferta de emprego. -Promover ações de formação e valorização profissional. -Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental. -Fomentar e apoiar os processos de participação pública. -Garantir a implementação do Plano Municipal de Defesa Contra Incêndios. -Garantir a implementação do Plano Municipal de Emergência. -Garantir a drenagem das águas residuais. -Garantir a monitorização da qualidade da água para consumo. -Controlar as perdas/fugas de água no abastecimento. -Adotar práticas quotidianas de valorização ambiental e energética. -Monitorizar os valores de Ruído Ambiental decorrentes da instalação e execução do Plano.
DGEG - Direção Geral de Energia e Geologia	<ul style="list-style-type: none"> -Manter atualizadas as perspetivas de desenvolvimento da produção com origem em fontes de energia renováveis e das respetivas metas e objetivos a diferentes prazos e escalas de planeamento. -Incentivar a adoção de medidas de eficiência energética a todos os níveis (e.g. municípios, empresas, famílias).
ADENE	<ul style="list-style-type: none"> - Promover utilização da ER e das boas práticas associadas à ecoeficiência energética e à certificação energética.
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	<ul style="list-style-type: none"> -Intensificar os esforços de acompanhamento, monitorização e controlo das áreas florestais
IGESPAR	<ul style="list-style-type: none"> - Manter atualizada a informação disponibilizada, dando apoio e fiscalizando as intervenções sobre o património arqueológico.
Juntas de Freguesia	<ul style="list-style-type: none"> -Operacionalização de operações de gestão de resíduos. -Fomentar diferentes formas de participação pública.
EDP / Distribuidor	<ul style="list-style-type: none"> -Garantir o fornecimento de Energia para a execução do Plano.
IEFP	<ul style="list-style-type: none"> -Manter atualizadas as estatísticas e indicadores sobre o mercado de emprego e formação profissional a diferentes escalas de planeamento
População em geral	<ul style="list-style-type: none"> -Contribuir para o alcance das metas estabelecidas. -Participar ativamente nos processos de consulta pública. -Adotar práticas quotidianas de proteção e valorização ambiental -Adotar comportamentos de prevenção aos riscos naturais

9. Participação Pública

De acordo com o n.º 3, do artigo 75.º-C do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, conjugado com o n.º 3, do artigo 7.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, , alterado pelo Decreto-Lei 58/2011 de 4 de maio, após a elaboração do Relatório Ambiental, e previamente à sua aprovação, a proposta de plano, o Relatório Ambiental e o respetivo Resumo Não Técnico, serão objeto de Discussão Pública.

A consulta pública durante o processo de desenvolvimento de uma Avaliação Ambiental Estratégica é faseada, sendo da responsabilidade da Câmara Municipal desenvolver os processos de consulta pública estabelecidos na legislação, nomeadamente:

- ✎ Antes da aprovação do Plano e do respetivo Relatório Ambiental, a Câmara Municipal promove novamente a consulta às **entidades com responsabilidades ambientais** específicas, para emissão de parecer (de acordo com o n.º 3 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho);
- ✎ Concluído o período de acompanhamento a Câmara Municipal procede à abertura de um período de **discussão pública**, através de Aviso a publicar no *Diário da República*, tendo como objetivo recolher sugestões formuladas por **associações, organizações ou grupos não governamentais, ou outras pessoas interessadas**. A consulta pública e o prazo de duração são publicitados através de meios eletrónicos (página da internet da Câmara Municipal), e divulgados através da comunicação social. Durante o período de discussão pública, o projeto de Plano e respetivo Relatório Ambiental, assim como, os pareceres da comissão de acompanhamento ou da CCDR, e os demais pareceres eventualmente emitidos, estão disponíveis ao público na Câmara Municipal, e noutros locais indicados pela autarquia (n.º 6, n.º 7 e n.º 8 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, articulado com o n.º 3 do artigo 77º).

10. Considerações Finais

A AAE constitui um instrumento fundamental na prossecução do desenvolvimento sustentável. Com efeito, este procedimento mostrou-se uma ferramenta importante na sistematização das propostas e seus efeitos, contribuindo para um melhor conhecimento das oportunidades e riscos resultantes e o desenvolvimento de medidas que potenciem os efeitos positivos e minimizem os efeitos negativos.

Este relatório identifica os principais efeitos (positivos e negativos), a fim de apoiar a tomada de decisão relativamente à proposta de plano e assegurar a sustentabilidade da proposta, através de integração de opções mais sustentáveis durante o seu desenvolvimento em fase de projeto e de funcionamento.

O processo de Avaliação Ambiental Estratégica do PUFZ foi suportado na análise de seis FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza, Ordenamento e Qualificação do Território, Desenvolvimento Económico e Social, Património e Paisagem, Qualidade Ambiental e Alterações Climáticas e riscos Naturais.

No decurso da avaliação de cada FCD foi garantida a integração de objetivos de sustentabilidade identificados nos instrumentos que constituem o Quadro de Referência Estratégico para a AAE.

Durante o processo de AAE não foram evidenciados/identificados impactes ambientais significativos não minimizáveis ou compensáveis decorrentes diretamente das opções estratégicas do Plano.

As diretrizes de seguimento propostas, irão contribuir para uma potenciação dos impactes positivos previstos e para uma mitigação dos impactes negativos. Desta forma, espera-se que a presente plano constitua como uma intervenção de planeamento sustentável.

Evidencia-se, no entanto, a importância do acompanhamento da implementação do Plano através do cumprimento do programa de gestão e monitorização ambiental, de forma a monitorizar a evolução dos principais indicadores de sustentabilidade face a metas estabelecidas em documentos estratégicos, e que poderão ter influência direta nas questões relacionadas com o ordenamento do território e na qualidade ambiental do concelho.

De facto, pelas considerações efetuadas, a proposta de plano apresentada resulta num balanço positivo entre as oportunidades de desenvolvimento criadas e os riscos inerentes.

Face aos resultados da avaliação verifica-se que o Plano de urbanização de Ferreira do Zêzere permite cumprir na globalidade com os objetivos de sustentabilidade definidos, não apresentando riscos ambientais relevantes e constituindo, pelo contrário, uma oportunidade de contribuir para a melhoria do desempenho ambiental do concelho.

O presente relatório, acompanhado do Resumo Não Técnico, estará sujeito a consulta pública e das entidades, juntamente com o Relatório do Plano, para recolha de comentários/sugestões que serão tidos em consideração na emissão da Declaração Ambiental e na preparação da versão final do plano de urbanização.

11. Referências Bibliográficas

- Almeida, C., Mendonça, J. J. L., Jesus, M. R. e Gomes, A. J.,2000); Atualização do Inventário dos Sistemas Aquíferos de Portugal Continental - Volume 1. INAG-DSRH-DR sub.
- Alves, J.M.S.; Santo, M.D.E.; Costa, J.C.; Gonçalves, J.H.C.; Lousã, M.F.,1998 – Habitats Naturais e Seminaturais de Portugal Continental, Tipos de Habitats mais significativos e Agrupamentos Vegetais Significativos – Instituto da Conservação da Natureza
- Caetano, M., A. Araújo, A. Nunes, V. Nunes e M. Pereira, 2009. Accuracy assessment of the CORINE Land Cover 2006 map of Continental Portugal, Relatório técnico, Instituto Geográfico Português.
- Caetano, M., V. Nunes e A. Nunes, 2009. CORINE Land Cover 2006 for Continental Portugal, Relatório técnico, Instituto Geográfico Português.
- COM (2006) 231 - Estratégia Temática de Proteção do Solo, Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Comissão das Comunidades Europeia.
- Abreu et al. (2004) - Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental; DGOTDU/Universidade de Évora.
- Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Ferreira do Zêzere; PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere. outubro 2008.
- Costa, J.C.; Aguiar, C.; Capelo, J.H.; Lousã, M. & Neto, C.,1998; Biogeografia de Portugal Continental – Quercetea, Volume 0, Associação Lusitana de Fitossociologia, Lisboa
- Decreto-Lei n.º 181/2009, de 07 de agosto (primeira alteração ao Decreto-lei n.º 316/2007 de 19 de setembro).
- Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente).
- Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro (estabelece as bases de Ordenamento do Território).
- Decreto-Lei n.º 58/2011, de 04 de maio (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho).
- Direção Geral do Ambiente; Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Amadora: DGA; 2000. ISBN 972-8419-48-1.

- Direção-geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano; Guia para a Avaliação Estratégica de Impactes em Ordenamento do Território. Coleção Estudos 9. Lisboa: MCOTA-DGOTDU; 2003.
- Direção-geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano; Avaliação Ambiental Estratégica dos Planos Municipais de Ordenamento do Território. Documento de apoio 1. Lisboa: MCOTA-DGOTDU; 2008.
- OECD - DAC, 2006. Good Practice Guide on applying Strategic Environmental Assessment (SEA) in Development Cooperation, OECD, Paris.
- Partidário, MR 2012; Guia de Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas para um pensamento estratégico em AAE.. Agência Portuguesa do Ambiente e Redes Energéticas Nacionais.Lisboa
- Ribeiro, F., Beldade, R., Dix, M. & Bochechas, J. 2007 Carta Piscícola Nacional Direção-Geral dos Recursos Florestais - Fluviatilis, Lda. Publicação Eletrónica (versão 01/2007).
- SIAM – Alterações Climáticas em Portugal. Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação – Projeto SIAM II. F. D. Santos e P. Miranda (Editores). Gradiva, Lisboa. 2006.
- Lugar do Plano, Estudos de Caracterização da Revisão do Plano Diretor Municipal de Ferreira do Zêzere,2012
- Plural, Estudos de Caracterização da Revisão do Plano Diretor Municipal de Ferreira do Zêzere,2012

Legislação e Regulamentação que suporta o Quadro de Referência Estratégico definido:

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/95, de 20 de dezembro – Ratifica o **Plano Diretor Municipal de Ferreira do Zêzere**.
- Decreto -lei nº 74/2008, de 22 de abril e RCM nº86/2007, de 13 julho – define o modelo de governação do **Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)** para o período de 2007-2013 e dos respetivos programas operacionais.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de outubro – Aprova a **Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB)**.
- Decreto Regulamentar nº 18/2001, de 7 de dezembro – Aprova o Plano de **Bacia Hidrográfica do Rio Tejo**.
- Decreto-Lei n.º 112/2002, de 17 de abril – Aprova o **Plano Nacional da Água**.
- Decreto-lei nº 124/2006, de 28 de junho – Relativo ao sistema nacional de defesa da floresta contra incêndios, prevê os **planos municipais e intermunicipais de defesa da floresta contra incêndios**.
- Despacho de Aprovação do **PEAASAR 2007-2013**, 28 de dezembro de 2006 – Aprovação da estratégia para o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais para o período 2007-2013.

- Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro (retificado pelas declarações n.º 80-A, de 7 de setembro de 2007 e n.º 103-A/2007, de 2 de novembro de 2007) – aprova o **Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território**.
- Portaria n.º 1139/2006 de 25 de outubro – Define a estrutura tipo do conteúdo dos **planos municipais de defesa da floresta contra incêndios**.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007 de 20 de agosto - Aprova a **Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - 2015 (ENDS)** e o respetivo Plano de Implementação, incluindo os indicadores de monitorização (PIENDS).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2005, de 30 de junho – Aprova o **Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água — Bases e Linhas Orientadoras (PNUEA)**.
- Decreto Regulamentar n.º 16/2006, de 19 de outubro – Aprova o **Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo (PROF R)**.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2006, de 23 de agosto – Aprova o **Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2004)**.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007, de 4 de abril – Aprova o **Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)**.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2008, de 4 de junho - Aprova o **Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde 2008 -2013 (PNAAS)**.
- Despacho MAOT n.º 2339/2007, de 14 de fevereiro – Aprova o **Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007-2013 (PEAASAR)**.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2008, de 20 de maio – Aprova a **Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética — Portugal Eficiência 2015 (PNAEE)**.
- Portaria n.º 187/2007, de 12 de fevereiro – Aprova o **Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos II (PERSU II)**.
- Decreto-Lei n.º 222/98,17 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99,26 de julho, e pelo D.L. n.º 182/2003,16 de agosto - Redefine o **Plano Rodoviário Nacional (PRN)** e cria estradas regionais (PRN-2000).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 64A/2009, de 23 de maio – **Aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Oeste e Vale do Tejo (PROT-OVT)**.

Sites consultados:

- <http://www.cm-ferreiradozêzere.pt/>
- <http://www.ippar.pt/>
- <http://www.resitejo.pt/>
- <http://www.casacertificada.pt/>
- Agência Portuguesa do Ambiente - <http://www.apambiente.pt/>
- Base de Dados on-line sobre a Qualidade do Ar - <http://www.qualar.org/>
- Estradas de Portugal - <http://www.estradasdeportugal.pt>

- Instituto da conservação da Natureza e da Biodiversidade - Plano sectorial da Rede Natura - <http://www.icn.pt/psrn2000/>
- Instituto da conservação da Natureza e da Biodiversidade - Sistema de informação Património Natural - <http://www.icn.pt/sipnat> - SIPN -
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. - <http://www.ine.pt/>
- Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais - <http://insaar.inag.pt/>
- Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (INAG) – <http://snirh.pt/>

12. Anexos

- **Anexo I** – Principais Instrumentos do Quadro de Referência Estratégico e respetivos Objetivos Estratégicos.
- **Anexo II** – Relação entre o Quadro de Referência Estratégico definido e os objetivos estratégicos do Plano de Urbanização de Ferreira do Zêzere.
- **Anexo III** – Análise e Parecer das entidades consultadas e que responderam no âmbito do Relatório Ambiental.

Anexo I - Principais Instrumentos do Quadro de Referência Estratégico e respetivos Objetivos Estratégicos

Quadro Estratégico de Referência Nacional (QREN) - DL n.º 74/2008, de 22 de abril e RCM n.º86/2007, de 13 julho
O Quadro Estratégico de Referência Nacional configura o instrumento que constitui o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2007-2013.
Objetivos
<p>O QREN pretende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a qualificação dos Portugueses; • Promover o crescimento sustentado através, especialmente, dos objetivos do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto; • Garantir a coesão social atuando, em particular, nos objetivos do aumento do emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional, do estímulo às dinâmicas culturais, assegurando a Inclusão Social; • Assegurar a qualificação do território e das cidades traduzida, em especial, nos objetivos de assegurar ganhos ambientais, promover um melhor ordenamento do território, estimular a descentralização regional da atividade científica e tecnológica, prevenir riscos naturais e tecnológicos e, ainda, melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento. • Aumentar a eficiência da Governação.

Plano Nacional da Política de Ordenamento Territorial (PNPOT) - Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 103-A/2007
O PNPOT constitui o guia orientador do sistema de gestão territorial e da política de ordenamento do território, sendo também um instrumento chave de articulação desta política com a política de desenvolvimento económico e social, em coerência com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e com as diversas intervenções com incidência territorial, designadamente as consideradas no Quadro de Referência Estratégico Nacional para o período de programação financeira comunitária QREN 2007-2013.
Objetivos Estratégicos
<p>O PNPOT apresenta os seguintes objetivos estratégicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos; 2. Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu e global; 3. Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais; 4. Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social; 5. Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública; 6. Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições.

Estratégia Nacional Para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) - RCM n.º 109/2007, de 20 de agosto
A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) para o período 2005/15 consiste num conjunto coordenado de atuações que, partindo da situação atual de Portugal, com as suas fragilidades e potencialidades, permitam assegurar um crescimento económico célere e vigoroso, uma maior coesão social, e um elevado e crescente nível de proteção e valorização do ambiente.
Objetivos principais
A ENDS apresenta os seguintes objetivos:
<ol style="list-style-type: none"> 1. Qualificação dos portugueses em direção à Sociedade do Conhecimento; 2. Economia sustentável, competitiva e orientada para atividades de futuro; 3. Gestão eficiente e preventiva do ambiente e do património natural; 4. Organização equilibrada do território que valorize Portugal no espaço Europeu e que proporcione qualidade de vida; 5. Dinâmica de coesão social e responsabilidade individual; 6. Papel Ativo de Portugal na Cooperação para a Sustentabilidade Global.

Estratégia nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB) - RCM n.º 152/2001, de 11 de outubro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 20-AG/2001, de 31 de outubro
A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB) é um instrumento fundamental para a prossecução de uma política integrada num domínio cada vez mais importante da política de ambiente e nuclear para a própria estratégia de desenvolvimento sustentável.
Objetivos Gerais e Opções estratégicas
A ENCNB é um documento centrado em três objetivos gerais :
<ul style="list-style-type: none"> • Conservar a natureza incluindo os elementos notáveis da geologia geomorfologia e paleontologia; • Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos; • Contribuir para a prossecução dos objetivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da natureza em que Portugal está envolvido, em especial os objetivos definidos na Convenção sobre a Diversidade Biológica.
Para a concretização dos objetivos acima expostos a ENCNB formula dez opções estratégicas :
<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, <i>habitats</i> e ecossistemas; 2. Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrando a Rede Nacional de Áreas Protegidas; 3. Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social; 4. Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e das zonas de proteção integradas no processo da Rede Natura 2000; 5. Desenvolver em todo o território nacional ações específicas de conservação e gestão de espécies e <i>habitats</i>, bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico; 6. Promover a integração política de conservação da natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais; 7. Aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local; 8. Promover a educação e a formação em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade; 9. Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil; 10. Intensificar a cooperação internacional.

Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) - RCM nº 104/2006, 21 de agosto
O Programa Nacional para as Alterações Climáticas configura o instrumento de política do Governo que suporta o cumprimento do Protocolo de Quioto pelo Estado Português.
Objetivos
O PNAC 2006 pretende: <ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a monitorização nos diversos setores e alargar o esforço de cumprimento do Protocolo de Quioto, “através de medidas nos setores não abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão”; • Acautelar que os diversos setores desenvolvam um esforço de monitorização apertado de modo a garantir a execução das diferentes medidas; • Reforçar a verba do Fundo Português de Carbono.

Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE) (2008 -2015) – RCM 80/2008, 20 de maio
O Programa Nacional de Ação para a Eficiência Energética é um plano de ação agregador de um conjunto de programas e medidas de eficiência energética.
Objetivos
O PNAEE é um plano de ação para a eficiência energética, estabelecendo como meta a alcançar até 2015 a implementação de medidas de melhoria de eficiência energética equivalentes a 10 % do consumo final de energia, relativa à eficiência na utilização final de energia e aos serviços energéticos.
O PNAEE abrange quatro áreas específicas, objeto de orientações de cariz predominantemente tecnológico: Transportes, Residencial e Serviços, Indústria e Estado. Adicionalmente, estabelece três áreas transversais de atuação — Comportamentos, Fiscalidade, Incentivos e Financiamentos — sobre as quais incidiram análises e orientações complementares.
Áreas de Transportes – objetivos:
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumento da eficiência energética no transporte particular, por via da renovação de equipamentos e estímulo à aquisição de veículos e produtos energeticamente eficientes; ✓ Estimular a utilização de meios de transporte energeticamente mais eficientes como os transportes coletivos em detrimento do transporte individual nas deslocações pendulares, não deixando de aumentar sempre que possível a eficiência energética dos primeiros; ✓ Redução do consumo de energia no transporte de passageiros e mercadorias, por via da transferência para sistemas de transporte energeticamente mais eficientes e introdução de medidas de melhoria da eficiência nos transportes rodoviários.
Metas:
<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir em 20% o parque de veículos ligeiros com mais de 10 anos. • Reduzir em mais de 20% as emissões médias de CO2 dos veículos novos vendidos anualmente (143g/km em 2005 para 110g/km). • 20% do parque automóvel com equipamentos de monitorização (computador de bordo, GPS, cruise control ou verificação automática de pneus) . • Criação de plataforma inovadora de gestão de tráfego com rotas otimizadas por GPS. • Criação de planos de mobilidade urbana para capitais de distrito e centros empresariais com mais de 500 trabalhadores. • Transferência modal de 5% do transporte individual para coletivo. • 20% do comércio internacional de mercadorias transferido do modo rodoviário para marítimo.
Área Residencial e Serviços – objetivos:
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Tornar o parque atual de equipamentos domésticos (eletrodomésticos e iluminação) mais eficiente quer por via da substituição

direta quer através do desincentivo à compra de novos equipamentos com performances energéticas significativamente inferiores às melhores práticas já existentes no mercado, quer por via do estímulo a uma mudança de comportamentos na aquisição e no consumo de energia.

- ✓ Melhorar o desempenho energético dos edifícios, através da melhoria da classe média de eficiência energética do parque edificado, mediante a implementação do Sistema de Certificação Energética.
- ✓ Promover a substituição do consumo de energia não renovável por energia renovável através da maior facilidade de acesso a tecnologias de micro-geração e de aquecimento solar.

Metas:

- Programa de incentivo à reabilitação urbana sustentável, com o objetivo de ter 1 em cada 15 lares com classe energética otimizada (superior ou igual a B-).
- Programa de renovação de 1 milhão de grandes eletrodomésticos.
- Substituição de 5 milhões de lâmpadas por CFL.
- Benefícios no licenciamento à construção eficiente (majoração da área de construção).
- 75 mil lares electroprodutores (165MW potência instalada).
- • 1 em cada 15 edifícios com Água Quente Solar.

Área de Indústria – objetivos:

- ✓ Promover o aumento da eficiência energética por via da modificação dos processos de fabrico, da introdução de novas tecnologias e da mudança de comportamento.

Metas:

- Redução de 8% do consumo energético da indústria transformadora.
- Criação do Sistema de Gestão de Consumos Intensivos de Energia com alargamento às médias empresas (> 500 tep) e incentivos à implementação das medidas identificadas.

Área Estado – objetivos:

- ✓ O comportamento do Estado deve constituir uma referência para o Mercado, assim pretende-se reduzir a energia consumida no Setor Estatal a um ritmo superior ao definido como objetivo geral na diretiva europeia, através da implementação de medidas de eficiência energética e alteração de comportamentos de consumo.

Metas:

- Certificação energética de todos os edifícios do Estado.
- 20% dos edifícios do Estado com classe igual ou superior a B-.
- 20% da frota de veículos do Estado com emissões de CO2 inferiores a 110 g/km.
- Phase-out da iluminação pública ineficiente.
- 20% da semaforização de trânsito com iluminação eficiente (LED).

Comportamentos – objetivos:

- ✓ Programa orientado para duas vertentes: em primeiro lugar para a divulgação e informação sobre tecnologias de vanguarda e em segundo lugar para a evidência dos casos de excelência como forma de aumentar a consciencialização para a temática da eficiência energética e de incentivar os diferentes agentes (principalmente os de caráter mais dispersos e difíceis de abranger em regimes obrigatórios) a seguirem o exemplo por via da "competição" entre pares.

Medidas:

- Lançamento do "Prémio Mais Eficiência" para premiar a excelência ao nível das várias vertentes (ex. empresas, edifícios, escolas, entre outros).
- Conceito "Mais Eficiência Energética": "selo"/credenciação para identificar boas práticas em cinco vertentes: Casa, Autarquia, Empresa, Escola e Equipamentos.

- Aumento da consciencialização para a eficiência energética e mudança de comportamentos através de campanhas de comunicação e sensibilização.

Fiscalidade – objetivos:

- ✓ Utilização de ferramentas fiscais (taxas, abatimentos ao rendimento, benefícios e incentivos) que visem incentivar a procura de equipamentos ou materiais energeticamente mais eficientes e que ao mesmo tempo desincentivem a aquisição de equipamentos menos eficientes face às melhores alternativas já existentes no mercado de forma corrente.

Medidas:

- Novo regime de tributação automóvel e fiscalidade sobre os combustíveis industriais.
- Regime de amortizações aceleradas para equipamentos e viaturas eficientes.
- Incentivos fiscais à microprodução e alinhamento progressivo da fiscalidade com o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (ex. benefício em IRS a habitações classe A/A+).

Incentivos e financiamento – Medidas:

- Incentivo à eficiência no consumo elétrico - incentivo aos clientes de maior consumo por contrapartida de prémio aos de menor consumo e do Fundo de Eficiência Energética.
- Cheque eficiência: Prémio equivalente a 10% ou 20% dos gastos em eletricidade durante 2 anos em caso de redução verificada de 10% ou 20% do consumo de eletricidade.
- Crédito bonificado: €250M/ano para investimentos em eficiência (enfoque reabilitação urbana).
- Dinamização de Empresas de Serviços de Energia através de incentivos à sua criação (QREN), concursos para auditorias no Estado e regulamentação do “Contrato Eficiência”.

Plano Nacional da Água (PNA) - DL nº 112/2002, de 17 de abril

O Plano Nacional da Água define as orientações de âmbito nacional para a gestão integrada das águas, fundamentadas em diagnóstico da situação atual e na definição de objetivos a alcançar através de medidas e ações, de acordo com o Decreto-Lei nº 45/94 de 22 de fevereiro (revogado pelo Lei nº 58/2005, de 29 de dezembro).

Linhas de orientação

O estabelecido no PNA segue as seguintes linhas de orientação:

- Aumento da produtividade da água e promoção do seu uso racional, com o máximo respeito pela integridade territorial das bacias hidrográficas;
- Proteção, conservação e requalificação dos meios hídricos e dos ecossistemas associados;
- Satisfação das necessidades das populações e do desenvolvimento económico e social do país;
- Respeito pela legislação nacional e comunitária relevante e satisfação dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado português;
- Acesso à informação e participação dos cidadãos na gestão dos recursos hídricos.

Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS) - RCM n.º 91/2008, de 4 de junho

O Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde 2007–2013 tem como desígnio melhorar a eficácia das políticas de prevenção, controlo e redução de riscos para a saúde com origem em fatores ambientais, promovendo a integração do conhecimento e a inovação, contribuindo também, desta forma, para o desenvolvimento económico e social do país.

Objetivos

No horizonte referido, são objetivos do plano:

- Intervir ao nível dos fatores ambientais para promover a saúde da pessoa e das comunidades a eles expostos;

- Sensibilizar, educar e formar os profissionais e a população em geral, por forma a minimizar os riscos para a saúde associados a fatores ambientais;
- Promover a adequação de políticas e a comunicação do risco;
- Construir uma rede de informação que reforce o conhecimento das inter-relações Ambiente e Saúde.

Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) - RCM n.º 53/2007, de 4 de abril

O Plano Estratégico Nacional do Turismo serve de base à concretização de ações definidas para o crescimento sustentado do Turismo nacional nos próximos anos.

Linhas de Desenvolvimento Estratégico

Tem em conta as seguintes Linhas de Desenvolvimento Estratégico:

- **Mercados emissores** - Apostar na captação de turistas de 20 mercados emissores internacionais e no desenvolvimento do Turismo interno.
- **Estratégia de produtos** - Consolidar e desenvolver 10 produtos turísticos estratégicos.
- **Linhas orientadoras para as regiões** - Desenvolver ofertas distintivas para as regiões, alinhadas com a proposta de valor do destino Portugal, capitalizando a vocação natural de cada região e desenvolvendo os seus fatores de qualificação.
- **Linhas de orientação para os pólos** - Desenvolver 6 novos Pólos Turísticos para diversificar a oferta turística em Portugal e implementar um modelo de desenvolvimento sustentado.
- **Acessibilidades aéreas** - Reforçar as acessibilidades aéreas com as cidades/regiões com maior potencial turístico em cada mercado emissor.
- **Eventos** - Dinamizar um calendário nacional de eventos que assegure o reforço da notoriedade do destino e o enriquecimento da experiência do turista.
- **Enriquecimento da oferta** - Desenvolver e inovar conteúdos tradicionais portugueses que constituam fatores de diferenciação turística.
- **Qualidade urbana, ambiental e paisagística** - Tornar a qualidade urbana, ambiental e paisagística numa componente fundamental do produto turístico para valorizar e qualificar o destino Portugal.
- **Qualidade de serviço e de recursos humanos** – Reforçar a qualidade do Turismo português aos longo dos “momentos de verdade” de interação com o turista, através da implementação de um sistema de qualidade turística e da formação e valorização dos recursos humanos.
- **Promoção e distribuição** – Implementar uma abordagem inovadora, comunicando uma proposta de valor diferenciada, atuando por mercado emissor e segmento, conferindo maior enfoque no canal internet, promovendo uma gestão proactiva da relação com prescritores e definindo como prioridade o destino Portugal.
- **Eficácia e modernização da atuação dos agentes públicos e privados** - Facilitar a interação das empresas com o Estado, promover a difusão do conhecimento, estimular a investigação e o desenvolvimento e a adoção de práticas inovadoras pelas empresas, incentivar a modernização empresarial.

Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA) – Bases e Linhas Orientadoras - RCM nº 113/2005, de 30 de julho

O Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água tem como principal finalidade a promoção do uso eficiente da água em Portugal, especialmente nos setores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de escassez hídrica e para melhorar as condições ambientais nos meios hídricos.

Objetivos específicos

O PNUEA assenta sobre quatro áreas programáticas (compreendendo cada uma delas um conjunto de ações):

- Medição e reconversão de equipamentos de utilização da água;
- Sensibilização, informação e educação;

- Regulamentação e normalização;
- Formação e apoio técnico.

A definição de metas para o PNUEA passa pela definição de um indicador que traduza a eficiência de utilização da água em qualquer dos setores considerados, tornando direta e transparente a comparação entre metas e resultados obtidos, simplificando uma situação que de outro modo seria complexa. Assim:

- **Meta no consumo urbano** – Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de controlo de perdas, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir, ao fim de um período de 10 anos, uma eficiência de utilização da água de 80%.
- **Meta no consumo agrícola** - Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de área regada, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir a 10 anos uma eficiência de utilização de água de 65%.
- **Meta no consumo industrial** - Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de procedimentos dos utilizadores industriais e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir ao fim de 10 anos uma eficiência de utilização da água de 85%.

Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II (PEAASAR II) - Despacho nº 2339/2007, de 14 de fevereiro

O Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II estabelece as orientações e fixa os objetivos de gestão e proteção dos valores ambientais associados aos recursos hídricos no horizonte 2007-2013.

Objetivos estratégicos e objetivos operacionais

Os objetivos estratégicos são os seguintes:

- Universalidade, continuidade e qualidade do serviço;
- Sustentabilidade do setor;
- Proteção dos valores ambientais.

No que se refere aos objetivos operacionais, deste constam:

- Servir cerca de 95% da população total do país com sistemas públicos de abastecimento de água;
- Servir cerca de 90% da população total do país com sistemas públicos de saneamento de águas residuais urbanas, sendo que em cada sistema integrado o nível de atendimento desejável deve ser de pelo menos 70% da população abrangida;
- Garantir a recuperação integral dos custos incorridos dos serviços;
- Contribuir para a dinamização do tecido empresarial privado nacional e local;
- Cumprir os objetivos decorrentes do normativo nacional e comunitário de proteção do ambiente e saúde pública.

Para a prossecução destes objetivos deverão ser adotadas um conjunto de medidas, de entre as quais:

1. Realizar os investimentos necessários à conclusão e à expansão dos sistemas "em alta" e à continuação da infraestruturização da vertente "em baixa", com especial enfoque nos investimentos visando a articulação entre ambas as vertentes;
2. Rever os princípios de enquadramento legal, técnico, económico e financeiro aplicáveis aos sistemas multimunicipais e alargar o leque de soluções institucionais de gestão empresarial;
3. Promover uma maior integração territorial e funcional dos sistemas plurimunicipais vizinhos, de forma a potenciar economias de escala e da gama e mais valias-ambientais;
4. Promover a criação, na vertente em "baixa", de sistemas integrados, tanto quando possível territorialmente articulados com as soluções existentes na vertente em "alta", e com um regime tarifário uniformizado na área de intervenção de cada sistema, regulamentar a gestão de sistemas municipais e criar uma Lei de Base de Concessões em "baixa";
5. Implementar as disposições da Lei nº 58/2005, de 29 de dezembro, Lei da Água, diretamente relacionadas com o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais e incentivar o uso eficiente da água e o controlo e prevenção da poluição;
6. Estimular o investimento privado e promover a concorrência, com especial destaque para um alargamento e dinamização muito significativos do mercado dos contratos de exploração e prestação de serviços, promovendo assim o desenvolvimento do tecido

empresarial nacional e local;

7. Reforçar e alargar o âmbito dos mecanismos de regulação de serviços e de regulação ambiental e de inspeção.

Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos II (PERSU II) - Portaria nº 187/2007, de 12 de fevereiro

O PERSU II constitui um instrumento estratégico diretor da gestão de resíduos sólidos urbanos (RSU) para o período de 2007 a 2016, fundamental para que o setor possa dispor de orientações e objetivos claros, bem como de uma estratégia de investimento que confira coerência, equilíbrio e sustentabilidade à intervenção dos vários agentes diretamente envolvidos.

Destacam-se como principais agentes envolvidos e/ou a envolver na prossecução da estratégia consignada no PERSU II, entre outros, os Sistemas Intermunicipais e Multimunicipais, os Municípios e os Operadores Provados do Setor dos RSU.

Principais desafios

A estratégia vertida no presente Plano implicará um investimento e um esforço de todos os agentes envolvidos, designadamente ao nível da implementação de melhores práticas de gestão de RSU, entendido como indispensável para atingir desafios como os da:

- Prevenção da produção.
- Maximização da reciclagem.
- Minimização da deposição em aterro.

Plano Rodoviário Nacional (PRN - 2000) – D.L. n.º 222/98, 17 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99, 26 de julho, e pelo D.L. n.º 182/2003, 16 de agosto

O atual Plano Rodoviário Nacional define uma rede nacional, que desempenha funções de interesse nacional e internacional.

A rede rodoviária nacional é constituída pela rede nacional fundamental e pela rede nacional complementar.

Objetivos

O PRN – 2000 tem como principais objetivos:

- Introdução de significativas inovações relativamente ao PRN85, potenciando o correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários, o desenvolvimento de potencialidades regionais, a redução do custo global dos transportes rodoviários, o aumento da segurança da circulação, a satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede.
- Necessidade de aumentar a densidade da rede de estradas nas zonas fronteiriças, promover o fecho de malhas viárias, assim como melhorar a acessibilidade de alguns concelhos, o que contribuirá para a correção das assimetrias que ainda se verificam no desenvolvimento socioeconómico do País.
- Reclassificação de algumas das estradas não incluídas no anterior plano rodoviário nacional como estradas nacionais e instituir uma nova categoria viária, a das estradas regionais.
- Preocupação assumida em matéria de melhoria qualitativa da rede rodoviária, com especial relevo para a defesa ambiental em meio urbano, para os dispositivos de combate à sinistralidade nos mais diversos planos e para os instrumentos de informação necessários à boa gestão e utilização das infraestruturas em causa.

Programa Nacional de Ação para o Crescimento e Emprego (PNACE)

O Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego 2005/2008 é um programa integrado e pragmático que Portugal vai desenvolver no contexto da União Europeia, face aos desafios colocados pela economia e pela sociedade globalizada em que tem que competir e se quer afirmar.

Desafios

Os desafios são:

Reforçar a credibilidade:

- Consolidar as contas públicas e, no horizonte de 2008, reduzir o défice público do País para 2,6% do PIB.
- Garantir a Sustentabilidade do Sistema de Proteção Social e Modernizar o Sistema de Saúde.
- Melhorar a governação, reestruturar e qualificar a Administração Pública.

Apostar na confiança para o crescimento económico:

- Fomentar o crescimento económico, atingir uma taxa de crescimento anual do PIB de 2,4% 10. Retomar um processo de convergência real com os níveis médios de rendimento da União Europeia.
- Reorientar a aplicação dos recursos públicos dando prioridade aos investimentos indutores de crescimento e criadores de emprego.
- Estimular o investimento em setores chave, reestruturar o capital de risco, atrair o investimento privado, apoiar a modernização do tecido empresarial.
- Melhorar a eficiência dos mercados. Reforçar a função reguladora e fiscalizadora do Estado, em particular a regulamentação dos serviços, garantindo condições de livre concorrência e acesso a “inputs” produtivos em condições mais favoráveis.
- Aumentar a qualidade dos serviços públicos para as empresas e cidadãos. Criar um ambiente de negócios mais atrativo para a iniciativa privada. Melhorar o contexto jurídico, agilizar o sistema de justiça, simplificar, desburocratizar, desmaterializar.

Assumir os desafios da competitividade:

- Reforçar a educação e qualificação da população portuguesa numa ótica de aprendizagem ao longo da vida.
- Adaptar os sistemas de educação e formação às necessidades de criação de novas competências.
- Promover o uso e disseminar o acesso às tecnologias da informação de forma inclusiva.
- Aumentar o número de investigadores. Incrementar o investimento e a qualidade da investigação e desenvolvimento público e privado. Promover a incorporação dos resultados de I&D nos processos produtivos, triplicar o investimento privado em investigação e desenvolvimento.
- Promover o emprego qualificado.
- Promover a inovação, o empreendedorismo e a internacionalização. Reforçar a capacidade de criação de valor nas empresas.

Reforçar o Emprego e a Coesão Social:

- Promover a criação de emprego, atrair e reter o maior número de pessoas no emprego, atingir uma taxa de emprego global de 69%.
- Prevenir e combater o desemprego, nomeadamente de jovens e de longa duração.
- Gerir de forma preventiva e precoce os processos de reestruturação e deslocalização empresarial.
- Promover a qualidade do trabalho e a flexibilidade com segurança no emprego, num quadro de reforço do diálogo e concertação social. Promover a concertação estratégica no domínio das relações laborais e das grandes opções de desenvolvimento do País.
- Desenvolver o carácter inclusivo do mercado de trabalho e melhorar os sistemas de proteção e inclusão social.
- Promover a igualdade de oportunidades para todos, a reabilitação e a reinserção, a conciliação entre a vida social e profissional, a igualdade de género e o envelhecimento ativo.

Reforçar a coesão territorial e ambiental como fatores de competitividade e desenvolvimento sustentável:

- Promover um uso mais sustentável dos recursos naturais e reduzir os impactos ambientais.
- Promover a eficiência energética.
- Melhorar o ordenamento do território e a eficiência dos instrumentos de ordenamento.
- Promover um sistema urbano policêntrico e a crescente integração das cidades e do país em espaços supranacionais.
- Melhorar a mobilidade dos transportes e aproveitar as oportunidades de exploração da logística.

Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Tejo (PBH Rio Tejo) - D.R. n.º 18/2001, 07 de dezembro

Plano de Bacia Hidrográfica (PBH) é um plano sectorial que assenta numa abordagem conjunta e interligada de aspetos técnicos,

económicos, ambientais e institucionais, envolve os agentes económicos e as populações diretamente interessadas, tem em vista estabelecer de forma estruturada e programática uma estratégia racional de gestão e utilização da bacia hidrográfica, em articulação com o ordenamento do território e a conservação e proteção do ambiente.

Objetivos Estratégicos

Objetivos Estratégicos do PBH – Rio Tejo:

- **Recuperação e prevenção da qualidade da água:**
 - Cumprir a Legislação nacional comunitária associada à qualidade dos meios hídricos;
 - Resolver outras carências e disfunções ambientais associadas à qualidade dos meios hídricos;
 - Adaptar as infraestruturas associadas à despoluição dos meios hídricos à necessidade de melhoria da qualidade da água;
 - Proteger e valorizar os meios hídricos de especial interesse, com destaque para as origens destinadas ao consumo humano;
 - Elaborar um Plano de Gestão do Estuário do Tejo.
- **Gestão da procura:**
 - Assegurar a quantidade de água necessária às diferentes utilizações;
 - Promover o cumprimento da legislação nacional e comunitária associada à qualidade da água fornecida por sistemas públicos de abastecimento;
 - Promover a conservação da água mediante a racionalização dos consumos, a eficiência dos usos e a reutilização da água.
- **Proteção da natureza:**
 - Estabelecer caudais ambientais para as diferentes linhas de água, em função da sua importância e de uma prévia definição de critérios;
 - Manter, recuperar e reabilitar ecossistemas dulçaquícolas em função do respetivo estado ecológico.
- **Prevenção e minimização dos efeitos das cheias, das secas e de acidentes de poluição:**
 - Elaborar um Plano de Ação para correção de obstáculos naturais e artificiais que condicionem de forma inaceitável as condições de escoamento em cheia;
 - Elaborar um programa de reafecção/construção de infraestruturas destinadas à defesa contra situações de cheias e programas de atuação em situações de seca;
 - Elaborar um Plano de Emergência para atuação em caso de acidente.
- **Valorização económica e social dos recursos hídricos**
 - Assegurar o aproveitamento integrado dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos;
 - Identificar as potenciais situações de conflito entre as diversas utilizações dos recursos, de modo a permitir a consideração dos diferentes interesses em jogo.
- **Articulação do ordenamento do território com o ordenamento do domínio hídrico:**
 - Promover a revisão dos Planos de Ordenamento à luz das condicionantes decorrentes da preservação dos recursos hídricos.
- **Quadro normativo e institucional:**
 - Assegurar a implementação da Convenção Luso-Espanhola;
 - Assegurar a simplificação e racionalização dos processos de gestão da água;
 - Promover a melhoria da coordenação intersectorial e institucional;
 - Promover a consolidação do Mercado da Água;
 - Assegurar a implementação da Diretiva-Quadro.
- **Sistema económico e financeiro**
 - Promover a sustentabilidade económica e financeira do sistema de recursos hídricos.

- **Outros objetivos (Aprofundamento do conhecimento sobre recursos hídricos)**

- Executar e reabilitar os sistemas de monitorização da qualidade da água de meios hídricos;
- Promover a participação das populações através de informação e sensibilização para a necessidade de proteger os meios hídricos.

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo (PROFR) - D.R. n.º 16/2006, 19 de outubro

O Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo vincula os instrumentos de política sectorial que incidem sobre os espaços florestais e visa enquadrar e estabelecer normas específicas de uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços.

Princípios Orientadores e Objetivos gerais

Obedece aos seguintes princípios orientadores:

- a) Promover e garantir um desenvolvimento sustentável dos espaços florestais;
- b) Promover e garantir o acesso à utilização social da floresta, promovendo a harmonização das múltiplas funções que ela desempenha e salvaguardando os seus aspetos paisagísticos, recreativos, científicos e culturais;
- c) Constituir um diagnóstico integrado e permanentemente atualizado da realidade florestal da região;
- d) Estabelecer a aplicação regional das diretrizes estratégicas nacionais de política florestal nas diversas utilizações dos espaços florestais, tendo em vista o desenvolvimento sustentável;
- e) Estabelecer a interligação com outros instrumentos de gestão territorial, bem como com planos e programas de relevante interesse, nomeadamente os relativos à manutenção da paisagem rural, à luta contra a desertificação, à conservação dos recursos hídricos e à estratégia nacional de conservação da natureza e da biodiversidade;
- f) Definir normas florestais ao nível regional e a classificação dos espaços florestais de acordo com as suas potencialidades e restrições;
- g) Potenciar a contribuição dos recursos florestais na fixação das populações ao meio rural.

Objetivos gerais os seguintes:

- Melhorar a gestão florestal e condução dos povoamentos com ganhos de produtividade e rentabilidade das explorações florestais e em simultâneo promover a certificação da gestão florestal sustentável;
- Diversificar as funcionalidades associadas aos espaços florestais, contribuindo para aumentar a rentabilidade das explorações florestais;
- Melhorar o estado de conservação dos habitats classificados florestais e silvestres na região;
- Diminuir significativamente as áreas florestais que não são sujeitas a qualquer tipo de condução;
- Ganhar coerência e racionalidade na gestão e condução das áreas florestais nas zonas onde a propriedade florestal é muito fragmentada através da constituição de unidades territoriais de dimensão adequada;
- Recuperação das áreas ardidas introduzindo modelos de organização territorial eficientes sob o ponto de vista da prevenção dos incêndios florestais;
- Implementar um plano estratégico para a recolha de informação sobre o estado sanitário da floresta;
- Melhorar o conhecimento técnico e científico relativo à gestão dos espaços florestais nas suas diversas vertentes, bem como a sua transferência para os diversos agentes do setor;
- Aumentar a qualidade paisagística dos espaços florestais e o seu contributo para o bem-estar das populações;
- Diminuir a incidência territorial dos incêndios florestais de forma significativa, privilegiando as medidas de carácter preventivo, a estruturação coerente da Rede Regional de Defesa da Floresta Contra Incêndios e a diversificação da composição das áreas florestais;

- Melhorar a qualificação técnica e profissional dos diversos agentes da fileira florestal de modo a fazer face aos desafios colocados ao setor.

Sub-região homogénea Floresta dos Templários:

- Reabilitar do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação;
- Rearborizar de áreas ardidadas com espécies ecologicamente bem adaptadas e de acordo com as orientações da Comissão Regional de Reflorestação do Ribatejo;
- Diversificar a composição das áreas florestais traduzindo-se na adequada compartimentação das manchas e na melhoria da qualidade da paisagem florestal;
- Compartimentação dos espaços florestais através da implementação da rede primária de faixas de gestão de combustível;
- Diversificar as produções associadas aos espaços florestais;
- Melhorar o estado de conservação das linhas de água;
- Diminuir a erosão dos solos através da manutenção de um coberto vegetal adequado e da adoção de práticas de condução adequadas;
- Aumentar e beneficiar os espaços florestais de enquadramento a atividades de recreio;
- Promover o enquadramento adequado de monumentos, sítios arqueológicos, aglomerados urbanos e infraestruturas;
- Manter e valorizar a qualidade da paisagem da sub-região através dos espaços florestais.

Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT-OVT) - RCM n.º 64A/2009, 23 de março

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo é o instrumento de gestão territorial que estabelece a definição para o uso, ocupação e transformação do solo, a integração das políticas sectoriais no ordenamento do território e na coordenação das intervenções e as orientações para a elaboração dos PMOT.

Eixos e objetivos estratégicos

São Eixos e objetivos estratégicos do PROT-OVT:

EIXO 1 -Ganhar a aposta da inovação, competitividade e internacionalização.

- Renovar o modelo de crescimento económico, valorizando os recursos endógenos da região, promovendo pólos de competitividade e tecnologia, afirmando lógicas sectoriais ou de atividades relacionadas e organizadas em clusters ou redes e dinamizando a renovação económica urbana e revitalização da atividade económica em centros urbanos.
- Apostar na qualificação territorial através do reforço de infraestruturas de internacionalização, acolhendo atividades produtivas, logísticas e de serviços, e da afirmação de um leque de especializações regionais nas áreas do turismo, cultura, desporto e lazer, acolhimento empresarial, agricultura/agroalimentar, ambiente, recursos energéticos endógenos, e pesca e aquicultura.
- Potenciar a utilização eficiente das infraestruturas de transportes existentes ou a criar, promovendo-se a elaboração e implementação de um Plano Regional de Transportes, impulsionando-se a criação de uma estrutura de coordenação dos transportes regionais e aumentando a acessibilidade aos centros urbanos e outros pólos/equipamentos relevantes.
- Fomentar a iniciativa empresarial e o empreendedorismo, garantindo a ligação das redes empresariais aos Centros de Investigação e às Universidades, e promovendo uma melhoria dos parques empresariais existentes.
- Apostar na qualificação humana, através do reforço da capacidade de qualificação técnica para a agricultura, floresta e pesca, do apoio ao desenvolvimento das atividades económicas associadas à produção cultural, e da orientação da prestação dos serviços públicos com base na utilização das TIC.

EIXO 2 -Potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental.

- Proteger e valorizar os recursos naturais, patrimoniais e culturais através de medidas que os integrem na gestão do planeamento territorial regional e municipal, numa perspetiva de coesão territorial e reforço da identidade regional.
- Apostar no desenvolvimento sustentável das atividades de turismo e lazer, nomeadamente o touring cultural e paisagístico,

através da identificação de temas e recursos a preservar para a constituição de rotas turísticas, considerando a localização de referência das “portas do mar”, e do apoio a estratégias de comunicação e marketing que estruturam a procura dos produtos culturais regionais.

- Potenciar o aproveitamento das atividades agrícolas, florestais, nomeadamente as associadas à exploração de produtos verdes (agroflorestais e energias renováveis), conciliando-as com as dinâmicas urbanas e as áreas fundamentais para a conservação da natureza e da paisagem e promover o aproveitamento dos recursos geológicos, numa perspectiva de compatibilização dos valores naturais e patrimoniais com as componentes económica e social.
- Dar continuidade à aposta no aproveitamento da energia eólica da Região, e gerir a procura de energia através de políticas de planeamento do licenciamento urbanístico, de sensibilização e educação de populações e agentes económicos.
- Identificar a distribuição espacial dos perigos naturais, tecnológicos e ambientais no território regional, e promover a gestão adequada das águas residuais e de resíduos de origem agrícola e não agrícola, tomando em consideração a saúde pública e segurança de pessoas e bens, a ocupação atual do território e as projeções da sua utilização futura.

EIXO 3 -Concretizar a visão policêntrica e valorizar a qualidade de vida urbana.

- Reforçar e consolidar os subsistemas urbanos regionais, mitigando a dicotomia litoral/ interior no sentido da estruturação de uma rede urbana polinucleada, integrando soluções de carácter plurimunicipal no âmbito dos setores do abastecimento público de água e saneamento de águas residuais e reforçando complementaridades e sinergias em redes de equipamentos para as áreas da saúde, educação, cultura, desporto e lazer.
- Apostar na qualificação dos centros urbanos através da valorização dos recursos patrimoniais e frentes ribeirinhas, da recuperação dos espaços urbanos desqualificados, e do estabelecimento de redes de equipamentos, assegurando condições de acessibilidade e de mobilidade adequadas, e criar condições para o aparecimento de estruturas de nível concelhio vocacionadas para a reabilitação urbana, e promoção e recuperação do parque habitacional dos Centros Históricos, de modo a melhorar a sua atratividade.
- Apostar em formas de turismo alternativas, materializadas nas áreas urbanas e nos pequenos aglomerados tradicionais, com base na valorização dos recursos do património cultural, requalificando Fátima como centro urbano de Turismo Religioso.
- Apostar na qualificação dos recursos humanos, valorizando a oferta de ensino profissional e politécnico, e alargando a gama de oferta de serviços coletivos e de interesse público suportados na Internet e na utilização das TIC aos centros urbanos de menor dimensão.

EIXO 4 -Descobrir as novas ruralidades.

- Incrementar e consolidar, de forma sustentável, a competitividade das fileiras de produção agrícola, florestal e agropecuária, valorizando os produtos de grau elevado de diferenciação e qualidade, e garantindo uma valorização ambiental, paisagística, da biodiversidade e dos recursos naturais, e da valência turística dos espaços rurais.
- Requalificar e consolidar a agricultura de regadio, associada à promoção de mecanismos sustentáveis de gestão das infraestruturas e dos recursos naturais, e redimensionando as estruturas de transformação e comercialização.
- Inovar ao nível da articulação urbano-rural, diversificando a economia e as funcionalidades agrícola e não agrícola associadas ao espaço rural, dirigida por uma utilização sustentável dos recursos naturais e do património rural e apostando numa ruralidade qualificada, através do desenvolvimento de competências técnicas, da melhoria da organização dos setores produtivos, e do alargamento da gama de oferta de serviços coletivos e de interesse público suportados na Internet e na utilização das TIC.

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Ferreira do Zêzere (PMDFCI - Ferreira do Zêzere)

Os PMDFCI desenvolvem orientações de planeamento Nacional e Regional segundo as normas da Portaria 1139/2006 de 25 de outubro e as orientações técnicas e metodológicas estabelecidas pela atual AFN.

Objetivos principais

Objetivos municipais do PMDFCI:

- Aumentar a resiliência do território aos Incêndios Florestais.
- Reduzir a incidência dos incêndios.

- Melhorar a eficácia e a eficiência do ataque e da gestão de incêndios.
- Recuperar e reabilitar os ecossistemas e as comunidades.
- Adotar uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

Programa Territorial de Desenvolvimento do Médio e Pinhal Interior Sul

O Programa de Desenvolvimento Territorial do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul corresponde ao resultado do trabalho de concertação, planeamento e definição estratégica, promovido em conjunto pela Comunidade Urbana do Médio Tejo e pela Associação de Municípios do Pinhal Interior Sul.

Eixos Estratégicos e Objetivos para o Médio Tejo e Pinhal Interior Sul

EIXO I - Afirmar uma Rede urbana Atrativa

- Objetivo 1 – Requalificação e Desenvolvimento Complementar de Centros Urbanos.
- Objetivo 2 – Rede de Equipamentos e Qualidade de Vida.
- Objetivo 3 – Mobilidade Regional como suporte da complementaridade e do policentrismo da Rede de Pólos Urbanos.

EIXO II- Afirmção das Vantagens de Localização Empresarial como alavanca de Competitividade Regional

- Objetivo 4 – Vantagens de Localização Empresarial na estruturação do território e na dinamização das atividades económicas.
- Objetivo 5 – Rede Regional de Conhecimento e Formação Avançada.

EIXO III - Valorização Turística do Património e Sustentabilidade dos Recursos Endógenos

- Objetivo 6 – Desenvolvimento das Atividades de Valorização Económica do Património Natural.
- Objetivo 7 – Valorização e Alargamento do(s) Produto(s) Turístico(s) centrados no Património.
- Objetivo 8 – Dinamização integrada das Atividades Culturais (Oferta e Procura, Criação e Fruição).

EIXO IV - Educação Básica de Excelência

- Objetivo 9 – Redes de Equipamentos e Serviços Urbanos Atrativos.

EIXO V - Sistema de Governança Regional

- Objetivo 10 - Montagem de um Sistema de Governança Regional.

Plano Diretor Municipal de Ferreira do Zêzere (PDM)

O Plano Diretor Municipal de Vagos estabelece um conjunto de orientações e parâmetros para uso, ocupação e transformação do solo no município de Seia, dando cumprimento ao estabelecido nos termos do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro, para o ordenamento do território

Objetivos


São objetivos destes instrumentos estabelecer:


- A tradução, no âmbito local, do quadro de desenvolvimento do território estabelecido nos instrumentos de natureza estratégica de âmbito nacional e regional;
- A expressão territorial da estratégia de desenvolvimento local;
- A articulação das políticas sectoriais com incidência local;


- o A base de uma gestão programada do território municipal;
- o A definição da estrutura ecológica municipal;
- o Os princípios e as regras de garantia da qualidade ambiental e da preservação do património cultural;
- o Os princípios e os critérios subjacentes a opções de localização de infraestruturas, equipamentos, serviços e funções;
- o Os critérios de localização e distribuição das atividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços;
- o Os parâmetros de uso do solo;
- o Os parâmetros de uso e fruição do espaço público;
- o Outros indicadores relevantes para a elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial.

Anexo II - Relação entre o Quadro de Referência Estratégico definido e os objetivos estratégicos do Plano de Urbanização de Ferreira do Zêzere.

Relação entre objetivos estratégicos do Plano de Urbanização de Ferreira do Zêzere e os Objetivos do QRE:

 **Relação Forte** (evidencia que os objetivos do QRE se encontram contemplados nos objetivos estratégicos do Plano).

 **Relação Média** (evidencia que os objetivos do QRE se encontram apenas parcialmente contemplados nos objetivos estratégicos do Plano).

 **Relação Fraca a Nula** (evidencia a existência de objetivos do QRE que não são se encontram devidamente contemplados nos objetivos estratégicos do Plano).

Objetivos do Plano de Urbanização de Ferreira do Zêzere:

- 1 Incentivar a recuperação do parque edificado ao nível, não só arquitetónico, mas também da utilização, contribuindo para a qualificação urbana da sede de concelho, e conferindo-lhe condições mais favoráveis para a sua integração em roteiros turísticos;
- 2 Programar o espaço urbano e o seu crescimento através de uma estrutura coerente, devidamente dimensionado e adequado ao suporte físico e às necessidades de desenvolvimento;
- 3 Definir uma estrutura ecológica visando a criação de espaços mais naturalizados ou de descompressão urbana, configurando uma malha/rede verde na área do plano;
- 4 Posicionar Ferreira do Zêzere nos circuitos turísticos e gastronómicos da região do Centro e do Vale do Tejo.

Relação entre os objetivos estratégicos do PUFZ e os Objetivos do QREN.

Objetivos do QREN \ Objetivos estratégicos do PUFZ	1	2	3	4
Promover a qualificação dos Portugueses				
Promover o crescimento sustentado através, especialmente, dos objetivos do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto.				
Garantir a coesão social atuando, em particular, nos objetivos do aumento do emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional, do estímulo às dinâmicas culturais, assegurando a Inclusão social.				
Assegurar a qualificação do território e das cidades traduzida, em especial, nos objetivos de assegurar ganhos ambientais, promover um melhor ordenamento do território, estimular a descentralização regional da atividade científica e tecnológica, prevenir riscos naturais e tecnológicos e, ainda, melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento.				
Aumentar a eficiência da Governação				

Relação entre os objetivos estratégicos do PUFZ e os Objetivos do PNPT.

Objetivos do PNPT	Objetivos estratégicos do PUFZ			
	1	2	3	4
Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos				
Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu e global				
Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais				
Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social				
Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública				
Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições				

Relação entre os objetivos estratégicos do PUFZ e os Objetivos da ENDS.

Objetivos da ENDS	Objetivos estratégicos do PUFZ			
	1	2	3	4
Qualificação dos portugueses em direção à Sociedade do Conhecimento				
Economia sustentável, competitiva e orientada para atividades de futuro				
Gestão eficiente e preventiva do ambiente e do património natural				
Organização equilibrada do território que valorize Portugal no espaço Europeu e que proporcione qualidade de vida				
Dinâmica de coesão social e responsabilidade individual				
Papel Ativo de Portugal na Cooperação para a Sustentabilidade Global				
Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada				

Relação entre as os objetivos estratégicos do PUFZ e as opções da ENCNB.

Objetivos da ENCNB	Objetivos estratégicos do PUFZ			
	1	2	3	4

Objetivos da ENCNB	Objetivos estratégicos do PUFZ			
	1	2	3	4
Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, habitats e ecossistemas				
Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrando a Rede Nacional de Áreas Protegidas				
Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social				
Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e das zonas de proteção integrados no processo da Rede Natura 2000				
Desenvolver em todo o território nacional ações específicas de conservação e gestão de espécies e habitats, bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico				
Promover a integração política de conservação da natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais				
Aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local				
Promover a educação e a formação em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade				
Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil				
Intensificar a cooperação internacional				

Relação entre os objetivos estratégicos do PUFZ e os Objetivos do PNAC.

Objetivos do PNAC	Objetivos estratégicos do PUFZ			
	1	2	3	4
Reforçar a monitorização nos diversos setores e alargar o esforço de cumprimento do Protocolo de Quioto, "através de medidas nos setores não abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão"				
Acautelar que os diversos setores desenvolvam um esforço de monitorização apertado de modo a garantir a execução das diferentes medidas				
Reforçar a verba do Fundo Português de Carbono				

Relação entre os objetivos estratégicos do PUFZ e os Objetivos do PNAEE.

Objetivos do PNAEE	Objetivos estratégicos do PUFZ			
	1	2	3	4
Áreas de Transportes				
Aumento da eficiência energética no transporte particular, por via da renovação de equipamentos e estímulo à aquisição de veículos e produtos energeticamente eficientes.				

Estimular a utilização de meios de transporte energeticamente mais eficientes como os transportes coletivos em detrimento do transporte individual nas deslocações pendulares, não deixando de aumentar sempre que possível a eficiência energética dos primeiros.				
Redução do consumo de energia no transporte de passageiros e mercadorias, por via da transferência para sistemas de transporte energeticamente mais eficientes e introdução de medidas de melhoria da eficiência nos transportes rodoviários.				
Área Residencial e Serviços				
Tornar o parque atual de equipamentos domésticos (eletrodomésticos e iluminação) mais eficiente quer por via da substituição direta quer através do desincentivo à compra de novos equipamentos com performances energéticas significativamente inferiores às melhores práticas já existentes no mercado, quer por via do estímulo a uma mudança de comportamentos na aquisição e no consumo de energia.				
Melhorar o desempenho energético dos edifícios, através da melhoria da classe média de eficiência energética do parque edificado, mediante a implementação do Sistema de Certificação Energética.				
Promover a substituição do consumo de energia não renovável por energia renovável através da maior facilidade de acesso a tecnologias de micro-geração e de aquecimento solar.				
Área de Indústria				
Promover o aumento da eficiência energética por via da modificação dos processos de fabrico, da introdução de novas tecnologias e da mudança de comportamento.				
Área Estado				
O comportamento do Estado deve constituir uma referência para o Mercado, assim pretende-se reduzir a energia consumida no Setor Estatal a um ritmo superior ao definido como objetivo geral na diretiva europeia, através da implementação de medidas de eficiência energética e alteração de comportamentos de consumo.				
Comportamentos				
Programa orientado para duas vertentes: em primeiro lugar para a divulgação e informação sobre tecnologias de vanguarda e em segundo lugar para a evidência dos casos de excelência como forma de aumentar a consciencialização para a temática da eficiência energética e de incentivar os diferentes agentes (principalmente os de carácter mais dispersos e difíceis de abranger em regimes obrigatórios) a seguirem o exemplo por via da "competição" entre pares				
Fiscalidade				
Utilização de ferramentas fiscais (taxas, abatimentos ao rendimento, benefícios e incentivos) que visem incentivar a procura de equipamentos ou materiais energeticamente mais eficientes e que ao mesmo tempo desincentivem a aquisição de equipamentos menos eficientes face às melhores alternativas já existentes no mercado de forma corrente				

Relação entre os objetivos estratégicos do PUFZ e as Linhas de Orientação do PNA.

Linhas de orientação do PNA	Objetivos estratégicos do PUFZ			
	1	2	3	4
Aumento da produtividade da água e promoção do seu uso racional, com o máximo respeito pela integridade territorial das bacias hidrográficas				
Proteção, conservação e requalificação dos meios hídricos e dos ecossistemas associados				

Objetivos estratégicos do PUFZ	1	2	3	4
Linhas de orientação do PNA				
Satisfação das necessidades das populações e do desenvolvimento económico e social do país				
Respeito pela legislação nacional e comunitária relevante e satisfação dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado português				
Acesso à informação e participação dos cidadãos na gestão dos recursos hídricos				

Relação entre os objetivos estratégicos do PUFZ e os Objetivos do PNAAS.

Objetivos estratégicos do PUFZ	1	2	3	4
Objetivos do PNAAS				
Intervir ao nível dos fatores ambientais para promover a saúde da pessoa e das comunidades a eles expostos				
Sensibilizar, educar e formar os profissionais e a população em geral, de forma a minimizar os riscos para a saúde associados a fatores ambientais				
Promover a adequação de políticas e a comunicação do risco				
Construir uma rede de informação que reforce o conhecimento das inter-relações Ambiente e Saúde				

Relação entre as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de e as linhas estratégicas do PENT.

Objetivos estratégicos do PUFZ	1	2	3	4
Objetivos do PENT				
Mercados emissores - Apostar na captação de turistas de 20 mercados emissores internacionais e no desenvolvimento do Turismo interno.				
Estratégia de produtos - Consolidar e desenvolver 10 produtos turísticos estratégicos.				
Linhas orientadoras para as regiões - Desenvolver ofertas distintivas para as regiões, alinhadas com a proposta de valor do destino Portugal, capitalizando a vocação natural de cada região e desenvolvendo os seus fatores de qualificação.				
Linhas de orientação para os pólos - Desenvolver 6 novos Pólos Turísticos para diversificar a oferta turística em Portugal e implementar um modelo de desenvolvimento sustentado.				
Acessibilidades aéreas - Reforçar as acessibilidades aéreas com as cidades/regiões com maior potencial turístico em cada mercado emissor.				
Eventos - Dinamizar um calendário nacional de eventos que assegure o reforço da notoriedade do destino e o enriquecimento da experiência do turista.				
Enriquecimento da oferta - Desenvolver e inovar conteúdos tradicionais portugueses que constituam fatores de diferenciação turística.				
Qualidade urbana, ambiental e paisagística - Tornar a qualidade urbana, ambiental e paisagística numa componente fundamental do produto turístico para valorizar e qualificar o destino Portugal.				
Qualidade de serviço e de recursos humanos - Reforçar a qualidade do Turismo português através da implementação de um sistema de qualidade turística e da formação e valorização dos recursos humanos.				

Objetivos do PENT	Objetivos estratégicos do PUFZ			
	1	2	3	4
Promoção e distribuição – Implementar uma abordagem inovadora, comunicando uma proposta de valor diferenciada, atuando por mercado emissor e segmento, conferindo maior enfoque no canal internet, promovendo uma gestão proactiva da relação com prescritores e definindo como prioridade o destino Portugal.				
Eficácia e modernização da atuação dos agentes públicos e privados - Facilitar a interação das empresas com o Estado, promover a difusão do conhecimento, estimular a investigação e o desenvolvimento e a adoção de práticas inovadoras pelas empresas, incentivar a modernização empresarial.				

Relação entre os objetivos estratégicos do PUFZ e os Objetivos do PNUEA.

Objetivos do PNUEA	Objetivos estratégicos do PUFZ			
	1	2	3	4
Meta no consumo urbano – Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de controlo de perdas, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir, ao fim de um período de 10 anos, uma eficiência de utilização da água de 80%.				
Meta no consumo agrícola - Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de área regada, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir a 10 anos uma eficiência de utilização de água de 65%.				
Meta no consumo industrial - Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de procedimentos dos utilizadores industriais e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir ao fim de um período de 10 anos uma eficiência de utilização da água de 85%.				

Relação entre os objetivos estratégicos do PUFZ e os Objetivos do PEAASAR II.

Objetivos do PEAASAR II	Objetivos estratégicos do PUFZ			
	1	2	3	4
Servir cerca de 95% da população total do País com sistemas públicos de abastecimento de água				
Servir cerca de 90% da população total do País com sistemas públicos de saneamento de águas residuais urbanas, sendo que em cada sistema integrado o nível de atendimento desejável deve ser de, pelo menos, 70% da população abrangida				
Garantir a recuperação integral dos custos incorridos dos serviços				
Contribuir para a dinamização do tecido empresarial privado nacional e local				
Cumprir os objetivos decorrentes do normativo nacional e comunitário de proteção do ambiente e saúde pública				

Relação entre os objetivos estratégicos do PUFZ e os Objetivos do PERSU II.

Objetivos do PERSU II	Objetivos estratégicos do PUFZ			
	1	2	3	4
Prevenção da produção				
Maximização da reciclagem				
Minimização da deposição em aterro				

Relação entre os objetivos estratégicos do PUFZ e os Objetivos do PRN 2000.

Objetivos do PRN2000	Objetivos estratégicos do PUFZ			
	1	2	3	4
Introdução de significativas inovações relativamente ao PRN85, potenciando o correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários, o desenvolvimento de potencialidades regionais, a redução do custo global dos transportes rodoviários, o aumento da segurança da circulação, a satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede.				
Necessidade de aumentar a densidade da rede de estradas nas zonas fronteiriças, promover o fecho de malhas viárias, assim como melhorar a acessibilidade de alguns concelhos, o que contribuirá para a correção das assimetrias que ainda se verificam no desenvolvimento socioeconómico do País.				
Reclassificação de algumas das estradas não incluídas no anterior plano rodoviário nacional como estradas nacionais e instituir uma nova categoria viária, a das estradas regionais.				
Preocupação assumida em matéria de melhoria qualitativa da rede rodoviária, com especial relevo para a defesa ambiental em meio urbano, para os dispositivos de combate à sinistralidade nos mais diversos planos e para os instrumentos de informação necessários à boa gestão e utilização das infraestruturas em causa.				

Relação entre os objetivos estratégicos do PUFZ e os Desafios do PNACE.

Desafios do PNACE	Objetivos estratégicos do PUFZ			
	1	2	3	4
Reorientar a aplicação dos recursos públicos dando prioridade aos investimentos indutores de crescimento e criadores de emprego.				
Estimular o investimento em setores chave, reestruturar o capital de risco, atrair o investimento privado, apoiar a modernização do tecido empresarial.				
Melhorar a eficiência dos mercados. Reforçar a função reguladora e fiscalizadora do Estado, em particular a regulamentação dos serviços, garantindo condições de livre concorrência e acesso a "inputs" produtivos em condições mais favoráveis.				
Promover o emprego qualificado.				
Promover a inovação, o empreendedorismo e a internacionalização. Reforçar a capacidade de criação de valor nas empresas.				
Promover a criação de emprego, atrair e reter o maior número de pessoas no emprego, atingir uma taxa de emprego global de 69%.				
Promover um uso mais sustentável dos recursos naturais e reduzir os impactos ambientais.				
Promover a eficiência energética.				

Objetivos estratégicos do PUFZ	1	2	3	4
Desafios do PNACE				
Melhorar o ordenamento do território e a eficiência dos instrumentos de ordenamento.				
Promover um sistema urbano policêntrico e a crescente integração das cidades e do país em espaços supranacionais.				
Melhorar a mobilidade dos transportes e aproveitar as oportunidades de exploração da logística.				

Relação entre os objetivos estratégicos do PUFZ e os Objetivos do PBH Rio Tejo.

Objetivos estratégicos do PUFZ	1	2	3	4
Objetivos do PBH - Rio Tejo				
Recuperação e Prevenção da Qualidade da Água.				
Gestão da Procura.				
Proteção da Natureza.				
Prevenção e minimização dos efeitos das cheias, das secas e de acidentes de poluição.				
Valorização económica e social dos recursos hídricos.				
Articulação do ordenamento do território com o ordenamento do domínio hídrico.				
Quadro normativo e institucional.				
Sistema económico e financeiro.				
Outros objetivos: Aprofundamento do conhecimento sobre recursos hídricos.				

Relação entre os objetivos estratégicos do PUFZ e os Objetivos do PROFR.

Objetivos estratégicos do PUFZ	1	2	3	4
Objetivos do PROFR				
Promover e garantir um desenvolvimento sustentável dos espaços florestais.				
Promover e garantir o acesso à utilização social da floresta, promovendo a harmonização das múltiplas funções que ela desempenha e salvaguardando os seus aspetos paisagísticos, recreativos, científicos e culturais.				
Constituir um diagnóstico integrado e permanentemente atualizado da realidade florestal da região.				
Estabelecer a aplicação regional das diretrizes estratégicas nacionais de política florestal nas diversas utilizações dos espaços florestais, tendo em vista o desenvolvimento sustentável.				
Estabelecer a interligação com outros instrumentos de gestão territorial, bem como com planos e programas de relevante interesse, nomeadamente os relativos à manutenção da paisagem rural, à luta contra a desertificação, à conservação dos recursos hídricos e à estratégia nacional de conservação da natureza e da biodiversidade.				
Definir normas florestais ao nível regional e a classificação dos espaços florestais de acordo com as suas potencialidades e restrições.				

Objetivos do PROFR	Objetivos estratégicos do PUFZ			
	1	2	3	4
Potenciar a contribuição dos recursos florestais na fixação das populações ao meio rural.				
Sub-região homogénea Floresta dos Templários:				
Reabilitar do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação.				
Rearborizar de áreas áridas com espécies ecologicamente bem adaptadas e de acordo com as orientações da Comissão Regional de Reflorestação do Ribatejo.				
Diversificar a composição das áreas florestais traduzindo-se na adequada compartimentação das manchas e na melhoria da qualidade da paisagem florestal.				
Compartimentação dos espaços florestais através da implementação da rede primária de faixas de gestão de combustível.				
Diversificar as produções associadas aos espaços florestais.				
Melhorar o estado de conservação das linhas de água.				
Diminuir a erosão dos solos através da manutenção de um coberto vegetal adequado e da adoção de práticas de condução adequadas.				
Aumentar e beneficiar os espaços florestais de enquadramento a atividades de recreio.				
Promover o enquadramento adequado de monumentos, sítios arqueológicos, aglomerados urbanos e infraestruturas.				
Manter e valorizar a qualidade da paisagem da sub-região através dos espaços florestais.				

Relação entre objetivos estratégicos do PUFZ e os Objetivos do PROT-OVT.

Objetivos do PROT-OVT	Objetivos estratégicos do PUFZ			
	1	2	3	4
EIXO 1 - Ganhar a aposta da inovação, competitividade e internacionalização				
Renovar o modelo de crescimento económico, valorizando os recursos endógenos da região, promovendo pólos de competitividade e tecnologia, afirmando lógicas sectoriais ou de atividades relacionadas e organizadas em clusters ou redes e dinamizando a renovação económica urbana e revitalização da atividade económica em centros urbanos.				
Apostar na qualificação territorial através do reforço de infraestruturas de internacionalização, acolhendo atividades produtivas, logísticas e de serviços, e da afirmação de um leque de especializações regionais nas áreas do turismo, cultura, desporto e lazer, acolhimento empresarial, agricultura/agroalimentar, ambiente, recursos energéticos endógenos, e pesca e aquicultura.				
Potenciar a utilização eficiente das infraestruturas de transportes existentes ou a criar, promovendo-se a elaboração e implementação de um Plano Regional de Transportes, impulsionando-se a criação de uma estrutura de coordenação dos transportes regionais e aumentando a acessibilidade aos centros urbanos e outros pólos/equipamentos relevantes.				
Fomentar a iniciativa empresarial e o empreendedorismo, garantindo a ligação das redes empresariais aos Centros de Investigação e às Universidades, e promovendo uma melhoria dos parques empresariais existentes.				
Apostar na qualificação humana, através do reforço da capacidade de qualificação técnica para a agricultura, floresta e pesca, do apoio ao desenvolvimento das atividades económicas associadas à				

Objetivos do PROT-OVT	Objetivos estratégicos do PUFZ			
	1	2	3	4
produção cultural, e da orientação da prestação dos serviços públicos com base na utilização das TIC.				
EIXO 2 -Potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental.				
Proteger e valorizar os recursos naturais, patrimoniais e culturais através de medidas que os integrem na gestão do planeamento territorial regional e municipal, numa perspetiva de coesão territorial e reforço da identidade regional.				
Apostar no desenvolvimento sustentável das atividades de turismo e lazer, nomeadamente o touring cultural e paisagístico, através da identificação de temas e recursos a preservar para a constituição de rotas turísticas, considerando a localização de referência das “portas do mar”, e do apoio a estratégias de comunicação e marketing que estruturam a procura dos produtos culturais regionais.				
Potenciar o aproveitamento das atividades agrícolas, florestais, nomeadamente as associadas à exploração de produtos verdes (agroflorestais e energias renováveis), conciliando-as com as dinâmicas urbanas e as áreas fundamentais para a conservação da natureza e da paisagem e promover o aproveitamento dos recursos geológicos, numa perspetiva de compatibilização dos valores naturais e patrimoniais com as componentes económica e social.				
Dar continuidade à aposta no aproveitamento da energia eólica da Região, e gerir a procura de energia através de políticas de planeamento do licenciamento urbanístico, de sensibilização e educação de populações e agentes económicos.				
Identificar a distribuição espacial dos perigos naturais, tecnológicos e ambientais no território regional, e promover a gestão adequada das águas residuais e de resíduos de origem agrícola e não agrícola, tomando em consideração a saúde pública e segurança de pessoas e bens, a ocupação atual do território e as projeções da sua utilização futura.				
EIXO 3 -Concretizar a visão policêntrica e valorizar a qualidade de vida urbana.				
Reforçar e consolidar os subsistemas urbanos regionais, mitigando a dicotomia litoral/ interior no sentido da estruturação de uma rede urbana polinucleada, integrando soluções de carácter plurimunicipal no âmbito dos setores do abastecimento público de água e saneamento de águas residuais e reforçando complementaridades e sinergias em redes de equipamentos para as áreas da saúde, educação, cultura, desporto e lazer.				
Apostar na qualificação dos centros urbanos através da valorização dos recursos patrimoniais e frentes ribeirinhas, da recuperação dos espaços urbanos desqualificados, e do estabelecimento de redes de equipamentos, assegurando condições de acessibilidade e de mobilidade adequadas, e criar condições para o aparecimento de estruturas de nível concelhio vocacionadas para a reabilitação urbana, e promoção e recuperação do parque habitacional dos Centros Históricos, de modo a melhorar a sua atratividade.				
Apostar em formas de turismo alternativas, materializadas nas áreas urbanas e nos pequenos aglomerados tradicionais, com base na valorização dos recursos do património cultural, requalificando Fátima como centro urbano de Turismo Religioso.				
Apostar na qualificação dos recursos humanos, valorizando a oferta de ensino profissional e politécnico, e alargando a gama de oferta de serviços coletivos e de interesse público suportados na Internet e na utilização das TIC aos centros urbanos de menor dimensão.				
EIXO 4 -Descobrir as novas ruralidades.				
Incrementar e consolidar, de forma sustentável, a competitividade das fileiras de produção agrícola, florestal e agropecuária, valorizando os produtos de grau elevado de diferenciação e qualidade, e garantindo uma valorização ambiental, paisagística, da biodiversidade e dos recursos naturais, e da valência turística dos espaços rurais.				
Requalificar e consolidar a agricultura de regadio, associada à promoção de mecanismos				

Objetivos do PROT-OVT	Objetivos estratégicos do PUFZ			
	1	2	3	4
sustentáveis de gestão das infraestruturas e dos recursos naturais, e redimensionando as estruturas de transformação e comercialização.				
Inovar ao nível da articulação urbano-rural, diversificando a economia e as funcionalidades agrícola e não agrícola associadas ao espaço rural, dirigida por uma utilização sustentável dos recursos naturais e do património rural e apostando numa ruralidade qualificada, através do desenvolvimento de competências técnicas, da melhoria da organização dos setores produtivos, e do alargamento da gama de oferta de serviços coletivos e de interesse público suportados na Internet e na utilização das TIC.				

Relação entre objetivos estratégicos do PUFZ e os Objetivos do PMDCI.

Objetivos do PMDCI	Objetivos estratégicos do PUFZ			
	1	2	3	4
Aumento da resiliência do território aos incêndios e da zonagem do território				
Redução da incidência de Incêndios				
Melhoria da eficácia e da gestão de incêndios				
Recuperar e reabilitar ecossistemas				
Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz				

Relação entre entre objetivos estratégicos do PUFZ e os Objetivos Estratégicos do PTD-MTPIS.

Objetivos Estratégicos do PTD-MTPIS	Objetivos estratégicos do PUFZ			
	1	2	3	4
EIXO I- Afirmar uma Rede urbana Atrativa				
Objetivo 1 – Requalificação e Desenvolvimento Complementar de Centros Urbanos.				
Objetivo 2 – Rede de Equipamentos e Qualidade de Vida.				
Objetivo 3 – Mobilidade Regional como suporte da complementaridade e do policentrismo da Rede de Pólos Urbanos.				
EIXO II- Afirmação das Vantagens de Localização Empresarial como alavanca de Competitividade Regional				
Objetivo 4 – Vantagens de Localização Empresarial na estruturação do território e na dinamização das atividades económicas.				
Objetivo 5 – Rede Regional de Conhecimento e Formação Avançada.				
EIXO III - Valorização Turística do Património e Sustentabilidade dos Recursos Endógenos				
Objetivo 6 – Desenvolvimento das Atividades de Valorização Económica do Património Natural.				
Objetivo 7 – Valorização e Alargamento do(s) Produto(s) Turístico(s) centrados no Património.				
Objetivo 8 – Dinamização integrada das Atividades Culturais (Oferta e Procura, Criação e Fruição).				

Objetivos estratégicos do PUFZ	1	2	3	4
Objetivos Estratégicos do PTD-MTPIS				
EIXO IV - Educação Básica de Excelência				
Objetivo 9 – Redes de Equipamentos e Serviços Urbanos Atrativos.				
EIXO V - Sistema de Governança Regional				
Objetivo 10 - Montagem de um Sistema de Governança Regional.				

Relação entre as questões estratégicas da proposta do PUFZ e os Objetivos do PDM.

Objetivos estratégicos do PUFZ	1	2	3	4
Objetivos do PDM				
A tradução, no âmbito local, do quadro de desenvolvimento do território estabelecido nos instrumentos de natureza estratégica de âmbito nacional e regional.				
A expressão territorial da estratégia de desenvolvimento local.				
A articulação das políticas sectoriais com incidência local.				
A base de uma gestão programada do território municipal.				
A definição da estrutura ecológica municipal.				
Os princípios e as regras de garantia da qualidade ambiental e da preservação do património cultural.				
Os princípios e os critérios subjacentes a opções de localização de infraestruturas, equipamentos, serviços e funções.				
Os critérios de localização e distribuição das atividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços.				
Os parâmetros de uso do solo.				
Os parâmetros de uso e fruição do espaço público.				
Outros indicadores relevantes para a elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial.				

Anexo III - Análise e Parecer das entidades consultadas e que responderam no âmbito do Relatório Ambiental.

O Relatório Ambiental, datado de Julho de 2013, foi sujeito a um processo de consulta dirigido às entidades com responsabilidades ambientais específicas.

Posteriormente, na Conferência de Serviços, realizada a 13 de agosto de 2013, foi apresentado o relatório ambiental, tendo sido emanados pareceres por parte da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT), da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), do Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG) e da Administração Regional de Saúde de LVT (ARS-LVT).

Entidade	Comentários	Análise
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo 13 de Agosto 2013	“A CCDR LVT considera que a estrutura eo conteúdo do RA cumprem na genearalidade os requisitos, objetivos e orientações metodológicas aplicadas a esta matéria. (...)”	
	Objetivos e metodologia da AA “(...) A figura 1(página 13) não identifica com rigor a articulação do processo de AA com o processo de planeamento, ficando por definir a interligação processual e o contributo que a AA deve dar ao longo do desenvolvimento do processo de plano nas suas várias fases.(...)”	O objetivos da figura é representar a metodologia da AAE e suas respetivas fases e não a sua articulação com o processo de elaboração do plano
	Análise de tendências por FCD e análise Swot “(...) Fator-ruído.(...) A tendência mencionada no RA é de manutenção ou aumento das situações de conflito. O RA não fundamenta esta afirmação.”	Foi fundamentada a afirmação no capítulo correspondente.
	Análise de tendências por FCD e análise Swot “(...) Fator-ruído.(...) No que respeita aos indicadores de monitorização, considera-se que os mesmos não são coerentes com os indicadores da avaliação, não permitindo, ao contrário destes, avaliar em que medida o PU contribui para atingir os objetivos de sustentabilidade ”	Foi dado seguimento às sugestões. O indicador “Áreas incompatíveis com a respetiva classificação (sensível ou mista)” foi incluído no programa de monitorização e gestão.
	Síntese da Avaliação Ambiental estrat “(...) Não são apresentados ”	A síntese da AAE é apresentada no quadro 82 do relatório.
	“ (...) O indicador estabelecido pela autarquia, para a monitorização do plano, emissão de poluentes atmosféricos (T/km2), não ser adequado, no que respeita ao fator Qualidade do Ar, devendo o mesmo remeter-se aos níveis das concentrações dos poluentes, conforme estipulado no decreto-lei n.º102/2010 de 23 de Setembro(...)”	O indicador sugerido emissão de poluentes atmosféricos (T/Km2) pretende monitorização as emissões de poluentes no município, a comparação com o decreto lei indicado é feita pelo Indicador “Índice de Qualidade do Ar”
	“ (...) Considera-se que a avaliação apresentada carece da analise dos efeitos da variante nas zonas mistas e sensíveis da sua envolvente, a qual deverá contemplar a eventual necessidade de adoção das medidas de redução sonora proposta no Programa de Seguimento do RA (...)”	O processo de elaboração do Plano não incluía nos mapeamentos do ruído, o estudo da situação projetada, contudo foram definidas medidas no programa de seguimento e gestão de modo a avaliar e minimizar possíveis efeitos da variante sobre o ambiente sonoro do plano a quando da sua implementação. Estas medidas serão incluídas na declaração ambiental do plano.
	“ (...) a competência de monitorização do ruído ambiente se encontra cometida à autarquia e não à CCDR LVT (...)”	Foi efetuada a correção ao quadro de governança

Entidade	Comentários	Análise
Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC). 2 de Agosto 2013	Parecer favorável	
Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG) 13 de Agosto 2013	Parecer favorável	
Administração Regional de Saúde de LVT (ARS-LVT).	Parecer favorável	

Parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

508669-201308-DSOT - S - 19-09-2015

CCPRLV11

517

<p>5.3. Oportunidades e riscos por FCD</p>	<p>Definidas as oportunidades por FCD, entendidas como male- vales a atingir e a potenciar no território do PU, verificamos que de um modo geral veio a ser identificado com o cenário de PU um conjunto de oportunidades que se sobrepõem às do cenário zero sem PU e aos riscos.</p> <p>A avaliação apresenta uma síntese das tendências de avaliação sem plano e com plano, cujas conclusões apontam para uma avaliação globalmente positiva do plano.</p> <p>Fator - OT</p> <p>Para os FCD que se relacionam com o fator OT, não foram identificados riscos ou efeitos negativos associados às ações programáticas do plano.</p> <p>São identificados um conjunto vasto de oportunidades essencialmente de nível mais elevado, que se contrapõem ao nível mais reduzido.</p> <p>Consideramos de salientar que algumas das oportunidades apontadas, encontram-se potencialmente influenciadas por fatores externos. Assim, levando em conta o período de programação, em que quer as incertezas subjacentes quer os potenciais financiamentos podem vir a ter efeitos de maior dilação dos prazos previstos ou aumento dos riscos associados, salienta-se a importância que o programa de seguinte poderá vir a verificar</p> <p>Fator - ruído</p> <p>Como oportunidades, o RA salienta:</p> <ul style="list-style-type: none"> - medidas de controlo dos níveis de ruído através do zonamento acústico; - salvaguarda da população aos níveis excessivos de ruído, pela identificação de zonas de conflito e respetiva regulamentação; - redução das emissões de ruído devido à promoção de um espaço urbano mais compacto, com menor necessidades de deslocações automóveis; - atenuação da propagação do ruído devido à estrutura verde proposta; - melhoria do ambiente sonoro por redução do tráfego de atravessamento devido à construção da circular Norte e resolução de problemas de congestionamento pela adoção dos novos perfis da rede viária. <p>Como riscos, o RA salienta:</p> <ul style="list-style-type: none"> - aumento dos níveis de ruído resultantes do aumento do tráfego e das atividades humanas e económicas no local, originado pelos usos propostos (novas unidades de equipamentos e de uso turístico e recuperação do património cultural). <p>Como síntese, e com base nos indicadores definidos, o RA aponta para uma tendência de evolução positiva, ou seja, de aproximação aos objetivos de sustentabilidade.</p> <p>Fator - qualidade do ar</p> <p>A continuidade e requalificação do espaço urbano encontra-se associada aos espaços verdes existentes e a criar, os quais contribuem para a melhoria da Qualidade do Ar. O aumento da poluição, resultante do aumento do tráfego e das atividades humanas e económicas originadas pelo uso turístico, é considerado, pela autarquia, um risco/efeito negativo.</p> <p>Fator - resíduos</p> <p>A autarquia considera que a concretização do plano, constitui uma oportunidade para aumentar a recolha seletiva de resíduos bem como para implementar a opção de valorização orgânica ou energética.</p> <p>Com a potencial evolução dos níveis de consumo a produção de resíduos pode aumentar.</p>
--	--

www.ccm-lv.pt - geral@ccm-lv.pt

Rua Antónia Urr, 33 - 1266-146 Lisboa - Tel. 213 837 100 - Fax 213 837 192
 Rua Braamcamp, 7 - 1250-048 Lisboa - Tel. 212 121 300 - Fax 212 101 302
 Rua Zefelino Brandão - 2005-240 Santarém - Tel. 243 323 376 - Fax 243 323 399
 Rua de Cambra, 83 - 2500-174 Caldas da Rainha - Tel. 232 841 261 - Fax 232 842 637

CICORL 2011

M¹²

<p>5.1. Objetivos do FCD e breve descrição.</p>	<p>É feita uma breve descrição de cada FCD.</p> <p>Fator - ruído</p> <p>Com o <i>FCD4-Qualidade Ambiental</i> pretende-se avaliar o contributo do plano para a qualidade do ambiente no município, nomeadamente as implicações das ações propostas na qualidade do ar, água, ruído, gestão de resíduos e proteção do solo.</p> <p>Fator - qualidade do ar</p> <p>Com o estabelecimento do critério <i>Ar</i>, associado ao <i>FCD4-Qualidade Ambiental</i>, a autarquia tem por objetivo assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvaguarde a saúde pública, e reduzir a poluição do ar, através da manutenção de espaços verdes, da promoção do uso do transporte coletivo em vez do individual, da criação de incentivos à utilização de transporte coletivo e da promoção e utilização de meios de transporte mais sustentáveis.</p> <p>Fator - resíduos</p> <p>Os objetivos de sustentabilidade apontados pela CMFZ, associados ao <i>FCD4-Qualidade Ambiental</i>, visam a promoção de uma política adequada de gestão de resíduos, cujas metas incluem a redução da captação de RU, o aumento da taxa de separação de resíduos e ainda a 100% de valorização dos resíduos verdes gerados nos espaços verdes.</p>
<p>5.2. Análise de tendências por FCD e análise SWOT</p>	<p>Neste subcapítulo, importa refer o resultado da análise tendencial realizada por FCD. Verifica-se que é analisada a situação atual e as tendências de evolução sem o plano, sendo identificados os riscos da não implementação do PU.</p> <p>Fator - OT</p> <p>Verifica-se que foi dada importância à situação atual e à evolução da situação na ausência e plano, prevenindo-se para os FCD2 e FCD3 na generalidade a continuidade do estado atual sem que ocorram melhorias, para além da construção da variante. Ao nível do FCD5 prevê-se um agravamento do estado atual da paisagem, persistindo a falta de espaços verdes equipados e o aumento da paisagem urbana.</p> <p>Fator - ruído</p> <p>A análise ao ambiente acústico atual, no RA, menciona que as zonas de conflito encontram-se associadas às principais fontes de ruído, a ex-EN348 (Av. 13 de Junho / Rua Brigadelo Lino Valente), o CM 1068 (Rua Dr. Guilherme Félix) e a EM 601 (Rua João da Costa), influenciando as áreas imediatamente adjacentes consoante a classificação acústica estabelecida. Os conflitos identificados são da ordem dos 0 a 5 dB(A) e dos 0 a 15 dB(A), respetivamente nas Zonas Mistas e nas Zonas Sensíveis. A tendência mencionada no RA é de manutenção ou aumento das situações de conflito. O RA não fundamenta esta afirmação.</p> <p>Fator - qualidade do ar</p> <p>Na ausência da concretização do PU a Qualidade do Ar é considerada um ponto forte pela autarquia (boa qualidade do ar); no entanto, as condicionantes dos arruamentos existentes, em termos de perfis transversais, geram congestionamento de tráfego resultando em impactos negativos ao nível deste fator.</p> <p>Globalmente, a tendência de evolução em relação à Qualidade do Ar, é a de manutenção dos bons níveis atualmente registados.</p> <p>Fator - resíduos</p> <p>Atualmente a autarquia reconhece que a taxa de recolha seletiva de resíduos é baixa, não obstante a rede de ecopontos existente, que considera boa. A tendência de evolução ao nível da gestão de resíduos urbanos é no sentido do aumento da recolha seletiva e da sua valorização.</p>

www.ccd-ht.pt - geral@ccd-ht.pt

Rua Artur de Un, 31 - 3209-145 Lisboa - Tel. 213 837 100 - Fax 213 837 192
 Rua Braamcamp, 7 - 3200-048 Lisboa - Tel. 210 101 350 - Fax 210 101 302
 Rua Zefelino Brandão - 2005-202 Setúbal - Tel. 243 923 976 - Fax 243 323 289
 Rua de Camões, 85 - 2500-174 Caxias da Rainha - Tel. 262 811 981 - Fax 262 842 637

508559-201308-DSOT - S - 19-09-2013

CCDR/AVT

317

<p>Fatores Críticos para a Decisão (FCD), Critérios e Indicadores</p>	<p>O RA identifica os documentos estratégicos com os quais o PU se relaciona e contempla os seguintes Fatores Críticos para a Decisão (FCD) (nota: compete à CMTV assegurar a devida articulação destes FCD com os definidos no âmbito da AA da revisão do PDMTV):</p> <ul style="list-style-type: none"> . FCD 1 - Biodiversidade e conservação da natureza . FCD 2 - Ordenamento e qualificação do território . FCD 3 - Desenvolvimento económico e social . FCD 4 - Qualidade ambiental . FCD 5 - Património e paisagem . FCD 6 - Alterações climáticas e riscos naturais <p>Fator - Ordenamento do Território</p> <p>Considera-se que os <i>FCD2-Ordenamento e qualificação do território</i> e <i>FCD3-Desenvolvimento económico e social</i> estabeleçam forte relação com o domínio do OT, sobretudo pelo contributo para a valorização territorial e de resposta às necessidades da população.</p> <p>De igual modo os <i>FCD1-Biodiversidade e conservação da natureza</i> e <i>FCD5-Património e paisagem</i> apresentam forte relação com as componentes ambientais associadas ao estuário de rede complementar da estrutura regional de proteção e valorização ambiental do PROT OVT (área complementar de paisagem notável).</p> <p>A avaliação ambiental identifica os fatores ambientais que mais se relacionam com o âmbito de análise do OT. Considera-se apenas que seria importante para a avaliação relevar no FCD3 a relação com os fatores ambientais paisagem, água e atmosfera, pois trata-se de fatores que influenciam o desenvolvimento económico e social e vice-versa.</p> <p>Fator - ruído</p> <p>O Ruído é um critério do <i>FCD4-Qualidade Ambiental</i>. Este critério tem como objetivos de sustentabilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações. - Assegurar níveis de ruído compatíveis com a classificação/ocupação do espaço; <p>sendo os indicadores correspondentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Taxa de habitantes exposta a níveis de ruído superiores aos legalmente estabelecidos; - Áreas concelhias incompatíveis com a respetiva classificação (sensível ou mista). <p>Fator - qualidade do ar</p> <p>A autarquia considerou o Ar um critério associado ao <i>FCD4-Qualidade Ambiental</i>, cujos objetivos de sustentabilidade visam a redução da poluição do ar e pretendem assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvaguarde a saúde pública; os indicadores apontados pela autarquia são o Índice da qualidade do ar e ainda a emissão de poluentes atmosféricos (Tkm³).</p> <p>Fator - Resíduos</p> <p>Os Resíduos foram considerados pela autarquia um critério associado ao <i>FCD4-Qualidade Ambiental</i>, cujo objetivo de sustentabilidade é a promoção de uma política de gestão de resíduos, e cujos indicadores são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Captação de RSU (kg/hab) - Taxa de separação de resíduos (%) - Número de ecopontos
<p>Análise e Avaliação Estratégica por FCD</p>	

www.cedr-avt.pt | geral@cedr-avt.pt

Rua Arturista Um, 33 - 1269-146 Lisboa - Tel. 213 837 100 - Fax 213 837 392
 Rua Braçosamp, 7 - 1250-048 Lisboa - Tel. 210 101 300 - Fax 210 101 302
 Rua Zefreino Brandão - 2025-340 Santarém - Tel. 243 325 976 - Fax 243 323 289
 Rua de Curões, 85 - 2500-178 Caldas da Rainha - Tel. 262 841 981 - Fax 262 842 937

CCDR LVT

217

	<p>utilização, contribuindo para a qualificação urbana da sede do concelho, e conferindo-lhe condições mais favoráveis para a sua integração em roteiros turísticos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Programar o espaço urbano e o seu crescimento através de uma estrutura coerente, devidamente dimensionada e adequado ao suporte físico e às necessidades de desenvolvimento; - Definir uma estrutura ecológica visando a criação de espaços mais naturalizados ou de descompressão urbana, configurando uma malha verde na área do plano; - Posicionar Ferreira do Zêzere nos circuitos turísticos e gastronómicos da região do Centro e do Vale do Tejo. <p>O plano relaciona-se com diversas políticas setoriais e de desenvolvimento territorial, com destaque para o <i>PROT OVT</i>- Instrumento de desenvolvimento territorial de âmbito regional e ainda, com o <i>PDMFZ</i> - Instrumento de planeamento territorial de âmbito municipal, com os quais se deverá articular e adequar.</p> <p>O PUTV visa a concretização da UOPG-PL1 da PDMFZ em vigor, tendo como objetivos o incentivo à recuperação do parque edificado com vista à sua integração em roteiros turísticos, a programação do espaço urbano e do seu crescimento, a definição de uma estrutura ecológica criando uma malha verde na área do plano, e o posicionamento de Ferreira do Zêzere nos circuitos turísticos e gastronómicos da região Centro e Vale do Tejo.</p> <p>Impedem sobre o território do PUTV algumas condicionantes legais, cujos regimes devem ser tidos em consideração.</p> <p>O procedimento em presença e a respetiva fase de elaboração do Relatório Ambiental (RA) não foram precedidos da definição do âmbito de avaliação e alcance da informação a incluir no RA.</p>
--	--

APRECIÇÃO CONCLUSIVA	
Análise da estrutura e conteúdo do RA	
Introdução	Estrutura e conteúdo adequados.
Objetivo e metodologia da AA	<p>Apresentação adequada do objetivo da AA.</p> <p>É referido neste capítulo que se pretende garantir um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação do PUFZ, com vista à promoção de um desenvolvimento sustentável.</p> <p>Metodologia da AA descrita de forma clara, identificando as várias etapas metodológicas. A metodologia teve por base, além do constante no Decreto-lei nº 232/2007, de 15 de junho, as orientações presentes no "Guia de Melhores Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica", (APA, 2012) e no "Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território" (DGOTDU, 2008).</p> <p>A figura 1 (pág. 13) não identifica com rigor a articulação do processo de AA com o processo de planeamento, ficando por definir a interligação processual e o contributo que a AA deve dar ao longo do desenvolvimento do processo de plano nas suas várias fases.</p>
Objeto de avaliação	<p>Os aspetos essenciais do Plano são apresentados de forma sintética, permitindo a compreensão do objeto de avaliação.</p> <p>É caracterizada a área de intervenção e identificado o objeto de avaliação na forma de objetivos estratégicos do plano.</p> <p>São de igual modo descritos os aspetos pertinentes do estado atual do ambiente e as características ambientais pertinentes para o plano (debilidades e potencialidades).</p> <p>O Plano pretende responder a um conjunto de opções estratégicas definidas pelo PDMFZ.</p> <p>A AA não contempla propostas alternativas, para além da análise da evolução da situação atual (alternativa zero) e dos possíveis efeitos decorrentes da não aplicação do plano, o que pode ser uma limitação da avaliação estratégica. É referido no RA (pág. 171) que a AA incluiu-se na fase de concertação anterior com as entidades, em que já tinham sido tomadas as principais decisões, razão pela qual não foram estudadas alternativas.</p>

www.ccdr-lvt.pt | geral@ccdr-lvt.pt
 Rua Artilharia Lda, 53 - 1269-545 Lisboa - Tel. 213 837 160 - Fax 213 837 152
 Rua Braamcamp, 7 - 1200-048 Lisboa - Tel. 210 101 300 - Fax 210 101 302
 Rua Zefirino Brandão - 2005-240 Santarém - Tel. 243 323 976 - Fax 243 323 289
 Rua de Cardeas, 85 - 2000-174 Caselas da Póvoa - Tel. 262 941 981 - Fax 262 942 537



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo

117

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DE PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

PARECER TIPO 5	
ANÁLISE DO RELATÓRIO AMBIENTAL D.L. n.º 232/07, de 15 de Junho, artigo 7.º DL 380/99, de 22/09 com a redação dada pelo DL 46/2009, de 20/02, n.º 3, artigo 75.º-C	FICHA DO GESTOR DO PROCESSO (parecer final)

IDENTIFICAÇÃO	
Parecer n.º:	111119-201308-J-00070-DSOT/DGT
Processo n.º:	16.05.06.01.00002.2003

Tipologia do Plano:	Plano de Urbanização
Procedimento:	Elaboração

Designação	Plano de Urbanização de Ferreira do Zêzere
Câmara Municipal de:	Ferreira do Zêzere
Equipa técnica:	Lugar do Plano, Gestão do Território e Cultura

Antecedentes

Na sequência das diligências promovidas pela Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere (CMFZ) após resultado desfavorável da Conferência de Serviços realizada em 17.jan.2013, a edilidade deliberou aprovar novos limites para a área de intervenção do Plano de Urbanização de Ferreira do Zêzere (PUFZ), novos Termos de Referência e a realização de Avaliação Ambiental estratégica (reunião do executivo realizada em 14.fev.2013), usando para o efeito os fatores críticos de decisão já desenvolvidos e aprovados no âmbito da revisão do PDM.

Descrição e enquadramento da proposta

O PUFZ abrange uma área de 158,8ha integrando no seu território duas freguesias, uma pequena área de Águas Belas e a restante e maior de Ferreira do Zêzere. Apresenta-se como sendo essencialmente de cariz urbano, integrando ainda algumas áreas de ocupação rural, localizadas na sua periferia, que lhe permitem fazer a gradação de densidade para o espaço rural.

A rede viária da área de intervenção é essencialmente composta pelos arruamentos urbanos da Vila, com destaque para a EM348 (exEN348), EM601, EM530 e caminhos municipais CM1068, CM1066 e CM1071.

O trânsito de passagem, a excessiva capacidade de estacionamento ao longo da EM348 bem como dos principais arruamentos que aí entroncam, constituem uma das debilidades da área de intervenção identificadas nos estudos de caracterização. Os estudos de caracterização identificam no conjunto dos estudos e planos com incidência sobre a área do PU o "estudo de circulação e segurança rodoviária", o qual incide sobre a totalidade da área do concelho e "pretende dotar Ferreira do Zêzere de condições satisfatórias no que toca a necessidades de circulação automóvel e pedonal dando principal importância à sua utilização dentro do perímetro urbano". Este estudo "definiu uma rede viária estruturante integrando as vias existentes e propondo novas ligações, assumindo uma importância relevante neste contexto a construção de uma Variante Norte que irá permitir que todo o tráfego de passagem deixe de ter necessidade de se inserir na Vila se apenas pretender dirigir-se para o exterior do perímetro urbano".

Com o PUFZ a autarquia pretende viabilizar quatro objetivos fundamentais:

- Incentivar a recuperação do parque edificado ao nível, não só arquitetónico, mas também da

508559-201308-DSOT - S - 19-08-2013



GOVERNO DE PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
DO MAR, DO AMBIENTE
E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

www.ccdr-lv.pt - geral@ccdr-lv.pt

Rua Artistas, 33 - 1269-145 Lisboa - Tel. 213 637 100 - Fax 213 637 392
Rua Buarque, 7 - 1250-048 Lisboa - Tel. 210 101 309 - Fax 210 101 308
Rua Zefireno Brandão - 2005-240 Santarém - Tel. 243 323 976 - Fax 243 323 289
Rua de Coimbra, 95 - 2050-174 Cablo da Rainha - Tel. 262 841 981 - Fax 262 842 637

506559-201308-DSOT - S - 19-08-2013

CCDR LVT

717

concretização do plano.

Chama-se no entanto a atenção, para o facto de que, o indicador estabelecido pela autarquia, para a monitorização do plano, em/ção de poluentes atmosféricos (Tkm³), não ser adequado, no que respeita ao fator Qualidade do Ar, devendo o mesmo remeter-se aos níveis das concentrações dos poluentes, conforme estipulado no Decreto-lei nº 102/2010, de 23 de setembro.

Ap nível do fator Resíduos a sujeição do plano e AA, não obstante a importância dos resíduos na concretização do PUFZ, este não vai de alguma forma condicionar o desenvolvimento do PUFZ.

Especificamente nos aspetos referentes ao fator Ruído, o aumento dos níveis de ruído constitui um Risco resultante do aumento do tráfego e das atividades humanas e económicas no local, originado pelos usos propostos (novas unidades de equipamento e de uso turístico e recuperação do património cultural). Contudo, o RA salienta que, fruto da construção da variante à ex-EN348 e da adoção dos novos perfis da rede viária, verificar-se-á uma redução do tráfego de atravessamento no aglomerado e a resolução dos problemas de congestionamento, pelo que o PU determinará uma tendência de evolução positiva, ou seja, de aproximação aos objetivos e sustentabilidade relativos ao critério Ruído.

Não obstante concordar-se genericamente com esta conclusão, verifica-se que a avaliação apresentada não se apoia objetivamente nos indicadores definidos, facto que é corroborado pela ausência de avaliação do apurcmento de níveis sonoros previsto para a área nascente do plano. Assim, considera-se que a avaliação apresentada carece de análise dos efeitos da variante nas zonas mistas e sensíveis da sua envolvente, e qual deverá contemplar a eventual necessidade de adoção das medidas de redução sonora propostas no Programa de Seguimento do RA.

No que respeita às Diretrizes de Seguimento, salienta-se a necessidade de cumprimento dos valores limite de exposição a ruído ambiente exterior nas Zonas Mistas e Sensíveis e não apenas nas edificações a construir, a qual deverá ser actualizada no presente processo de aprovação do PU. Esta situação é mais proeminente nas áreas urbanas e urbanizáveis da envolvente da variante, incluídas ou não em UOPG.

No que respeita aos indicadores de monitorização, considera-se que os mesmos não são coerentes com os indicadores da avaliação, não permitindo, ao contrário destes, avaliar em que medida o PU contribui para atingir os objetivos de sustentabilidade.

Mais se informa que a competência de monitorização do ruído ambiente se encontra cometida à autarquia e não à CCDRLVT.

A avaliação da conformidade do plano com o RGR consta do parecer da CCDR LVT anexo à Ata de Conferência de Serviços.

Em suma, as observações produzidas e que devem ser tidas em consideração, não colocam em causa o trabalho desenvolvido e que deu origem ao presente RA que evidencia e identifica as questões ambientais mais pertinentes. Trata-se de um instrumento de partida essencial e que se considera adequado, carecendo contudo de vir a ser complementado nos termos da análise realizada.

Finalmente, atentas as múltiplas variáveis em presença, destaca-se a importância da mobilização de um conjunto de entidades e agentes interessados no acompanhamento do processo de implementação do plano.

RESPONSÁVEL PELA APRECIACÃO	
DSOT/DGT	Data: agosto.2013

www.ccdr-hv.pt • geral@ccdr-hv.pt
 Rua Artilharia Lm, 33 - 1269-545 Lisboa • Tel. 213 837 100 • Fax 213 837 192
 Rua Braamcamp, 7 - 1259-048 Lisboa • Tel. 210 101 303 • Fax 210 101 302
 Rua Zefireio Brandão - 2005-240 Santarém • Tel. 243 323 876 • Fax 243 323 289
 Rua de Castêles, 65 - 2500-174 Colôtes de Fátima • Tel. 262 841 181 • Fax 262 842 637

CCDR LVIT

517

5.4. Programa de seguimento	<p>Verifica-se que são identificadas por FCD um conjunto de medidas e recomendações.</p> <p>Fator - OT</p> <p>Conjugando as recomendações do RA por FCD com as propostas de PU, verifica-se que a integração das questões ambientais no processo de elaboração do plano ficou aquém do esperado e recomendado pela AA, designadamente ao nível da regulamentação do PU em que se verificam essente regras mais específicas relacionadas nomeadamente com o incentivo a requalificação urbana.</p> <p>Por outro lado, há medidas que contribuem para melhor viabilizar algumas das propostas, tomando-as mais credíveis do ponto de vista de capacidade de concretização. Assim, deveriam ser incorporadas como preocupação:</p> <ul style="list-style-type: none"> · a definição de objetivos anuais de reabilitação em termos de áreas e do seu enquadramento urbano; · assegurar atuais ações e intenções de investimento. <p>Não obstante se tratarem apenas de recomendações relevam como importantes as relativas à mobilidade, por poderem constituir fatores específicos contributivos para a garantia das propostas e dinâmicas propostas pelo PU e diretamente relacionados com parte dos seus objetivos e conteúdos.</p> <p>Fator - ruído</p> <p>São propostas várias medidas, a maioria das quais correspondentes a obrigações legais.</p> <p>No que respeita aos indicadores de monitorização, considera-se que os mesmos não são coerentes com os indicadores da avaliação, não permitindo, ao contrário destes, avaliar em que medida o PU contribui para atingir os objetivos de sustentabilidade.</p> <p>Fator - resíduos</p> <p>A Resitejo - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, garante e acompanha todo o processo de recolha de resíduos, conforme informação disponibilizada pela autarquia, cabendo a esta, garantir e operacionalizar a recolha e tratamento.</p>
Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica (integração de resultados).	Não são apresentados.
Conclusões	O RA conclui por uma avaliação global favorável relativamente à aprovação e concretização do PU, realçando o facto de não terem sido identificados riscos ambientais relevantes e a importância do programa de gestão e monitorização.
RESUMO NÃO TÉCNICO	O RNT deve ter em consideração o referido para o RA
<p>Parer Final</p> <p>Em termos globais resulta da avaliação ambiental produzida pelo Relatório Ambiental o entendimento de que o mesmo satisfaz os requisitos mínimos de um procedimento deste tipo, não obstante se tratar de um procedimento <i>ad hoc</i> que não foi precedido da fase de identificação do âmbito da avaliação e alcance da informação.</p> <p> Ao nível do fator OT, regista-se o conjunto de vantagens identificado e a importância do PU vir a integrar de modo mais específico algumas das recomendações do RA ao nível da regulamentação de áreas, sendo fulcral o programa de gestão e monitorização dos efeitos, através da adoção de meios expedidos que permitam corrigir eventuais desvios em tempo.</p> <p>Particularmente, deverá haver estreita consonância do RA com a implementação de propostas relativas à estrutura ecológica com vista a assegurar a preservação do seu valor, designadamente a salvaguarda do uso adequado e de espaços verdes também adequados em termos do conjunto das ocupações.</p> <p>Especificamente nos aspetos referentes ao fator Qualidade do Ar, conclui-se, de acordo com a informação disponibilizada pela CMFZ, que é previsível que os bons níveis da qualidade do ar, se mantenham, sendo que, com a concretização do PUFZ, é expectável a melhoria dos níveis atualmente registados.</p> <p>Concorda-se com esta análise, referendo-se a informação de que, a Qualidade do Ar, não vai de alguma forma condicionar a</p>	

www.ccdr-lv.it - geral@ccdr-lv.it

Rua Artilhada Um, 33 - 1299-145 Lisboa - Tel. 218 857 100 - Fax 218 837 182
 Rua Braamcamp, 7 - 1299-048 Lisboa - Tel. 210 101 300 - Fax 210 101 302
 Rua Zafreiros Brandão - 2005-240 Santarém - Tel. 243 323 918 - Fax 243 323 289
 Rua do Carreiros, 85 - 2009-174 Caldas da Rainha - Tel. 262 841 881 - Fax 262 842 537

Parecer da Autoridade Nacional de Proteção Civil



Nome do Plano Plano de Urbanização de Ferreira do Zêzere
Distrito Santarém
Concelho Ferreira do Zêzere
CCDR Lisboa e Vale do Tejo

Relativamente ao assunto em epígrafe, após reunião de concertação com os Técnicos da Câmara Municipal e depois de analisada a documentação relativa à versão final da proposta de Plano de Urbanização de Ferreira do Zêzere (PU) e verificando-se que a maioria das sugestões feitas pela Autoridade Nacional de Proteção Civil foram bem acolhidas pela autarquia, (Caraterização/Diagnóstico, Cartografia do Plano e Regulamento do Plano), passa assim a ANPC a emitir parecer favorável sobre a mesmo.

Quanto à **Avaliação Ambiental Estratégica**, solicitada na Conferência de Serviços realizada em 17 de Janeiro de 2013, pela ANPC e pela CCDRLVT e remetida posteriormente a este serviço com a versão final do PU, verifica-se que na vertente da Proteção Civil foram identificados os riscos existentes no território em análise, referenciados no Fator Crítico de Decisão (FCD) – **Alterações Climáticas e Riscos Naturais e Tecnológicos**. Foram avaliados os efeitos resultantes da proposta do Plano na segurança da população, bens e ambiente e foi verificado de que forma o plano contribui para a redução da vulnerabilidade e para o aumento de capacidade de resposta para o acidente. São também apresentadas propostas de medidas de mitigação dos riscos naturais e tecnológicos identificados, de modo a reduzir quaisquer efeitos adversos resultantes da implementação do plano.

Face ao descrito a ANPC emite parecer favorável.

Almeirim, 2 de Agosto de 2013

A Técnica Superior

 Ascensão Batista
 ASCENSAO BATISTA
 Técnica Superior

COMANDO DISTRIITAL DE OPERAÇÕES DE SOCORRO DE SANTARÉM
 Leiria Retail Park - Zona de Actividades Económicas de Almeirim Rua 2, Lote 33 | 2080-221 ALMEIRIM
 Tel.: + 351 243 594 190 | Fax: + 351 243 594 199
 NIF: 600 082 490
 www.prodciv.pt
 cdos.santarém@prodciv.pt

1/1

SO8559-201308-DSOT-S - 19-08-2013

PRODCIV

Parecer do Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG) e da Administração Regional de Saúde de LVT (ARS-LVT).



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
CCDR LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

[Handwritten signatures and initials]

- Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAP-LVT)
- Direção Geral do Património Cultural (DGPC)
- Turismo de Portugal, IP (Turismo)
- Agência Portuguesa do Ambiente, IP - (APA,IP)
- Direção Geral do Território (DGT)
- Estradas de Portugal, SA (EP)
- Direção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo (DRE-LVT)
- Empresa Portuguesa de Águas Livres, SA (EPAL)
- Patriarcado - Diocese de Coimbra (Patriarcado)
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)
- Centro Regional da Segurança Social de LVT (CRSS-LVT)

A CCDR LVT fez o enquadramento da *Conferência de Serviços* no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), informando os presentes que teriam de estar mandatados para representar a entidade e transmitir o respetivo parecer vinculativo. Solicitou, ainda, que todos os presentes, quando interpelados para se pronunciarem, se identifiquem e evidenciem o respetivo mandato, bem como o parecer escrito se forem portadores do mesmo.

A DRAP LVT e o Turismo remeteram pareceres de teor favorável que serão reencaminhados para a CMFZ.

b) AVALIAÇÃO AMBIENTAL

Estiveram presentes em reunião as seguintes entidades que foram identificadas como ERAE (entidades com responsabilidades ambientais específicas): CCDR LVT, ANPC, LNEG e ARS LVT.

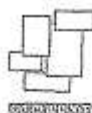
O ICNF, a APA, a EP, a DRAP LVT e a DGPC, de igual modo identificadas como ERAE, não compareceram à reunião.

Apreciado o Relatório Ambiental (RA) apresentado pela CMFZ, pronunciaram-se nos seguintes termos as entidades:

CCDR LVT - Parecer favorável condicionado (cf. parecer anexo). A CCDR LVT considera que a estrutura e o conteúdo do RA cumprem na generalidade os requisitos, objetivos e orientações metodológicas aplicadas a esta matéria. Considera ainda que o RA apresenta conteúdo suficiente para o objeto de avaliação, necessitando contudo de vir ser complementado nas vertentes identificadas no parecer anexo. As observações produzidas e que devem ser tidas em consideração, não colocam em causa o trabalho desenvolvido e a elaboração do relatório, que evidencia e identifica as questões ambientais mais pertinentes e constitui um instrumento importante de suporte para as fases seguintes de monitorização/seguimento. Atentas as variáveis em presença, destaca-se a importância da mobilização de um conjunto de entidades e agentes interessados no acompanhamento do processo de implementação do plano.

ANPC - Parecer favorável (cf. parecer anexo).

LNEG - Parecer favorável.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
CCDR LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo



508559-201308-DSOT - S - 19-08-2013

ARS LVT - Parecer favorável, no entanto caso seja aplicável deve ser salvaguardada a construção de edificações em zonas ameaçadas pelas cheias. Sugere-se ainda que sejam monitorizadas e controladas as queimadas a céu aberto.

Todas as entidades se manifestaram favoravelmente ao Relatório Ambiental, com algumas condicionantes identificadas no parecer da CCDR.

c) PLANO DE URBANIZAÇÃO

Analisados os elementos apresentados pela CMFZ relativos ao plano em apreciação, as entidades presentes pronunciaram-se nos termos que de seguida se expõem:

CCDR LVT - Parecer favorável condicionado (cf. parecer anexo). Analisada a proposta apresentada, na sequência de um parecer desfavorável emitido pela CCDR LVT a uma primeira versão do PU, suportada numa nova deliberação da CMFZ, conclui-se que subsistem, para além de algumas correções de pormenor, dois aspetos a ponderar pela CMFZ e que se prendem com a integração em áreas urbanizáveis de alguns espaços atualmente afetos a uso florestal e, no que respeita ao cumprimento do Regulamento Geral do Ruído (RGR), a necessidade das atuais faixas de conflito virem a ser objeto de avaliação acústica mais aprofundada, nomeadamente pelo recurso a ensaios acústicos, após a entrada em funcionamento da variante norte.

ANPC - Parecer favorável (cf. parecer anexo)

LNEG - Parecer favorável.

DGAE - Parecer favorável (cf. parecer anexo)

DGEstE - Parecer favorável

EDP Distribuição - A EDP reitera o parecer favorável condicionado anteriormente emitido, juntando CD com a atualização das infraestruturas existentes.

IPDJ - Parecer favorável.

Tagusgás - Parecer favorável, juntando CD com as redes de gás.

ARS LVT - Parecer favorável.

Face aos pareceres emitidos pelas entidades resulta da Conferência de Serviços que a proposta de Plano de Urbanização reúne condições para prosseguir para discussão pública, nos termos do RJIGT, devendo a CMFZ ponderar os pareceres emitidos e introduzir as alterações indicadas.

3. TAREFAS A REALIZAR